MEMORIAS

XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación

Sociedad del Conocimiento y Comunicación: Reflexiones Críticas desde América Latina

MÉXICO | 5 al 7 de octubre de 2016

Grupo Temático 8

Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadanía

MEMORIAS

XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación

Sociedad del Conocimiento y Comunicación: Reflexiones Críticas desde América Latina

Grupo Temático 8
Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadanía

Universidad Autónoma Metropolitana
Unidad Cuajimalpa
División de Ciencias de la Comunicación y Diseño
Avenida Vasco de Quiroga #4871,
Colonia Santa Fe Cuajimalpa,
Delegación Cuajimalpa, C.P: 05300
Ciudad de México

ISSN 2179-7617

ALAIC
Casa abierta al tiempo
Unidad Cuajimalpa
División Ciencias de la Comunicación y Diseño

Índice

Rádio poste da Quadra: as disputas sonoras em uma comunidade em Fortaleza, Ceará (Brasil) 7
Catarina Tereza Farias de Oliveira
Milena de Castro Ribeiro

La radio alternativa y comunitaria en Bogotá, escenario de convergencia periodística en una complejidad cultural 13
Juan Camilo Chacón

Radio y nuevas tecnologías para la inclusión social. La experiencia de Radio Abierta, una radio realizada por personas con trastorno mental 23
Sara Ester Makowski Muchnik

Radio "Non Joi": Desarrollo de la identidad y permanencia cultural de la Comunidad Shipiba de Cantagallo 29
Giancarlo Tafur Arévalo

Patrones de presentación de la información en el tiempo.com, semana.com el espectador.com el colombiano.com y La Silla Vacía sobre movilización social. El caso de las marchas campesinas 2013 37
Victoria Elena González Mantilla

A pesquisa participante, de uma matriz teórico-metodológica às especificidades das práticas investigativas 47
Cicilia M. Krohling Peruzzo

Multiculturalismo e cidadania: Identidades, direitos culturais e suas relações com a comunicação midiática na fronteira Brasil-Paraguai 57
Lairtes Chaves Rodrigues Filho
Daniela Cristiane Ota

"Cabeça sem teto": espaço e palavra de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social 67
Franklin Larrubia Valverde
Marília Gomes Ghizzi Godoy
Rosemari Fagá Viégas

O que há de comunitário no jornalismo alternativo digital? 73
Nivea Bona
Denise Becker

La Comunicación Pública de la Ciencia y la Tecnología para el Manejo Integrado de Zonas Costeras en Cuba 81
Elizabeth Alvarez Padilla
Clara E. Miranda Vera
Linnet Molina Rodríguez

La construcción de comunidad en el Distrito de Sepahua, algo influenciado por el desarrollo de la práctica radial 89
Oscar Felipe Tellez Dulcey

As representações dos movimentos populares e suas possibilidades de visibilidade em novas mídias alternativas: o caso do coletivo Nigéria, em Fortaleza (Brasil) 95
Márcia Vidal Nunes
Francisco Sérgio Lima de Sousa

Comunicación para el desarrollo e implementación
del Sistema de Innovación Agropecuaria Local en Cuba 101
Mayara Medina Marín
Leyane Pérez Jiménez

Videoactivismo y prácticas digitales para narrar los movimientos sociales en Rio de Janeiro 107
Ana Lúcia Nunes de Sousa

Comunicación comunitaria en el reconocimiento
de identidades de "carreros – trabajadores – ciudadanos" 115
Nidia Abatedaga
Luciana González
Silvia Chaig

Práticas e características do jornalismo alternativo e contra-hegemônico
de agência de informação: Uma visão a partir da rotina produtiva da Adital 123
Amanda Cínthia Medeiros e Silva
Juciano de Sousa Lacerda

Cidadania Comunicativa como estratégia metodológica: em busca de uma tese 129
Thays Teixeira
Juciano Lacerda

Comunicação pública pelo Terceiro Setor: um estudo a partir da Plataforma Ituiutaba Lixo Zero 137
Vagner de Oliveira Magrini
Adriana Cristina Omena Santos

Interação e mobilização de públicos via debate político na internet 145
Nathália Edwirges Amado
Jessica Antunes Caldeira

Jornal Mudança: comunicação popular em prol
do fomento dos movimentos sociais da paróquia de Esperantina- Piauí (1983-1985) 153
Luciana de Lima Pereira

Desarrollo del derecho a la comunicación desde el proyecto
de Radios de las nacionalidades de Ecuador 159
Vicente Barragán Robles
Francesco Maniglio

Comunicação para a libertação e participação: uma analise
nos documentos das Conferências do Episcopado Latino-Americano 169
Ricardo Costa Alvarenga

Espaço para negros em rádios comunitárias do Distrito Federal:
o panorama das rádios Paranoá e Utopia 179
Viviane Brochardt
Luis Felgueira
Mayara Subtil
Thaís Ellen Rodrigues

Tempos e lugares da Radio Rebelde Zapatista 187
Ismar Capistrano Costa Filho

Ingeniería en comunicación social de los Colectivos Sociales.
Apunte de un programa teórico-metodológico.
Un estudio de caso de los colectivos sociales en Puebla 195
Astrid Claudette Gutiérrez López

E agora, quem ri de quem? Técnica e eficácia na construção do riso televisivo 203
Elijerton Rogério Chaves Veras
João Luíz de Bittencourt Victal

Periodismo alternativo y comunitario: una revisión conceptual 209
Sandra Meléndez-Labrador

Rol de la comunicación comunitaria en el proceso de construcción de paz en Colombia 217
Sandra Liliana Osses Rivera

Tiempo, espacio y objetos. ¿Cómo reconstruir la historia de una comunidad a partir de los objetos? 225
Judith Cortés Vásquez
Sandra García Ángeles
Itzel Yllescas Balderas

Berra Lobo, por uma comunicação comunitária**.** *É libertária, em tempos de tirania* ***233***
Nilton José dos Reis Rocha
Gabriela Marques
Vinicius Pontes
Amanda Oliveira
Lucas Botelho

Inpecc sistematiza base de dados sobre comunicação comunitária 241
Patrícia Gonçalves Saldanha
Raquel Paiva de Araújo Soares
Juciano de Sousa Lacerda
Alexandre Almeida Barbalho

Comunicación en Movimiento. Redes de Medios en el Ciberespacio 247
César Rodríguez

Comunicar para la incidencia política 257
Washington Uranga

Ciudadanía intercultural y comunicación desde el pensamiento boliviano 263
Carlos Mauricio Arroyo Gonçalves

Bacanga Radio FM: la experiencia de la primeira radio comunitaria de São Luís-Maranhão 271
Priscilla Pereira da Costa

La Radio Comunitaria: ámbito de co-gestión entre el Estado y la Sociedad Civil 277
Esmeralda Villegas Uribe

Rádio poste da Quadra: as disputas sonoras em uma comunidade em Fortaleza, Ceará (Brasil)

Universidade Estadual do Ceará

Catarina Tereza Farias de Oliveira
catarinaoliveira30@gmail.com

Milena de Castro Ribeiro
milenabrasil@gmail.com

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as disputas sonoras presentes no Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, localizado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, no Brasil. Analisa-se as paisagens sonoras presentes na localidade, incluindo os sons da rádio poste da comunidade, através das discussões teóricas dos autores: Schafer (2011), Medrado (2013) e Oosterbaan (2009). O artigo foi realizado a partir de anotações de campo realizadas durante a pesquisa etnográfica, vivenciada entre 2014-2016. Verificou-se, através desta análise, a forte cultura oral da Quadra, responsável por gerar um ambiente de disputa sonora, em que a escuta da rádio é mais uma nessa briga.

Palavras-chave:

comunicação; comunidade; rádio poste; paisagens sonoras; cultura oral.

Abstract

The aim of this article was to analyze the noise disputes present in Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, located in the city of Fortaleza, Ceará, Brazil. Analyze the soundscapes present in the town, including the sounds of community's lamp post radio, through theoretical discussions of the authors: Schafer (2011), Medrado (2013) and Oosterbaan (2009). The paper was developed from notes field carried out during the ethnographic research master's, experienced between 2014-2016. Through this analysis it was observed the strong culture oral the "Quadra" witch is the responsible for generate an environment dispute noise were listening radio is another in variation in this dispute.

Keywords:

communication; community; the lamp post radio; soundscapes; oral culture.

Resumen

El objetivo de esta ponencia es analizar los conflictos actuales de ruido en el Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, ubicado en la ciudad de Fortaleza, Ceará, Brasil. Analizar los paisajes sonoros presentes en la ciudad, incluyendo los sonidos de mensaje de radio comunitaria, a través de las discusiones teóricas de los autores: Schafer (2011), Medrado (2013) y Oosterbaan (2009). Esta ponencia fue desarrollada a partir de las notas de campo tomadas durante investigación etnográfica de 2014 a

2016. Se ha constatado, a través de este análisis, la fuerte cultura oral de la comunidad, responsable por generar un ambiente de disputa sonora, en la cual la radio es una más en esta lucha.

Palabras clave:
comunicación; comunidad; poste radio; paisajes sonoros; cultura oral.

Introdução

Neste artigo, pretendeu-se investigar as disputas sonoras no Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo[1], localizado em Fortaleza, capital do Ceará (Brasil). Buscou-se analisar as paisagens sonoras presentes na localidade, incluindo os sons da rádio poste da comunidade, e refletir sobre esse veículo que permanece ativo há 23 anos, mostrando sua relevância na história do conjunto habitacional conhecido pelo nome de "Quadra". No princípio das observações, achava-se que a comunidade não escutava a radio por se tratar de um equipamento antigo que sequer usava computador, mas veremos que outros fatores culturais explicam as relações dos moradores da Quadra com a rádio poste

A rádio comunitária FM GAC – Grupo de Apoio Comunitário, atualmente com o nome "Centro de Comunicação Alternativa", transmite ao vivo os programas através de um sistema de alto-falantes. São 15 caixas de som, situadas em postes, em diferentes pontos da comunidade, desenvolvidas pelo morador José Aguiar Viana Filho, o Zequinha. A ideia da rádio surgiu a partir do Grupo de Apoio Comunitário (GAC), formado por cinco jovens moradores da Quadra que já atuavam como voluntários no Centro Comunitário e decidiram ajudar a gestão.

Atualmente, a rádio funciona diariamente, com os programas de anúncios publicitários, de segunda a sábado, apresentado pelo Sr. Chico Cambista, atual presidente da rádio. Aos domingos, vai ao ar o programa "Recordar é Viver", apresentando também pelo Sr. Chico, há 20 anos. O programa apresenta os sucessos musicais das décadas de 50 a 90. A Emissora também veicula um programa evangélico, realizado por mulheres que vai ao ar às quintas-feiras, das 16h às 17h.

Cultura oral e disputas sonoras: descrição do caso

Na pesquisa de campo realizada entre 2014-2016, percebeu-se a forte presença da cultura oral na Quadra[2], Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo (Fortaleza/Ceará), responsável, entre outras coisas, por gerar um ambiente de disputa sonora. O oral ainda é muito forte, justificado pela disposição das casas, uma muito próxima da outra, e pelo hábito dos moradores de estarem sempre pelas ruas conversando.

Para entender os contextos de cultura oral e paisagens sonoras, é necessário compreender-se que a cultura oral está presente desde a época dos profetas e épicos, como explica Schafer (2011), quando "o sentido da audição era mais vital que o da visão. A palavra de Deus,

1 A comunidade da Quadra está delimitada pela Avenida Virgílio Távora e as ruas Beni de Carvalho, General Tertuliano Potiguara e Vicente Leite, em Fortaleza. É conhecida como "Quadra" por fazer parte de um grande quadrado, formado por dois grandes quarteirões. De acordo com o Censo de 2000, residem nesta comunidade mais de 600 famílias. Atualmente, apesar da imprecisão dos dados, é estimada a presença de mais de 5.000 moradores.

2 Localizada em um bairro nobre da cidade de Fortaleza, chamado Aldeota, a comunidade tem uma história marcada por lutas e conquistas dos moradores que, mobilizados, conseguiram se organizar e obter melhorias de infraestrutura para a localidade, como calçamento, casas numeradas e saneamento básico. A comunidade surgiu na década de 1950, segundo relato de moradores e jornais da época.

a história das tribos e todas as outras informações importantes eram ouvidas e não vistas" (SCHAFER, 2011:28). Schafer (2011), em seu estudo sobre as paisagens sonoras[3] e a forma como podem afetar nosso comportamento, explica que não é possível falar em prioridade do ouvir, pois "no Ocidente, o ouvido cedeu lugar ao olho, considerado uma das mais importantes fontes de informação desde a Renascença, com o desenvolvimento da imprensa e da pintura em perspectiva" (SCHAFER, 2011: 27).

A literatura de cordel é citada por Martín-Barbero (2003: 154-155) como algo que tornou possível para as classes populares, o trânsito do oral ao escrito, já que essa escritura com estrutura oral foi criada para ser lida em voz alta, coletivamente. O autor faz a relação entre rádio-audiência e leitura coletiva, o que ele chama de "leitura auditiva", que diz ter constituído por muito tempo a leitura popular. "Porque ler para os habitantes da cultura oral é escutar, mas essa escuta é sonora. Como a dos públicos populares no teatro e ainda hoje nos cinemas de bairro, com seus aplausos e assobios, seus soluços e suas gargalhadas" (BARBERO, 2003: 160).

Na Quadra, apesar de uma recente mudança em que se identificam moradores com a possibilidade de maior acesso à educação, conseguindo até concluir o ensino superior, ainda percebemos uma grande parcela de analfabetos ou pessoas com pouco estudo. É mais fácil ver as pessoas conversando pela rua, escutando música, do que lendo livros ou jornais.

A própria rádio poste da Quadra se mantém ainda pela força da cultura oral presente na comunidade. Percebe-se através do trabalho realizado pelos evangélicos que, cada vez mais, atraem os moradores da comunidade. Seja no programa da rádio, realizado às quintas-feiras, ao ler e interpretar os versículos da Bíblia, ou nos cultos, eles buscam alcançar um maior número de fiéis, incluindo os analfabetos, os excluídos, os envolvidos com drogas. Já são três igrejas evangélicas em funcionamento na Quadra, todas lotadas e em crescimento. O crescente número de igrejas pentecostais nas favelas é diretamente relacionado a essa cultura oral, defende Oosterbaan (2009: 84):

> Quentin Schultze (1994) argumentou que a popularidade do pentecostalismo na América Latina não pode ser explicada apenas em termos de fatores econômicos ou sociológicos, devemos incluir as forças culturais que reafirmam a oralidade como uma característica importante da religião. O pentecostalismo é muito bem-sucedido na América Latina, entre outras razões, porque permite uma ênfase no desempenho e no lúdico, que faltam em muitas práticas religiosas que são altamente centradas no texto (Schultze, 1994: 78) (OOSTERBAAN, 2009: 95, tradução nossa).

Oosterbaan (2009), em estudo realizado nas favelas do Rio de Janeiro, fala sobre o fato dos pastores e músicos da igreja acreditarem que os sons que emanam de suas igrejas podiam ser escutados por outros habitantes, o que representaria um elemento importante em que "os dons do Espírito Santo (carismas) são encaminhados diretamente para o crente, sem mediação, da mesma maneira como a música – e de som em geral – é experimentada como uma força imediata que nos toca profundamente" (OOSTERBAAN, 2009: 90-91, tradução nossa).

Nas várias caminhadas feitas na Quadra durante o período de pesquisa de campo, principalmente na hora dos programas, observou-se como as conversas eram frequentes nas ruas estreitas da comunidade. Enquanto isso, a rádio disputava, nesses espaços orais, a atenção do ouvinte que se dividia entre as conversas com os vizinhos, os sons nas ruas e os sons de músicas dentro das casas que, muitas vezes, ultrapassavam o ambiente doméstico.

3 Schafer define paisagens sonoras como o ambiente sonoro, qualquer porção do ambiente sonoro vista como um campo de estudo.

Discussão: as paisagens sonoras da Quadra

Em uma passagem rápida pela comunidade, durante o horário dos programas, é possível perceber-se tanto pessoas que acompanham a programação – muitas vezes indo até a rádio solicitar músicas e mandar mensagens e avisos – como moradores que ligam o som em casa no volume bastante alto para escutar outras músicas. Em algumas ruas da comunidade, nota-se que a transmissão da rádio é confusa, com as caixas de som nos postes disputando com as músicas que surgem do interior das casas. Geralmente as casas vencem essa briga, porque o volume das caixas de som da rádio poste é considerado até baixo por opção dos apresentadores, que tentam respeitar os moradores. Os horários dos programas, começando às 9h30 e finalizando às 17h, também demonstram essa preocupação com a boa convivência na comunidade.

> Quando analisada diante deste prisma e inserida no contexto das paisagens sonoras (SCHAFER, 1994) do bairro, já que não se pode ignorar o caráter público e coletivo da escuta das rádios e seus alto-falantes nas ruas, para os ouvintes, a rádio de poste revela-se como a mais autêntica forma de rádio comunitária. Isto ocorre porque ela se mostra bem integrada ao cotidiano do bairro, representando uma "trilha sonora" das ruas, estando associada com os sons do desenvolvimento econômico pelas estreitas ligações que tem com o comércio local e atuando como uma facilitadora de "trocas" entre apresentadores, comerciantes e ouvintes (MEDRADO, 2013: 3).

A Quadra viveu um processo de urbanização na década de 1980, passando a ser constituída por 444 moradias em um espaço de 2,2 hectares. Para abrigar as 452 famílias que viviam na época, uma estimativa de 2 mil pessoas, foi preciso construir as casas uma do lado da outra, parede com parede, em quatro modelos. Atualmente, praticamente todas são do modelo "duplex", com um andar em cima, utilizado algumas vezes por famílias diferentes ou pela extensão da família, quando um dos filhos casa.

Na maioria das salas é possível observar um televisor, geralmente de tamanho grande e um aparelho de som. Ao caminhar pelas ruas, escuta-se uma enorme variedade de sons vindos desses aparelhos. São músicas altas, em geral forró, gospel ou funk, justamente, caracterizando alguns dos grupos definidos na comunidade.

Medrado (2012) em artigo sobre as paisagens sonoras em favela no Brasil, explica que o contexto das favelas, de populações densas e natureza específica de espaço-expansão do som, faz com que a população esteja sempre em confronto com o som do outro. Para a autora, isso demonstra que os limites entre o público e o privado são turvos (MEDRADO, 2012: 195, tradução nossa).

O Oosterbaan (2009) destaca que essa arquitetura própria das favelas, com muitas pessoas ocupando espaços pequenos, também colabora para uma vida social caracterizada pela tensão entre a proximidade e a busca de (des)sociação. Para ele, as pessoas sabem o que os outros ouvem, "mas essa capacidade do som de atravessar o espaço não indica a sua capacidade única para estabelecer a presença de certos grupos na arquitetura labirinto da favela" (OOSTERBAAN, 2009: 85, tradução nossa).

No período em que conviveu-se na Quadra, não há lembrança de ter-se escutado reclamações sobre os sons e barulhos na comunidade pelos moradores, nem mesmo por parte do Sr. Chico, que disputa esse espaço sonoro diariamente quando comunica através da rádio poste. Na verdade, ouviu-se alguns casos, narrados por Sr Zequinha, um dos fundadores da rádio poste, sobre moradores que foram reclamar da própria rádio. Questionado se não precisava de mais caixas de som, Sr. Zequinha defendeu que não, afirmou que bastava colocar as caixas em "locais estratégicos":

> Você não pode chegar e ampliar as caixas de som, você tem que procurar os pontos mais... Procurar um local que é mais movimentado, que passa mais gente. Porque a rádio na verdade é boca a boca. Você fala aqui no microfone, vai passando um aqui, vai passando: "ó tão falando acolá...". Aí a rádio funciona assim, aí não adianta você colocar em cada poste uma caixa. Não precisa. Vai é poluir o conjunto com o som. Aí vão reclamar lá em casa. (Sr. Zequinha, entrevista, 17/03/2015)

Nas visitas de campo, muitas vezes seguia-se caminhando pela Quadra para observar a movimentação dos moradores enquanto o programa do Sr. Chico estava no ar. Sempre era possível ver pessoas conversando no caminho, em todos os horários do dia. Percebia-se sempre que tocava forró em algumas casas, via-se grupos de homens sentados conversando ou jogando dominó, embaixo de uma das caixas de som. Senhoras na entrada de casa catavam feijão.

Certo dia nas caminhadas e observações, uma senhora na rua da rádio estava sentada em um banquinho na frente da casa. Ela parecia escutar o programa ou simplesmente observar o movimento, como deve ser costume. Via-se outros três senhores bem idosos sentados na frente das casas, acredita-se que eles eram a audiência do Sr. Chico, do programa "Recordar é Viver". Mas como saber se eles observavam o movimento ou escutavam o som? Impossível separar cada som de uma paisagem sonora tão complexa (anotações de campo, dia 1º/03/2014).

Ainda durante a pesquisa de campo em março de 2014, avista-se no bar uns três senhores bebendo, conversando, com a música ao fundo. O programa consegue ser escutado em quase todas as ruas da Quadra, percebe-se dois trechos que uma outra música alta vinda de alguma casa impossibilitava a escuta. Apenas em duas ruas mais movimentadas, externas à Quadra, não dá para escutar a rádio poste, na Beni Carvalho, pois existia apenas uma caixa de som na porta da casa do Sr. Chico, e o intenso trânsito dificultava a escuta da programação. Um outro elemento que a rádio precisa disputar (anotações de campo, 1º/03/2014).

Na Rua General Tertuliano Potiguara, apesar de externa ao quadrado central da comunidade, não trafegam muitos carros. Um dia caminhando em campo nesta rua, logo ver-se um bar com cadeiras na calçada e as pessoas conversando. Observa-se uma casa onde tocava músicas da Jovem Guarda, em volume alto, o mesmo estilo musical do programa "Recordar é viver", veiculado naquele momento por Sr. Chico. Diante da cena surge uma interrogação: os moradores ignoravam o programa da rádio ou reforçam que as músicas que senhor Chico toca eram mesmo parte da cultura daquela comunidade? De uma forma ou de outra, há conflitos de paisagens sonoras que podem até se complementar nesse caso específico.

Em relação aos jovens, observa-se que eles se distanciam cada vez mais do contato com a rádio poste e dos barulhos da rua, através da utilização de equipamentos, como aparelhos de MP3, fones de ouvidos e várias outras formas de usos do aparelho de celular. O uso de aparelhos que arquiva músicas em MP3, como Ipods, possibilita que as pessoas criem sua sequência de músicas e se isolem do ambiente externo.

Michael Bull (2005) associa esse uso com a solidão que é percebida no movimento das pessoas na cidade, onde os usuários utilizam fones de ouvidos na tentativa de fazer com que os espaços públicos da cidade percam o significado e, progressivamente, transformem-se em "não-lugar" (BULL, 2005: 353-354). O outro extremo, quando a escuta é forçadamente compartilhada nos espaços públicos, acontece quando alguns moradores usam os chamados "paredões de som"[4], que tocam músicas a uma altura capaz de atingir vários quarteirões.

4 Paredões de som são equipamentos sonoros compostos por potentes alto-falantes, geralmente acoplados a reboque de automóveis.

Conclusões

Nas caminhadas na Quadra, percebe-se diversos sons na comunidade, além da rádio, os sons das casas ligado, na maioria das vezes tocando forró, impediam a escuta da rádio. Já em outras vias, percebe-se exatamente o contrário, quase ninguém nas ruas.

Apesar da compreensão que, ao se tratar de uma rádio poste não há a possibilidade de desligar o som através de "pálpebras auditivas", como exemplifica Schafer (2011: 29), sabe-se que existem níveis e a escuta radiofônica requer significações e formas de sociabilidade (KASEKER *apud* SCHAFER, 2011). Em um ambiente com a disputa de tantos sons, a escuta da rádio é mais uma nessa briga, e o interesse do ouvinte faz com que ele decida escutá-la ou ouvir uma música em sua casa ou através do fone de ouvido. Mas essa não é uma decisão simples. Existe uma disputa cultural entre a rádio poste em seu formato por demais tradicional e a cultura oral repleta de paisagens sonoras da comunidade da Quadra. Há também as diferenças geracionais e religiosas que explicam os distanciamentos e aproximações com a rádio.

De acordo com Schafer (2011), uma situação de "grande profusão de ritmos faz com que eles se anulem uns aos outros" (SCHAFER, 2011: 325). Esse autor conclui que "quando uma sociedade é inepta em relação aos sons, quando não entende os princípios de decoro e equilíbrio da produção sonora, quando não compreende que há um tempo para produzir e um tempo para calar", a paisagem sonora se autoconsome em cacofonia (SCHAFER, 2011: 329). Na quadra, entende-se que não há uma anulação, a rádio tem um sentido histórico ali, pois muitos falam e sabem dela, mas nem todos a escutam ou a utilizam.

Bibliografia

Bull, M. (2005). *'No Dead Air! The iPod and the culture of mobile listening',* Leisure Studies, 24:4, 343-355. doi: 10.1080/0261436052000330447

Martín-Barbero, J. (2003). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editoria UFRJ.

Medrado, A. M. L. (2013). Community and Communion Radio: listening to evangelical programmes in a brazilian favela. *Communication, Culture & Critique*, 6: 396–414. doi: 10.1111/cccr.12018

_____. (2012). Sound Salad: the soundscapes of a brazilian favela. In M. M. Valença; F. Cravidão; J. A. R. Fernandes (Eds.), *Urban developments in Brazil and Portugal* (pp. 193-211). 1.ed: Nova Science.

Oosterbaan, M. (2009). 'Sonic Supremacy: Sound, Space and Charisma in a Favela in Rio de Janeiro'. *Critique of Anthropology March, 29(1)*, 81-104. doi: 10.1177/0308275X08101028

Schafer, R. M. (2011). *A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais neglicenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*; tradução, Marisa Trench Fonterrada. São Paulo: Unesp.

Biografia

Catarina Tereza Farias de Oliveira, professora do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Temas de trabalho: comunicação comunitária e movimentos sociais. E-mail: catarinaoliveira30@gmail.com

Milena de Castro Ribeiro, Universidade Federal do Ceará, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Linha de pesquisa: mídia e práticas socioculturais. E-mail: milenabrasil@gmail.com

La radio alternativa y comunitaria en Bogotá, escenario de convergencia periodística en una complejidad cultural

Fundación Universitaria Los Libertadores-Colombia

Juan Camilo Chacón
jcchaconc@libertadores.edu.co

Resumen

La presente ponencia analiza y devela cómo la radio alternativa y comunitaria en Bogotá crea dinámicas periodísticas propias, matizadas por la convergencia cultural de las comunidades de la localidad de Suba en la capital colombiana. Para ello, se expone los resultados investigativos derivados del proyecto "Nociones de periodismo de los medios alternativos y comunitarios de Bogotá", el cual cobija un estudio de caso de la emisora Suba Al Aire y dos de sus espacios comunicativos: Alza la Voz y La Ciudad en Voz de Mujeres[1].

Palabras clave:

Radio, radio comunitaria, radio alternativa, comunicación alternativa, comunicación comunitaria, comunicación para el cambio social, periodismo.

Abstract

This paper analyzes and reveals how alternative and community radio in Bogota creates dynamic own newspaper, colored by the cultural convergence of communities in Suba in Bogota. To do this, it derivatives research results of the project "journalism notions of alternative and community media in Bogota," which shelters a case study of Suba station Outdoor and two of his communicative and radio spots exposed: Speak Out and The Voice of Women Town.

Key words:

Radio, community radio, alternative radio, alternative communication, community communication, communication for social change journalism.

Resumo

Este trabalho analisa e revela como alternativa e rádio comunitária em Bogotá própria jornalística cria dinâmica, colorida pela convergência cultural das comunidades em Suba na capital colombiana. Falar e La: Para fazer isso, derivados resultados do projecto "Noções de alternativa jornalismo e mídia comunitária Bogotá" que abriga uma estação de Suba estudo de caso Al Aire e dois de seus espaços comunicativos expostos pesquisa cidade Voice of Women

Palavras chaves:

Radio, a rádio comunitária, rádio alternativa, comunicação alternativa, comunicação comunitária, comunicação para o jornalismo mudança social.

---

1 Este proyecto se realizó durante el segundo semestre del año 2014 y el primer semestre del año 2015 bajo el aval, financiación y supervisión de la Fundación Universitaria Los Libertadores-Colombia.

Introducción

Las luchas populares de los años sesenta y setenta ven aparecer la proliferación de radios populares con lo cual también se amplió el efecto de represión y la unión de las radios comunitarias dio paso a la aparición AMARC= Asociación mundial de radios comunitarias que hoy cuenta con cerca de seis mil afiliados en las cuales se puede contar con más de doscientas en el territorio colombiano.

La idea de llevar la radio a las comunidades lleva en su seno la lucha por la reivindicación de derechos de minorías , ya no solo en la parte rural sino al interior de las ciudades en las zonas marginales y en los barrios en los cuales la emisora sirve como canal de información comunitaria y unión en procesos solidarios que generan un concepto alternativo de cultura: "el conjunto de procesos simbólicos a través de los cuales se comprende, reproduce y transforma la estructura social", (Muñoz 2012).

Este proyecto de investigación buscó reencontrar la vía por la cual los excluidos logran canalizar sus propuestas, de tal forma que este trabajo devela concepciones claves respecto a los medios alternativos y comunitarios, una articulación con el quehacer del sujeto como ciudadano y su percepción hacia lo político a través de las dinámicas periodísticas en la sociedad colombiana.

Así, la localidad de Suba (Bogotá-Colombia) contiene en su territorio toda la amalgama de comunidades que atesoran historias y recorridos ancestrales urgidos de memoria, realidades de pobreza y abandono que apremian una puesta en acción por parte de los sujetos de los diversos medios comunitarios.

En la historia de la radio comunitaria, la emisora de Suba Al Aire apunta a estas dinámicas, hecha a pulso establece relaciones horizontales en las cuales la comunidad crea sinergias a partir de programas en los cuales lo propositivo se une a los remanentes históricos en pro de conseguir un reato de consciencia comunitaria, haciendo eco del objetivo general del proyecto de investigación que soporta el artículo: Analizar y caracterizar la noción de periodismo y responsabilidad social que estructuran los medios alternativos y comunitarios de Bogotá en sus dinámicas comunicativas.

Esta investigación encuentra su importancia para los medios en la medida que al hablar de comunicación como un campo, se pueden plantear tensiones sociales que funcionan como un pilar en la edificación y constitución de estrategias que permitan a las comunidades apropiarse socialmente de los medios; aparecen mecanismos que permiten a los sujetos de las colectividades identificarse culturalmente con su entorno y sus dinámicas sociales, de igual forma, ayudan a los ciudadanos a ejercer procesos políticos entorno a una cosmovisión propia del contexto.

Lineamientos de contexto y teóricos

Con el fin de brindar un marco referencial de manera histórica, a finales del siglo XIX y durante el siglo XX, sobre todo después de la segunda guerra mundial, la comunicación se volvió un escenario de expansión frente al ideario desarrollista que se pretendía establecer en todo el bloque occidental, bajo los estándares de un modelo económico capitalista y un sistema político neoliberal. De esta manera, el orden mundial se empieza a estructurar a partir de dinámicas que vehiculizan los medios masivos, dando forma a la apreciación de Alejandro Barranquero y Chira Baez (2010:5) respecto a que el sistema mundo regido por una óptica económica "se caracteriza por haber desarrollado un vasto conocimiento sobre el sistema comunicativo en tanto que "totalidad social", desde una perspectiva materialista histórica, y con especial atención a los procesos de mercantilización, estructuración y especialización del mundo globalizado y de las estructuras de poder mediático de transnacionales y estados".

Entonces, dicho escenario invita a un análisis minucioso de una realidad que se encuentra fragmentada y es diversa, pero los escenarios de despliegue comunicativo son restringidos

a una voz univoca. Rosa María Alfaro, pertinentemente, acota un contexto ante el modelo desarrollista moderno y contemporáneo globalizante donde "Asistimos así a una época donde los sujetos son constreñidos a una gran reflexividad, replegándose hacia sí mismos y al proyecto propio en medio de un proceso de desterritorialización (sin fronteras) y de hibridación de las culturas. Todo lo cual nos convoca a pensar en la búsqueda de nuevas utopías comunicacionales que deben orientar nuestro trabajo y el compromiso con la sociedad" (2000:1).

Con este panorama, se empieza a cimentar propuestas dentro de la alternatividad, lo comunitario y lo popular. Un compromiso social y cultural empieza a revestir los procederes de la radio, en contraposición a la radio masiva dominante, campos de comunicación para el cambio social se constituyen frente a estos espacios mediáticos a nivel comunitario, que se pueden identificar en los modos de producción que menciona la siguiente definición:

"Entenderemos en sentido estricto las Radios Comunitarias como medios de comunicación que, instaladas en territorios locales con los cuales tienen un compromiso simbólico y objetivo, pertenecen en su propiedad y son auto-gestionados directamente por organizaciones sociales comunitarias; es decir, aquellos medios que operan bajo el principio de identidad entre propietarios, gestores y población objetivo-participante; institucionalmente sus dueños son organizaciones sociales sin finalidad de negocio o lucro. En un sentido lato podremos considerar a otros medios –incluso comerciales- que se proyectan desde o hacia un territorio local con fines de prestar servicios a las comunidades locales y otorgarles espacios a su voz (radios) o imagen (TV), pero que tienen diferenciadas la propiedad de la gestión (v. gr. un empresario y el Director, un municipio y la radio, el sostenedor y la radio escolar, la comunidad religiosa) y el público que no tiene poder de decisión en el medio, sino en cuanto auditor, población objetivo o con participación acotada en aspectos de la programación. Por su orientación al servicio público local pueden comprenderse en ese ámbito lato como comunitarios." (Williamson, 2009:6).

Así, aparecen elementos primordiales alrededor de la autonomía comunicativa, se puede decir que frente a la instauración de las radios comunitarias y populares retrató dinámicas motivadas por los espacios geográficos y los arraigos culturales, la radio comunitaria y alternativa toma diferente forma en cuanto a las concepciones y metodologías de producción, en Latinoamérica se puede evidenciar casos de comprometido trabajo con las comunidades, como radio Yaraví en Perú, radio Latacunga en Ecuador, las emisoras de la red de Fe y Alegría en Venezuela, radio La Tribu de Argentina, por nombrar algunos. En Colombia, Alma Montoya (2010) en su trabajo "Logros y desafíos de la educomunicación desde la razón y la radio popular en estas últimas tres décadas", establece que se empezó una adjudicación de emisoras comunitarias, desde 1995 en el país, como escenarios de otredad, con procesos de reconocimiento de un sujeto participe de la comunidad y sociedad, logrando instaurar emisoras comunitarias y alternativas con experiencias exitosas de co-participación como "La Cometa en San Gil, Radio Semillas en Tibasosa, Ocarina Stéreo en Puerto Caicedo, Putumayo, San Agustín en Huila, Manantial en Sibundoy (...) Como así mismas las experiencias de trabajo en RED a nivel regional como ASOMECO en Huila, RESANDER, AREDMAG en el magdalena medio, CANTOYACO en el Putumayo, donde han involucrado a toda la comunidad y han realizado alianzas con instituciones y organizaciones gubernamentales, ONGs" (Montoya, 2010).

La ciudad de Bogotá, contexto convulsionado por su gran repertorio multicultural, se reviste de una pluralidad de propuestas mediáticas comunitarias, según la Secretaría de Desarrollo Económico de la Alcaldía Distrital de Bogotá (2012), en un proceso de caracterización por referenciar las cualidades y posibilidades de los medios alternativos y la construcción de redes sociales entre ellos, identifica en las diversas localidades de la capital alrededor de 240 medios de comunicación, de los cuales 17 son medios sonoros. En este punto, cabe destacar la propuesta de la emisora Suba Al Aire, radio comunitaria emblema de la localidad de Suba que se convirtió en eje central de la presente investigación como objeto de estudio, la cual tuvo sus comienzos en 1994 y se ha instaurado como un escenario alternativo y cometario

que brinda oportunidades de expresión popular a múltiples sectores de la sociedad capitalina y destaca varios reconocimientos a nivel nacional y distrital, como organización representante del sector de agremiaciones o asociaciones de comunicadores, segunda mejor experiencia de comunicación comunitaria del Distrito y primer producto de radio en comunicación comunitaria en la década de 2000 a 2010.

En este sentido, la comunicación de corte alternativo se presenta como un campo mediático que plantea estratagemas de corte contra-hegemónico. A partir de las luchas sociales y la búsqueda de una reivindicación cultural ausente en los medios masivos, la comunicación alternativa plantea escenarios de apropiación y participación de los grupos dominados, los cuales deben tomar la batuta de sus procesos de transformación por medio de la palabra, de los actos comunicativos (Martín-Barbero, 2003).

Como frente de lucha, los medios radiofónicos sirven de convergencia entre la alternatividad y la comunicación comunitaria y popular, determinando esta última como "Procesos de comunicación constituidos en el ámbito de movimientos sociales populares y comunidades de diferentes tipos, tanto las de base geográfica, como aquellas marcadas por otros tipos de afinidades. No tiene fines lucrativos y su carácter es educativo, cultural y movilizador. Se caracteriza por la participación activa horizontal (en la producción, en la emisión y en la recepción de contenidos) del ciudadano, lo que la convierte en un canal de comunicación perteneciente a la comunidad o al movimiento social y, por lo tanto, debe someterse a sus demandas" (Peruzzo, 2013: 121).

En este punto, la radio alternativa y comunitaria propende incentivar procesos participativos de los sujetos en la consecución de identidad a nivel individual y colectiva dependiendo del escenario social, donde las metodologías comunicativas se vuelven factores claves en las maneras de mediatizar contenidos que provoquen análisis, reflexión y una profundo disenso en concordancia con la mutabilidad y desenvoltura de las redes complejas que constituyen las comunidades. Dichas metodologías se edifican en el ejercicio periodístico al interior de estas ofertas radiofónicas, este oficio plasma instrumentos y herramientas estructurales definitivas en la identificación de una opinión pública y un proceder político, así, el periodismo acoge una acepción amplia, que de manera preliminar destaca una organización informativa compuesta por "el acontecimiento, el intermediario y el ciudadano. El acontecimiento era transmitido por el intermediario, es decir, el periodista que lo filtraba, lo analizaba, lo contextualizaba y lo hacía repercutir sobre el ciudadano (...) la tradición de distinguir los hechos de los comentarios- es la base que permite al lector poder diferenciar bien los hechos establecidos en principio de las opiniones." (Ramonet, 1999:9-11).

Desde la perspectiva de la teoría etnográfica, el periodismo y el periodista deben "prescindir de sus visiones estereotipadas y conceptos predefinidos para poder apreciar los diversos ángulos y contextos. La célebre metáfora de los ojos es perfecta para el periodismo. Ver con las lentes del otro es fundamental en esta profesión" (Pena de Oliveira, 2006: 161). Es aquí, que la radio actúa como agente de legitimación, direcciona e incide en la colocación del sujeto ante su realidad y pueden encontrarse con tintes en los campos comunicativos mencionados, estableciendo un periodismo comunitario y alternativo como "una forma de expresión popular al alcance de todos los seres humanos. Su práctica consiste en que ciudadanos de cualquier oficio o profesión se organizan para dar a conocer los temas que les afectan." (Ureña, 2014. p.4).

Con estos lineamientos, el periodismo es una piedra angular de estos espacios radiofónicos y campos de la comunicación, concepto que se complejiza con las particularidades y singularidades de las comunidades, con metodologías y percepciones diversas, por ello no se puede encasillar, simplificar y unificar una apreciación de periodismo de manera específica y a la vez universal, como se puede atender, las concepciones de periodismo acotadas dan atisbos generales, y más aún en los medios alternativos y comunitarios, ya que depende de los procesos y dinámicas sociales y culturales que trasversalizan a los sujetos; de aquí, que nazca la necesidad de evidenciar esas nociones de periodismo, con el fin de poder caracteri-

zar esos elementos específicos, propios y autóctonos de la ciudad de Bogotá, que brindan una identidad particular de esas estrategias comunicativas y periodísticas en pro del desarrollo y el cambio social.

Metodología

La estructuración metodológica de esta investigación obedeció a un enfoque cualitativo que determinó las características de lo que se llama la noción o nociones de periodismo en los medios comunitarios en Bogotá, tomando como base la estructuración de un estudio de caso, dos programa de la emisora bogotana Suba Al Aire, llamados Alza la Voz y La Ciudad en Voz de Mujeres.

En primera instancia, se estableció una observación directa, sistematizada por medio de bitácoras, estableció un total de cuatro sesiones donde se encontró información relacionada a participantes, roles, estructura del equipo de trabajo, recursos técnicos, proceso de estructuración del escenario o espacio comunicativo alternativo (antes de emisión); estructuración periodística frente a los géneros y formatos, temáticas y enfoques abordados, procesos y dinámicas de constitución del escenario (durante la emisión); apreciaciones posteriores a la consecución del escenario comunicativo (después de la emisión).

Por otra parte, para lograr un análisis ontológico y fenomenológico de los sujetos inmersos en las lógicas del medio radiofónico comunitario y alternativo, se aplicaron seis entrevistas semiestructuradas a directores y comunicadores que dan vida al oficio del periodismo en los programas alternativos y comunitarios escogidos.

En última instancia, para hacer un análisis estructural del mensaje y semiótico, se tomó una relación de cuatro emisiones por programa, para identificar la producción radial durante un mes. Allí analizó e identificó características de sujetos, actores y fuentes destacadas (roles de cada uno); temáticas, la extensión de la información, dinámicas de flujo, el tratamiento de las mismas, si se orienta, se incentiva o se restringe. Frente a los contenidos y el discurso se analizó personajes representados, grados de universalización o particularización; colocación del sujeto o sujetos ante una inclusión o exclusión temática; relación temporal del discurso (conjugación verbal) y tipo de discurso en relación a cualidades informativas (perspectiva externa de los hechos), narrativas (discurre en la acción), dramatúrgicas (escenifica) y persuasivas.

A nivel estructural del lenguaje, se examinó términos de referencia explícitos e implícitos en la relación de sujetos, verbos y adjetivaciones en los géneros periodísticos identificados, como también valoraciones a través de figuras retóricas.

Resultados

Qué son

La emisora Suba al aire se encentra en el dial 88.9 y abarca la zona de Suba, pero también llega a las localidades de Engativá y Usaquén, los sujetos que forman parte de esta propuesta la conciben de la siguiente manera: “Suba al aire es una emisora comunitaria que tiene (...) más de 16 años de trayectoria en la cual han pasado muchos procesos sociales y pues se ha consolidado también como un espacio de participación, lo veo así porque hay pluriculturalidad” (entrevista a Victoria Raquel Aleal, La Ciudad en Voz de Mujeres). En concordancia, y demostrando la perspectiva desde la cotidianidad y el ámbito comunitario, Lina Escobar, comunicadora popular del programa La Ciudad en Voz de Mujeres recalca que este espacio es para “los parroquianos, que tienen cosas que decir, historias que contar que tiene posiciones que mostrar y eso hace que sea un ejercicio comunitario”.

En la misma dirección se concibe que la estructura que conforma la emisora posee un carácter de libertad profesional, no se encontró la necesidad que un periodista profesional

sea quien da las pautas de trabajo, sino que varias personas aprenden el oficio en su relación con el estar en contacto con los programas y el medio en sí: "yo no tengo formación en radio ni nada similar, sino ha sido como lo que se ha ido encaminando de lo empírico" (entrevista a Lina Escobar). Esa misma libertad implica la no existencia de agendas prestablecidas en la producción de los programas, estas últimas se edifican en concordancia con las necesidades que plantea las temáticas y los sujetos participes.

Lo comunitario aflora tanto en la producción como a la hora de la creación del espacio, siempre se tiene en cuenta una visión educativa y la proyección comunitaria, los equipos de trabajo y la diagramación de los programas obedecen a un pensar que se traduce en el apoyo a los miembros de la comunidad, entonces se puede identificar esa distancia real con la radio comercial, las dinámicas nacen desde la comunidad y retornan allí.

Estos espacios radiales reconfiguran la realidad y las problemáticas de la localidad de Suba, en ocasiones de la misma capital; son conscientes de su papel en la comunidad como plataformas mediáticas dentro del entorno popular de otredad, donde se destaca un fuerte arraigo tanto local como nacional ante la situación del conflicto por el que atraviesa Colombia, así lo deja divisar Félix Melo, coordinador del colectivo y espacio radial Alza La Voz: "Partimos de dos puntos, es un medio comunitario, estamos en una emisora que no pertenecía a esa oficialidad (...). El programa nació y tiene como objetivos permitir la voz de las personas, estar en la movilización social (...) que siempre estemos apoyándolos cuando este reivindicándose los derechos humanos, civiles, políticos, cuando haya alguna discriminación".

Como se puedo observar, las entrevistas otorgaron varias líneas reflexivas frente a la condición del medio comunitario radial, determinaron una coincidencia con los direccionamientos teóricos plateados alrededor de los campos comunicativos analizados. Frente a la concepción del ejercicio periodístico, los sujetos participes reconocen unas prácticas periodísticas asociadas a la investigación y la pluralidad de ópticas, alimentándolas desde un punto de partida horizontal transdisciplinar, reconociendo un papel formativo del medio a través de incentivar una posición crítica del entorno, Félix Melo lo relata de la siguiente manera: "El periodismo... Sé que en Suba al aire la idea es que todos y todas podamos hablar, entonces es excelente que estén los periodistas, es algo que nosotros valoramos y también hay otras personas que no tienen nada que ver con la radio ni con conocimientos técnicos pero acá están aprendiendo mucho, se está dando la oportunidad para que personas del común, incluso que no han terminado la primaria o el bachillerato hablen aquí, y todos le estamos aportando (...) la formación se resume en generar una opinión crítica ante los problemas coyunturales y estructurales de la sociedad nacional y local".

Cómo producen

Desde el inicio la segmentación no existe, pues la existencia de los programas depende de varias razones y allí tienen cabida todos los públicos, ya sean niños o adultos mayores, los distintos géneros, tribus urbanas, entre otros: "ese tipo de diversidad que se presenta en Suba al aire es interesante y es un proceso que se adelanta con el objetivo que la gente entienda que lo diverso no es malo" (Entrevista a Jorge Peñuela, coordinador de programación Suba Al Aire).

El tratamiento musical es un apoyo fundamental, hay que considerar las competencias que tiene la radio frente a la tradición oral y musical, por ello, en programas como por ejemplo en "Alza la Voz", el contexto musical no solo tiene que ver con el tema, sirve de pretexto para introducir variaciones en el tema y sirve de conector para integrar los componentes periodístico informativos y de opinión, precisamente en espacios de convivencia cultural y debate.

Alza la Voz y La ciudad en voz de mujeres funcionan como magazines, y tal como se había planteado, el tema de cada programa surge de una confrontación de ideas y temas, el

debate es primordial: "Somos actualmente 8 personas, nos estamos repartiendo nuestros programas cada semana, cada uno está siendo responsable de un tema en especial, de un conocimiento que quiera exponer" (entrevista a Félix Melo), pero con ello se establecen vínculos de trabajo en común en el cual la preproducción del programa recae en todos los miembros del equipo.

En cuanto al desarrollo del genero de entrevista, estas se desarrollan de una forma espontánea y se tiene mucho cuidado en establecer opiniones que no sean fundamentadas, la dinámica hace que entre los diferentes actores aparezca una sinergia comunicativa de la cual el único que gana es el oyente, no existe un orden preestablecido ni el vicio de la radio comercial al manipular la postura del experto, se trata de que el público se lleve una idea que le permita tomar una posición frente al tema.

En cuanto a la pos-producción, siempre existe una retroalimentación entre los productores a fin de corregir errores para los programas subsiguientes, recalcando una comunicación abierta y un disenso, mientras tanto los programas hacen uso de cortinillas que refrescan los temas tratados y a su vez reubican las discusiones, se forma el carácter del programa, un ejemplo se evidencia con el programa de Alza la Voz: "Dijo Oscar Wilde "Mientras la guerra sea considerada como una cosa mala, ejercerá su fascinación. Cuando se la considere como algo vulgar dejará de ser popular. Muchos han alzado la voz y los silenciaron. Muchos la seguimos alzando. Y tú ¿Te atreves a alzar la voz? Alza la voz por Suba AL Aire en los 88.4 F.M." (Cortinilla del programa).

Qué producen

Alza La Voz, con una duración de una hora los días sábado a las cinco de la tarde, y La Ciudad en Voz de Mujeres, que se transmite los días jueves a las seis de la tarde, plantean temáticas discutidas que apelan a la concepción de apoyo a la comunidad así como a los saberes cotidianos en sus mensajes. Por un lado, en Alza La Voz se analizaron programas que tenían los siguientes temas: La marcha del 9 de abril por las víctimas del conflicto armado y la paz, a propósito de la fecha y sus repercusiones actuales, otro programa tuvo que ver con el paro de maestros por lo cual se abordó la temática de la excelencia educativa, para el día del idioma se habló de Gabriel García Marques y la muerte en esas fechas del escritor Uruguayo Eduardo Galeano. EL programa de "la ciudad en voz de mujeres", trato temas como: El acoso callejero hacia las mujeres, el mito del amor romántico, La pornografía y la mujer, El desplazamiento y la condición de mujer, el papel de la mujer en los medios de comunicación.

Los dos programas contienen por lo general tres bloques de producción y el tiempo de una hora no es una camisa de fuerza, en ocasiones se observó que la duración fue de más de una hora, y el comienzo de los mismos no fue exacto, lo cual indica una laxitud que en la radio comercial no es permitida y en la comunicación académica es castigada. Entre bloque y bloque se entrelazan cortinillas y apartados musicales, se tiene mucho cuidado en ubicar la música con la dinámica del programa, ya que refuerzan el papel alternativo respecto a mirar el mundo con otro foco.

La dinámica de los programas tiene su concentración en el papel de los presentadores, el aporte de cada uno de ellos teje la temática de tal forma que el papel de los invitados se hace más ameno, en Alza La Voz, Carlos Maldonado, Félix Melo, Andrés Rodríguez, Daniel, Samy y Mafe, dirigen el programa de acuerdo al sujeto que se compromete a planear las temáticas.

En el programa La Ciudad en Voz de Mujeres, Victoria Aleal propone el tema y realiza el guion, dirige el programa y da las pautas a seguir y la entrada a los invitados; Alejandra, Lida y Rosalba hacen el papel de locutoras, dan paso a las cortinillas y cierran el programa, aportan preguntas para los invitados.

El grado de universalización del discurso varía según el tema y la preparación del mismo. En los temas de conflicto se tiende a universalizar en la medida en la cual se plantea un

movimiento en expansión, ya sea por parte de los actores en las luchas sociales frente a las hegemonías nacionales o en la necesidad de contar con un movimiento universal en apoyo a las luchas de género y derechos humanos, mientras que temáticas como las del premio nobel de literatura o el día del idioma tienen referentes más particulares y concentrados en el conocimiento específico.

El tipo de discurso tiene como característica lo narrativo, pues es la forma de mantener un tinte coloquial del tema abordado, pero además se utiliza el informativo y descriptivo haciendo uso de herramientas periodísticas como la noticia y la entrevista, con lo cual la variedad de temas y las formas de abordaje cuentan con dinámicas que permiten la interacción de los diferentes actores en el programa.

Como se ha estipulado con anterioridad, lo géneros y formatos periodísticos que se utilizan para integrar la comunidad oscilan entre el debate (opinión) y la entrevista. Sin embargo, para abastecerse de contenidos y documentos hacen uso de noticas creadas por otros medios de comunicación, así estos medios crean un debate y están en constante contraste con los medios masivos, logrando otro tipo de apreciaciones y reflexiones ajustados a la localidad y la ciudad de Bogotá. En algunos programas, en menor proporción, se utiliza también la crónica, matizada por un lenguaje coloquial y popular, con casos de la vida cotidiana que acercan a las comunidades a analizar la temática propuesta, en este sentido la crónica se utiliza de preludio para establecer una mesa de debate. Por otra parte, estos espacios radiofónicos tratan de volver a rescatar formatos desaparecidos en la radio comercial y tradicional, como lo es el radioteatro, propuesta dramatúrgica que a partir de una representación de contexto buscan establecer empatía con los radioescuchas. Es de mencionar que además de los debates y las entrevistas, los procesos de co-participación con la comunidad son planteados a través de las redes sociales (Facebook y Twitter).

Por último, en estos géneros y la producción de los mismos, se utilizan una serie de figuras retóricas para plantear un escenario con múltiples miradas sobre las temáticas, como lo son el símil, la metáfora; para generar una profundidad a los perfiles abordados se utiliza la prosopografía. La epístrofe y la expolición son utilizadas para generar una recordación frente a las conclusiones o para llamar la atención y no desviar el tema. Por otro lado, de forma persuasiva, para lograr fomentar el entendimiento del otro, utilizan el dialogismo. La eutrapelia busca en estos programas distencionar el ambiente frente a los temas con mayor rigor investigativo, proponiendo un contexto amable hacia la comunidad. Estos apoyos retóricos determinan el grado de veridicción con que se afrontan los contenidos de los programas, en términos generales, de acuerdo a las fuentes utilizadas y la apertura a la concepción de la diversidad, estos programa no se atan a una versión o interpretación del contexto, aunque siempre hacen distinción con lo que se estipula en otros medios.

Discusión y conclusiones

La radio comunitaria es una alternativa de conocimiento para comunidades emergentes que buscan su reconocimiento como iguales, ello hace que la producción en este medio tenga como referente la radio comercial y se mira en ella para no repetir sus lógicas.

Se puede decir que la producción de la radio comunitaria posee elementos, tanto técnicos como gramaticales de las emisiones radiales comerciales puliendo los errores que ellas contienen, pero el que se utilicen los mismos formatos, no quiere decir que su forma de acción sea la misma, esta investigación deja claro que se puede realizar un magazín con amplia investigación en el cual la línea de discusión aporta y contiene al oyente, es decir que vehiculiza las problemáticas de comunidades reales y plantea alternativas claras a problemas concretos.

Las temáticas que aborda la emisora Suba Al Aire son parte de la exigencia local, con lo cual la apropiación que realiza la comunidad crea ganancia en el conocimiento y en la cohe-

sión del tejido social, esto choca con las formas comerciales que producen el efecto contrario, disgregación y atomización social.

La organización de trabajos en la radio comunitaria establece compromisos que van más allá de la reproducción capitalista, la observación comprobó que existen cohesiones y sinergias entre los diferentes actores que los llevan a construir discursos que rompen con tiempos, espacios y formas lingüísticas preestablecidas.

Las nociones de periodismo aquí encontradas son distintas a otros espacios y contextos, ya que son instauradas según las particularidades y singularidades del contexto de Suba y los sujetos que interactúan allí. Para propiciar los lineamientos de una radio alternativa y comunitaria en el campo de la comunicación para el desarrollo y el cambio social, los géneros y formatos comprenden esos objetivos de constante participación con la comunidad, por ello con el fin de abrir un red compleja de interpretaciones, se utiliza la crónica y la noticia para contextualizar, y la mesa de debate para generar una continua dialéctica que está siempre en un pluralismo agónico.

Referencias

Alfaro, R. (2000). Culturas populares y comunicación participativa: en la ruta de las redediniciones. En revista Razón y Palabra. Número 18. México.

Barranquero, A. y Báez, Ch. (2010). Comunicación alternativa y comunicación para el cambio social democrático: sujetos y objetos invisibles en la enseñanza de las Teorías de la comunicación. Congreso Internacional AE-IC Málaga 2010 "Comunicación y desarrollo en la era digital". Disponible en: https://orecomm.net/wp-content/uploads/2010/01/AEIC-Barranquero-Saez.pdf

Martín-Barbero, J. (2003) "Cultura: desafíos de lo popular a la razón dualista" en: Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Fondo de Cultura Económica. Colombia.

Ministerio de comunicaciones de Colombia, decreto 281 de 2002.

Montoya, A. (2010). Logros y desafíos de la educomunicación desde la razón y la radio popular en estas últimas tres décadas. En revista Interacción. Número 51. Colombia.

Muñoz German:La cultura en los medios audiovisuales en Colombia, publicado en Biblioteca Luis Angel Arango, en http://www.banrepcultural.org/category/autores-dccreator/mu-oz-germ-n

Pena de Oliveira, F. P. (2009). Teoría del periodismo. Comunicación Social.

Peruzzo, C. (2013). Aproximaciones entre la comunicación popular y comunitaria y la prensa alternativa en Brasil en la era del ciberespacio. En Sierra F. y Martínez M. (Coords.) Comunicación y Desarrollo. Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa.

RAMONET, I. (1999). El periodismo del nuevo siglo. En Revista La Factoría N8. Traducción del francés: Mirnaya Chabás.

Secretaria de Gobierno, Alcaldía Mayor de Bogotá D.C. Documento Caracterización del Sector de la Comunicación Comunitaria Y Alternativa De Bogotá D.C.CONVENIO DE ASOCIACIÓN 420 de 2011. Disponible en: http://www.redcomunicacioncomunitaria.org/documentos/CONVENIOSDE/CARACTERIZACION%20SECTOR%20COMUNICACION%20COMUNITARIA%20version%20MAYO%204%202012%20final.pdf

Ureña, L. (2014). Periodismo comunitario en Costa Rica: la información en manos de la ciudadanía. En Revista: Rupturas 4(1). Costa Rica.

Villamayor, C. (2014). Las Radios Comunitarias, Gestoras De Procesos Comunicacionales. En revista Mediaciones. Uniminuto. Volumen 12. Bogotá.

Williamson, G. (2009). Territorio local, comunicación y educación comunitaria. En revista Razón y Palabra. México.

Radio y nuevas tecnologías para la inclusión social. La experiencia de Radio Abierta, una radio realizada por personas con trastorno mental

UAM-Xochimilco

Sara Ester Makowski Muchnik
saram@prodigy.net.mx

Resumen

El trabajo explora una modalidad radiofónica de compartir diálogos disidentes y socialmente silenciados como lo son las voces de la locura. Se trata de Radio Abierta, la primera radio en México realizada por personas que tienen experiencias psiquiátricas. Es una iniciativa que se desarrolla desde el año 2009 en la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco. Las voces marginadas de los locos circulan por la esfera pública y en su transcurrir van propiciando una travesía de voces y palabras que generan lazo social. El trabajo expone los principales efectos de desestigmatización y de inclusión social que esta experiencia radiofónica tiene tanto para las personas con diagnóstico psiquiátrico como para el público que los escucha. El énfasis del trabajo estará en la potencialidad de la radio y las nuevas tecnologías para fisurar el silencio social y para restituir, en el espacio público, las presencias hasta entonces invisibles de las personas con trastorno mental.

Palabras clave:

Radio; nuevas tecnologías; locura; inclusión social; desestigmatización

Abstract

The presentation analyzes the results of the implementation of a community intervention device, consisting of a radio program created by psychiatric patients named Radio Abierta, in the field of mental health in Mexico. Radio Abierta is a project being carried out at the Xochimilco Campus of the Universidad Autónoma Metropolitana (UAM). It will additionally describe the operation and organization of the device in question, presenting the results in four dimensions related to mental health patients: the layout of relationship bonds, the development of expressive and communicative abilities, subjective positioning, and inclusion.

Keywords:

Radio; new technologies; mental illnes; social inclusion; destigmatization

Resumo

O trabalho explora um modo de fazer rádio para compartilhar diálogos disidentes e socialmente silenciados como são as vozes de insanidade.

Radio Abierta, a primeira rádio no México realizada por pessoas com experiências psiquiátricas e uma iniciativa que se desenvolve desde 2009 na Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco. Vozes marginalizadas de loucos que circulam na esfera pública e sua passagem está promovendo um cruzamento de vozes e palavras que geram vínculo social.

A ênfase do trabalho será sobre o potencial da rádio e novas tecnologias para quebrar o silêncio social e para restaurar, no espaço público, as presenças inéditos de pessoas com transtorno mental.

Introducción

Radio Abierta es una iniciativa original y pionera en el campo de la comunicación y la salud mental en México que, a través del uso de la radio y de las nuevas tecnologías, tiene como objetivos centrales la producción de inclusión social de las personas con padecimientos psiquiátricos, la desestigmatización de la enfermedad mental y de quienes la padecen, y la producción de visibilidad a través de la restitución del derecho a la libre expresión y a la comunicación.

Se trata de un dispositivo comunicacional, de intervención comunitaria, que apuesta por incluir en la esfera pública (radio e internet) las voces y las presencias de sujetos sociales que han sido siempre excluidos y discriminados de la sociedad.

Radio Abierta nació como una alternativa a las formas de funcionamiento del sistema de salud mental en México, básicamente centrado en un modelo asilar, psiquiatrizante y manicomial. Funciona todos los miércoles, desde el año 2009, en un jardín de la UAM-Xochimilco. Las producciones de Radio Abierta se transmiten a través de diversas plataformas comunicacionales como FM 94.1 UAM Radio, Radio Código CDMX del la Secretaría de Cultura del Gobierno de la CDMX, streaming 24 hrs por el sitio de internet www.radioabierta.net y por otras radios de México y del mundo.

A partir del uso de la radio y de las nuevas tecnologías Radio Abierta es un espacio en el que las personas con experiencia psiquiátrica tienen la libertad de expresar sus ideas, opiniones y puntos de vista; sus voces, sus experiencias y sus mundos pasan al primer plano.

Frente a la exclusión social y al borramiento al que son sometidas las personas con trastorno mental, Radio Abierta constituye un espacio productor de sonoridad humana que fisura el silencio y habilita nuevos canales para la expresión y el diálogo.

Descripción del caso

Radio Abierta se convierte en una caja de resonancia a través de la cual la palabra circula, y en este transcurrir por el espacio público genera lazo social: efectos de conexión con otros, y efectos de recuperación de la condición humana al ser escuchados por otros, y por sí mismos.

El dispositivo de Radio Abierta es abierto, grupal y radiofónico. En su dimensión material, está conformado por unas treinta sillas que se disponen en forma de U y que son ocupadas por los participantes de la radio y por personas de la comunidad universitaria y público en general (estudiantes, profesores, trabajadores de la UAM, personas externas a la universidad) que acompañan todos los miércoles de 10 a 13 hrs. el desarrollo de esta experiencia.

Se utilizan tres micrófonos con cables los que, al desplazarse al interior del dispositivo cada vez que uno de los participantes solicita la palabra, metafóricamente producen lazo al enlazar los fragmentos discursivos que van enunciando los hacedores de la radio.

La mesa de producción en la que se encuentra el equipo técnico (consola, computadoras, bocinas); el pizarrón que sirve de planilla programática a partir de las diferentes propuestas

temáticas planteadas por los participantes; y un techo-lona que sirve para acotar el espacio y dar contención física, son otros componentes materiales del dispositivo.

En su dimensión simbólica, este dispositivo productor de sonoridad humana es un espacio de convergencia de materiales diversos y heterogéneos, tales como fragmentos de delirios, recuerdos, experiencias, música, canciones, interacciones, cuerpos y gestos que de forma liminar se articulan para la producción de palabras y vínculo.

Las formas de articulación de esas convergencias son siempre efímeras, acontecimentales, producto del encuentro con el deseo de otro, de otros, por alojar hospitalariamente esos otros decires.

La potencia de Radio Abierta reside, precisamente, en la caleidoscópica posibilidad de resonancia -grupal e individual- que tiene la sonoridad humana que allí acontece.

Sonoridad humana que devuelve, en su transcurrir, presencia, reconocimiento, recuperación de la dignidad humana, visibilidad y existencia social.

Los participantes de Radio Abierta toman el micrófono y con absoluta libertad hablan, se expresan y comunican sus puntos de vista y sus experiencias, bordeando las fronteras de la cordura y la locura, de la sensatez y la insensatez.

A lo largo de sus siete años de funcionamiento, y a través del uso de las nuevas tecnologías, Radio Abierta ha ido transitando hacia los terrenos de lo multimedia. Por una parte, tiene una dimensión radiofónica que se transmite a través de la FM de nuestra Universidad; por otra parte, se realiza una transmisión por internet 24 hrs.; se edita una revista digital denominada TOING que es realizada por los mismos participantes de la radio; y, finalmente, se producen y difunden contenidos audiovisuales como videos comunitarios, campañas contra la discriminación y el estigma, entre otros productos.

Discusión

A continuación se presentan los principales resultados de esta experiencia de intervención comunitaria en salud mental a lo largo de sus casi cuatro años de funcionamiento.

A. Socialización y pertenencia

Uno de los principales resultados que arroja el transcurrir ininterrumpido del dispositivo de Radio Abierta es el alto potencial para la construcción y reconfiguración de los vínculos sociales. Cabe señalar que, en el caso de las personas con experiencias psiquiátricas, en su gran mayoría tienen sus vínculos rotos y algunos de ellos provienen de un albergue en el cual se encuentran en situación de abandono familiar y social desde hace varias décadas.

El espacio de Radio Abierta ha incentivado el contacto físico, la convivencia, el intercambio de ideas y de saberes, y ha potenciado un mayor conocimiento entre los participantes.

Poco a poco se ha ido constituyendo un sentido de pertenencia y de comunidad entre los y las participantes, y se ha significado a los pares como hermandad, familia y “un mundo común”.

Adicionalmente, los participantes han diversificado sus vínculos al establecer relaciones entre ellos mismos, con los estudiantes e invitados que acuden a la transmisión en vivo, con los radioescuchas y con los profesionales del equipo operativo.

Cabe destacar que el hecho que Radio Abierta se desarrolle en un jardín de la UAM-Xochimilco habilita no sólo la interacción de las personas con experiencia psiquiátrica con miembros de la comunidad universitaria (estudiantes, profesores, personal administrativo y de vigilancia), sino que les posibilita también el acceso a los recursos y a la oferta cultural de la universidad: biblioteca, el coro, espacios verdes, foros, conciertos y talleres. Y los incluye en un entramado social comunitario, no hospitalario ni psiquiatrizante.

B. Desarrollo de habilidades expresivas y comunicativas

A lo largo de las sesiones de Radio Abierta se observó que, paulatinamente, los participantes más retraídos comenzaron a participar voluntariamente con mayor frecuencia, adquiriendo más seguridad, mejor articulación de lenguaje e ideas, y obteniendo mayor reconocimiento de sus compañeros

Un cambio interesante ocurrió en relación a los temas propuestos por los participantes. Al comienzo de Radio Abierta, los temas que se proponían para el diálogo estaban muy vinculados a la problemática de la experiencia psiquiátrica: las vivencias en torno a los padecimientos psiquiátricos, los cambios experimentados a partir del diagnóstico, las internaciones, los conflictos familiares, los efectos de la medicación, el aislamiento, la pérdida de los horizontes vitales.

En los últimos años de funcionamiento del dispositivo se produjo un desplazamiento de los temas "psiquiátricos" hacia temas más generales que posicionan a las personas con trastornos mentales como seres humanos y ciudadanos que comparten la realidad con la sociedad en general. Y se descubrieron, así, como personas que pueden, a partir de sus diferencias, aportar y enriquecer el flujo social.

Asimismo, se destaca que la permanencia en el dispositivo de la radio permitió a los participantes desarrollar la capacidad de escucha y de participación en los diálogos, a partir de la recuperación de lo dicho por otros pacientes. Este es un asunto no menor si se tiene en cuenta que en los casos de psicosis las personas quedan muchas veces atrapadas en el hermetismo de las producciones delirantes.

C. Posicionamiento subjetivo

Por "posicionamiento subjetivo" entendemos las distintas posibilidades y posiciones que puede tener una persona en el marco de un juego identitario y referencial plural. Aún en los casos de personas con diagnóstico psiquiátrico, sostenemos la capacidad de distintos posicionamientos subjetivos que desafían los etiquetamientos y las posiciones "asignadas", tales como enfermo, paciente, discapacitado psicosocial, etc.

En este sentido, Radio Abierta habilita la posibilidad de movimientos –reales, psíquicos, simbólicos, dramatúrgicos, etc.- que refuerzan la condición de sujetos cuyas identidades y referencias se juegan más allá de su condición de enfermo mental.

Uno de los posicionamientos subjetivos más significativos que hemos observado es el desplazamiento del lugar de "paciente" al de sujeto o persona. A medida que transcurrían las intervenciones de Radio Abierta, los y las participantes asumían un rol más activo y se volvían sujetos de su propia enunciación.

Este posicionamiento es notablemente significativo en el marco de aquellos padecimientos mentales en los que los pacientes se sienten habitados por voces externas. La posibilidad de hablar en nombre propio y de reconocer la voz propia, al mismo tiempo que se recuperan fragmentos de la historia biográfica a través del recuerdo y de la reapropiación subjetiva, habilitan procesos novedosos de agenciamiento con fuertes impactos positivos en las trayectorias socio-individuales de los y las participantes de Radio Abierta.

D. Inclusión social

La participación en el dispositivo de intervención de Radio Abierta genera efectos de inclusión social, en varios niveles.

Por una parte, y como ya fue señalado, al tratarse de una intervención comunitaria en el espacio de la universidad, se genera un efecto de inclusión que "despsiquiatriza" al sujeto y lo hace parte de una comunidad que lo reconoce e interpela en su carácter de persona.

Por otra, al incorporar las voces y las presencias de las personas con vivencia psiquiátrica en la esfera pública (radio, Internet) se producen efectos de visibilidad e inclusión social de quienes hasta entonces estaban borradas y marginadas de la sociedad.

Finalmente, la inclusión social a la que se hace referencia se pone en juego en los terrenos del reconocimiento social de la diferencia, en el ejercicio del derecho a la libre expresión, y en la aceptación de la contribución que estas personas pueden hacer a la sociedad.

Conclusiones

En general, las personas que tienen algún padecimiento psiquiátrico son objeto de discriminación y exclusión tanto en el ámbito privado-familiar como en el social.

Los etiquetamientos de peligrosidad, contagio, delito, exceso y depravación funcionan desde tiempos remotos, y han servido para aislar, separar y estigmatizar a personas con trastorno mental.

Las diferentes operaciones de exclusión social han generado, entre otros efectos, el silenciamiento de las voces de los denominados "locos".

Uno de los efectos centrales que ha generado Radio Abierta es un quiebre paulatino del confinamiento al silencio.

En la medida en que este dispositivo de intervención comunitaria en salud mental hacía su trabajo de contención y sostén, se habilitaba la posibilidad de la palabra en las personas con experiencias psiquiátricas. Poco a poco se iba generando un espacio de sonoridad humana donde otros decires comenzaban a tener el estatuto de palabra dicha por alguien para que algún otro la escuche: decires dislocados, palabras que se caen de la estructura del discurso, sinsentidos, palabras llenas de ruido que no admiten resquebrajamiento alguno y que sucumben a la certeza delirante fueron encontrando un espacio de resonancia y producción de sentido que generaban un "efecto de lenguaje": la posibilidad de que se produzca sentido social, reconocimiento mutuo y anclaje en el campo de las significaciones.

Escuchar y ser escuchado, y que lo dicho sea alojado y contenido en un dispositivo grupal y comunicacional como el de Radio Abierta es producir acciones de salud; es generar las condiciones de posibilidad para que personas que han vivido en el exilio social recobren, a partir de sus propias palabras, el estatuto de sujetos que tienen una historia, que tienen potencialidades y recursos, que tienen Derechos Humanos, y que cuentan con la posibilidad de encontrarse con otros, con nosotros, en todo aquello que nos es común y que nos concierne como seres humanos.

La emergencia de la palabra habilitó la posibilidad de atravesar los territorios oscuros del silencio, del abandono y de la negación.

Radio Abierta, por otra parte, posibilitó que los y las participantes se interrogaran sobre su propia locura, y cuestionaran los distintos etiquetamientos que socialmente se les asignan.

A lo largo del devenir de la experiencia de la radio, los participantes discutieron ampliamente las distintas nominaciones que socialmente se les imponen: loco, discapacitado psicosocial, esquizofrénico, bipolar, alucinado, enfermo, paciente psiquiátrico, entre otras.

Los intentos de salirse de esas etiquetas y las maniobras semánticas de recaptura al interior de las mismas no llegaron a resoluciones definitivas, pero permitieron la emergencia de ciertas "zonas de normalidad" en las que también se podían reconocer.

Y desde allí se abrió la posibilidad de producir ciertos extrañamientos y críticas respecto del funcionamiento de los estigmas, y la comprensión de que los etiquetamientos sociales negativos no agotan la existencia del estatuto de personas que tienen la capacidad de observar el mundo (y no sólo de ser observados) y de expresar sus puntos de vista sobre la realidad que los rodea.

A partir de estos juegos semánticos de entrada y salida de la normalidad/anormalidad, y de sentir que no están tan locos, los y las participantes recuperaron la posibilidad de opinar

sobre temas y situaciones del mundo que también habitan, y del cual son también ciudadanos con derechos.

Bibliografía

Álvarez, José María. (1999). La invención de las enfermedades mentales. Madrid, España. DOR, SL. Ediciones.

Álvarez, José María. (2007). La certeza como experiencia y como axioma. Virtualia. Revista digital de la Escuela de la Orientación Lacaniana. #16. Febrero-marzo 2007.

Apollon, W., Bergeron, D. Y Cantin, L. (1997). Tratar la psicosis. Buenos Aires, Argentina. Polemos Editorial.

Benedetti, Gaetano. (1996). La esquizofrenia en el espejo de la transferencia. Córdoba, Argentina. Editorial Científica Universitaria.

Colina, Fernando. (2007). De locos, dioses, deseos y costumbres. Crónicas del manicomio. Valladolid, España. Pasaje de las letras.

Fernández, Elida. (1999). Las psicosis y sus exilios. Buenos Aires, Argentina. Letra Viva.

Fernández, Elida. (2005). Algo es posible. Clínica psicoanalítica de locuras y psicosis. Buenos Aires, Argentina. Letra Viva.

Fernández Rivas, Lidia y Ruiz Velazco, María Eugenia. (2011). El valor de la palabra. Una experiencia de radio con personas que han atravesado por experiencias psiquiátricas. Ponencia presentada en el Coloquio del Departamento de Educación y Comunicación, de la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco.

Le Breton, David. (2006). El silencio. Aproximaciones. Buenos Aires, Argentina. Sequitur.

Makowski, Sara. (2007). Ética y micropolítica de la intervención psicosocial, en Revista Tramas. Subjetividad y procesos sociales, N° 27, Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco.

Minard, Michel (sous la direction de). (1999). Exclusion et Psychiatrie. Toulouse, Francia. Éres.

Olivera, A. (2009) La Colifata. El arte en el "entre" de los dispositivos/instalación. Desarrollo de una lógica del acontecimiento. Presentación en el Primer Foro Internacional "Arte, puente para la salud y el desarrollo", Lima, Perú, del 17 al 20 de agosto de 2009.

Olivera, A. (2003). ¿Quién habla? LT 22 Radio La Colifata. Mimeo.

Percia, Marcelo. (2004). Deliberar las psicosis. Buenos Aires, Argentina. Lugar Editorial.

Rivas, Enrique. (2005). Pensar la psicosis. El trato con la disidencia psicótica o el diálogo con el psicótico disidente. Málaga, España. Miguel Gómez Ediciones.

Zabalsa, Sergio. (2005). La hospitalidad del síntoma. Arte y clínica en el hospital de día. Buenos Aires, Argentina. Letra Viva.

Biografía

Sara Makowski es Doctora en Antropología. Profesora-Investigadora de la UAM-Xochimilco. Coordinadora de Radio Abierta. Trabaja temas de exclusión social, comunicación alternativa y salud mental.

Radio "Non Joi": Desarrollo de la identidad y permanencia cultural de la Comunidad Shipiba de Cantagallo

Universidad San Ignacio de Loyola

Giancarlo Tafur Arévalo
giancarlo.tafur@live.com

Resumen

Esta investigación busca a través del uso práctico de la radio comunitaria de parlantes comprender la relación del indígena urbano con la ciudad, sus valoraciones culturales, y las dinámicas de comunicación de su comunidad con la finalidad de no perder o negociar sus patrones culturales. En la presente, se descubrió que los miembros de la comunidad Shipiba de Cantagallo hibridan socialmente, confrontando parcialmente sus patrones culturales para participar del espacio público de la ciudad, pero con los miembros de su comunidad dichos patrones se refuerzan, mantienen, y comunican con aquellos que desean conocerlos.

En la presente, se observa que la producción y difusión de contenidos culturales elaborados por ellos mismos a través de la radio por parlantes permite que sus comuneros estén informados y constantemente recordando sus costumbres. Asimismo, se cumple un segundo propósito: proyectar los valores de la comunidad y sus etnias a quienes los visitan, para que de esa manera, todos se sientan partícipes del proyecto cultural de la comunidad.

Palabras claves:

Medios comunitarios; comunicación para el desarrollo; comunicación intercultural; estudios culturales

Abstract

This research seeks through the practical use of community radio over speakers to understand the relationship of urban indigenous peoples to the city, its cultural assessments, and communication dynamics of their community in order to not lose or negotiate their cultural patterns. In this, it was discovered that members of the Shipibo community of Cantagallo hybridize socially, partially confronting cultural patterns to participate in the public space of the city, however with community members such patterns are reinforced, maintained, and communicated with those who wish to know them.

In this present research, it appears that the production and dissemination of cultural content produced through radio speakers allow community members to be informed and constantly reminded of their customs. Likewise, a second purpose is fulfilled: to project the values of the community and its ethnic groups who visit them, so in that way, everyone feels part of the community cultural project.

Keywords:

Community media; communication for development; intercultural communication; cultural studies

Resumo

Esta pesquisa busca através do uso prático de locutor de rádio comunidade a entender a relação do indígena urbana para a cidade, suas avaliações culturais e dinâmicas de comunicação de sua comunidade a fim de não perder ou negociar seus padrões culturais. Neste descobriu-se que os membros da comunidade Shipibo de Cantagallo hibridação socialmente, parcialmente confronto cultural a participar no espaço público dos padrões da cidade, mas com membros da comunidade tais padrões são reforçados, manter e comunicar com aqueles que desejam sei.

Atualmente, verifica-se que a produção e difusão de conteúdos culturais produzidos por eles próprios através dos altifalantes do rádio permitir que os membros da comunidade são informados e constantemente lembrando seus costumes. Além disso, um segundo objetivo está cumprido: para projetar os valores da comunidade e de seus grupos étnicos que os visitam, para que maneira, todos nós nos sentimos parte do projeto cultural da comunidade.

Palavras chaves:

Meios de comunicação comunitários; comunicação para o desenvolvimento; comunicação intercultural; estudos culturais.

Introducción

A través de la creación de la radio "Non Joi" (Nuestra voz), se busca comprender el impacto que tienen los medios de comunicación alternativa dentro de la comunidad indígena urbana de Shipibos Conibos de Cantagallo en el distrito del Rímac, Lima, Perú. Esta comunidad se ubica entre la margen derecha del río en el distrito del Rímac (Lima, Perú) con una población de 300 familias. La mayoría de los habitantes provienen de alguna de las más de 150 comunidades indigenas pertenecientes al grupo étnico Shipibo Conibo, las cuales se distribuyen a lo largo de las riberas del río Ucayalli en la selva peruana.

Las condiciones de vida en la comunidad son precarias: acceso limitado a servicios (agua y desagüe, electricidad, viviendas de madera). La mayor parte de la población trabaja en actividades artísticas (pintura, tejidos, artesanías, música, cosmovisión shipiba). Otro grupo se dedica a trabajos no especializados y un pequeño grupo de jóvenes a los estudios superiores.

Reflexiones teóricas

La cultura puede definirse como el conjunto de formas de vidas y costumbres que constituye, asimila, y proyecta un determinado grupo dentro de su cotidianeidad y lo reafirma a través de su práctica y difusión que da sentido a la construcción de la realidad y al proceder del ser social. En ese sentido, esta debe considerarse como un elemento dinámico y diverso, que debe enfocarse a la expansión de ciudadanía y el ejercicio de los derechos de quienes la practican (OIT, 2017; UNESCO, 2012).

Esta noción es clave dentro de la investigación, debido a que cada grupo maneja códigos culturales, las cuales también se migran y deben integrarse a las dinámicas ciudadanas para su ejercicio en sociedad, la construcción de una identidad tolerante, y actuar bajo el sentido de su acción cultural empoderada (Bengoa, 2007; Del Popolo, Oyarce, & Ribotta, 2007).

La migración, en el caso shipibo, es producto del liderazgo de las mujeres, quienes a través del comercio de sus artesanías fueron viajan por el Perú. Tournon (2006) destaca este rol y lo bautiza como el "nomadismo comercial shipibo." Por lo tanto, ellas son propulsoras

de la expansión de los idearios shipibos, indican el camino hacia el desarrollo de la ciudadanía, replicando los valores primigenios y establecen un orden comunitario, dando inicio a la integración dentro de la sociedad.

Al ingresar a este nuevo espacio geográfico entra un concepto propuesto por García Canclini (1990): "hibridez cultural," donde las diferentes apuestas que forman parte de la sociedad se van negociando y se hace referencia a la construcción de una nueva estructura cultural sin dejar de lado la esencia de cada patrón que la constituye. No se pretende dejar de lado las culturas indígenas, sino de insertarlas dentro del contexto de la modernidad, convirtiéndose en un puente de conexiones profundas (Spencer, 2011) "con las múltiples ofertas simbólicas desde posiciones propias" (García Canclini, 1990, pág. 332) de "seres interculturales, ciudadanos híbridos confluyendo a través de un mundo intercultural" (Lugo, 2010).

Los medios de comunicación en general y los alternativos en especifico se convierten en espacios donde median las apreciaciones culturales. La mediación social se define como un tipo de análisis que aborda de forma estructural el cambio dentro de la sociedad basado en la producción de significados (Barbero, 1991). Se debe entender como la "instancia cultural desde la cual los significados y sentidos son producidos y apropiados por la audiencia[...] es allí donde es posible comprender la interacción entre el espacio producido y la recepción" (Martinez Terrero, 2006, pág. 82).

En ese sentido, los medios de comunicación permiten que los Shipibos participen de una nueva dinámica mediática en la promoción de su identidad para la participación e interacción en la ciudad a través del acceso democrático a información de calidad. En ellos, se encuentran con la oportunidad de proyectar su identidad con la finalidad de construir su propia ciudadanía desde una comunicación alternativa.

Clemencia Rodriguez (2001) señala que los "medios ciudadanos" emergen de tres elementos: la apropiación de los medios con el fin de satisfacer las necesidades de información, un contexto histórico determinado que no permiten ofrecer contenidos alternativos, y el deseo de los grupos a través de estrategias creativas que permitan aprovechar las fisuras en el escenario mediático. Ella comenta, "estos medios son el resultado de una compleja interacción entre los intentos de las personas para democratizar el paisaje mediático y sus circunstancias contextuales" (pág. 164).

Entonces, la comunidad asume un rol participativo construyendo renovadas relaciones sociales con la infinidad de conexiones que fueran posibles, alcanzado la negociación y renegociación de sus espacios dentro de la hibridez a través del medio de comunicación.

Metodología

La metodología aplicada para esta investigación es cualitativa con un enfoque descriptivo y experimental – participativa. En la primera parte, se hace un levantamiento de información sobre las interacciones cotidianas en la comunidad para conocer qué sistema de comunicación les favorece y segundo, si la radio comunitaria es un elemento importante para la permanencia cultural y desarrollo de la identidad. Las técnicas del estudio etnográfico se convirtieron en importantes: la entrevista a profundidad y la observación participante (Ameigeiras, 2006; Geertz, 1973; Spradley & McCurdy, 1972; Blommaert, 2005). Posteriormente, para la parte experimental, se capacitó a diversos grupos de la población, a través del empoderamiento de capacidades, para el manejo de la radio. La pregunta central de este estudio fue: ¿La aplicación de la radio comunitaria de parlantes como un medio alternativo de comunicación es propicio para la generación de espacios identitarios, integracionistas y públicos para que la Comunidad Shipiba de Cantagallo pueda negociar y renegociar su participación dentro de la sociedad?

Resultados

La migración de este grupo de Shipibos se dan en pro de mejores de condiciones de vida, pero al ingresar a un nuevo espacio, deben activar procesos de hibridez cultural, debido a que los miembros buscan mantener sus patrones culturales y establecen mecanismos propios de capital social y empoderamiento de sus redes para fundamentar su estancia en la ciudad y comunicar su identidad.

Harry, estudiante y artista de 23 años, señala: "Nosotros no sentimos que estamos perdiendo nuestras tradiciones, pero sí estamos adaptando alguna porque hay cosas que no encontramos aquí, pero siempre nos sentimos Shipibos, porque lo somos hasta el final."

Este dinamismo de proyectar sus ideales y manifestar su identidad de muchos miembros de la Comunidad Shipiba nos lleva a la creación de una radio comunitaria de parlantes como mecanismo de integración comunitaria. Raimundo, hombre jubilado y que trabaja esporádicamente como intérprete, destaca: "La radio es nuestra comunidad es para nosotros una gran ayuda, porque nosotros en nuestra comunidades (oriundas) nos ayuda a informarnos, mantenernos unidos y aprender mucho más, además difundimos nuestro mensaje a nuestros hermanos que están cerca de nosotros."

Radio Non Joi (Nuestra Voz): Interacción intercultural

En mayo de 2012, luego de tres talleres de capacitación a miembros de Comunidad, la integración de varios parlantes de la Comunidad y la formación de equipos de trabajo se funda la radio comunitaria de parlantes "Non Joi" (Nuestra voz), representando un espacio de integración y dialogo social, donde los miembros de la Comunidad producen, construyen, negocian, y direccionan sus mensajes como Shipibos en la capital, reforzando su identidad cultural, manifestándola a través del sonido y rescatando sus valoraciones culturales desde la participación cooperativa de todos los miembros. La emisión de los programas se hacen en lengua shipiba y español, dando realce a su identidad de comunidad étnica.

El investigador Roger Rumrill destaca la creación de la radio señalando que: "El sistema de comunicación que se ha creado (en la comunidad) implica la recuperación de los sistemas ancestrales de comunicación, por ejemplo el uso del manguaré. Es revalorar todos los sistemas ancestrales, ya que no solo recoge los tradicional, recoge los códigos y las representaciones y tiene que ver con la cultura."

La radio "Non Joi" tiene tres espacios. El primero es el programa *"Dialogando,"* espacio conducido por el líder shipibo Juan Agustín Fernández, que se transmite los sábados por las mañanas. Ahí se conversa sobre la actualidad shipiba, información de sus comunidades, y el rol de la cultura dentro de la sociedad en vista a un crecimiento de su identidad.

El segundo espacio *"Shinaya Jonibo"* (Hombres pensantes) es un programa de corte cultural educativo donde participan diversos conductores. Este espacio se hace interesante porque lleva a otro nivel la cultura, difundiendo historias sobre las comunidades, las cosmovisiones, y tradiciones como los cánticos tradicionales. Una de las ventajas de este programa es que cuenta con la asesoría de los profesores de la Escuela Multicultural Shipiba que se encuentra dentro de la comunidad.

Finalmente, existe un espacio móvil dentro de la programación. Se trata de segmentos informativos que no tienen una periodicidad establecida pero sí se transmiten constantemente. Son noticias cortas de interés que en la mayoría de veces en lengua Shipiba. Allí se invita a la participación masiva de actividades diversas (convocatoria de trabajo, capacitación, entre otros). En este punto, la radio también se convierte en una herramienta de promoción de su propio arte.

Por otro lado, la música se convierte en un componente de la integración social y cultural: se rescata la música regional, la música típica, y los cánticos típicos, debido a que muchos

comuneros solicitan la reproducción de estas para hacer trabajo comunitario. A nivel de sostenibilidad, la radio se mantiene gracias al aporte de los habitantes de la Comunidad, quienes a través del empoderamiento de capacidades se hacen responsables del mantenimiento de la misma.

Reconocimiento dentro de la sociedad

La Comunidad Shipiba de Cantagallo siempre ha reconocido su condición de migrantes, pero siempre ha buscado colocar su mensaje en el escenario público. Esta búsqueda se encuentra a través del reconocimiento como base de su discurso societario y la puesta en marcha de una agenda intercultural, diversa, y tolerante. Juan Agustín, conductor de Dialogando y profesor bilingüe destaca este proceso: "estamos una etapa de "Shipibizate con los shipibos." Queremos conquistar Lima con nuestra cultura y lo estamos logrando [...] Por la radio podemos difundir nuestra cultura, nuestra problemática indígena desde los diferentes programas. A Lima le estamos demostrando lo bello de nuestra cultura, a través del arte, pero también queremos que nos conozcan y entiendan para hacer una sociedad cultural fuerte. Al fin y al cabo somos peruanos y necesitamos desde nuestra sociedad, fortalecerla."

Por otro lado, es importante mencionar y entender no sólo lo que buscan los comuneros en su proyecto de identidad y reforzamiento encontrado en el empoderamiento de los medios ciudadanos, como ya lo vimos con la radio, sino también debemos ver el sentimiento de satisfacción que toda la sociedad pueda entenderlos y saber de su presencia ciudadana.

Discusiones

Roger Rumrill, para esta investigación, destaca que la óptica de los medios masivos de comunicación no incluyen en los procesos comunicativos a los grupos étnicos: "Esta óptica va ser difícil que cambie, entonces, lo que los indígenas tienen que hacer es ingresar a este sistema, pero lo mejor es que ellos puedan crear sus propios sistemas."

Gráfico 1. Proceso de comunicación con el uso de radio comunitaria

Para tal fin, se elabora un esquema que comprende el recorrido que realiza la comunidad desde la construcción de un sistema alternativo de comunicación. En este se resalta la democratización del proyecto shipibo a través de su mensaje de "Shipibizar la ciudad." En

esa línea, García Canclini (1990) defiende la educación, la difusión del arte y los saberes especializados para lograr una evolución. La radio comunitaria aborda con un lenguaje y código propio, como un sistema de comunicación particular y un proceso de democratización de la comunicación, convirtiéndose en espacio de negociación de sus recursos (Rodríguez, 2001). La radio produce un reforzamiento positivo de la identidad cultural dentro de la comunidad (Blommaert 2005). La identidad se tiene que promover y demostrar constantemente, ya que cumplen un rol material para definir la pertenencia a un grupo determinado y de esta manera, habrá una claridad en la expresión y la forma de participar en la convivencia con otros grupos.

La Cultura Shipiba en la ciudad hibrida utiliza las fisuras que le brinda el escenario social para negociar su participación dentro de la ciudad, permitiendo que ellos puedan ampliar su espacio público y cultural para formar parte de la modernidad, manteniendo un sentido de pertenecía mucho más profundo. Además, Rodríguez (2001) hace referencia a las ventajas comparativas, las cuales deben ser aprovechadas por los mismos comuneros para alentar su propio proyecto democratizador – como conectar con los otros grupos que habitan en la ciudad- para que ellos puedan dejar de tener una visión superficial de la problemática shipiba y puedan sentir la seguridad en el desenvolvimiento de su plan comunal y personal.

Finalmente, Habermas (1996) apunta sobre el fenómeno de la integración social y nacional bajo la figura de los puntos de convergencia para generar afinidad y pertenencia. En este caso, la Comunidad Shipiba, como constantemente se vio en los resultados, busca anclar con la pertenencia a una ciudad, más allá de la diferencia cultural que puedan tener, se trata de construir un espacio donde ellos puedan mantener sus valoraciones culturales, pero bajo la dinámica del respeto y la integración en el reconocimiento.

En conclusión, queda claro que este proceso no constituye una forma limitada en el desarrollo de su interacción, sino se debe entender como uno multilateral con un propósito medible a largo plazo, pero que denota una concientización que se demuestra en este proyecto.

Conclusiones

Los medios de comunicación alternativos, comunitarios, participativos o ciudadanos cumplen un rol de inclusión de carácter activo y participativo en los miembros de una comunidad. Estos medios no sólo cumplen un rol educativo, de entretenimiento e información, sino que también se convierten en un espacio para asegurar y fortalecer la estancia de los diversos grupos dentro de la sociedad a nivel cultural y ciudadano.

En ese sentido, queda demostrado que la radio comunitaria dentro de la Comunidad Shipiba de Cantagallo se ha convertido en una herramienta de difusión y permanencia cultural dentro de la ciudad, debido a que responde de manera adecuada al interés propio de la comunidad y brinda una apertura hacia nuevas posibilidades de comunicación dentro la modernidad de la ciudad que habitan. La radio se convierte en un difusor de su participación, apalancando su presencia dentro de la sociedad, definiendo su integración a la misma y la permanencia híbrida de los colectivos. Estas ideas son las que actúan sobre el contorno y entorno de la Comunidad de Cantagallo. Esta construcción cultural se puede negociar a través de la mediación de sistemas de comunicación, permitiendo entender la hibridez desde un punto de vista mucho más amplio.

Finalmente, los miembros de la Comunidad de Cantagallo se han convertido en un claro ejemplo del recorrido de la interacción multicultural y la proyección hacía la sociedad de su propio proyecto democratizador, donde se aprecia claramente la interacción de sus códigos dentro de las fisuras sociales alcanzado una participación ciudadana mucho más armoniosa, construyendo y empoderando a su propia cultura, cosmovisión y costumbres, sin dejar de lado las apreciaciones culturales y sociales del grupo mayor que los abarca.

Referencias

Ameigeiras, A. R. (2006). El Abordaje etnográfico en la investigación social. En Vasilachis de Gialdino, I. (Edit.), *Estrategias de Investigación Cualitativas (*107-151). España: Gedisa Editorial.

Barbero, M. (1991). *De los medios de la mediación: comunicación, cultura y hegemonía*. México DF: Editorial Gustavo Gili.

Bengoa, J. (2007). *Conferencia introductoria a la emergencia indígena y la presencia de los indígenas en las ciudades de América Latina*. (J. Iturri, & V. Fisher, Edits.) La Paz, Bolivia: Fondo Indígena.

Blommaert, J. (2005). *Discourse*. Reino Unido: Cambridge University Press.

Del Popolo, F., Oyarce, A., & Ribotta, B. (2007). *Indígenas urbanos en América Latina: algunos resultados censales y su relación con los Objetivos de Desarrollo del Mienio*. México DF: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de las Naciones Unidas. (Sin fecha). Los pueblos indígenas en áreas urbanas y la migración: retos y oportunidades. Sin ciudad. Obtenido de http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/6_session_factsheet2_es.pdf

García Canclini, N. (1990). *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Editorial Grijaldo.

Geertz, C. (1973). *The interpretation of Cultures [La interpretación de las culturas]*. Estados Unidos: Basic Books.

Habermas, J. (1999). *La inclusión del otro: Estudios de Teoría Política*. España: Paidós Básica.

Lugo, L. J. (14 de Octubre de 2010). *Hibridación cultural: un escape a la globalización*. Obtenido de Revista Contratiempo: https://revistacontratiempo.wordpress.com/2010/10/14/hibridacion-cultural-un-escape-a-la-globalizacion/

Martinez Terrero, J. (2006). *Teoría de la Comunicación*. Caracas: Universidad Andrés Bello.

Organización de las Naciones Unidas para la Educación. (2012). *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural*. Johanesburgo: UNESCO.

Organización Internacional del Trabajo. (2007). *Convenio N° 169 sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes* (2da ed.). Lima: Organización Internacional del Trabajo. Obtenido de http://www.oit.org.pe/WDMS/bib/publ/libros/convenio_169_07.pdf

Orozco Gómez, G. (1991). *Recepción televisiva: tres aproximaciones y una razón para su estudio*. México DF: Universidad Iberoamericana.

Rodríguez, C. (2001). *Fissures in the mediascape: an international study of Citizens' media*. Estados Unidos: The Hampton Press Comunication Series.

Rodríguez, C. (2009). De los medios alternativos a medios ciudadanos: trayectoria teórica de un término. *Revista de la Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antoquia*(22), 13-25.

Spencer, A. (2011). Through the linguistic looking glass: an examination of a newspaper as negotiator of Hybrid Cultural and Linguistic Spaces. *Speaker & Gavel, 48*(1), 31 - 45.

Spradley, J. P., & McCurdy, D. W. (1977). The Cultural Experience: Ethnography in Complex Society. Estados Unidos: Waveland Press, Inc.

Tournon, J. (2002). *La merma mágica: vida e historia de los Shipibos - Conibos del Ucayali*. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicada Práctica.

Biografía

Docente en la Cátedra de Producción Radial en la Universidad San Ignacio de Loyola y Comunicador del Instituto de Estudios Peruanos. Licenciado en Comunicaciones por la Universidad San Ignacio de Loyola (Perú) y Candidato a Magister en Sociología de la Pontificia Universidad Católica del Perú. Sus temas de investigación son comunicación intercultural, medios de comunicación alternativos y sociología de la comunicación. Correo electrónico: giancarlo.tafur@live.com

Patrones de presentación de la información en el tiempo.com, semana.com el espectador.com el colombiano.com y La Silla Vacía sobre movilización social. El caso de las marchas campesinas 2013

Universidad Externado de Colombia

Victoria Elena González Mantilla
victoria.gonzalez@uexternado.edu.co.

Resumen

La presente ponencia es fruto de una investigación que busca establecer, desde la teoría del framing, cuáles fueron los patrones de presentación de la información sobre las movilizaciones campesinas ocurridas en el años 2013 en varias regiones de Colombia, mediante la observación de (843) piezas producidas por cinco medios de comunicación colombianos –El Tiempo.com, Revista El Espectador.com, El Colombiano.com, Semana.com y La Silla Vacía—durante los meses de julio a septiembre de 2013.

Palabras clave:

Patrones; Representación; Campesinos; Movilización Social; Colombia

Abstract

This paper is the result of research that seeks to establish, from the theory of framing, what are the patterns of presentation of information peasant mobilizations that occurred in the year 2013 in several regions of Colombia, by observing (843) pieces were produced five Colombian media –El Tiempo.com, El Espectador.com, El Colombiano.com, Semana.com and La Silla Vacía.com during the months of July to September 2013.

Key words:

Patterns; Representation; Farmers; Social Mobilization; Colombia, Peasants

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que visa estabelecer, a partir da teoria de enquadramento , quais são os padrões de apresentação de mobilizações agricultores informações que ocorreram no ano de 2013 em diversas regiões da Colômbia foram, pela observação (843) peças produzidas cinco media colombiano -El Tiempo.com El Espectador.com , El Colombiano.com , Semana.com y La Silla Vacía.com- durante vazia os meses de julho a setembro de 2013.

Palavras chaves:

Padrões ; Representação; Agricultores; Mobilização social; Colômbia

Introducción

Entre los meses de julio y septiembre de 2013, las páginas de los principales medios colombianos se llenaron de información acerca de múltiples movilizaciones de campesinos ocurridas en varias regiones del país. Los hechos de orden público, el desabastecimiento y los bloqueos en las principales vías fueron temas muy comentados por los medios de comunicación, al igual que lo ocurrido en las negociaciones con el gobierno nacional y las manifestaciones en las regiones. En esta parte de nuestro trabajo quisimos determinar cuáles fueron los patrones de presentación de la información sobre las marchas campesinas en cinco medios de comunicación de circulación nacional durante los meses mencionados, utilizando para este fin la teoría del Framing.

No consideramos el número de notas producidas como un factor clave para medir la importancia que cada medio le dio al tema de las movilizaciones campesinas porque sabemos que periódicos como El Espectador.com y El Tiempo.com o El Colombiano.com o la Revista Semana.com alimentan permanentemente sus páginas con piezas de todos los géneros periodísticos, mientras La Silla Vacía solo produce un número limitado de artículos de análisis sobre temas destacados. En este punto hicimos solo un conteo general del número de notas para tener una mirada amplia del material obtenido.

Marco teórico

Iniciamos este trabajo con la construcción de un marco referencial que nos permitiera reconocer los antecedentes acerca de los patrones de representación de la información sobre la movilización social en Colombia. Para ello, destacamos en primer lugar, la investigación "Los discursos del conflicto. Espacio público, paros cívicos y prensa en Colombia" de Jorge Iván Bonilla y Eugenia García Raya (1999), cuyo objetivo principal es analizar el discurso editorial del diario El Tiempo para determinar las representaciones del conflicto que crea y pone a circular El Tiempo en sus editoriales sobre los paros cívicos ocurridos en Colombia entre 1987 y 1995. En este trabajo se concluyó, entre otras cosas, que el medio privilegió la versión gubernamental de los acontecimientos.

En segundo lugar exploramos la investigación "La «plaza de la paz» y el diario «El Heraldo» como espacios públicos de la protesta social en Barranquilla (Colombia)" (Flórez y Escalante 2005) que muestra como entre 1986 y 2005, la visibilidad en las páginas del periódico de los actores involucrados en las protestas dependió del poder que tenían los mismos en ese momento. Igualmente, determinó que la información sobre protesta social se presentó de manera episódica y superó los datos temáticos con lo cual generó una comprensión reducida de los hechos ocurridos.

En tercer lugar tuvimos en cuenta la investigación patrones de presentación de la información en el tiempo.com, semana.com y la Silla Vacía sobre movilización social. El caso de la mesa amplia nacional estudiantil (MANE) de nuestra autoría en la que buscamos establecer, desde la teoría del framing, los patrones de presentación de la información sobre la movilización estudiantil, mediante la observación de (62) piezas producidas por tres medios de comunicación colombianos –El Tiempo.com, Revista Semana.com y La Silla Vacía—durante los meses de octubre y noviembre de 2011.

Con los antecedentes mencionados, sumados a algunas apreciaciones producto de entrevistas realizadas a miembros del movimiento campesino y el acervo teórico reunido para esta investigación, empezamos a desarrollar nuestro trabajo.

De la gama de enfoques desde donde se puede abordar esta teoría, asumimos la postura construccionista (Van Os, 2008) que afirma que el contenido de los medios es producto de distintos factores y de múltiples agentes que incluyen elementos culturales, simbólicos, estereotipos, valores, mitos y antecedentes históricos. Igualmente, que el Framing desde los medios

de comunicación es un proceso de realidad social que guía las percepciones de los individuos y dota de determinados sentido a los hechos y a los acontecimientos noticiosos. Entendemos además que, aunque los medios transfieran representaciones simbólicas a las audiencias, estas no son las únicas representaciones que tiene un individuo para formarse una idea acerca de un acontecimiento, dado que existe además la experiencia personal, las identificaciones culturales previas y una memoria social compartida (Gamson, Modigliani 1989).

Metodología

El corpus de este trabajo estuvo constituido por un total de 843 registros discriminados de la siguiente manera:

Los registros fueron recogidos entre el 1 de julio de y el 30 de septiembre de 2013. Propusimos un análisis que privilegiara la perspectiva cualitativa catalogando las piezas periodísticas en subtemas. En muchos casos la clasificación no se hizo tomando las piezas periodísticas completas, dado que la mayoría de ellas estaba constituida por varios subtemas separados por intertítulos. Por ello, tuvimos que dividirlas en fragmentos que se ubicaron en distintos subtemas. Es importante aclarar que esos fragmentos estuvieron acompañados del titular y la fecha, con el fin de que no quedasen descontextualizados. A partir de esa clasificación, nos dedicamos a la tarea de interpretar los contenidos de cada subtema.

Los subtemas formulados fueron los siguientes:

- Antecedentes y reflexiones sobre el movimiento campesino
- Referencias a la movilización en las regiones
- Los campesinos en la negociación
- El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación
- Marchas y hechos violentos

Análisis

El primer hallazgo que tenemos es que el subtema en el que se dio un mayor número de registros fue El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación con 328 registros. El menor número se dio en Antecedentes y reflexiones sobre el movimiento campesino. Los

dos diarios que más registros hicieron sobre la movilización campesina coinciden en darle al subtema El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación el mayor despliegue, lo cual jalona las estadísticas. Del mismo modo en estos dos medios el subtema de menor despliegue es Antecedentes y reflexiones sobre el movimiento campesino.

Subtemas por medios

Diario El Tiempo

Con respecto al periódico El Tiempo.com, en un total de 129 de los 313 registros sobre marchas campesinas está presente el subtema El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación. Lo anterior nos muestra la preocupación del medio por dar la voz al gobierno nacional y a sus representantes para que expliquen cuál es su posición en la confrontación con el campesinado. Las fuentes más usadas para explicar esa posición son el ministro del interior, el consejero presidencial, el ministro de agricultura, el propio presidente y el vicepresidente de la república. Sobre las negociaciones es común encontrar declaraciones en las que los funcionarios se quejan de la intransigencia de los campesinos. También noticias sobre la disposición positiva del gobierno a negociar.

El segundo subtema es la "referencias a la movilización en las regiones". Mediante las agencias locales de noticias y los medios locales como Boyacá Siete días, el Tiempo.com difundió información para publicar lo que estaba sucediendo en todo el país. La región más mencionada es el Catatumbo, dada la magnitud y la duración que tuvo el paro allí. Al respecto se encuentran dos tipos de información, la primera de ellas referente a las acciones realizadas por los campesinos en torno a la movilización y la segunda, referida a los hechos violentos que se presentan en las regiones.

El tercer subtema que más toca el periódico El Tiempo.com es Los campesinos en la negociación. Es importante tener en cuenta aquí la diferencia amplia que hay entre el número de registros que tiene la categoría El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación con 129 registros frente a los 67 de Los campesinos en la negociación. Con respecto al segundo, la mayor parte de las fuentes citadas son líderes de movimientos como César Jerez, César Pachón o Franklin Echeverri.

El cuarto tema que más toca El Tiempo.com es Marchas y hechos violentos. La constante en este tema es la exposición de sucesos de orden público ocurridos como consecuencia de las movilizaciones. En algunos registros inclusive no se mencionan las movilizaciones campesinas y la información se concentra en los desmanes propiciados, bien sea por los marchantes o por personas ajenas. Este subtema es objeto de análisis en editoriales. En los editoriales la posición del medio es adversa a las movilizaciones en particular por los desmanes ocurridos durante estas. Del mismo modo, el medio expresa su preocupación por sucesos que ocurren debido a las marchas como es el caso del desabastecimiento de alimentos

Otro de los tópicos recurrentes en las páginas de El Tiempo.com es la presunta infiltración de grupos armados en las protestas. Al respecto abundan los registros. Finalmente, el subtema Antecedentes y reflexiones es el que menos registros acusa. Encontramos que la mayoría de estos registros pertenecen a géneros argumentativos como la columna de opinión y el editorial. El tema de la movilización suscita la inquietud de varios columnistas, algunos de ellos coinciden en afirmar que el problema del campo es de vieja data y critican al gobierno por no haber tomado medidas oportunas para dar soluciones

Llama la atención una concepción persistente en varios comentaristas acerca de los campesinos como seres ignorantes, ingenuos y maleables que han sido utilizados por otros actores para propiciar disturbios.

Diario El Espectador

En primer lugar podemos decir que el medio que más registros destina al tema de las marchas campesinas es El Espectador.com. En total, 328 frente a su seguidor más cercano El Tiempo.com que tuvo 264.

Al igual que el diario El Tiempo.com, El Espectador.com también tiene el mayor número de registros en el subtema El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación. De los 396 registros producidos, 132 corresponden a este subtema. Esto nos permite pensar que, tal como ocurre con El Tiempo.com, este diario le abrió sus páginas al gobierno con mayor frecuencia que a los campesinos durante este enfrentamiento. Las fuentes más citadas también son las oficiales, ministro del interior, consejero presidencial, ministro de agricultura, presidente o vicepresidente. El segundo subtema con mayor cantidad de registros, al igual que ocurre con El Tiempo.com se refiere a la movilización en las regiones (106). Las noticias están orientadas a mostrar de qué manera se desarrollan las marchas en varias zonas del país, pero principalmente --más en este diario que los demás consultados-- a mostrar las acciones violentas desprendidas de la movilización. Es importante destacar que El Espectador.com hace un énfasis grande en lo ocurrido en los municipios aledaños a Bogotá en particular las marchas en La Calera y Facatativá. Incluso le dedica varias galerías fotográficas.

El tercer subtema que contiene mayor cantidad de registros es Los campesinos en la negociación. Son 52 registros frente a 132 referidos al subtema El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación, lo cual nos muestra que este último apareció en las páginas del diario 80 veces más. El Espectador.com consulta a varias fuentes principalmente a líderes campesinos de todas las regiones.

El cuarto subtema con más registros es Marchas y hechos violentos. Son 52 en total. En muchos de ellos se hace énfasis en la incidencia de actores diferentes a los campesinos en los actos vandálicos. En varias oportunidades el tema de las marchas queda relegado y el énfasis de la noticia se hace exclusivamente en los desmanes. El subtema Antecedentes y reflexiones sobre el movimiento campesino cuenta con el menor número de registros (12). El Espectador.com despliega una gran cantidad de columnas en las cuales sus autores opinan sobre las marchas y en ellas tratan de explicar los motivos por los cuales se produce la crisis del campo. La mayoría de los columnistas se muestran a favor de los campesinos y de paso aprovechan

para dar un "tirón de orejas" al gobierno, bien sea por el manejo que ha dado a la crisis o por la falta de medidas para evitar que se llegara a situaciones extremas como el paro.

El Colombiano.com

El Colombiano.com es el tercer diario con más registros sobre el movimiento campesino entre los meses de julio y septiembre. Cuenta con 120 registros.

Teniendo en cuenta que El Colombiano.com es un diario regional, era de esperarse que el subtema con mayor cantidad de registros fuese Referencia a los movimientos en las regiones (66). Muchos de los registros, como sucede con El Tiempo.com y El Espectador.com están referidos a casos de orden público. De igual modo, hay continuas referencias a los hechos ocurridos en el Departamento de Antioquia, departamento de origen del diario.

El segundo subtema con mayor número de registros corresponde a El gobierno del presidente Juan Manuel Santos en la negociación, podemos decir entonces que al igual que El Tiempo.com y El Espectador.com, el diario antioqueño le da mayor despliegue a la posición del gobierno nacional que a la de los campesinos.

El tercer subtema que mayor número de registros acusa es Marchas y hechos violentos. En este aparte la constante es la reseña de hechos de orden público propiciados por los marchantes en contra de la población civil y de la fuerza pública.

El Colombiano.com incluye en sus páginas una nota breve en la cual exige respeto a los periodistas que cubren las marchas por parte de la fuerza pública y de los manifestantes y hace un llamado a los comunicadores para no cometer "actos heroicos" que pongan en peligro sus vidas.

También es constante en sus páginas la alusión a las infiltraciones de la guerrilla. De hecho, la posición editorial del periódico es clara frente al tema: *"Tal y como lo advirtió este diario, informativamente, lo que ocurre en el Catatumbo es, ni más ni menos, un pulso entre el Gobierno y las asociaciones de campesinos -infiltradas por actores armados ilegales del negocio coquero- en el que parecen ir ganando los labriegos y las vías de hecho para imponer condiciones y exigencias".*

El cuarto subtema que trata con mayor frecuencia El Colombiano.com es Los campesinos en la negociación. Se presenta una diferencia de 33 registros en relación con el Gobierno

en la Negociación. En este subtema las fuentes, al igual que en El Tiempo.com y El Espectador .com, las fuentes principales son los líderes campesinos.

El subtema que menos registros tiene El Colombiano.com, al igual que El Tiempo.com y El Espectador.com es Antecedentes y reflexiones sobre el movimiento campesino. En Columnas y editoriales parece constante la relación con los acuerdos de paz de La Habana bien sea para relacionar los paros con supuestas directrices provenientes de las guerrillas de las FARC o para mostrar la necesidad de tratar el problema agrario como punto fundamental del posconflicto.

Revista Semana.com

La Revista Semana.com solo cuenta con 13 registros sobre las marchas campesinas y estos registros tan solo están presentes en tres de los cinco subtemas elegidos para el análisis en esta investigación. Como una constante que se ha visto en dos de los tres medios analizados anteriormente, Semana. Como cuenta el mayor número de registros en el subtema (5)

Los campesinos en la negociación y Referencias a la movilización en las regiones son los dos subtemas que también tienen registros (4) y (4) Sobre el primero de ellos, el medio reafirma la inconformidad de los campesinos para negociar. En el segundo, el medio hace énfasis en la movilización del Catatumbo y en particular, en uno de los líderes de las marchas de esta región –César Jerez- quien este medio relaciona con correos aparecidos en los computadores de varios líderes guerrilleros. Para tal fin, el medio reproduce los correos y explica que "SEMANA, que conoce de primera mano la situación del Catatumbo, publica estos correos, como lo ha hecho en otros casos prominentes. Aunque algunos han intentado, desde diversas orillas, atribuirlos a inventos de la inteligencia oficial, los computadores incautados tanto a los paramilitares como a la guerrilla han sido pruebas en casos como los de parapolítica". Sobre el activista mencionado expone: "la gran pregunta que queda flotando en el aire es si César Jerez es un genuino representante de los campesinos del Catatumbo o está actuando en sintonía con las Farc. Ojalá la Justicia la responda cuanto antes".

La Silla Vacía.com

La Silla Vacía.com solo cuenta con (4) artículos sobre las marchas campesinas de 2013. Dado que se trata de artículos amplios (Una crónica en dos entregas, un reportaje y un llamado a los lectores del medio a expresar sus opiniones a favor o en contra de las marchas) en ellos se encuentran todos los subtemas. Antecedentes y reflexiones sobre el movimiento campesino, El gobierno de Juan Manuel Santos en la negociación y Los campesinos en la negociación tienen el mismo número de registros (4) cada uno. Los registros de Las Silla Vacía.com están centrados en el paro cafetero de Caldas, no en vano ese es el tema de la crónica en dos entregas en la cual el periodista se convierte en el protagonista.

Otros temas

Además de los subtemas mencionados a lo largo de este análisis hubo otros temas que despertaron el interés de los medios y tuvieron importante presencia en los registros de prensa recogidos entre julio y septiembre de 2013. Destacamos el primero de ellos, la declaración del presidente Juan Manuel Santos el 25 de agosto de 2013 en la cual afirmó luego de 8 días de movilizaciones "El tal paro agrario no existe", afirmación considerada infortunada por muchos incluido él mismo quien días después tuvo que retractarse. La frase de Santos tuvo gran despliegue e incluso fue objeto de caricaturas y columnas de opinión. El otro tema fue el desabastecimiento y el alza de los alimentos producido por los bloqueos de carreteras. Muchas veces la información sobre este tema tuvo más despliegue que los mismos paros. En la mayor parte de los casos el tratamiento apuntó a mostrar de qué manera el ciudadano del común que en apariencia no estaba relacionado con el paro pero se veía afectado de manera negativa desde el punto de vista económico.

Finalmente, un tema que aparece de manera tangencial son los repertorios de acción. La explicación que se le puede dar a esto es que los campesinos utilizaron repertorios tradicionales para manifestarse. La única alusión a repertorios novedosos se refiere al uso de la ruana o poncho --prenda de vestir característica del campesinado-- por parte de ciudadanos del común que querían mostrar con este acto simbólico el apoyo a las movilizaciones.

Conclusiones

Al término de esta investigación podemos concluir lo siguiente:

1. El subtema que aparece en los dos medios con mayor número de registros es El gobierno de Juan Manuel Santos en las negociaciones lo cual nos muestra que se le otorgó más espacio al gobierno en estos medios para mostrar su negociación. En algunos medios incluso la proporción entre este subtema frente a Los campesinos en la negociación es del doble.
2. El subtema que menos aparece en los medios es Antecedentes y reflexiones sobre el movimiento campesino. Los artículos en donde se hace un contexto, un trasfondo y mayor análisis sobre el movimiento campesino colombiano son de género argumentativo, en este caso, columnas de opinión. En artículos de género expositivo como son las noticias, los periodistas presentan la información de una manera que podríamos llamar más episódica.
3. Existe una tendencia entre varios columnistas a mostrar al campesino como un ser ingenuo e indefenso, susceptible de ser manipulado por parte de actores armados.
4. Los medios en general en sus editoriales se muestran desfavorables con respecto a la movilización campesina no porque no crean que no existen razones para movilizarse sino por las consecuencias que estas traen tales como los bloqueos de carreteras y el desabastecimiento de alimentos o por el hecho de que, según ellos, estén permeadas por actores armados.
5. La declaración del presidente Santos negando la existencia del paro, el desabastecimiento y el uso de la ruana o poncho como repertorio de acción también son considerados con cierto despliegue por parte de los medios elegidos para el análisis.

Bibliografía

BONILLA, Jorge Iván y GARCÍA, Eugenia (1999). Los discursos del conflicto. Espacio público, paros cívicos y prensa en Colombia. Cuadernos de Comunicación No 15. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, Colombia.

FLOREZ, Pamela y ESCALANTE, Keila (2005) La «plaza de la paz» y el diario «El Heraldo» como espacios públicos de la protesta social en Barranquilla (Colombia). En revista Investigación y Desarrollo. Volumen 15, No 2. Universidad del Norte, Barranquilla, Colombia.

GAMSON, W. & MODIGLIANI, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. The American journal of sociology, 95(1), pp. 1–37.

RHEE, J. (1997). Strategy and issue frames in election campaign coverage: A social cognitive account of framing effects. Journal of Communication, 47(3), pp. 26-48.

TUCHMAN, G. (1983 [1978]). La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili.

VAN OS, R., VAN GORP, B. & WESTER, F. (2008). Successful Joint Venture or out of Control? Framing Europe on French and Dutch Websites. Electronic Journal of Communication/La Revue Electronique de Communication, 18(1)

A pesquisa participante, de uma matriz teórico-metodológica às especificidades das práticas investigativas

Universidade Metodista de São Paulo

Cicilia M. Krohling Peruzzo
kperuzzo@uol.com.br

Resumo

Estudo sobre metodologias da pesquisa participativa. O objetivo é identificar e diferenciar as modalidades da pesquisa participante a partir dos seus aspectos teórico-metodológicos e do alcance dos conhecimentos gerados. A abordagem é teórica, baseada em pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa possui uma gama diversa de métodos e técnicas, os quais poderiam ser aglutinados e, ao mesmo tempo, diferenciados em *observação participante, participação observante* e *pesquisa-ação*. A pesquisa participativa em suas diferentes acepções trilha caminhos característicos de investigações abertas do ponto de vista metodológico. Não advoga a objetividade nem a neutralidade, mas sabe distinguir idiossincrasias de conhecimento.

Palavras chave:

Pesquisa participante. Pesquisa-ação. Observação participante. Pesquisa em comunicação. Epistemologia.

Abstract

Study on methods of participatory research. The goal is to identify and differentiate methods of participatory research from their theoretical and methodological aspects and the reach of the knowledge that was generated. The approach is theoretical, based on bibliographical research. This type of research has a diverse range of methods and techniques, which could be clumped together and, at the same time, differentiated in *participatory observation, observant participation and action research*. Participatory research, in its different meanings, tread paths which are characteristic of open investigations from a methodological point of view, once it does not advocate objectivity or neutrality, but can distinguish idiosyncrasies of knowledge.

Keywords:

Participatory research. Action research. Observant participation. Communication research.

Introdução

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa participante caracteriza-se pela inserção e interação do pesquisador ou da pesquisadora[1] na situação investigada e que emprega a observação direta como principal técnica de investigação. Contudo, desde já deixamos claro que existem diferentes modalidades de inserção do pesquisador decorrentes do nível de interação, das escolhas metodológicas e da perspectiva teórico-metodológica adotados pelo investigador.

Este texto apresenta uma síntese dos aspectos centrais das principais vertentes da pesquisa participante sem a pretensão de dar conta do tema em sua amplitude. O objetivo é diferenciar as modalidades da pesquisa participante a partir dos seus aspectos teórico-metodológicos e do alcance dos conhecimentos gerados. A abordagem é teórica, baseada em pesquisa bibliográfica.

Trata-se de uma perspectiva de pesquisa que tangencia diversos campos do conhecimento, como, por exemplo, o da Administração de Empresas, a Educação, a Psicologia, Serviço Social, a Informática e Agronomia, mas neste texto se privilegia o da Comunicação Social. No campo comunicacional a pesquisa participativa tem sido empregada para entender os usos, apropriações e mediações na recepção de conteúdos dos meios de comunicação, comportamentos de internautas, atitudes do consumidor, formas e práticas de comunicação do contexto de comunidades, organizações não governamentais, movimentos sociais, entre outras situações e espaços.

Numa visão de conjunto, portanto sem diferenciar ainda as modalidades entre si, nos anos 1970 e seguintes no Brasil a pesquisa participante na área da Comunicação Social se apresentou a partir de motivações como: a) Contribuir para o avanço dos estudos críticos dos meios de comunicação e, de certo modo, superar as visões críticas um tanto fatalistas sobre a manipulação desses e seu poder de influência, cujos estudos se ancoram nos referenciais teóricos de tradição frankfurtiana e, ao mesmo tempo, contribuir para o avanço da pesquisa em Comunicação, na compreensão das relações entre culturas e comunicação; b) Realizar pesquisas inovadoras, de caráter qualitativo, aderentes ao questionamento da pretensa neutralidade e da própria função da investigação na sociedade, uma vez relacionadas à práxis mobilizadora de movimentos sociais e comunidades de modo a contribuir com processos de mudança, relacionados, portanto, às políticas públicas e incorporando as dimensões social e política; c) aplicar técnicas de investigação aberta (qualitativa, diriam alguns), então comum ao campo social, na realização de pesquisa de mercado visando orientar decisões de marketing, tais como o lançamento ou posicionamento de produtos e a publicidade comercial, sendo esta aplicação algo mais recente.

A pesquisa participativa entre controvérsias sobre a cientificidade

No contexto acadêmico e dos manuais de metodologia de pesquisa científica existem críticas explícitas ou veladas à pesquisa participativa justamente naquilo que é seu cerne, a participação do investigador no ambiente investigado na intenção de ver as coisas de dentro e compreender a realidade a partir de sua própria dinâmica. Diz-se, por exemplo, que o pesquisador participativo tende a "perder a objetividade que o trabalho científico exige, passando a ver e registrar os fatos carregados de afetividade", pois implicaria em se colocar no lugar do investigado (Richardson, 2008: 262). De fato, esse tipo de visão se insere no universo de uma controvérsia em torno de concepções de ciência e do ato de pesquisar. O que explica esse tipo de crítica é a visão predominante que se tem de pesquisa como algo pretensamente neutro e de ciência como resultado de processos objetivos baseados em métodos, técnicas e regras que se pretendem universalizantes para todas as áreas de conhecimento.

1 No uso subsequente usaremos a palavra pesquisador, no masculino, por uma questão de fluência do texto, mas subentende-se a inclusão do gênero feminino.

Em outras palavras, os parâmetros metodológicos das ciências da natureza, "como pioneiras e estrelas da ideia de cientificidade" (Minayo, 2009:11), se espalharam na sociedade como se fossem os únicos válidos para se garantir a cientificidade e, como tal, seriam modelos a serem seguidos por outros campos do saber. Quando se rompe com tais padrões, a crítica costuma ser contundente na desqualificação dos resultados e do próprio processo de pesquisa. Porém, não existe neutralidade na investigação - mesmo sob parâmetros objetivos desenvolvidos pelo empirismo uma vez ancorados nas matemáticas e rigorosos cálculos estatísticos e proporcionados por experimentos. Há que se reconhecer que toda pesquisa parte de uma posição epistemológica que lhe traça, mesmo que indiretamente, as trilhas que levam a busca do conhecimento científico. Tal posição decorre da concepção de sociedade ou do modo de ver a realidade, bem como de conceber os métodos de pesquisa e a própria ciência. Com Fals Borda (2013: 302), podemos afirmar que a "ciência é um produto cultural do intelecto humano, produto que responde a necessidades coletivas concretas [...] e também a objetivos determinados por classes sociais que aparecem como dominantes em certos períodos históricos".

Embora em pesquisas das ciências humanas e sociais os parâmetros das ciências da natureza e das exatas sejam largamente utilizados e não deixam dúvidas sobre a utilidade e necessidade de incorporá-los em alguns tipos de pesquisa, há domínios – como das expressões culturais e das práticas cotidianas constantes nas estruturas e nos processos sociais - que necessitam de métodos e técnicas mais abertos.

O objeto das ciências humanas e sociais é dinâmico, está sempre em movimento histórico e tem o seu eixo condutor nas pessoas e instituições que produzem, no seu tempo, as configurações da vida em sociedade. Nessa perspectiva, as "Ciências Sociais [...] possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória" (Minayo, 2009:14). Entre as teorias e os instrumentos desenvolvidos para se conhecer e "construir teoricamente os processos, as relações, os símbolos e os significados da realidade social" (Minayo, 2009:14) se desenvolvem diversos tipos, métodos e técnicas de pesquisa, entre eles os da pesquisa participativa, capazes de observar e entender os fenômenos sociais admitindo relações dinâmicas entre sujeito e objeto na construção do conhecimento. Como pontua Piaget (2011: 362), a assimilação dos objetos ou acontecimentos consiste em

> considerar o conhecimento como uma relação indissociável entre sujeito e objeto, constituindo este um conteúdo ao qual o sujeito impõe uma forma retirada de suas estruturas anteriores, mas ajustadas a este conteúdo, sobretudo se for novo, modificando ligeiramente o esquema assimilador mediante acomodações, ou seja, diferenciações em função do objeto a ser assimilado.

Essa posição se insere numa concepção teórico-metodológica que se contrapõe a duas outras, as quais concebem a geração de conhecimento a partir de posições empiristas[2] (se privilegia o objeto, o real como possuidor do conhecimento) ou apriorísticas (se privilegia o sujeito, o pesquisador como potencializador do conhecimento). Para a perspectiva *empirista*, segundo Jorge A. González (2015: 334), "a realidade é real e se captura através de experiências sensoriais", a cargo do pesquisador e por meio das competências metódicas. Privilegia-se o objeto (fenômeno investigado) sobre o sujeito (pesquisador). A este apenas competiria aplicar o "Método Científico, que é o hipotético dedutivo e que opera através da experimentação e da generalização empírica [...]" (González, 2015: 334), para captar o real, o "saber" que está contido nele.

Em contraposição, a concepção *apriorista* privilegia o sujeito (pesquisador) sobre o objeto. O sujeito tem o papel central, a ele compete a experiência sensorial de, pela racionalidade

2 Ver González (2015) e Piaget (2011).

vista como inata, teorizar sobre o real. Trata-se na visão de Samaja (2002: 25), referenciando-se em Pierce, de confiar "no instinto da razão" que se expressa como vivência subjetiva.

A pesquisa participativa possui várias vertentes e apesar de se alojar melhor na perspectiva construtivista e do materialismo histórico dialético, também tem sido empregada a partir de outras concepções epistemológicas e finalidades. Nesse caso, há variações também nos métodos empregados. Não há uma única concepção de pesquisa participante nem um modo uníssono de efetivá-la, como veremos a seguir.

As diferentes modalidades de pesquisa participante

Os diferentes modos de interação do pesquisador na situação investigada vão da postura que se limita propositadamente à observação, evitando interferência direta[3] no rumo dos acontecimentos e nas atividades, até aquelas em que a participação se admite como mais ativa enquanto estratégia metodológica. Apesar de existirem diversas formas de pesquisar ao mesmo tempo em que se participa de um grupo, uma realidade ou situação investigada, é possível – para efeito didático e a título de síntese –, agrupá-las em três grandes modalidades: "observação participante", "participação observante" e "pesquisa-ação", porém sem desconsiderar que dentro de cada uma delas podem existir ainda variadas vertentes. Somente na linha da pesquisa-ação (Fals Borda, 2013) se contaram 32 vertentes nos trabalhos apresentados no *8º. Simpósio Mundial sobre Investigação-Ação,* realizado em Cartagena, em 1977.

Observação participante: participar para observar

As metodologias da *observação participante* e dos estudos etnográficos são desenvolvidas e aceitas pelo menos desde o século XIX (Galindo Cáceres, 1998). Sua estratégia básica é o acompanhamento pelo pesquisador do dia a dia de algum grupo, comunidade, instituição ou localidade de modo a poder conhecer, acompanhar e vivenciar as situações de interesse da pesquisa. Portanto, essa modalidade consiste na inserção do pesquisador na situação real investigada como forma de conhecer de dentro o que ocorre, ao longo de um determinado tempo – tempo suficiente para se identificar características, elementos e entender os processos capazes de gerar conhecimento que dê conta da realidade investigada.

Embora a etnografia pressuponha a observação participante, nem toda observação participante é sinônimo de pesquisa etnográfica. Esta se caracteriza por estudos exaustivos das configurações gerais do modo de vida e da cultura (costumes, comportamentos, relações sociais, linguagens, formas de organização e de trabalho, representações, práticas religiosas, entre outras) de um povo, segmento social, grupo ou comunidade. Uma aproximação clássica à etnografia, realizada por meio da observação participante, pode ser vista na seguinte passagem:

> Pouco depois de haver me instalado em Omarakana comecei a tomar parte, de alguma maneira, na vida do povoado, e a esperar com impaciência os acontecimentos importantes ou festividades, a ter interesse pessoal por mexericos e pelo desenvolvimento dos pequenos incidentes locais; cada manhã ao despertar, o dia se me apresentava mais ou menos como para um indígena [...]. As disputas, as brincadeiras, as cenas familiares, os sucessos em geral triviais e as vezes dramáticos, mas sempre significativos, faziam parte da atmosfera de minha vida diária tanto como da sua. [...] Mais avançado o dia, qualquer coisa que sucedesse eu me aproximava e não havia

3 Reconhecemos que algum tipo de interferência sempre existe (a não ser nas raras situações em que se esconde a identidade do pesquisador ao se passar por um participante comum do grupo), pois é natural que a presença de alguém estranho num primeiro momento cause alguma estranheza ou gere expectativas, dúvidas e comportamentos atípicos.

nenhuma possibilidade de que algo escapasse de minha atenção" (Malinowski citado por Guber, 2001: 55).

A *observação participante*, por sua vez, pode se desenvolver a partir de interesses investigativos mais específicos, como, por exemplo, para entender as formas de comunicação desenvolvidas num grupo ou comunidade investigada, que mesmo havendo a necessidade da contextualização mais ampla não tem a intenção de dar conta de todo o universo cultural e de vida que o move.

Em ambas as situações - da etnografia e da pesquisa participante - a *observação participante* "consiste em duas atividades principais: observar sistemática e controladamente tudo o que acontece em torno do investigador, e participar em uma ou várias atividades da população" (Guber, 2001: 57). Na linha dos estudos empiristas positivistas clássicos, do etnólogo é exigido observar a situação e a seus informantes em seus contextos naturais, sem fundir-se a eles (ou confundir-se com eles), ou seja, adotar a postura de observador discreto e não de participante ativo, embora participe das situações[4] (Guber, 2001), como forma de potencializar a objetividade na investigação.

A observação participante[5] é um modo de se aproximar da real situação investigada para se apreender o que se quer saber in loco com mais profundidade. Na *observação participante, assim como na etnografia,* a posição do investigador é autônoma no processo de pesquisa: ele decide sobre o que investigar, o que registrar e como processar as informações e interpretações. Apesar do esforço em captar a essência do fenômeno por meio da convivência, as interpretações são dele, em geral ancoradas em referenciais teóricos e hipóteses prévias, ou formuladas no percurso da investigação, mas dentro de seus critérios e de suas escolhas teóricas que fundamentam a pesquisa.

Em tempo de internet, a *observação participante* ou etnográfica também vem ocorrendo em ambientes virtuais, em geral denominada de *netnografia* (Kozinetes, 2014) e entendida como a etnografia observacional no ciberespaço, cujas comunicações são mediadas por computadores (CMC). Visa compreender fenômenos culturais e comunicacionais que se processam nesse ambiente. Contudo, a netnografia como variação da etnografia, para fazer jus a esta denominação requer estudos exaustivos na perspectiva etnográfica e não meras entradas ocasionais em salas de bate-papo, mídias e redes sociais online ou em comunidades virtuais. Ou seja, exige interação efetiva.

A *observação participante* serve a diferentes correntes teórico-epistemológicas, do positivismo e do estruturalismo ao construtivismo e ao materialismo histórico dialético. É indiscutível seu valor enquanto metodologia capaz de empreender a importantes conhecimentos sobre os povos – a exemplo de suas culturas, costumes, religiões, saberes, *recepção e* consumo midiático, formas de organização e de comunicação comunitárias etc.. Portanto, reflete a busca por compreender agrupamentos humanos, bem como situações do mundo animal. Também tem sido apropriada para estudos de mercado, como, por exemplo, para conhecer perfis e comportamentos de consumidores com a finalidade de orientar estratégias de marketing e de publicidade, as vezes em meio a distorções na aplicação da metodologia com esse tipo de finalidade. Essas distorções ocorrem tanto ao se forjar situações (provocadas pelo "observador") propositadamente ou por inabilidade na condução da pesquisa, o que provoca arranhões nos pressupostos do método, como também pode criar vieses em decorrência de interesses envoltos do processo diante de benefícios proporcionados aos que aceitam participar da pesquisa.

---

4 Porém, surgiram outras vertentes, na perspectiva naturalista e interpretativita, que admitem e defendem a observação participante com base na vivência e no envolvimento nas situações como forma de poder realmente conhecer e sentir os fenômenos sócioculturais (Guber, 2001).

5 Os apontamentos sobre *observação participante* e sobre *participação observante* foram extraídos, parcialmente e com modificações, do texto "Pesquisa-ação. Princípios epistemológicos e método" (no prelo).

Os estudos etnográficos e de observação participante se prestam a abordagens de *primeira ordem*, entendida como aquela com nível menor de complexidade, uma vez que a pesquisa se ordena em nível da exploração e/ou da descrição (Galindo Cáceres,1998), circunscrito ao que é observado pelo pesquisador.

Participação observante: atuar ao participar

Num segundo grupo de pesquisa participante aglutinam-se aquelas vertentes que ultrapassam a estratégia de observação equidistante do observador e admite sua participação mais ativa - para além da observação em que o pesquisador não se confunde como membro do grupo e daquela que admite o envolvimento e a vivência de situações em pé de igualdade. Nesse caso, verifica-se uma participação que tenciona o observar e o intervir na situação investigada; a *participação observante*. Nessa perspectiva, as possibilidades são variadas dependendo da problemática de pesquisa em questão, dos objetivos, das escolhas em termos do desenho metodológico e das condições concretas de realização de cada pesquisa. O que ajuda a diferenciar a pesquisa baseada na *participação observante* daquelas do segmento anterior (observação participante) é, em última instância, a admissibilidade de interferência explícita do investigador na situação investigada[6]. Trata-se, como diz Fals Borda (2013a: 242), de "observação por participação", "observação por experimentação" ou "envolvimento pessoal do investigador nas situações reais, e a interferência deste nos processos locais". Esse tipo de caracterização feita por Fals Borda - que também se aplica à pesquisa-ação - já foi chamada de "*participação observante*" (Duhran, 1984; Borges, 2009), ou simplesmente de "pesquisa participante". Esta última expressão tem sido a mais comum empregada no Brasil, inclusive para designar a pesquisa-ação, a exemplo de Boterf (1999), Cajardo (1999) e Brandão (1999).

Esclarecendo melhor esse tipo de investigação - a *participação observante* -, se pode dizer que nessa metodologia se participa (atua) e ao mesmo tempo se observa. Ela também pressupõe, como na pesquisa etnográfica, que o investigador se insira no grupo investigado e passe a vivenciar as situações como forma de melhor compreendê-lo em suas práticas, história, modos de vida, tecido cultural, modos de se comunicar etc., mas pretende simultaneamente contribuir com o grupo ou comunidade no sentido de ajudar no encaminhamento de soluções a problemas ali existentes, uma vez relacionados ao foco da pesquisa, e na geração de conhecimento apropriável pelo mesmo grupo. Por exemplo, se poderia contribuir (discutir, sugerir, propor) melhorias nos processos de comunicação internos e externos do grupo ou comunidade, no modo de organização e de diálogo com seus públicos. Poderia contribuir para intensificar o relacionamento com universidades, com o poder público, com a imprensa, bem como para equacionar problemas de saúde pública ou do meio ambiente, conforme cada caso.

Portanto, nessa modalidade metodológica há a intencionalidade de reverter momentos da pesquisa em benefício do grupo estudado, mesmo que exista embutido outra finalidade, como, por exemplo, a obtenção de título acadêmico. As descobertas, interpretações e indicações processadas podem ser socializadas no decorrer da realização da pesquisa ou apenas no fim desta. É um modo de a comunidade conhecer a si mesma e, se for o caso, aperfeiçoar práticas coletivas e desencadear ou aperfeiçoar ações e atividades. Em nível dos movimentos sociais populares, comunidades e ONGs, pesquisas desse tipo também contribuem para documentar a história das experiências populares de organização e de comunicação. Uma história que costuma não fazer parte da história oficial, nem dos livros didáticos, mas que por meio da pesquisa e da extensão entra nas universidades e sai delas para marcar presença na educação informal e não formal. Diante dessas premissas, o grupo pesquisado conhece

6 Sempre há algum tipo de interferência no ambiente quando alguém se insere para investigar, mas no caso dessa modalidade de pesquisa a interferência passa a ser proposital, pois a intenção é colaborar com o grupo ao mesmo tempo em que o investiga.

os propósitos e as intenções do investigador e concorda previamente com a realização da pesquisa, apesar de haver algumas exceções. Às vezes o vínculo do pesquisador com o grupo é até anterior ao início da pesquisa. Situação válida para outras modalidades de pesquisa participativa.

Em outras palavras, nessa modalidade de pesquisa o investigador *interage* como participante ativo do grupo. Além de observar, ele se envolve, tem direito a voz e pode assumir algum papel no grupo. O que não significa que possua o direito de protagonizar isoladamente, mas ao contrário, favorecer o protagonismo dos próprios investigados. É um tipo de pesquisa que exige maturidade intelectual e acentuada capacidade de distanciamento na hora da interpretação - a fim de não criar vieses de percepção e na análise -, e responsabilidade para com a situação pesquisada, de modo a não interferir demasiadamente no grupo ou criar expectativas que não poderão ser satisfeitas, até pela circunstância de uma eventual posição transitória no grupo (Peruzzo, 2005: 137).

Pesquisa-ação: atuação conjunta para transformar

A *pesquisa-ação* tem sido denominada também de *pesquisa-ação participativa*, ou simplesmente de *pesquisa participante*, entre outras etiquetagens. Ela incorpora muitas das características da participação observante, vistas anteriormente, mas se caracteriza pela especificidade da ação (atuação), prevista e estimulada, não só do pesquisador, mas de representantes ou de todo o grupo ou situação que se investiga. Michel Thiollent (2003: 15) já esclareceu esse aspecto há mais de uma década:

> uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema de observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problematizada merecendo investigação para ser elaborada e conduzida.

Em outras palavras, a ação nesse tipo de investigação não é uma ação qualquer por parte de ambos, pesquisador e pesquisado. Não se trata de uma mera ação ou da participação dos investigados em determinados momentos de realização da pesquisa, como, por exemplo, ajudar a levantar dados, aplicar questionários ou se envolver numa atividade cultural eventualmente mobilizada pela pesquisa. A participação dos investigados se efetiva no envolvimento no processo de pesquisa no que se refere à definição de objetivos (mesmo que não na sua totalidade) e de estratégias, na realização da investigação em si e na discussão dos resultados, sempre associada à intenção de equacionar coletivamente problemas reais da situação investigada em busca de encaminhamentos para A solução dos mesmos.

Nas palavras de Michel Thiollent (2003: 14),

> a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa empírica que é concebida e realizada com estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Em outros termos, trata-se de uma "investigação-ação que é participativa e uma investigação participativa que se funde com a ação [entenda-se: intervenção] (para transformar a realidade)" (Ralunan[7] citado por Fals Borda, 2013b: 253) [8].

Nessa dinâmica investigativa, do *observar ao participar* e *permitir a participação* do outro na própria realização da pesquisa, o conhecimento dali emergido é, em parte, construído

7 Ralunan, M. A. Breaking the monopoly of knowledge: recent views of participatory-action research. 1985.

8 Portanto, é diferente das posições de Kurt Lewin (participação dos indivíduos na linha psicologista norte americana) e de Alain Touraine (Observação participante)

coletivamente. O próprio método de pesquisa proporciona esse tipo de fenômeno, visto que a inserção é desencadeada como

> uma técnica de observação e análise de processos e fatores que inclui, dentro de seu desenho, a ação dirigida a alcançar determinadas metas sociais, políticas e econômicas. [...] A inserção incorpora os grupos de base como 'sujeitos' ativos – que não 'objetos' exploráveis – da investigação, que aportam informação e interpretação em pé de igualdade com os investigadores" (Fals Borda, 2013a: 243).

Paralelamente se cria um ambiente propício à devolução dos resultados da pesquisa ao grupo pesquisado, o que ocorre durante a realização da mesma - até como decorrência do processo desencadeado de discussão sobre os "achados" e sobre encaminhamentos que ocorrem em seminários e fóruns locais -, e no final da pesquisa por meio de relatórios e socialização dos resultados no coletivo estudado.

A pesquisa-ação se desenvolveu com vigor nas últimas décadas do século passado na América Latina uma vez associada ao propósito de contribuir no equacionamento de problemáticas de segmentos populacionais empobrecidos e no seu empoderamento de meios visando a mudança social. Contudo, inicialmente, ou seja, nos anos 1960 e 70 (até aproximadamente 1977), desenvolveu-se "uma tendência ativista e um tanto antiprofissional daí a importância dada a técnicas inovadoras de investigação de campo, tais como a 'intervenção social' e a 'investigação militante' [...]" (Fals Borda, 2013b: 254).

No entanto, posições ativistas e um tanto dogmáticas foram sendo revistas e reelaboradas na direção de proposições de pesquisa mais equilibradas entre militância e desenvolvimento do conhecimento. Cerca de uma dezena de eventos foram realizados sobre a pesquisa-ação naquela época, cujos fóruns mostraram-se importantes para a troca de experiências e reelaborações das práticas de pesquisa, a exemplo do *8º. Simpósio Mundial sobre Investigação-Ação,* que aconteceu em Cartagena em 1977.

Paulo Freire (1981) teria sido o pioneiro na criação do estilo participativo de pesquisa enquanto ação educativa (Zuñiga citado por Cajardo, 1999), uma vez relacionada às suas propostas pedagógicas, e no envolvimento direto dos sujeitos na prática de pesquisa. Ele desenvolveu um "conjunto de experiências[9] sustentadas pela concepção conscientizadora de educação, desde o fim da década de 1960, no âmbito das transformações agrárias operadas em alguns países da América Latina" (Cajardo, 1999: 17).

Do ponto de vista conceitual, algumas tradições teóricas deram forma as investigações o que refletiu nas diferentes denominações. A expressão investigação-ação (ou pesquisa-ação) é de origem anglo-saxônica (action-research[10]) e francesa (recherche-action), desde a época de Kurt Lewin, Carl Rogers, Albert Meister, Charles Delorme, entre outros (Lopez de Cabellos,1998: 15-16). Já na América Latina, segundo a mesma autora (1998, p.15), se usa mais a expressão pesquisa participante (investigación participativa); na Colômbia (com Orlando Fals Borda), no Chile (com Francisco Vio Rossi), no México (Anton de Schutter e muitos outros) e na Venezuela (com Marcos Brito etc.), pelo menos na fase inicial de sua incorporação. Ao que acrescentamos: no Brasil (com Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, João Bosco Pinto, entre outros) onde a expressão *pesquisa participante* predomina. Porém, essas denominações são características de um primeiro momento desse tipo de pesquisa, visto que aos poucos se incorporou a denominação *pesquisa-ação* (com Michel Thiollent e o próprio Fals Borda, entre outros). Hoje em dia as expressões *pesquisa-ação, pesquisa participante, investigación-acción* ou *investigación-acción participativa* são de uso corrente na América Latina.

---

9 Ele, inclusive, participou da fundação e foi o primeiro presidente do Instituto Internacional para o Desarrollo (INDODEP) (LOPES, 1998), instituto que atuou em todos os continentes.

10 Ou Participatory-Action Research

Considerações finais

Apesar da visão predominante de pesquisa que a toma como válida, ou seja, com potencial de gerar teoria e se transformar em conhecimento científico, se for desenvolvida na base da objetividade – como se o saber científico pudesse ser captado neutramente do real-, está claro que essa é apenas uma posição frente à ciência. O tema é historicamente controverso. A ciência é multifacetada, se faz e se refaz segundo concepções de mundo - no caso posições teórico-epistemológicas e de métodos propiciadores de geração de conhecimentos.

Desse modo, a pesquisa participante em suas diferentes acepções trilha caminhos característicos de investigações abertas do ponto de vista metodológico. Não advoga a objetividade nem a neutralidade, mas sabe distinguir idiossincrasias de conhecimento. Na perspectiva da pesquisa-ação participativa, desenvolve-se uma abordagem complexa, de terceira ordem, por não se limitar ao fenomenológico e a descrições, embora essas também sejam necessárias. Tem o potencial de entender processos, estruturas e os elementos dinâmicos da vida social, além de colaborar para equacionar problemas sociais que demandam reflexões e soluções.

Bibliografia

BORGES, M. C. (2009). Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. In: RAMIRES, Julio C. de Lima; PESSÔA, Vera L. Sala .(Orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da Investigação*. Uberlândia: Assis Editora

BOTERF, Guy Le.(1999). Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3..ed.,1.reimp. (pp.51-81). São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, C.R. (1999). A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *Repensando a pesquisa participante*. 3.ed., 1.reimp. (pp. 223-252). São Paulo: Brasiliense.

CAJARDO, M. (1999). Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) *Repensando a pesquisa participante*. 3.ed., 1.reimp.(pp.15-50) .São Paulo: Brasiliense.

_____. (1986). *Pesquisa participante na América Latina*. Tradução de Tânia Pellegrini. São Paulo: Brasiliense,

DURHAN, E. Movimentos sociais, a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.10, p.24-31, outubro 1984.

FALS BORDA, O. (2013a). Reflexiones sobre la aplicación del método de estúdio-acción em Colombia. In: HERRERA FARFÁN, N.A.; LÓPEZ GUSMAN, L. (Orgs.). *Compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Bord***a.** (p.241-252). Buenos Aires: El Colectivo Lanzas.

_____. (2013b). Romper el monopolio del conocimiento. In: HERRERA FARFÁN, N.A.; LÓPEZ GUSMAN, L. (Orgs.). *Compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda. (pp. 253-263). Buenos Aires: El Colectivo Lanzas.*

_____. (2013c). Situación contemporánea de la investigación-acción participativa (IAP) y vertientes afines. In: HERRERA FARFÁN, N.A.; LÓPEZ GUSMAN, L. (Orgs.). *Compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda*. (pp. 295-299). Buenos Aires: El Colectivo Lanzas

FREIRE, P. (1981). Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a faze-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. (pp. 34-41). São Paulo: Brasiliense

GALINDO CÁCERES, J. (1998). Introdução. La lucha de la luz y la sombra. In. _____ (Coord.). *Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación*. (pp. 9-31). México: Peasrson / Addison Wesley Longman.

GONZÁLEZ, J.A. Por una cultura del conocimiento. In: MAASS, M.; AMOZURRUTIA, J.; GONZALEZ, J. (2015). *Cibercultur@ e iniciación en la investigación interdisciplinaria*. (pp. 303-380). Ciudad de México: CNCA/IMC/UNAM-CEICH,

GUBER, Rosana. (2001). *La etnografía*. Método, campo y Reflexividad. Bogotá: Norma.

LOPEZ DE CEBALLOS, P. (1998). *Un método para la investigación-acción participativa*. 3.ed. Madrid: Popular.

KOZINETS, R.V. (2014). *Netnografía. Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.

MALINOWSKI, B. ([1922] 1986). *Los argonautas del pacífico occidental*. Barcelona: Planeta-Agostini.

MINAYO, M.C.de S. (2009). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. 28.ed.Petrópolis: Vozes.

PERUZZO, C.M.K. (2005). Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. (pp.125-145). São Paulo: Atlas.

PIAGET, J.; GARCIA, R. (2011). *Psicogênese e história das ciências*. Petrópolis: Vozes.

RICHARDSON. R.J. (2008). *Pesquisa social. Métodos e técnicas*. 3.ed.amp.e ver. São Paulo: Atlas.

SAMAJA, J. (2002). *Epistemología y metodologia. Elementos para uma teoria de la investigación científica*. 3.ed./2.reimp.Buenos Aires: Eudeba.

THIOLLENT, M. (2003). *Metodologia da pesquisa-ação*. 12.ed. São Paulo: Cortez.

Biografia

Cicilia M. Krohling Peruzzo. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Autora dos livros “Relações públicas no modo de produção capitalista”, “Comunicação nos movimentos populares” e “Televisão comunitária”. Organizadora de algumas coletâneas. Possui artigos publicados em diversas revistas científicas nacionais e internacionais. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

Multiculturalismo e cidadania: Identidades, direitos culturais e suas relações com a comunicação midiática na fronteira Brasil-Paraguai

Lairtes Chaves Rodrigues Filho

Daniela Cristiane Ota

Resumen

Este artículo propone una reflexión sobre la comunicación de los medios de comunicación y los derechos culturales, garantizados por las convenciones internacionales y por la legislación brasileña como una parte integrante de los derechos humanos, así como la complejidad de su práctica en la experiencia real de políticas para una ciudadanía multicultural y participativo. En él se enumeran el desarrollo teórico de las fronteras nacionales y culturales de las nociones, y varias identidades, apoyando el análisis de los conceptos y considerando como objeto las observaciones de los participantes desarrollados en la etnografía de la frontera entre Brasil y Paraguay, específicamente en las ciudades gemelas de Ponta Porã (BR) y Pedro Juan Caballero (PY), durante la investigación de maestría del autor. La comprensión de las múltiples identidades y mestizos en el espacio frontera es esencial para discutir la forma de comunicación cultural y las políticas deben ser estratégicas y caminar juntos para garantizar el ejercicio de la ciudadanía multicultural y los derechos humanos.

Palabras clave:

Frontera; multiculturalismo; derechos culturales; ciudadanía; comunicación.

Abstract

This paper proposes a reflection on the media communication and cultural rights, as guaranteed by international conventions and by Brazilian law as an integral part of human rights, as well as the complexity of their practice in the actual experience of policies to a multicultural citizenship and participatory. It lists the theoretical development of national and cultural borders of notions, and various identities, supporting the analysis of concepts and considering as object the participant observations developed in the ethnography of the Brazil-Paraguay borderlands, specifically in the twin cities of Ponta Porã (BR) and Pedro Juan Caballero (PY), during the author's master's degree research. The understanding of the multiple and mestizo identities in border space is essential to discuss how cultural and communication policies should be strategic and walk together to guarantee the exercise of multicultural citizenship and human rights.

Keywords:

Borderland; multiculturalism; cultural rights; citizenship; communication.

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a comunicação midiática e direitos culturais, tal como garantidos pelas convenções internacionais e pela legislação brasileira, como parte integrante dos direitos humanos, bem como sobre a complexidade de sua prática na vivência efetiva de políticas que permitam uma cidadania multicultural, participativa. Elenca o desenvolvimento teórico das noções de fronteira nacionais e culturais, e das identidades diversas, apoiando a análise dos conceitos e considerando por objeto as observações participantes desenvolvidas na etnografia da fronteira Brasil-Paraguai, especificamente nas cidades-gêmeas de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), durante a pesquisa de mestrado do autor. O entendimento das identidades múltiplas e mestiças no espaço de fronteira é fundamental para se discutir sobre como as políticas culturais e de comunicação devem ser estratégicas e andar juntas para garantia do exercício da cidadania multicultural e direitos humanos.

Palavras-chave:

Fronteira, multiculturalismo, direitos culturais, cidadania, comunicação.

Introdução: Direitos culturais, direitos humanos

Cunha Filho (2000), define direitos culturais como aqueles "afetos às artes, à memória coletiva e ao fluxo de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana". A difícil definição, permite uma visão mais ampla sobre as questões envolvidas. Primeiro é necessário compreender que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, indicados no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

> 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
> 2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria. (ONU, 1948)

E depois registrado nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).

> Artigo 15º:
> §1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de: 1.Participar da vida cultural; 2. Desfrutar o progresso científico e suas aplicações; 3.Beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor.
> §2. As medidas que os Estados-partes no presente Pacto deverão adotar com a finalidade de assegurar o pleno exercício desse direito incluirão aquelas necessárias à conservação, ao desenvolvimento e à difusão da ciência e da cultura.
> §3. Os Estados-partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora.
> §4. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem os benefícios que derivam do fomento e do desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no domínio da ciência e da cultura. (ONU, 1966)

A necessidade de proteger e garantir o direito ao homem de participar de sua cultura, foi arbitrada internacionalmente na interpretação de que todas as pessoas devem poder se exprimir, criar e difundir seus trabalhos no idioma de sua preferência e, em particular, na língua materna. Todas as pessoas têm o direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeitem plenamente a sua identidade cultural; devem poder participar da vida cultural de sua escolha e exercer suas próprias práticas culturais, desfrutar o progresso científico e suas aplicações, e ainda ter sua autoria de qualquer produção científica, artística e cultural respeitada.

Em 2001, a UNESCO implantou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, no âmbito dos debates e processo de mundialização dos direitos culturais e do entendimento pleno do direito cultural como direito humano. O documento estabelece ao mesmo tempo em que afirma os direitos das pessoas pertencentes às minorias à livre expressão cultural, observa que ninguém pode invocar a diversidade cultural para infringir os direitos humanos nem limitar o seu exercício.

> Artigo 6º – Rumo a uma diversidade cultural acessível a todos:
>
> Enquanto se garanta a livre circulação das ideias mediante a palavra e a imagem, deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital - e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural. (UNESCO, 2001)

Os direitos culturais carecem de maior elaboração teórica, para distingui-los de direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Por exemplo, o direito de autodeterminação dos povos, expresso no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, é também um direito cultural. No Brasil, os direitos culturais foram efetivados como previstos em lei com o fim da ditadura militar e promulgação da Constituição 1988. A Carta Magna aponta como direitos culturais as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, acompanhando o que os protocolos e convenções internacionais já discutiam desde a Declaração Universal. O livre exercício dos cultos religiosos, a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, e os direitos autorais também são expressamente assegurados na Constituição, no rol dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º). A educação figura como direito social (art., 6º) e também como direito cultural (art. 205 a 214).

> Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
>
> § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
>
> § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
>
> I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
>
> II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
>
> III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
>
> IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
>
> V - valorização da diversidade étnica e regional. (Brasil, 1988)

Sofia Rocha e Ana Lúcia Aragão (2011) observam que a garantia do pleno exercício dos direitos culturais no Brasil foi ancorada no princípio da cidadania, previsto no primeiro artigo da Constituição, e então, implica necessariamente na participação dos atores em todo o processo. A cidadania cultural está ligada, portanto, à participação desimpedida do sujeito às culturas e manifestações culturais que este se identificar. Falar sobre direitos culturais e o exercício da cidadania no âmbito da cultura, é garantir o livre exercício das identidades culturais como modo de ser das pessoas, e mais: falar sobre trabalho, produção e consumo de capital, visto que toda produção do sujeito é, de certa forma, um produto ou bem cultural.

Consideradas essas complexidades, a garantia dos direitos culturais é um estágio geracional diferente e separado dos direitos sociais, ingressos pelo contexto temporal da alta modernidade como garantia dos direitos humanos em sua plenitude, perpassando transversalmente direitos civis, econômicos, sociais e até os relacionados à bioética e tecnológica (Bobbio, 2004).

Multiculturalismo: políticas culturais de igualdade e diferença

Para Turner (1993), o "multiculturalismo, ao contrário da antropologia é sobretudo um movimento para a mudança", considerando que se trata de um movimento extra acadêmico de minorias e grupos culturais étnicos. O autor contrasta o multiculturalismo de diferença (que em sua análise deve ser deplorada) com o multiculturalismo crítico.

> O multiculturalismo de diferença é voltado para dentro, atende aos próprios interesses e é inflado de orgulho acerca da importância de determinada cultura e de sua alegação de superioridade. O multiculturalismo crítico, em contrapartida, é voltado para fora e está organizado de modo a desafiar os preconceitos culturais da classe social dominante com o propósito de expor a parte vulnerável dos discursos hegemônicos. (Turner, 1993 apud Kupper, 2002, p. 294)

O propósito do multiculturalismo, segundo Kuper, consiste em "substituir a ideologia da confluência de raças pelo que representa na verdade uma ideologia antiassimilação". Os multiculturalistas rejeitam a ideia de que os imigrantes devam assimilar a cultura americana predominante, e negam até mesmo que exista uma cultura predominante. Pelo contrário, a nação americana dos multiculturalistas é culturalmente fragmentada. Eles não consideram isso um problema propriamente dito.

A questão não reside na existência de diferenças, mas sim no fato delas serem tratadas com desprezo, como desvios da norma. Uma cultura hegemônica (branco, anglo-saxão, classe média, homem, heterossexual) impõe suas regras a todos. O restante da população é estigmatizada por ser diferente. Kuper (2002) ainda evidencia: "O protagonista na luta multicultural não é o trabalhador ou o cidadão, mas sim o ator cultural. As políticas são ditadas pela identidade cultural e tratam do controle da cultura" (p. 297). Charles Taylor (1997) apud Kuper (2002), trabalha a necessidade pensar o papel e participação do sujeito na cultura afirmando que a identidade cultural anda de mãos dadas com a política cultural.

Turner (1993) aponta que os multiculturalistas críticos rejeitam o essencialismo e o determinismo biológico, e são contra discriminações baseadas em raça, sexo e idade. "Além disso, eles insistem que a cultura e a identidade são compostas, inventadas, fabricações discursivas instáveis. Toda cultura é fragmentada, contestada internamente e possui fronteiras porosas" (Ibidem, p. 302).

Charles Taylor (1994) dá luz à eventual relação ente identidade e reconhecimento, expondo que o não-reconhecimento ou o reconhecimento incorreto se desenvolve como uma violência ao modo de ser do sujeito, e que tais elementos têm como principal problema a autenticidade. Taylor explica que essa dependência de reconhecimento pelos outros não é novidade com a era da autenticidade, e que sempre houve uma forma de dependência. A identidade de origem social se baseava em categorias sociais que ninguém punha em causa.

O discurso do reconhecimento, conforme aponta Taylor, chegou então a dois níveis: a esfera íntima, onde a formação da identidade e do ser é entendida como fazendo parte de um diálogo e luta permanentes com os outros-importantes; e depois, na esfera pública, onde a política de reconhecimento igualitário passou a desempenhar um papel cada vez maior. Essa política passou a representar a mudança da honra para a dignidade, de onde surgiu uma política do universalismo, que dá ênfase à dignidade igual para todos os cidadãos. E o conteúdo dessa política visa a igualdade de direitos e privilégios. Em contraposição, a segunda mudança se refere a uma política de diferença, também com base universalista. Todas as pessoas devem ser reconhecidas pelas suas identidades únicas. Aqui, porém, o reconhecimento tem outro significado. A singularidade do indivíduo ou do grupo que recebe destaque, e que torna conflituosa o ideal de autenticidade.

Andrea Semprini (1999) usa dos diversos fluxos de populações e de dominação cultural na história dos Estados Unidos para explicar como o fenômeno do multiculturalismo se colocou como ruptura e resultado do processo de mistura e de encontro de diferenças no território. É exatamente na vertente da diferença que Semprini vai tratar o multiculturalismo. O autor afirma que é necessário estabelecer uma diferenciação entre uma interpretação política e outra, culturalista, do multiculturalismo.

No primeiro caso, a análise limita-se basicamente às reivindicações das minorias com o objetivo de conquistar direitos sociais e/ou políticos específicos dentro de um Estado Nacional. Will Kymlicka, por exemplo, adota essa abordagem e traça uma linha divisória entre minorias nacionais e grupos étnicos. As minorias nacionais surgem por um processo de conquista ou incorporação. Grupos étnicos, em compensação, são resultado de um processo de imigração e constituem comunidades mais ou menos homogêneas. Uma segunda interpretação do multiculturalismo privilegia sua dimensão especificamente cultural.

Essas diferenças são colocadas como advertência sobre a necessidade de comparar as bases das duas correntes para evitar extremismos, e argumenta que o discurso da epistemologia monocultural tem tido mais espaço na mídia e, logo, na opinião pública, por ter conseguido engendrar a ideia de que o conflito não está entre as duas correntes, mas "entre a América autentica e seus inimigos".

> Deste ponto de vista, o multiculturalismo pode ser considerado como um revelador da profunda crise – de legitimidade, de eficácia, de perspectiva – que sacode o paradigma político nas sociedades ocidentais. Frente a uma modificação do espaço público que ele não consegue compreender e muito menos gerir, frente a crise da utopia universalista, frente a transformação dos cidadãos em indivíduos, frente a "tomada de poder" da diferença sobre a igualdade [...], o político não consegue mais legitimar seu papel e justificar sua ambição de exercer uma função dominante no espaço social. (Semprini, 1999, p.159)

Comunicação e participação cultural: afinal, o que faz da fronteira, fronteira?

O espaço das fronteiras nacionais como objeto de estudo encontra diretrizes muito diferentes e que, se fundem ou se renovam conforme o contexto. Num primeiro momento podemos encontrar um conceito de fronteira como limite geopolítico. A região de fronteira brasileira, por exemplo, foi estabelecida com o nome de Faixa de Fronteira em 1974, e delimitada a 150 km a partir do limite internacional, respeitando o recorte municipal.

No campo da geografia, a ideia de limites e de território estão diretamente ligadas aos conceitos de poder e identidade. Isto porque os limites geográficos, incluindo os geopolíticos dos quais as linhas das fronteiras nacionais se estabelecem, representam o alcance do Estado, a ocupação e a soberania das identidades nacionais. Grimson (2011), no entanto, afere sobre a diversidade conceitual destacando que tal pluralidade de sentidos está no fato de que uma das características da fronteira é a duplicidade, na qual ela é simultaneamente "conceito/objeto"

e "conceito/metáfora", onde no entendimento da primeira parece haver fronteiras físicas, territoriais, e na segunda, fronteiras culturais, simbólicas (Ibidem, p.2).

Vera Raddatz (2005) também vê essa ambiguidade afirmando que "a fronteira é, a um só tempo, dois territórios num mesmo espaço". Os limites políticos e legais de demarcação dos territórios nacionais são ultrapassados pela natureza do espaço que interliga e separa o modo de viver das pessoas. A pesquisadora destaca que "o nacional existe, porque está presente no geográfico, no sentimento de nação, na língua, nos costumes. Mas por outro lado, esse nacional se mescla com elementos do outro nacional, com a cultura do outro" (Raddatz, 2005, p. 4).

O caráter da formação de cada fronteira estimula seu próprio sistema interpretativo, de tal forma que a categorização da zona de fronteira depende das relações dos agentes culturais na história daquele espaço. Lima e Moreira (2009, p.2) afirmam que "a fronteira binacional compreende uma história comum compartilhada, com base em uma cultura e economia bastante próximas, no entanto, também, deve-se considerar a existência de conflitos e ódios recíprocos".

A fronteira é sobremaneira um local de troca: cultural, simbólica, econômica, linguística. A naturalidade com que as trocas e a comercialização acontecem no espaço fronteiriço e sua especificidade jurídica (presença ou ausência de aduana, etc.) por vezes é estigmatizada como local de marginalidade e crime, principalmente pelos órgãos oficiais dos estados nacionais e pelas regiões centrais não-fronteiriças de cada país.

Anzaldúa (2007) traz luz sobre a categoria do mestiço, como sujeito-filho do contexto de migração fronteiriça. O mestiço seria um produto da transferência valores culturais e espirituais de determinado grupo para outro. Esse sujeito (tricultural, monolíngue, bilíngue ou multilíngue), enfrenta constantemente o dilema da criação mista: "qual coletividade a filha de uma mãe morena ouve?". O mestiço é adaptável existe recebendo e incorporando mensagens culturais múltiplas, opostas, comumente incompatíveis, resultando em uma colisão cultural.

O sujeito da fronteira incorpora como suas circunstancias de multiculturalismo e de dinâmicas político-sociais de integração/conflito como elementos do seu cotidiano. O encontro com o outro é acentuado em situações em que há o interesse político-econômico de integração para o desenvolvimento local em contraste com a marginalização e a disputa cultural, e interesses múltiplos originários ou produtos de conflitos dessa disputa. Os limites das nações são constantemente atravessados por indivíduos que querem comprar a preços mais acessíveis; o comércio local disputa internacionalmente entre si.

O comércio emerge como um dos traços da cidadania na fronteira enquanto relacionado à participação na vida social, tanto por sua força econômica que acaba condicionando possibilidades de melhor ou pior qualidade de vida pela concentração de capital ou trabalho, quando pelo fluxo de pessoas e pelo contraste de preços, impostos, legislação e tantos outros que apenas impõe a ideia do fronteiriço como algo diferente ao não-fronteiriço. Um rápido passeio na fronteira seca de Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), e o sujeito vai se deparar com ruas abarrotadas de barracas, lojas bonitas, vendedores ambulantes, shoppings; uma mesma rua, onde dois países coexistem política e culturalmente sendo dois, e ao mesmo tempo, sendo nenhum na formação de uma terceira coisa.

Economicamente, todas as pessoas têm ligação com este no seu modo de ser. Brasileiros trabalham em lojas paraguaias no Brasil, paraguaios trabalham em estabelecimentos brasileiros no Paraguai, ambos compram e vendem em ambos os dados atentando para quem oferece melhor preço e qualidade. Competição esta que é refletida também nas relações sociais. Apesar da dependência mútua, há o julgamento de que sempre um é melhor que o outro ou que determinado produto não tem qualidade quando tem origem estrangeira.

A educação como lugar de transmissão de conhecimento, códigos e saberes, e como prática de encontro é também um diferencial porque evidencia e contrasta a uniformização dos currículos nacionais em ignorância as situações locais, rejeitando o multilinguismo entre falantes do português, espanhol e guarani, e as características do ambiente de fronteira. Aprende apenas o quanto se é diferente em relação ao hegemônico-nacional-comum ini-

ciando a tendência dessa homogeneização que tem forte resistência cultural pelas próprias circunstancias da fronteiridade.

O mesmo acontece nos jornais e rádios, que atendem a multiplicidade de interesses em câmbio direto com as tendências globalizantes e a dinâmica do cotidiano local, principalmente quanto à linguagem, aos códigos e aos elementos de interesse que condicionam sim os modos de interpretar e logo, de viver. As relações familiares da fronteira também são destaque na medida em que nesse ambiente, há mais possibilidade de mestiçagem e hibridização cultural do que em qualquer outro. É extremamente comum que a pessoa tenha mãe e parentes de um lado de lado da fronteira, e viva do outro com cônjuge de outra nacionalidade, mantendo relações constantes e compartilhando cultura, história e elementos de ambos países.

Por fim um último elemento costura todas as possibilidades de ser nesse espaço e tem grande influência na percepção da espacialidade como forma de aproximação/distanciamento do outro: a comunicação, e mais, a comunicação midiática. Esta ganha força e importância no cotidiano pois amplia as formas de interpretar e de ser dos sujeitos. Favorece modos de compreensão de seus mundos e tece, fio a fio, a dimensão cultural ritual da abertura de mundo.

Por ter tantos instrumentos híbridos culturais constituintes de seu mundo, o cidadão fronteiriço demanda de hábitos de comunicação próprios, que tramitem pelos dois lados, por todas as línguas, por todos os interesses políticos e econômicos dos países ou dos locais. Pessoas que convivem diariamente, cotidianamente, compartilham significados e interpretações, se identificam culturalmente e religiosamente umas às outras, dependem umas das outras economicamente, mas que, ao mesmo tempo ou quando é conveniente, negam e criminaliza o outro, aqui categorizado na figura do "estrangeiro"; mesmo quando há mais elementos de pertencimento deste do que com aqueles ditos nacionais, que estão longe e que, por sua vez criminalizam e negam os fronteiriços.

Evidente que tais características aparecem e são mediadas e midiatizadas pelos meios de comunicação regionais/locais, em um processo que vai além da produção de conteúdo desse espaço, ou da transmissão de músicas dessas culturas, mas segue como reflexo e reforço da multiplicidade cultural e identitária, com todas as nuances modernas e pós-modernas sobre a presença do outro e o reconhecimento do outro (estrangeiro) como membro da minha comunidade nessa fronteira.

Considerações Finais: Perspectivas cidadãs

É impossível tratar das negociações culturais nas fronteiras em seu âmbito social, econômico e histórico, e não pensar ao menos por um instante que toda a discussão atual sobre a fragmentação e multiplicidade das identidades, e claro, sobre os direitos e a prática da cidadania multicultural que precisa ser garantida pelos Estados, apesar de acontecer na prática fora do domínio dos Estados.

As políticas internacionais que tentam há anos pensar uma integração sul e latino-americana, são muito posteriores aos arranjos que a comunidade fronteiriça faz desde os primórdios das trocas no povoamento e eventual conurbação de suas cidades. E essa mesmo comunidade, que é multicultural e ao mesmo tempo comunitária ensina ao gestor público e ao produtor de cultural externo que não se pode falar em integração entre nações apenas no âmbito de acordos.

É necessário firmar a integração internacional pela formação e reforço do sentimento de comunidades e cidadania multicultural, visualizando o desejo de comunidade, na qual a sociedade civil se reorganiza "mais em torno de consumos simbólicos do que em relação a processos produtivos" (Canclini, 2008, p. 224).

Enquanto prática e exercício pleno dos direitos culturais, as políticas e meios de comunicação devem ser compreendidos como elementos de poder de igualdade e diferença, de mo-

bilização e participação social, desde seu conteúdo ao seu alcance. A fronteira é local de encontro com o outro, da alteridade. É onde a língua, a cultura, o comércio, as trocas simbólicas são contrastadas. É na fronteira que encontramos o laboratório social para o entendimento das práticas interculturais, da eficácia de políticas multiculturais, do poder de representação social da mídia local e da capacidade de jogo do mestiço.

É importante e transformador pensar a fronteira binacional para além de conceitos geográficos e políticos; como fenômeno esta se mostra parte do homem, que atua constantemente sobre ela, reconstruindo e transformando diariamente seu espaço e identidades.

Os meios de comunicação expressam as relações comunitárias na fronteira e a constituição da identidade binacional trilíngue de seus cidadãos (no caso da fronteira Brasil-Paraguai, por exemplo), que formam uma geografia diferente do mapa político determinado por suas nações. Evidenciam um novo mapa mais abrangente, delimitado tanto pelo alcance das ondas hertzianas das emissoras de rádio, quanto pelos fluxos comerciais e mobilidade de familiares.

As identidades culturais e a discussão sobre o pluralismo ou ainda, a discussão política do multiculturalismo no ambiente fronteiriço, perpassam sobremaneira pela atuação das rádios, dos jornais, e pela função que esses meios locais-regionais tem na representação dos modos de ser da comunidade e seus interesses.

Referência bibliográficas

Anzaldúa, G. (2007). *Bordelands/ La frontera: the new mestiza*. 3. ed. San Francisco: Aunt Lute Books.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal.

Bobbio, N. (2004). *A era dos direitos*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7ª Re. Rio de Janeiro: Elsevier.

Canclini, N. (2008). *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Cunha Filho, F. (2000). *Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica.

Grimson, A. (2011). *Los limites da la cultura; crítica de las teorias de la identidad*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno.

Kupper, A. (2002). *Cultura: A visão dos antropólogos*. Bauru, SP: Edusc.

Lima, M.; Moreira, R. (2009). Fronteira Binacional (Brasil e Uruguai): Território e Identidade Social. *Revista Pampa* .5, p. 51-68.

ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

_____. (1966). *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*.

Raddatz,V. (2005). *As Representações da Identidade Cultural do Rádio de Fronteira*. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28. 2005. Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom. CD-ROM.

Rocha, S.; Aragão, A. (2011). *Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva*. In: Anais do II Simpósio Internacional de Direitos Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicas_Culturais/II_ Seminario_Internacional/FCRB_SophiaCardosoRocha_e_outro_Direitos_culturais_no_Brasil_e_uma_breve_analise_do_Programa_Cultura_Viva.pdf . Acesso em 11 jan 16.

Semprini, A. (1999). *Multiculturalismo*. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc,

Taylor, C. (1994). A política de reconhecimento. In: TAYLOR, C. et al. *Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Piaget.

_____. (1997). *As fontes do self. A construção da identidade moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edições Loyola.

Turner, T. (1993). Anthropology and Multiculturalism: What is anthropology that multiculturalists should be mindful of it? *Cultural Anthropology*, v.8, n.4, p.411.

UNESCO. (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000115.pdf .>. Acesso em 11 jan. 16.

Biografia

Lairtes Chaves Rodrigues Filho é graduado em jornalismo e mestre em comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. Realizou estágio sanduíche durante o mestrado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, financiado pelo Procad/Capes. E-mail: lairtesc@gmail.com

Daniela Cristiane Ota é doutora em ciências da comunicação pela Universidade de São Paulo, onde realizou estágio Pós-Doutoral, mestra em comunicação social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: daniela.ota@ufms.br

“Cabeça sem teto”: espaço e palavra de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social

Fatec e Estácio/UniRadial

Franklin Larrubia Valverde
ondalatina.1@gmail.com

Universidade de Santo Amaro

Marília Gomes Ghizzi Godoy
mgggodoy@yahoo.com.br

Grupo Cruzeiro do Sul Educacional

Rosemari Fagá Viégas
rosemari.faga@gmail.com

Resumo

Levando-se em conta o espaço de representação da população em situação de rua, marcada por abandonos, por diferentes crises (econômicas, sociais e pessoais), procura-se refletir sobre os espaços de cidadania e de emancipação que marcam as propostas do *street paper* revista Ocas”. Propõe-se uma reflexão sobre a sua seção “Cabeça sem teto”, que retrata a própria voz do vendedor. Promove-se um espaço no qual as histórias de vida, discursos expressivos de uma situação de marginalidade, sofrimento e abandono recriam-se como próprios da oralidade no caminho de uma escrita e de renovação.

Palavras-chave:

street papers, revista Ocas”, “Cabeça sem teto”, moradores de rua, mídia alternativa.

Resumen

Teniendo en cuenta la población de la representación del espacio en la calle, marcada por el abandono, por diferentes crisis (económicas, sociales y personales), busca reflexionar sobre los ámbitos de la ciudadanía y la potenciación que marcan las propuestas del periódico street paper *revista Ocas”. Se propone una reflexición sobre su sección de “Cabeça sem teto” (Cabeza sin techo), que representa la voz misma del vendedor. Promueve un espacio en el que las historias de vida, discursos expresivos de un marginado, el sufrimiento y el abandono son recreados como la oralidad de sí mismos en el camino de una renovación y por escrito.*

Palabras clave:

revistas de la calle, Revista Ocas”, “Cabeça sem teto” (Cabeza sin techo), los medios de comunicación alternativos.

Abstract

Taking into account the population of the representation of space on the street , marked by abandonment, by different crises (economic , social and personal) , seeks to reflect on the areas of citizenship and empowerment that mark the proposals of street papers revista Ocas”. It is proposed to reflect on their section “Cabeça sem teto” (Head Homeless), which depicts the very voice of the seller. It promotes a space where life stories, speeches expressive of a marginalized, suffering and abandonment are recreated as orality of themselves in the way of a written and renewal.

Keywords:

street papers Ocas”, “Cabeça sem teto” (Head Homeless), homeless, alternative media.

Introdução

A revista Ocas" é um *street paper* que, como é próprio do gênero, visa propiciar para moradores de rua ou pessoas em vulnerabilidade social uma forma de autonomia pela geração de recursos que garantam seu sustento. Constata-se que o veículo também é um instrumento de denúncia ou espaço privilegiado para dar voz a esse grupo social, mais notadamente com a seção "Cabeça sem teto", publicada regularmente. Nesta comunicação, os autores procuram mostrar como se dá a efetivação dessa proposta de comunicação comunitária. Pergunta-se como os sujeitos em situação de risco podem recriarem-se em discursos expressivos de suas identidades nesse espaço editorial. Opondo-se ao sistema hegemônico de dominação social e econômica, pontua-se o caráter não comercial e participativo de minorias. O trajeto das redações constrói-se pela reflexão e crítica tendo como alvo a democratização da informação e a liberdade de expressão.

A seção "Cabeça sem teto" existe desde o primeiro número da revista Ocas", estando presente em praticamente todas suas edições. Seu objetivo principal é criar um espaço de manifestação para os sujeitos que vivem em situação de risco, além de sua atuação como um dos vendedores da publicação. Nesse espaço ele pode se manifestar de inúmeras maneiras. Surgem narrativas derivadas das entrevistas dos profissionais de imprensa que colaboram com a realização da revista ou mesmo escrevendo nessa coluna. Projetam eles um palanque para expressar ideias, pensamentos, sentimentos ou mesmo "desabafos" a respeito de dificuldades ou agruras vivenciadas no seu dia a dia. Paralelamente a esse trabalho de produção da revista também são desenvolvidas oficinas de criação de textos com os vendedores, habilitando-os na elaboração textual.

Criada pela Organização Civil de Ação Social, a revista Ocas" foi lançada em São Paulo, em 06 de julho de 2002 e no Rio de Janeiro em 08 de julho de 2002. Configurada como uma revista com propósito social, seus temas envolvem denúncia ou divulgação de iniciativas de estímulo à justiça social. Dentro desse cenário, o *street paper* Ocas" inseri-se como uma comunicação comunitária ou popular, seguindo a visão de Peruzzo (2009). O foco dessa concepção expressa a ação realizada por grupos populares que mobilizam o coletivo. Essa forma de jornalismo possui outras denominações, tais como alternativa, dialógica, horizontal, participativa, participatória e radical. Independentemente disso, deve-se salientar que, essas

> diferentes práticas e o emprego de denominações também diferenciadas para caracterizar essa vertente comunicacional, mas no fundo convergem para algo em comum que é o sentido de resistência às condições desfavoráveis à igualdade social e, simultaneamente, a interferência política para modificar essa mesma realidade que promovem. (Peruzzo, 2015, p. 14)

Sobre a Revista Ocas": história e resistência

A Revista Ocas", organizada pela Organização Civil de Ação Social (OCAS), tem como modelo de inspiração o projeto inglês *The Big Issue,* datado de 1991 – um veículo de comunicação, no qual o grande diferencial está na sua venda, ou ainda melhor, nos seus vendedores: londrinos e imigrantes em situação de rua. São pessoas, geralmente, atingidas pelos elevados índices de desemprego e/ou pela alta dos aluguéis da cidade europeia. Esses vendedores são denominados de colaboradores. Nos primeiros tempos do projeto *The Big Issue*, a tiragem era mensal e cedia-se, gratuitamente, dez revistas aos colaboradores e parte do resultado de suas vendas passava a ser aplicado na aquisição de novas edições. O ponto forte da revista legitimou-se em criar condições aos seus vendedores de obter um retorno lucrativo, além de propiciar convívio e interação com diferentes pessoas.

Ao longo de sua existência, a revista *The Big Issue* torna-se reconhecida pela sua forte abordagem dos temas sociais, espalhando-se em redações independentes pela Europa. Em

decorrência desse êxito, em 1994, foi criada uma rede internacional de publicações de rua sem fins lucrativos, a *International Network of Street Papers* (INSP) com sede na Escócia. A experiência da revista *The Big Issue* e as atividades da INSP aliam-se na criação e no percurso da revista Ocas" no Brasil, a partir de 1999. Seu idealizador Luciano Rocco conhece a revista *The Big Issue* em 1994 e três anos depois apresenta proposta de publicação semelhante ao curso de especialização que frequentava na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), porém a proposta não foi aceita.

Rocco buscou parceiros, pessoas e entidades que tivessem interesse pelo tema e/ou que já trabalhassem nesse campo, o que resultou na criação da OCAS (Organização Civil de Ação Social). Em 21 de abril de 2001, inicia-se a ideia da versão brasileira para a *The Big Issue:* a revista Ocas", lançada em julho de 2002. A nomenclatura OCAS em maiúsculas é utilizada para a organização, e Ocas", com minúsculas e aspas no fim para a revista.

Inicialmente os vendedores recebem um colete laranja (de vendedor) e um pacote com 10 (dez) exemplares das revistas. Na dinâmica de vender alguns conseguem ter um teto para morar, pagar suas contas. O projeto Ocas de ação social tem a clara intenção de acarretar mudanças nos indivíduos, inclusive intelectualmente. A oficina de criação de textos, por exemplo, é um projeto de comunicação que acontecia uma vez por semana, no momento de implantação, na sede da Organização em São Paulo. Como exemplo de comunicação comunitária, a revista Ocas" torna-se um veículo transformador, não somente por seu projeto social como também pela qualidade editorial que há anos vem seduzindo leitores carentes de espaços editoriais alternativos. É na parte "Cabeça sem teto" que a revista ganha identidade e que absorve motivações e empenho dos vendedores. Constrói-se, através dela uma comunicação participativa entre os autores e o público.

"Cabeça sem teto": vozes e vivências nas ruas

Pesquisando os cem primeiros números da revista, que compreende o período do seu primeiro número editado em 2002 até o centésimo publicado em 2015, constata-se que a seção "Cabeça sem teto" é reconhecidamente um espaço nobre da revista, foco do interesse público voltado para o mundo dos despossuídos. Segundo Rosi Rico (comunicação pessoal, 2016), editora da Ocas", "é uma seção essencial, que diferencia e reforça a postura social da revista", acrescentando que "desde a criação do projeto, ela foi pensada como um espaço para publicação de reportagens sobre o universo das pessoas em situação de vulnerabilidade social e também de relatos e produção artística dos vendedores da Ocas". [1]

Os veículos comunitários (ou alternativos) apresentam do ponto de vista da destinação ao público ao qual se dirige duas possibilidades na forma como são produzidos. Assim destacam-se as publicações "com" e as publicações "para". A adoção de qualquer uma dessas modalidades implicará na forma como será conduzida a estruturação e mesmo a própria pauta realizada pelo veículo. Ocorre de uma certa maneira no grau de envolvimento da comunidade na produção do veículo. Emerge a sua aceitação como sendo um instrumento representativo da própria comunidade. De acordo com as formulações feitas por Neumann, o veículo "com" é aquele que "somente será alternativo a partir do momento em que for feito 'com' a comunidade, em função de um projeto de transformação da comunidade e da sociedade como um todo." Já o veículo que é considerado "para", por ter essas características, "corre o risco de incutir na comunidade a visão dos problemas da comunidade sob a ótica de quem faz o jornal, mesmo que para isso use a linguagem da comunidade, que o jornal tenha boa apresentação e seja bem aceito". (Neumann, 1991, p.42) A produção da revista guarda uma dinâmica muito particular, pois os profissionais da imprensa que atuam no veículo o fazem de forma voluntária, tendo outros empregos, dedicando-se nos mais variados horários. Nesse contexto raramente realizam-se reuniões de pauta nos moldes tradicionais.

1 Entrevista concedida aos autores.

O trabalho de capacitação dos vendedores com oficinas de criação de texto além dos fundamentos voltados para a produção textual propriamente dita, também contribuem para diminuição do preconceito existente com os que vivem nessa situação marginal. Há uma grande preocupação com o fortalecimento do grupo e criação de uma identidade social expressiva de um meio comunitário e de formação de laços de amizade. Combater estigmas e preconceitos projetam-se como lemas onipresentes da discussão e elaboração de letramentos. Além desses fatores, também merece registro o fato que "quando as oficinas de criação de texto estão ativas, ocorrem reuniões de pauta presenciais, e com participação dos vendedores, para a definição do tema da seção 'Cabeça sem teto'". (R. Rico, comunicação pessoal, 2016)

Ao analisar a produção textual dos vendedores de Ocas" encontramos uma grande diversidade de gêneros textuais. Destacam-se poemas, letras de música, desenhos, fotos, relatos de vida e denúncias sobre as precárias condições de sobrevivência diante da sociedade.

Afirma um dos líderes ligados ao movimento:

> Revelar as pessoas como comunicadoras - foi esse o principal legado das oficinas de criação de textos. Por considerar que todos somos artesãos do ofício de narrar, de contar nossa história de vida, de expressar nossa opinião e reportar o que acontece, germina uma comunicação construída por diversos segmentos sociais e movimentos populares com base na confecção de seus próprios veículos. (Seidenberg, 2013, p. 244/5)

Rico acrescenta que quando estão retratadas as histórias dos vendedores nas páginas da revista, cria-se uma sensação de orgulho, de estímulo para a venda da edição na qual participam. A editora também aponta que essas oficinas contribuem em outros aspectos, pois:

> Elas os ajudam a se expressar melhor, a ser mais tolerantes uns com os outros, porque precisam decidir e trabalhar em grupo, e também a entender o processo de produção da própria revista. Isso os estimula a participar mais e a serem mais críticos em relação ao conteúdo da publicação. Contribui também para aumentar a venda, uma vez que eles criam intimidade com o produto que estão vendendo. E também ajuda na promoção deles enquanto cidadãos, ao abrir espaço para que discutam variados temas. (R. Rico, comunicação pessoal, 2016)

Constatou-se que a seção "Cabeça sem teto" apresenta uma maior participação dos vendedores nos períodos em que são desenvolvidas as oficinas de criação de textos, mobilizando os seus participantes para que produzam seus textos para a revista. Nos momentos nos quais são realizadas essas oficinas ocorre o empenho editorial, garantido por entrevistas ou depoimentos redigidos pelos jornalistas voluntários que atuam no projeto.

Torna-se marcante a presença de relatos de vida dos vendedores, tendo como tônica principal suas histórias de abandono familiar, dependência alcoólica, desemprego, despejos, consumo de drogas e outras formas de violência, tanto físicas quanto psicológicas.

Há um empenho em construir um produto atraente para o público leitor, além de angariar novos leitores. Rico exemplifica dizendo que "eles enviam sugestões de possíveis entrevistados para a capa ou de tema a ser desenvolvido em matéria". (R.Rico, comunicação pessoal, 2016)

O caráter de articulação social e comunicação comunitária concretiza-se pela dinâmica com que os vendedores são integrados no universo editorial. Ao resgatar a autonomia do despossuído o projeto Ocas" – inserido no contexto de outros *street papers* – cria uma estratégia emancipatória como afirma Padim:

> A ponte a ser ultrapassada revela a necessidade de que se dêem três passos bilaterais (dos moradores de rua e da sociedade): narrativizar (por parte dos moradores

> de rua vendedores da revista); humanizar as passagens (por parte da sociedade); e, principalmente, o reconhecimento da complexa característica das relações e dos vínculos de comunicação (por ambos). Ele sai de um ambiente onde estava instrumentalizado, infantilizado na condição de recebedor passivo de benefícios (albergues, alimentação, roupas) para ser agente direto do resgate da sua autonomia. (Padin, 2007, p. 76)

Narrativas: "Contando nossas histórias"

Os estudos socioantropológicos concluem que fenômenos associados a fatores críticos de trabalho e vida familiar acabam por levar a uma fragmentação e ruptura as quais levam uma pessoa à "situação de rua". (Antuniassi, 2014, p. 29)

Afirma-se com relação às pessoas adultas que compõem a população em situação de rua e as dificuldades vivenciadas no seu cotidiano:

> Uma categoria de pessoas que chegam as suas portas ao termo de uma trajetória descendente às vezes longa, às vezes abrupta, envolvidos numa teia em que o desemprego e a ruptura familiar os colocam num patamar de igualdade banal e anônima de todos aqueles que um dia se encontraram em situação de rua. (Antuniassi, 2014, p. 67).

O desafio de estabelecer relações solidárias, no desenvolvimento de suas vidas, o caráter ameaçador com que se projetou o elemento de reciprocidade que marcam depoimentos dessa população adquirem uma dinâmica peculiar quando consideramos os depoimentos narrativos na seção "Cabeça sem teto". Também merece destaque o depoimento de Tula Pilar Ferreira, uma das antigas integrantes do movimento. Sobrevive ela da venda da revista desde a sua formação e atua em áreas de universidades paulistanas; já foi destaque no programa Provocações da TV Cultura, veiculado em 14 de agosto de 2012. Na edição do centésimo número de Ocas" podemos registrar o seu depoimento:

> Vendendo para lá e para cá, gastei muitos sapatos, conheci muitas pessoas lindas, mas ver a Ocas" chegar a esse número me deixa realmente "100" palavras para dizer exatamente o que sinto... É o projeto de ação social nascido para mudanças de indivíduos que me fez mesmo mudar e crescer, inclusive intelectualmente. Junto com jornalistas, vendedores e fotógrafos participei de matérias de capa, escrevi vários textos e outras peripécias que vieram a somar para ser a artista (posso dizer a grande) e poetisa que sou hoje. (Ferreira, 2015, p. 12)

Conclusões

O anonimato, a perda de valores de auto-estima, "cair nas ruas" longe de serem situações expressivas de uma natureza e de estigmas próprios de pessoas em situação de risco, faz com que progridam como esforços e empenhos para uma renovação da vida.

O espaço de convivência, as oficinas de criação de texto, o próprio conteúdo da revista, reivindicam novas subjetividades, forjando os instrumentos necessários para que os seus participantes adquiram mecanismos mais eficientes para se comunicar, além da confiança e consistência da elaboração de seu discurso. O espaço representativo pelo discurso das narrativas suscita sempre a mesma questão: sair da rua, vencer, ser um outro. Nossa pesquisa mostra assim que a seção "Cabeça sem teto" tem sido essencial no trabalho de valorização e na construção da auto-estima dos moradores de rua e do cidadão que vive em situação de risco, participantes do projeto da OCAS.

Bibliografia

Antuniassi, M.H.R. (2014). *Desemprego, ruptura familiar e solidão – trajetória de vida da população em situação de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume.

Ferreira, T. P. (2015). OCAS" é 100!!! In *Ocas"*. Número 100, março/abril. São Paulo: OCAS, 12-13.

Neumann, L. (1991). *Educação e Comunicação Alternativa*. Petrópolis: Vozes.

Padin, A. (2007). *A comunicação presencial de sem-teto na cidade de São Paulo: a produção e distribuição da Revista Ocas"*. Dissertação (Mestrado emComunicação e Semiótica). PUC-SP, São Paulo.

Peruzzo, C. M. K. (2009). Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e as Reelaborações no Setor. *ECO-PÓS*, v. 2, n. 2, mai-ago, 2009, São Paulo, pp. 46-61.

Peruzzo, C. M. K. e Otre, M. A. C. (2015). *Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil*: sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Metodista.

Seidenberg, M. (et al.). (2013). *Ecos da Ocas": a história da revista que promove transformação pessoal*. São Paulo: Bizu.

Biografias

Franklin Larrubia Valverde - Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo (PUC-SP), mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana pela Universidade de São Paulo e doutorado em Ciências da Comunicação, área de concentração Jornalismo, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É professor na Fatec e nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda na Estácio/UniRadial. Email: ondalatina.1@gmail.com.

Marília Gomes Ghizzi Godoy - Mestrado em Antropologia Social (USP-SP), doutorado em Psicologia Social (PUC-SP). Docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA - SP). Membro do Grupo de Pesquisa Arte Cultura e Imaginário e do CERU (USP-SP). E-mail: mgggodoy@yahoo.com.br.

Rosemari Fagá Viégas - Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora titular do Grupo Cruzeiro do Sul Educacional - Faculdade São Sebastião. Avaliadora adhoc do MEC/INEP desde 1998. E-mail: rosemari.faga@gmail.com.

O que há de comunitário no jornalismo alternativo digital?

Centro Universitário Internacional Uninter-Curitiba-PR-BR

Nivea Bona
bonanivea@gmail.com

Denise Becker
dbecker777@gmail.com

Resumen

El trabajo busca señales de comunicación comunitaria en 13 sitios aparentemente de noticias con potencial para el alternativo donde se enfrentan los conceptos de periodismo alternativo y de comunicación comunitaria. A través del análisis de documentos exploratoria uno se da cuenta que existen diferencias sutiles entre lo que puede ser alternativo y lo que da la voz a la comunidad.

Palabras-clave:

periodismo alternativo, comunicación comunitaria, internet

Resumo

O trabalho busca sinais de comunicação comunitária em 13 sites aparentemente jornalísticos com potencial para alternativo confrontando os conceitos de jornalismo alternativo e de comunicação comunitária. Por meio de análise documental exploratória se percebe que há diferenças sutis entre o que pode ser alternativo e o que dá voz a comunidade.

Palavras-chave:

jornalismo alternativo, comunicação comunitária, internet

Abstract

The paper seeks signs of community communication in 13 websites that appear to be journalistic with potential for alternative journalism. There is a confrontation between the alternative journalism concept and community communication concept. Through exploratory document analysis one realizes that there are subtle differences between what may be alternative and what gives voice to the community.

Key-words:

alternative journalism, community communication, internet

Introdução

Em tempos de veículos midiáticos de massa ainda concentrados em poucas mãos e assumindo uma posição claramente tendenciosa dentro do cenário político-social brasileiro, poder identificar que há um grupo de veículos alternativos dando vez a outras vozes pode ser um chamado à esperança por uma comunicação mais democrática. A internet deu lugar a uma profusão de versões, de tendências, a qualquer acontecimento. Qualquer pessoa virou produtora de informações. As mudanças forçam a revisitação ao conceito de comunicação

alternativa de 30 anos atrás, quase obsoleto, e acabaram criando novas formas - alternativas - de produção de notícias.

Em atenção a essas transformações, o grupo de pesquisa Jornalismo Alternativo na Era Digital da Uninter investiga essa mídia alternativa – ou que se pretende ser – que está no ambiente da internet. O esforço do grupo é aprofundar e atualizar os conceitos de jornalismo alternativo em uma época que até a atividade tradicional do jornalista está sendo editada por alterações no mercado e também no significado de sua função, quando há tantos produtores de conteúdos.

Os primeiros trabalhos do grupo, que iniciou há um ano, foram de estudar os conceitos de jornalismo alternativo tradicionais e os que estão se estabelecendo em tempos de internet. Ao mesmo tempo, o grupo explorou e catalogou os sites aparentemente de jornalismo alternativo ou que tinham possibilidades de sê-los.

A partir dos conceitos desenvolvidos tanto para o que é Jornalismo quanto para o que é Jornalismo Alternativo para o grupo, restaram 13 sites (dos primeiros 33) que foram considerados Sites Aparentemente Jornalísticos com Potencial Alternativo – SAJPA (Carvalho et. Al., 2015).

Esse relato, portanto, traz um estudo exploratório que teve como objetivo olhar um outro viés em tempos de territórios virtuais: verificar sinais de comunicação comunitária nesses 13 sites, quais sejam: Agência Pública, Caros Amigos, Global Voices, Envolverde, Adital, Jornalistas Livres, Vice, Brasil de Fato, Repórter Brasil, Carta Maior, Mídia Ninja, Brasil Debate e Eco Debate a fim identificar se os que já foram considerados como SAJPA carregam também sinais de produção de comunicação comunitária.

Alternativo e comunitário: para conceituar

O conceito sobre o alternativo na comunicação (comunicação alternativa, mídia alternativa e jornalismo alternativo) (Atton, 2002; Rodriguez, 2006) não raramente teve seu estudo e ainda sua prática comunicacional, informacional ou jornalística ligados à comunicação popular, comunitária (Peruzzo, 2008), ou radical (Downing, 2002).

O fazer comunicação e jornalismo de maneira alternativa apareceu, na década de 1970 e 1980, dentro de um escopo contextual latino-americano dialético, como conta Kucinski (2001, p.6): "A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade"

Assim o Jornalismo Alternativo, classicamente, detinha um papel de contraponto a um sistema social, de governo, de ideologia hegemônica.

Na década de 1980, Grinberg (1987, p. 19), entendia que uma possibilidade comunicativa (nem sempre jornalismo) alternativa desafiava um sistema que mantinha uma estrutura unidirecional dos meios incluindo aí o regime de propriedade e controle desses mesmos meios. Em alguns exemplos ele também citava a forma de produção, que deveria ser coletiva – o que se aproxima ao conceito de comunicação comunitária de alguns autores.

O que se nota é que essa condição dialética, nós/eles, alternativo/hegemônico não dá conta mais da sociedade midiatizada, que possui hoje a grande rede. A visão de uma lógica dual tem se complexificado a partir do descentramento de alguns meios e da busca efetiva pela cidadania a partir e por meio da comunicação. Como aponta Oliveira (2009, p. 6):

> A práxis jornalística alternativa tem como perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da eqüidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos.
>
> Não se trata apenas e tão-somente de defesa dos valores da democracia institucional, mas de uma atitude radicalmente democrática, que passa pela abertura dos es-

> paços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor.

Transformar a postura reativa em proposição de pautas não cobertas, vieses diferenciados, novas formas de fazer esse conteúdo e ainda entender os sujeitos como cidadãos desse processo de aquisição/produção de informação podem ser os novos desafios do jornalismo alternativo na atualidade.

É nesse momento que é possível ver o conceito de jornalismo alternativo se aproximar ao de comunicação comunitária. Excetuando que o jornalismo precisa seguir um protocolo de tratamento das notícias de maneira profissional, os outros valores que estabelecem o jornalismo alternativo se aproximam do que seria a comunicação comunitária, segundo o conceito elaborado em 2008 por Peruzzo:

> (...) a comunicação comunitária – que por vezes é denominada popular, alternativa ou participativa – se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter – preferencialmente – propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de associações comunitárias, movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Por meio dela, em última instância, realiza-se o direito de comunicar ao garantir o acesso aos canais de comunicação. (Peruzzo, 2008)

Peruzzo ainda afirma que as fronteiras entre os conceitos de comunicação popular, comunitária e alternativa são tênues. "Nas práticas sociais, os processos comunicacionais são holísticos. Não se dissociam de mobilizações mais amplas e podem assumir um hibridismo de linguagem, finalidades, formatos, conteúdos e práticas de produção" (Peruzzo, 2009).

Já Paiva (2005) entende que a Comunicação Comunitária, entre outras funções:

- Constitui uma força contra-hegemônica no campo comunicacional;
- Produz novas formas de linguagem (indivíduos são participantes na construção da história e resignificam determinados vocábulos que os descrevem);
- Capacita-se para interferir no sistema produtivo (tanto profissionais da comunicação como amadores estão investindo tempo na produção comunitária)
- Gera uma estrutura mais integrada entre consumidores e produtores de mensagens;

A partir dos conceitos aqui trazidos, entende-se que o Jornalismo Alternativo partilha com a Comunicação Comunitária algumas características:

- Não possui o lucro como fim;
- Trata de pautas/assuntos que a mídia de massa hegemônica não trata;
- Entende a democratização da informação como um direito humano e estimula a participação de diversos segmentos na produção de mensagens;
- Tem vínculos com movimentos e ideologias que colocam os valores coletivos acima dos econômicos-privados.

Por outro lado, lembra-se que o jornalismo é atividade que exige determinado protocolo a ser seguido. Na comunicação comunitária vemos comunicadores populares, em geral sem formação profissional, desempenhando o papel de produtores. Ao mesmo tempo, vemos produções jornalísticas alternativas produzidas por jornalistas que podem formar entre si uma comunidade (Paiva, 2005).

Metodologia e procedimentos

Nesse trabalho, a análise documental exploratória foi a metodologia escolhida para identificar nos 13 SAJPA, pistas de prática de comunicação comunitária. Para Moreira (2005, p. 276), a análise documental "muito mais que localizar identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos".

O momento sócio-político brasileiro nos meses de março de abril de 2016, escolhidos para essa análise, apontou para uma profusão de notícias na mídia de massa/hegemônica concentradas na investigação sobre corrupção principalmente na esfera federal. Para buscar certo equilíbrio ou isenção nesse período, decidiu-se analisar dois sites por semana, escolhendo a quarta-feira de cada uma, iniciando na primeira semana de março de 2016. Um número foi apontado para cada um dos sites e as datas de análise foram sorteadas. A busca foi por sinais de comunicação comunitária nos texto publicados naquele dia especificamente (assuntos escolhidos, fontes ouvidas e espaço destinado à comunidade, forma de escrita), mas foi também lançado um olhar mais geral, às escolhas estéticas, por exemplo.

O sorteio, então, determinou o seguinte calendário:

03/03/2016: Caros Amigos e Brasil Debate
10/03/2016: Ecodebate e Adital
17/03/2016: Jornalistas Livres e Agência pública
24/03/2016: Mídia Ninja e Brasil de Fato
31/03/2016: Global Voices e Carta Maior
07/04/2016: Repórter Brasil e Vice
14/04/2016: Envolverde

Os SAJPA[1]: breve descrição das análises

O site da Caros Amigos (http://www.carosamigos.com.br/) incorpora articulistas e jornalistas e diz praticar um jornalismo independente. No dia 03/03/2016 as três matérias empacotadas[2] do site Agência Brasil, deram destaque para a seção de "Política". Não nota-se nessa breve observação, uma participação ativa de comunidades nas produções. O outro site analisado no mesmo dia foi o **Brasil Debate** (http://brasildebate.com.br/) que é formado por professores, pesquisadores, entre outros profissionais. A única matéria publicada no dia três de março é um artigo escrito por um especialista em economia Não se percebe uma participação comunitária ativa.

A **ADITAL** (www.adital.com.br) é uma agência de notícias que possui vasto material relacionado ao direito dos povos, política, entre outros. No dia 10/03/2016, encontrou-se a publicação de 10 textos entre matérias e artigos. No geral, o que se pode perceber é que a Adital é ligada a grupos que geralmente não possuem voz na mídia de massa dando a entender uma aproximação com a comunidade. O site da **EcoDebate** (https://www.ecodebate.com.br/), uma revista eletrônica, sem fins lucrativos, trouxe oito textos entre artigos e empacotamentos. As fontes utilizadas foram as oficiais: pesquisadores e especialistas. Não se percebe espaço de comunidades.

1 A seleção dos SAJPA se deu anteriormente a partir de: abrangência nacional; estética próxima a portais noticiosos, periodicidade de postagens com profundidade, que estão ativos, os conteúdos seguiam determinados padrões jornalísticos na escrita, apresentavam temáticas alternativas à da mídia em geral, certa independência financeira, e intenção e fim jornalístico, isso é, de informação. (Carvalho et al., 2015)

2 O empacotamento de uma matéria se dá quando se edita um matéria já publicada em outro veículo, usando entrevistas já feitas em outro momento.

A **Agência Pública** (http://apublica.org/), enfatizava, em 17/04/2016 a política no país, por meio de vídeos explicativos sobre as fases do processo de impeachment da presidente. Há uma intensa produção de reportagens especiais priorizando as investigativas. Não há sinais de aproximação com a comunidade ou ainda do trabalho em formato mais comunitário. No mesmo dia foi analisado o site da rede de coletivos **Jornalistas Livres** (http://jornalistaslivres.org/) que faz um contraponto ao pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional "centralizada e centralizadora". A princípio o site não dá diretamente a voz a minorias, mas o formato de trabalho horizontal mostra que os produtores podem formar entre si uma comunidade de jornalistas (livres).

Brasil de Fato (https://www.brasildefato.com.br/) foi analisado em 24 de março de 2016. Neste dia foram publicadas seis notícias com pautas concentradas no momento político nacional. É possível dizer que o Brasil de Fato é engajado em movimentos sociais e tende a ter um olhar comunitário quando mesmo cobrindo fato que sejam de esfera federal ou estadual, vai ao local e ouve os grupos pequenos. O **Mídia Ninja** (https://ninja.oximity.com/) faz jornalismo com "narrativas independentes e ação" por meio de uma rede de comunicadores (mais de 700) que produzem e distribuem informação. Em geral os textos são multimídia. O que se entende é que com os três textos da data é um apontamento do outro lado, trabalhando a pauta atual na voz dos coletivos. O que nos dá pistas que a Mídia Ninja pode ser considerada uma mídia comunitária é também o formato coletivo de trabalho já que a maioria dos textos é assinada como "Ninja".

Em 31 de março de 2016, **Global Voices** (https://pt.globalvoices.org/), que denomina-se como uma comunidade de jornalistas, blogueiros, escritores, analistas, especialistase tradutores foi analisado. O site segue o modelo de sustentabilidade das organizações sem fins lucrativos, oferece Creative Commons[3] e reúne em torno de 1400 integrantes espalhados no mundo que propõem pautas e compartilham conteúdo. Há uma tendência à comunidade tanto interna – entre os colaboradores – quanto externa – na possibilidade de dar vozes a grupos minoritários. **Carta Maior** (http://www.cartamaior.com.br/), visto no mesmo dia, é uma publicação eletrônica multimídia que teve início na primeira edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2001. É especializada em temas como direitos humanos, meio ambiente, política, economia e movimentos sociais. Percebe-se mais uma abordagem confrontativa ao que a mídia hegemônica propõe nas pautas do que uma abertura para comunidades.

Vice (http://www.vice.com/pt_br/) é um grupo de mídia global jovem que possui 36 redações em mais de 25 países. Os textos e a estética são irreverentes. No dia 07 de abril de 2016, o único texto publicado falava sobre as olimpíadas. No geral, o posicionamento do site é bem crítico, mas não chega a denotar uma ligação com a comunidade, mesmo percebendo que há um espaço para pautas e vozes não cobertas pelas mídias hegemônicas. **Repórter Brasil** (http://reporterbrasil.org.br/) é focado em assuntos sobre direito do trabalho, não aceita doações de empresas ou pessoas que estejam na lista suja de trabalho escravo tampouco de governos federal, estadual e municipal. As matérias são de fôlego – multimídia e com extensa pesquisa de dados – e disponibiliza um volume grande de resultados de pesquisas sociais. Repórter Brasil está mais para um veículo sério de estatística social e visibilização comunicacional do que uma mídia comunitária.

Envolverde (http://www.envolverde.com.br/) trata de jornalismo e sustentabilidade e possui estética limpa e organizada, quadrada. Numa análise exploratória o que se percebe é um afã de informar sobre projetos de sustentabilidade usando-se tanto pautas quanto fontes que tendem ao oficial (especialistas em geral). Não se nota nessa visita rápida uma exposição mais crítica dos assuntos, com a busca de fontes ou assuntos de comunidades específicas.

3 Formato de licença de uso dos textos que pressupõe liberdade e flexibilidade sem o pagamento de direitos.

Considerações finais

Os conceitos de jornalismo alternativo e comunicação comunitária se encontram em algumas práticas sociais comunicativas, com a dos sites de notícias. Entre elas estão a escolha de um financiamento sem vistas à lucro, a produção de notícias de maneira a pensar no coletivo/público antes do privado e na escolha de pautas contra hegemônicas. Mas há uma tendência à olhar as minorias, a buscar a representatividade de grupos "invisíveis" para a mídia hegemônica e ainda de dar voz a quem nunca é ouvido nos veículos que tendem a fazer uma comunicação comunitária. Nesse estudo entendemos que dos 13 sites analisados 5 possuem essa tendência. Mas há que se destacar uma percepção dessas análises: os jornalistas estão se organizando coletivamente para produzir notícias de forma a evitar a hierarquia estanque das redações. É possível que em tempos de comunidades líquidas[4], os jornalistas estejam organizando as suas, a despeito de fronteiras, espaço ou tempo. Essa é mais uma possibilidade de investigação do que poderia ser chamado de comunicação comunitária.

Referências

Atton, Chris. Alternative Media. London :Sage, 2006

Carvalho, Guilherme G; et all. Jornalismo alternativo? Um retrato das iniciativas digitais brasileiras. 2015. No prelo.

Downing, John D. H.. Mídia Radical. Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais. São Paulo : Senac, 2002

Grinberg, Maximo. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: Grinberg, Máximo (org.). A comunicação alternativa na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1987.

Guareschi, Pedrinho; Biz, Osvaldo. Mídia e democracia. Porto Alegre :Evangraf, 2005

Kucinski, Bernardo. Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa. 2 ed., revista e ampliada, São Paulo:Edusp: 2001.

Moreira, Sonia V. Análise documental como método e como técnica. In. Duarte, Jorge; Barros, Antonio(orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

Oliveira, Dennis de. Jornalismo alternativo: o utopismo iconoclasta. In. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo USP (Universidade de São Paulo), 2009Annais. Disponível em: http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/dennis_de_oliveira.pdf

Paiva, Raquel. Para reinterpretar a Comunicação Comunitária. In. Paiva, R. (org.) O retorno da comunidade. Os novos caminhos do Social. Rio de Janeiro, Mauad XP. 2007. 133-148

Peruzzo, Cicilia K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. In.Revista Palabra Clave, Vol 11, Nº 2 (2008), Universidad de La Sabana. Cundinamarca. Colombia. 2008. Disponível em: http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744

Peruzzo, Cicilia K.. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. Revista Galáxia. São Paulo., N. 17, p. 131-146, junho-2009.

Rodriguez, Clemência. From alternative media to a citizen media. In. Gumucio-Dalgron, Alfonso; Tufte, Thomas. Communication for Social Change. Anthology: historical and contemporary readings. New Jersey. Communication for Social Change Consortium, Inc. : 2006.

4 Em referência aos escritos de Zigmunt Bauman.

Biografia

Nivea Canalli Bona é Jornalista pela PUC-PR, Mestre em Comunicação Social pela Umesp, e Doutora em Comunicação Social pela Unisinos, de São Leopoldo-RS. Lecionou disciplinas de comunicação para os cursos de Turismo, Secretariado Executivo, Administração, Jornalismo e Publicidade no Centro Universitário Uninter-Curitiba- PR. Coordenou a construção de conteúdos do Centro de Educação à Distância na Universidade Positivo. Coordenou o curso de Jornalismo do Uninter de 2013 a 2015. É integrante do projeto de pesquisa Jornalismo Alternativo na Era Digital – Uninter; do Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária e local – Comuni – Umesp - SP e do grupo de pesquisa, Processocom – Unisinos – RS.

Denise Bibiano Becker Santos é graduanda em Comunicação Social Jornalismo pelo Centro Universitário Uninter, Curitiba-PR. Coordena o programa para rádio web "E agora Josélia?" que trata das questões decisivas uqe envolvem a área da comunicação. O programa faz parte dos projetos de extensão da faculdade. É também pesquisadora no grupo de pesquisa Jornalismo Alternativo na Era Digital – grupo que se dedica aos estudos do jornalismo alternativo, considerando o uso da Internet no Brasil. Foi eleita Representante Discente para os cursos de Jornalismo e Publicidade do Centro Universitário Uninter, gestão 2016. É editora assistente na Revista Uninter de Comunicação, revista científica.

La Comunicación Pública de la Ciencia y la Tecnología para el Manejo Integrado de Zonas Costeras en Cuba

Centro de Estudios Ambientales de Cienfuegos, Cuba

Elizabeth Alvarez Padilla
elizabethalvarezpadilla2011@gmail.com

Clara E. Miranda Vera
clarita@gestion.ceac.cu

Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas, Cuba

Linnet Molina Rodríguez
linnetmr@uclv.edu.cu

Resumen

El enfoque de Manejo Integrado de Zonas Costeras (MIZC) incluye como uno de sus principios básicos la participación ciudadana. Para lograrlo se requieren herramientas que promuevan y garanticen la presencia de la comunidad en los procesos de manejo integrado costero. La comunicación juega un rol fundamental en la socialización de la información necesaria para el fomento de la participación ciudadana. De ahí que, el presente trabajo tenga como objetivo, argumentar los presupuestos teóricos que desde la comunicación pública de la ciencia y la tecnología pueden contribuir al fortalecimiento del enfoque de MIZC para el fomento de la participación ciudadana. A partir del método de teoría fundamentada se sistematizaron los criterios de expertos cubanos sobre el tema, que han estado vinculados con proyectos de I+D, y/o a actividades académicas y de formación con enfoque de MIZC. Asimismo se determinaron los puntos de convergencia y desacuerdos de los entrevistados con la teoría existente sobre la comunicación pública de la ciencia y la tecnología en función de la participación ciudadana dentro de estos procesos. Como resultado del trabajo se identificaron y formularon seis presupuestos teóricos a considerar: Capacitación y experiencia de los emisores, Concepción de la comunicación, Mensajes claros y con rigor científico, Combinación de instrumentos de difusión y participación, Intercambio de roles emisor-receptor, e Interpretación del contexto sociocultural. Los resultados pueden contribuir a incorporar la comunicación pública de la ciencia y la tecnología como herramienta para motivar la participación ciudadana dentro de un proceso de MIZC, y crear sinergias de comprensión y movilización entre la ciudadanía, la ciencia, la tecnología y el medio ambiente.

Palabras clave:

Comunicación; comunidad; MIZC; públicos; ciencia.

Abstract

The focus of Integrated Coastal Zone Management (ICZM) includes as one of its basic principles of citizen participation. To achieve tools to promote and ensure the presence of the community in integrated coastal management processes are required. Communication plays a fundamental role in the socialization of information necessary for the promotion of citizen participation. Hence, the present work has as objective to argue the theoretical assumptions that may contribute to the strengthening of ICZM approach for promoting citizen participation from the public communication of science and technology. From the grounded theory method

criteria Cuban experts on the subject, which have been linked to R & D, and / or academic and training activities were systematized approach ICZM. the points of convergence and disagreement of respondents with existing theory on public communication of science and technology in terms of citizen participation in these processes were also determined. As a result of work were identified and formulated six theoretical assumptions to consider: Training and experience of issuers, Conception of communication, clear messages and with scientific rigor, combination dissemination tools and participation, exchange transmitter-receiver roles, and Interpretation the sociocultural context. The results can help to incorporate public communication of science and technology as a tool to encourage citizen participation within ICZM process, and create synergies understanding and mobilization among citizens, science, technology and the environment.

Keywords:

Communication; community; ICZM; public; science.

Introducción

Las experiencias teóricas y prácticas obtenidas a lo largo de 4 años de trabajo en Proyectos de I+D en el Centro de Estudios Ambientales de Cienfuegos, perteneciente al Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente de Cuba, motivaron esta investigación.

Ante las dificultades por llevar enfoques como el de Manejo Integrado de Zonas Costeras (MIZC) a comunidades aledañas a la bahía de Cienfuegos, surgió la interrogante: ¿Qué presupuestos teóricos de la comunicación pública de la ciencia y la tecnología podrían incluirse en el enfoque de MIZC que promuevan la participación ciudadana?

Por tanto decidimos argumentar los presupuestos teóricos que desde la comunicación pública de la ciencia y la tecnología pueden contribuir al fortalecimiento del enfoque de MIZC para el fomento de la participación ciudadana.

Partiendo de que un ciudadano informado es un ciudadano más capacitado para participar y tomar decisiones correctas, se adoptó como presupuesto hipotético que la comunicación pública de la ciencia y la tecnología cuenta con herramientas en el orden teórico que, si son incluidas en el enfoque de MIZC, pueden fomentar la participación ciudadana en este proceso.

Marco teórico

La ciencia y la tecnología constituyen factores determinantes del desarrollo económico y cultural de la sociedad actual, de la que a su vez dependen en forma creciente. Los estudios sociales de la ciencia y la tecnología se han configurado como una orientación académica específicamente enfocada hacia la comprensión de la dimensión social de la ciencia y la tecnología, y aborda fenómenos como la cultura científica. Entre los objetivos de estos estudios destaca mejorar los modelos de comunicación pública y divulgación científica e indagar en nuevos formatos de participación pública en este campo.

A partir de la conceptualización del Desarrollo Sostenible surgen enfoques que abordan problemas específicos de los ecosistemas y sus conflictos de uso, como el Manejo Integrado de Zonas Costeras (MIZC). Dentro de sus metas está alcanzar el desarrollo sostenible de las áreas costeras y marinas, para reducir su vulnerabilidad y la de sus habitantes a los peligros naturales, y mantener los procesos ecológicos esenciales, el soporte de los sistemas de vida, y la biodiversidad en estas áreas (Cicin-Sain y Knecht, 1998).

Es un proceso que une gobierno y comunidad, ciencia y manejo, intereses sectoriales e intereses públicos, en la elaboración e implementación de un plan integrado para la protección y el desarrollo de los ecosistemas y recursos costeros (GESAMP, 1996; Olsen, Lowry et al.,1999).

La participación ciudadana, reconocida como uno de sus principios, se defiende no sólo por constituir un derecho básico, sino también porque el proceso mismo de participación genera cultura científica y tecnológica (López y Luján, 2004).

Los nuevos enfoques de comunicación de la ciencia no se limitan a reconocer un polo transmisor y otro receptor, como en los modelos tradicionales de la enseñanza formal y la divulgación. Los ciudadanos son parte interesada en los procesos de cambio científico y tecnológico y por lo tanto, su punto de vista debe tenerse en cuenta, a la vez que los ciudadanos se apoyan en conocimientos científicos útiles para tomar determinadas posiciones ante controversias sociales y políticas. La cultura científica se contextualiza así en relación con problemas sociales y políticos, explicitándose el reconocimiento de que la ciencia no habla con una sola voz (López y Luján, 2004).

La situación actual de la región latinoamericana obliga a que la investigación científica que se hace en el continente vaya en dirección a la superación del subdesarrollo. En el caso de las ciencias de la comunicación, los aportes no se orientan hacia la producción material o la eficiencia económica, sino que se mueven en un terreno más importante: el de la democracia, a través de la disposición de la información para todos los públicos (Medina, 2000).

La participación social, por su parte, se define como un proceso en el que la comunidad se sitúa como centro, no solo como demandante sino ejecutante activo de las acciones. Los ciudadanos son capaces de *ser parte, tomar parte* y *hacer parte* de todo cuanto acontezca en la vida de la comunidad, en las diferentes etapas de su desarrollo (GTE-BH, 2005).

La integración de la Comunicación Pública de la Ciencia y la Tecnología a los proyectos de MIZC ha despertado muchas interrogantes sobre cómo realizarla dentro de este enfoque, ya no meramente informativa y promocional, sino como una práctica especializada que promueva la participación ciudadana en estos temas.

En Cuba se han realizado estudios para desarrollar actitudes respecto al medio ambiente y los recursos costeros. En tres comunidades en la costa norte y sur del occidente de Cuba, se observó que los actores conocen de sus problemas ambientales, pero no se sienten responsabilizados por ellos; por el contrario, sienten que la búsqueda de soluciones corresponde sólo a las autoridades del gobierno (González, García et al., 1999).

La bahía de Cienfuegos ha sido escenario de iniciativas de gestión con un enfoque de MIZC, a través de acciones de centros como la Universidad de Cienfuegos (UCF), el Centro de Estudios Ambientales (CEAC), entre otras instituciones. (León, Araujo et al., 2001; CEAC, 2008).

En el enfoque teórico de la concepción del MIZC se asume como requisito fundamental de su implementación la participación ciudadana, sin embargo los autores que lo abordan no refieren cómo lograrlo.

La comunicación pública, en específico la referida a la ciencia y la tecnología, pudiera convertirse en un proceso esencial para el logro de este propósito, pero el enfoque MIZC tampoco la ha concebido como herramienta de trabajo.

Metodología

La investigación cuenta con una perspectiva cualitativa y el tipo de estudio de la investigación es descriptivo.

La revisión bibliográfica-documental interpretó los enfoques relacionados con los conceptos de MIZC, comunicación pública de la ciencia y la tecnología y la participación ciuda-

dana. Y se centró en el análisis de las obras de teóricos como Biliana Cicin-Sain, Robert W. Knecht, José A. López Cerezo, Emilio Ochoa, Stephen B. Olsen, Ulrike Felt, Pierre Fayard, B. Lewenstein, y Cecilia Linares Fleites.

A través del método de la Teoría Fundamentada se realizó una continua interpretación entre el análisis y la recogida de datos. El empleo del método de comparación constante permitió analizar simultáneamente diversidad de datos para desarrollar conceptos.

La Observación participante se basó en la interacción de la investigadora durante 4 años con proyectos de MIZC. Se utilizaron como registros las grabaciones de audio, documentos base del diseño de los proyectos y el diario de campo, a partir de las comunicaciones personales sobre temas de Comunicación Pública de la Ciencia y la Tecnología en estos proyectos.

La técnica fundamental empleada fue la entrevista. El criterio de selección se sustentó en su vínculo con proyectos de I+D con enfoques de MIZC, así como su producción científica y experiencia en la actividad académica.

La investigación emplea la triangulación teórica al contrastar las concepciones teóricas y valoraciones del entrevistador relacionadas al objeto de estudio. En tanto se establece la triangulación metodológica a través de la combinación de diferentes métodos y técnicas.

Análisis y discusión

Durante el estudio se contrastaron los elementos teóricos consultados con las experiencias de los entrevistados en relación con la actividad de la comunicación en proyectos de MIZC, desde la relación ciencia-sociedad y sus prácticas cotidianas.

Y a partir del análisis de algunos modelos clásicos de comunicación, así como de sus componentes, se realizó la comparación con los dilemas identificados por las autoras Miranda y Alvarez (2014) y presentes en el proceso de comunicación pública de la ciencia y la tecnología; se identificaron por cada componente del modelo general aquellos aspectos que intervienen en la comunicación pública dentro de los proyectos de MIZC.

Asimismo se establecieron categorías y subcategorías de análisis para cada componente:

Investigador ***vs.*** Comunicador

Las autoras Miranda y Alvarez (2014) plantean como primer foco de análisis para el componente Emisor: ¿quién debe realizar la labor de comunicar dentro de un proceso de MIZC: expertos en temas de manejo o comunicadores especializados en MIZC?

Este es uno de los principales puntos de debate actualmente sobre temas de divulgación científica, pues ambos sectores, la ciencia y los medios, no se aceptan, anulan las posibilidades de integración y de diálogo, perdiéndose en el proceso, por un lado, la posibilidad de tener comunicadores con especialización científica y por otro, científicos con herramientas de comunicación. Esta relación se ha dejado un poco a la iniciativa en ambos casos.

Comunicación antes, durante y después

Desde el enfoque tradicional del *modelo de déficit* se apreciaban solo tres puntos rojos en la comunicación de la ciencia y la tecnología hacia los públicos diversos: el contenido, el medio y su público.

En relación con esta disyuntiva, se plantea que deben definirse los "momentos de comunicación" en un proyecto de MIZC, así como la *concepción de la comunicación* que se tenga en este proceso.

Cultura científica o vulgarización de la ciencia

La redefinición de la comunicación que se persigue implica la necesidad de repensar términos hasta hoy utilizados como *divulgación*, *vulgarización* o *concientización* de la ciencia y la tecnología. Asimismo la utilización de estos términos, producto de una tradición y de importantes procesos de negociación social y de intentos de conceptualización (más o menos sistemáticos), trae de manera explícita una serie de consideraciones acerca de la actividad y de su público: "poner al alcance del público", "exponer una ciencia, o una materia técnica cualquiera, en forma asequible al vulgo", "dar un carácter de popular a algo", implican dentro de sí una concepción difusionista de ésta (Lozano, 2008).

Por lo tanto se plantea el dilema (referido al mensaje): Considera el enfoque con que el mensaje se emite y llega al receptor, así como el nivel del mismo (Miranda y Alvarez, 2014). En esta problemática se abordan los códigos y su decodificación, a partir del uso del lenguaje, los tecnolectos, entre otros.

Medios de comunicación: difusión y participación

El componente *Canal*, también entendido como instrumento o medio por el cual se trasmite un mensaje dado, también puede ser modificado a partir de sus modalidades más comunes: trasmisión o participación.

Para los investigadores con más experiencia en intervenciones comunitarias relacionadas con el MIZC, el contacto directo juega un papel protagónico.

Se puede considerar entonces que las herramientas de comunicación directa son participativas por excelencia, y es allí donde debe ocurrir la mayor parte de la comunicación proyecto-comunidad. Sin embargo existen otras herramientas también necesarias para la conformación de una imagen del proyecto a nivel macro. Y esa imagen solo la brindan los medios de comunicación masiva, con su enfoque de difusión por excelencia, pero que sin dudas cumple su función social de llevar un mensaje a la mayor cantidad de público receptor.

Las redes sociales, otro camino a seguir

Otra vía para el intercambio de información tanto a nivel local como nacional o regional, son las redes sociales. Su uso se ha extendido hoy en Internet como una manera más democrática de consumo de mensajes, ahora con una postura emisor-receptor constantemente en intercambio de roles. Sin embargo, para países como Cuba aún son limitadas por el acceso a la red de redes y la baja conectividad del ciudadano común, por tanto no son las redes tecnológicas las que más pueden aportar en un proyecto de manejo, sino aquellas que conforman las personas de la comunidad, los decisores, las empresas, entre otros, que comparten un objetivo común y están llamadas a interactuar en el marco del proyecto y más allá de este.

Ciudadanos activos o simples espectadores

El *Receptor,* se reconoce en esta figura a quien recibe la información y que tiene como tarea la decodificación del mensaje, a partir de sus códigos y costumbres.

En los procesos de desarrollo, social, económico, ambiental, entre otros, la comunicación requiere de modelos más democráticos y flexibles, ante lo cual surgen diversas interrogantes, entre las que se destaca el papel del receptor: ¿qué hará con la información una vez consumida?, ¿qué herramientas tiene para ello?, ¿cuáles son sus códigos?, ¿cómo motivarlo a convertirse a su vez en emisor de su propio mensaje?

Entonces corresponde a la comunicación pública, por su búsqueda de una relación democrática y participativa, explorar las posibilidades en los proyecto de manejo integrado de zonas costeras, de volver al receptor, a la comunidad, y motivar su papel como emisor de mensajes que nacen de sus costumbres y tradiciones, de experiencias vividas y de su relación histórica con la naturaleza que los rodea y que siempre ha estado allí, incluso antes que la comunidad.

Ruidos o contexto sociocultural

Lo que antes era reconocido como "ruidos" en la comunicación, al traerlos a una mirada participativa y comunitaria, se torna en contexto sociocultural, marcado por características ricas en diversidad de expresiones sociales, culturales, ambientales, políticas, de cada comunidad en estudio.

Los entrevistados definen las cuestiones a valorar habitualmente a la hora de llegar a la comunidad: primero, tener una caracterización de la comunidad; segundo, ¿qué implicaciones tendrá el proyecto de manejo sobre la vida de la comunidad? ¿qué aportará? ¿A qué sectores poblacionales involucra?

Asimismo se debe tener en consideración los factores exógenos que afectan o contribuyen al desarrollo comunitario, entre ellos los problemas ambientales más relevantes que identifican una comunidad de acuerdo con las actividades económicas que realizan.

Resultados

Comunidad, Comunicación y Participación son los tres ejes del cambio de perspectiva, dentro de los procesos de MIZC, así como de todos aquellos que persigan un fin de desarrollo humano, ambiental, etc.

Para lograr este fin se propone una reconversión de la CPCT para el MIZC sobre la base de las capacidades y aptitudes de los investigadores y comunicadores del proyecto, la concepción de la comunicación que brinden, el lenguaje y contenido de los mensajes, los medios y herramientas idóneos, el papel del receptor dentro del proceso y el contexto sociocultural, en resumen, de una re-escenificación de la comunicación para el MIZC.

En la formulación de los presupuestos se asumen los principios establecidos por los entrevistados, con especial atención a los dilemas definidos por la Dra C. Clara E. Miranda Vera, a los cual se le añaden las valoraciones de expertos como la Dra C. Mónica Lozano.

A través de las anteriores concepciones teóricas y valoraciones, se determinan los siguientes presupuestos conceptuales para que la Comunicación Pública de la Ciencia y la Tecnología, en función del MIZC, promueva la participación ciudadana:

Capacitación y experiencia de los emisores

El papel del emisor y su capacidad y experiencia serán determinantes a la hora de logar una comunicación efectiva, por lo tanto investigadores y comunicadores actuarán desde esta posición durante el proyecto de MIZC, compartiendo la responsabilidad de brindar mensajes objetivos.

Concepción de la comunicación

La comunicación deberá estar presente durante todo el proyecto. A partir de los momentos climáticos de intercambio con la comunidad, se establecerán estrategias que respondan

al objetivo mayor que es el diálogo entre saberes a partir de mecanismos participativos para la definición de problemas y soluciones. Se basará en el modelo democrático fundamentalmente aunque puede estar presente en ocasiones el de déficit, complementándolo.

Mensajes claros y con rigor científico

Se brindará toda la información que demande la comunidad, puesta a su disposición a través de mensajes claros, concisos, fáciles de decodificar a partir del estudio de su contexto y sus vivencias.

Combinación de medios de difusión y participativos

Los proyectos de MIZC no deberán sólo trabajar en el nivel macro de la comunicación generalmente asociada a los medios de comunicación masivos, sino que deberán partir y dirigirse al nivel micro de la comunicación: a la interacción, vínculo y puesta en común entre sujetos, de la cual emanarán la detección de problemas, la identificación de necesidades y la propuesta de estrategias de solución.

Intercambio de roles emisor-receptor

El emisor y el receptor deberán intercambiar sus roles en la medida que avance el proyecto, pues ambos ganarán en experiencia y grado de participación, para lo cual se establecerá un diálogo de saberes entre los promotores de los proyectos y los ciudadanos afectados por la intervención, siendo necesario romper la barrera entre investigadores e investigados.

Interpretación del contexto sociocultural

Los promotores de proyectos no deben dedicarse únicamente a la producción de mensajes destinados a la difusión de ideas en beneficio de una comunidad específica. Deben, ante todo, inmiscuirse en la vida de la comunidad, conocerla y trabajar con ella en la definición de estrategias para la solución de los problemas previamente detectados.

Conclusiones

Los presupuestos propuestos deberán integrarse a la venideras Estrategias de Comunicación dentro de los proyectos de MIZC, en su diseño y su desarrollo, como base teórica y práctica para establecer lazos de confluencia entre los actores sociales implicados en la zona costera. A su vez estos presupuestos constituyen un camino posible, lo cual no significa que constituya el único. Las perspectivas, conceptos y enfoques expuestos están sujetos a ser ampliados y profundizados, a incorporar nuevos aportes y contribuciones. Por tanto, esta investigación se plantea como una apertura posible de un área de la Comunicación Social y no como una propuesta cerrada.

Referencias

CEAC (2008). Aplicación de los Conceptos de Manejo Integrado de Cuencas y Áreas Costeras en un Área Demostrativa en la Provincia de Cienfuegos, Cuba. Informe Final de Proyecto Territorial, Centro de Estudios Ambientales de Cienfuegos.

Cicin-Sain, B. y R. W. Knecht (1998). Integrated Coastal and Ocean Management Concepts and Practices. USA, Island Press.

GESAMP (1996). Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Environmental Protection. The contributions of science to Integrated Coastal Management, GESAMP (IMO/FAO/IAEA/UN/UNEP). Reports and Studies: 66.

González, M., G. García, et al. (1999). Evaluación de la percepción ambiental en tres comunidades costeras de la región occidental de Cuba. Simposio Internacional de Manejo Integrado de Zonas Costeras, La Habana.

GTE-BH (2005). Estrategia Institucional del Grupo de Trabajo Estatal de la Bahía de La Habana. La Habana: 75.

León, A. R., M. Araujo, et al. (2001). Informe Final del Proyecto Territorial CITMA: Manejo Integrado de la Bahía de Cienfuegos Cienfuegos, CEAC-UMA: 95.

López Cerezo, J. A. y J. L. Luján (2004) "Cultura científica y participación formativa." INET.

Lozano, M. (2008) "El nuevo contrato social sobre la ciencia: retos para la comunicación de la ciencia en América Latina." Razón y Palabra 65 (nov-dic 2008).

Medina-Hernández, I. (2000). Desde el otro lado. La Habana, Editorial Pablo de la Torriente.

Miranda Vera, C. E. y E. Alvarez Padilla (2014). Dilemas de la comunicación pública de la ciencia 4to Foro Nacional de Comunicación de la Ciencia, Santiago de Cuba (14-18 de junio).

Olsen, S., K. Lowry, et al. (1999). Una guía para evaluar el progreso en el manejo costero. Guayaquil, Ecuador.

Biografía

Elizabeth Alvarez Padilla: Es Lic. En Periodismo (2009), Máster en Manejo Integrado de Zonas Costeras (2014). Trabajó en el Centro de Estudios Ambientales de Cienfuegos, Cuba, de 2007 a 2015. Se especializa en Comunicación Pública de la Ciencia, la Tecnología y el Medio Ambiente. elizabethalvarezpadilla2011@gmail.com

Clara Elisa Miranda Vera: Es Doctora en Ciencias Filosóficas. Coordina la Maestría en Manejo de Zonas Costeras de la Universidad de Cienfuegos y el Centro de Estudios Ambientales de Cienfuegos. También es la Coordinadora Docente de este centro e Investigadora y Profesora Titular. Trabaja lo ambiental como fenómeno complejo de la realidad, a partir de Proyectos de I+D y Redes Académicas. clarita@gestion.ceac.cu

Linnet Molina Rodríguez: Es Lic. En Periodismo (2007) y Máster en Comunicación (2012). Es Profesora de la Carrera de Periodismo en la Universidad Central de Las Villas, Cuba. Se especializa en análisis del discurso en medios de comunicación masiva.
linnetmr@uclv.edu.cu

La construcción de comunidad en el Distrito de Sepahua, algo influenciado por el desarrollo de la práctica radial

Universidad Santo Tomás, Colombia

Oscar Felipe Tellez Dulcey
oscarfelipetllez@gmail.com
oscar_tellez94@hotmail.com

Resumen

Establecer cómo las prácticas comunicativas refuerzan y permiten la organización comunitaria de los habitantes de diferentes lugares de América Latina, resulta ser un proceso enriquecedor al momento de entender la importancia que ha tenido para el continente los procesos comunicativos, de carácter popular y comunitario, en el surgir de *artes de hacer* alternativos propios de las comunidades. En el presente texto, retomando diferentes experiencias de radio en el Perú, el autor analiza cómo Radio Sepahua y su informativo, Noticias al Día, intervienen en las diferentes comunidades del Distrito de Sepahua en sus estados políticos, sociales y culturales. El lugar es aislado, con posibilidades minúsculas de tener algún día un servicio de energía estable que permita a los *mass media* del Perú y el mundo, incluir al pueblo en su basta audiencia. La importancia que tiene la radio para Sepahua, influencia, acompaña y en medio de un diálogo de saberes, quizá por casualidad, resulta ser un punto fundamental de cada nodo que conforma el ecosistema social del pueblo.

Palabras clave:

Radio Sepahua; comunidad; radio comunitaria; Distrito de Sepahua; procesos sociales.

Abstract

Establish how communicative practices reinforce and allow the communal organization in different places in Latin America becomes a really enriching process. That is why communicative process, mostly popular and communal, are involved in the origin of alternative 'arts of doing' that belong to the communities. The author of this text analyses the comunicative situation in the District of Sepahua (Ucayali, Peru), acording to diferent previous radio experiences in that country. Specifically, the author pays attention to the influence of Radio Sepahua and its main news program Noticias al Día in the political, social and cultural life of the originary nations that live there. That area is quite remote and the possibilities of having power supply are minimum, so peruvian and international mass media can't include this nations among its audiences. On the contrary, Radio Sepahua accompany its audience, has influence on it and has become one of the main actors of the social dialogue in the area. In this statement, the author talks about the sense of pertenence that people has regarding to Radio Sepahua.

Key words:

Radio Sepahua; community; community radio; District of Sepahua; social processes.

Introducción

En el Distrito de Sepahua (Provincia de Atalaya, Perú), las condiciones sociales han obligado a los pobladores a pasar sus ratos de ocio, trabajo y demás, acompañados por el contenido emitido en Radio Sepahua, pues debido a un sistema eléctrico costoso (basado en generación de energía a través de motores), la Municipalidad Distrital, se ve obligada a racionar el suministro eléctrico, brindando al pueblo nueve horas de luz diaria, de ocho de la mañana a doce del día y luego de seis hasta las once de la noche. Por ende, la televisión queda opacada la mayor parte del día, la internet queda relegada por una señal deficiente a causa de la geografía y la existencia de medios impresos es casi imposible debido a la falta de recursos para producirlos regularmente.

De las nueve horas de luz diaria solo se benefician los habitantes de Villa Sepahua, un asentamiento que se convierte en el centro político, económico, administrativo y deportivo del distrito. Algunas de las comunidades nativas más grandes de Sepahua ubicadas a lo largo del Río Urubamba, como Puija y Bufeo Pozo, cuentan con un sistema eléctrico racionado que les permite tener dos horas de luz diaria. Pero otras comunidades, diferentes barrios y caseríos, ubicados también a lo largo del mismo río, no cuentan con un sistema eléctrico público que los beneficie. En las comunidades de Onconashari, Capirona, Santa Isabel, Pajuya, Sheboja; en barrios ribereños como Santa Rosa, San Felipe, Santa Helena, San Fernando y Sol Naciente; en los caseríos como Aldea, Jungla, Triunfo, Nuevo Horizonte y Nuevo Progreso, la gente desconoce lo que significa estar anclado a un sistema eléctrico diferente al que le pueda ofrecer algún motor que suelen tener algunas personas.

Las prácticas cotidianas han visto la necesidad de ser permeadas por la radio. Una gran mayoría de los habitantes de Sepahua trabajan su chacra acompañados por las ondas de Radio Sepahua. Las señoras se ponen al pendiente de la hora y saben el momento preciso para preparar sus comidas; los Avisos y Comunicados del informativo Noticias al Día son algo obligatorio para escuchar, pues es el espacio en que se cruzan los cientos de kilómetros impuestos por el río y se rompen las fronteras que imponen la falta de una línea telefónica y la pésima señal de celular, para informar sobre lo necesidades, invitaciones, eventos, etc. Algún día, recuerdo bien, se informó al señor German Ríos lo siguiente: ''favor amarrar a las vacas más grandes porque el técnico irá a revisarlas en la tarde''.

Es por lo mencionado anteriormente que surge la necesidad y el deseo de entender cómo influencia una Emisora como Radio Sepahua la vida en comunidad. Se hace preciso entender las dinámicas sociales que pasan por los contenidos radiales, para fortalecer el gran papel que desde que se estableció, ha tenido la radio comunitaria para los pueblos de América Latina. Una radio comunitaria que sin tapujos, muchas veces con las uñas y con más pasión que herramientas técnicas ha demostrado ser radio de pueblo, de la gente, radio de camisa abierta y que acompañada de machete y azadón convive en el día a día de cada uno de sus escuchas.

Acerca de la experiencia radial en territorio peruano

Ubicados en el Perú, podemos nombrar la gran labor que ha tenido la radio Onda Azul. Fundada en principio por la Diócesis de Puno y administrada por la comunidad de sacerdotes Maryknoll, Onda Azul ha sido desde siempre un escenario que da indicios de todo lo que encierra a la comunidad de Puno. Empezando a formarse en el Colegio San Carlos en el año de 1956, gracias a un parlante en el que se emitía música y avisos que escuchaban quienes pasaban junto al colegio, la Onda Azul pasó a formar parte de la cotidianidad de cada uno de los pobladores del departamento de Puno. La experiencia nos cuenta que, los habitantes de Puno pudieron manifestar y abordar sus problemáticas en temas como la tierra, la paz, hacer públicas las luchas campesinas y apropiarse de una radio que fue y es netamente suya (Figueroa, 1996).

Radio Quillabamba, una emisora fundada e impulsada por los misioneros dominicos del Vicariato Apostólico de Puerto Maldonado, resulta dar muestras importantes del trabajo con los campesinos de la Provincia de La Convención en el Departamento del Cusco en Perú. Y es que Radio Quillabamba ha sido reconocida como una emisora en la que gran parte del contenido emitido diariamente, es producido por las diferentes organizaciones que conforman y hacen parte de la estructura social de la Provincia de La Convención (Gumucio, 2001). La Federación Provincial de Campesinos, la Federación de Trabajadores, el Comité de Derechos Humanos, entre otros, elaboran contenidos que reproducen y abordan problemáticas propias de la comunidad de la provincia, además de estar abiertos de la participación de cada comunero a través de su participación en la radio e impulsar producciones en quechua.

Hablar de las experiencias radiales del Perú no sería algo completo si no se menciona lo que significó la Coordinadora Nacional de Radio (CNR) para el país. La CNR bien puede dar cuenta de lo que significa hacer radio popular. En su vasta experiencia, se cuenta cómo desde el principio sus miembros tuvieron que aprender la práctica radial sumergidos en modelos populares de educación. El hacer noticias, reportajes, programas, producciones, etc., son cosas que crecieron en sus facultades a la par que la CNR se fortalecía.

Es quizás esta experiencia, una muestra de la unión que puede existir entre las diferentes partes de los sectores populares y los entornos comunitarios. La importancia de esta coordinadora, para el sistema democrático, radicaba en diferenciar comunicar de informar, de hacer posible eso que José Ignacio López definió como la democratización de la palabra, en donde el carácter de receptor pasivo queda relegado, entregando y amplificando la palabra de quienes se les ha mandado a callar (López Vigil, 1997). La coordinadora le apostó, desde un principio, a alcanzar la utopía de la democracia, mal que bien se reivindicó el sentido popular y se pudo hacer frente a la desigualdad social, que tampoco deja de lado los campos de la comunicación. La CNR, según se manifiesta en la experiencia tuvo sus altas y bajas, incluso puede decirse que en su experiencia cayó en el tradicionalismo, pero no se le podrá arrebatar el sentido popular y comunitario que impulsó su fundación.

Podríamos seguir ahondando en el tema, relatar las experiencias que han tenido y lo que significan, para el Perú y América Latina, organizaciones como ALER, como Radio La Voz de la Selva e incluso las experiencias que se dejan ver en el día a día de Radio Madre de Dios. Las vivencias son amplías, se cuentan por cantidades, y se necesita más que un recuento de las mimas para poder sustentar el quehacer que fundamenta la radio popular. Pero, este apartado solo puede darse el lujo de ser un abrebocas que permita dar pasos para entender lo que representa Radio Sepahua.

Radio Sepahua: una experiencia en la formación de comunidad

Alguna vez, estando en la mesa de la Misión El Rosario de Sepahua, esperando la cena de aquel día del mes de julio que no recuerdo con exactitud, el profesor Lino (encargado del internado de hombres de la Misión) me dijo que la gente del pueblo le había dado muy buenas referencias del trabajo de los internos en la radio. Semanas anteriores habíamos resuelto junto a los internos, hacer unos pequeños programas en Radio Sepahua.

Lo más importante del asunto, más que la admiración por las voces de los internos, fue la representación que sentían la comunidad, los jóvenes y las familias de nuestros nuevos locutores al tener algo de sí reproducido en discursos radiales. Ya no eran los extranjeros voluntarios, que fascinados por el trabajo comunitario, habían arribado a la selva para ejercer un periodismo diferente. Ahora empezaban a ser los jóvenes originarios de la zona quienes montaban las agendas y ejecutaban los programas, que desde la iniciativa de los propios internos fueron un reflejo de aquello que Pierre Bourdieu definió como la forma cultural del capital. Y es que en los momentos de proponer contenidos para los programas, los internos se apegaban mucho a sus creencias, a los idiomas de sus comunidades, a los cuentos que les

enseñaban los viejos y, a causa de las limitaciones en cuanto a comunicación, la necesidad de contar a los sepahuinos la situación del país.

Bourdieu plantea que el capital cultural incorporado ''es una posesión que se ha convertido en parte integrante de la persona, en *habitus*. Del tener ha surgido ser'' (Bourdieu, 2000). Es importante hablar de los aspectos culturales y sociales que incorporan los internos a su ser, pues dentro del marco de relaciones sociales, la organización comunitaria tiene su punto de partida precisamente en el desarrollo de esas acciones colectivas que terminan siendo una construcción social, eso que Berger y Luckmann entendieron como el encuentro de muchos aquí y ahora, que se relacionan entre sí, permitiendo el encuentro de diferentes subjetividades, para llegar a un punto claro y objetivo (Berger & Luckmann, 1999). Y ese punto objetivo no es más que lo que se establece para cada miembro de una comunidad, las reglas, las leyes, o si se quiere las costumbres del ámbito cultural, aspectos que sustentan la estructura comunitaria.

Este proceso demostraba a cada uno de los habitantes del Distrito de Sepahua que es posible llegar a un verdadero empoderamiento de lo que es suyo, de poder hacer visibles cada una de sus cualidades, pensamientos, creencias, formas de ver y estructurar el mundo, etc. Ya hemos hablado a lo largo de este apartado que lo que interesa es ver la influencia que tiene la labor de Radio Sepahua en la conformación comunitaria del distrito, y el trabajo con los jóvenes internos es una muestra de que no se está lejos de poder amplificar los discursos de más partes de la comunidad, para contribuir al mantenimiento y buen desarrollo de la misma.

Si bien empecé a trabajar directamente con un grupo de jóvenes de Sepahua, nunca me desligué del resto de la comunidad, no dejé de lado ese carácter colaborativo, que sustentado en Joanne Rappaport, adherí al método etnográfico pretendiendo no dejar lo estudiado en simple literatura, sino permitiéndome buscar junto a la comunidad alternativas de acción que logren un impacto de cualquier intensidad en lo que refiere al beneficio de la comunidad, sin caer, como afirma Rappaport, en el simple activismo (Rappaport, 2007). Así, me di cuenta que al igual que la labor de los jóvenes como amplificadores del capital cultural de la comunidad, una gran cantidad de sepahuinos se encuentran directamente implicados en la formación comunitaria del distrito.

Las diferentes denuncias que se hacen en cuanto la situación del sistema de salud o las dificultades que tienen los jóvenes y niños que buscan acceder al sistema escolar, los testimonios levantados por los pobladores en lo que refiere a las diferentes ligas deportivas distritales, el hecho de que los sepahuinos sean una fuente de información para la construcción de las noticias y aquello que para mi forma de ver resulta ser lo más destacado e importante, los avisos y comunicados, son situaciones da pie a la formación comunitaria en el distrito, pues responde a esa forma de organizar lo que rodea y debe tenerse en cuenta para la vida en comunidad.

Cómo olvidar cuando las petroleras se atrasaron en el pago de bienes y servicios a la Comunidad Nativa de Sepahua, y animados por las declaraciones del Jefe de la Comunidad a través de Radio Sepahua se bloqueó el paso de cualquier bote por el río hasta que las empresas saldaran su deuda. Tampoco se pueden olvidar esos pequeños avisos en donde se invitaban a polladas, bingos, campeonatos de fútbol o fiestas comunales, todo con el fin de reunir fondos para ayudar económicamente a comuneros con grave situación de salud. O aquellas ocasiones en que se citaban a asambleas, matrimonios, bautizos, velorios, carnavales y aniversarios, esperando contar con la participación de la mayoría de comuneros en esos rituales necesarios en la supervivencia de la figura de comunidad.

Son esas pequeñas intervenciones, sea dando un testimonio de orden noticioso o informando sobre cualquier evento, situación o acción en el distrito, lo que da pie a una participación masiva de los sepahuinos en esas acciones engendradas en el seno de la comunidad. La participación de cada una de las partes que conforman la comunidad en los repertorios comunicativos emitidos por la radio, se vuelve una necesidad en pro de permitir el fortalecimiento de los lazos comunales, y por ende, da lugar al surgimiento de estrategias de todo tipo

que buscan la transformación de diferentes sentidos, como el establecimiento de un lugar de enunciación para los mismos.

Conclusiones

La comunidad de habitantes de Sepahua es un lugar en donde se da cuenta la importancia que tiene la radio para pueblos similares a Sepahua. El hecho de que las rutinas empiecen a ser mediadas por los contenidos radiales, nos da una muestra del acogimiento que llega a tener una emisora comunitaria en el lugar. Las comunidades nativas que se asientan a lo largo de la ribera del Urubamba, se convierten por obra y gracia de las ondas radiales en una misma y gran comunidad, en un universo lleno de múltiples universos, que bien pueden trabajar al ciento por ciento, buscando transformar sus realidades.

No se puede decir que en Sepahua todo es paz y armonía, entre los mismos nodos que conforman la vida social del Distrito de Sepahua existen anomalías y perjuicios que, nacidos en el seno comunal, desembocan en cosas poco viables y positivas para la comunidad. La política de corrupción y ventaja también ha invadido las así llamadas comunidades nativas. Un jefe de comunidad y su cúpula, bien pueden adquirir ciertos beneficios brindados por cuanta entidad rinda cuentas a la comunidad nativa, quitando varios o muchos derechos a los comuneros. Este fenómeno se ha logrado evidenciar en varios casos y en distintas comunidades nativas, pero quizá lo bueno que dejan estas acciones, es que los habitantes de las comunidades entienden que una herramienta fuerte en su defensa es la práctica radial.

Es importante el papel de los anuncios hechos por quienes habitan el distrito, a través de la radio. El hecho de que cada acción, ritual y evento importante sean amplificados a través de las práctica radial de una emisora comunitaria como Radio Sepahua, da cuenta que aspectos básicos en la formación y fortalecimiento del concepto y la figura de comunidad, deben pasar por un escenario propicio para incentivar el debate. De nuevo la radio vuelve a tomar importancia, pues sus repertorios están presentes en la realidad espacial de cada morador de Sepahua, lo que la convierte en el lugar de enunciación apropiado para incentivar el tan necesario diálogo de saberes.

Finalizaré diciendo que la cultura radial está presente en cada morador del Distrito de Sepahua, que es algo que se lleva innato por el simple hecho de residir en el lugar. Para el contexto de Sepahua en particular, es necesario ese fortalecimiento de la cultura radial en cada una de las partes de la sociedad civil: las comunidades nativas, las organizaciones indígenas, las organizaciones de madres, las asociaciones de adultos mayores, el Consejo Municipal (figura del Estado), etc. para que un lugar de enunciación y amplificación de repertorios como la radio, se convierta en el incentivador del debate y de las transformaciones sociales en pro de toda la comunidad.

Bibliografía

López Vigil, J. I. (1997). La democratizacióin de la palabra. En *Manual urgente para radialistas apasionados* (págs. 317-346). Quito: Artes Gráficas Silva.

Berger, P., & Luckmann, T. (1999). Los fundamentos del conocimiento en la vida cotidiana. En *La construcción social de la realidad* (págs. 36-65). Buenos Aires: Amorrortu Editores S.A.

Bourdieu, P. (2000). Las formas del capital. Capital económico, capital cultural y capital social. En *Poder, derecho y clases sociales* (págs. 131-164). Bilbao: Desclée de Brouwer.

Figueroa, N. (1996). *Onda Azul. Una voz al ritmo de los tiempos*. Lima: Seripta ediciones.

Gumucio, A. (2001). Radio Quillabamba. En *Haciendo Olas* (págs. 59-64). New York: The Rockefeller Foundation.

Rappaport, J. (2007). Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. *Revista colombiana de antropología*, 197-229.

Biografía

Oscar Felipe Tellez es egresado de la Facultad de Comunicación Social para la Paz de la Universidad Santo Tomás, en Bogotá, Colombia. El gusto por la radio, lo ha llevado a trabajar en diferentes escenarios propicios para el estudio de las prácticas comunicativas presentes en el escenario radial. La experiencia le ha permitido trabajar principalmente en radios escolares, universitarias y comunitarias, siendo el aporte a Radio Sepahua el trabajo más completo y riguroso de todos. Al hablar de expectativas, se puede mencionar la meta del autor de pensarse el grueso mundo de la comunicación y sus estudios de otra forma. Correo electrónico: oscarfelipetellez@gmail.com; oscar_tellez94@hotmail.com

As representações dos movimentos populares e suas possibilidades de visibilidade em novas mídias alternativas: o caso do coletivo Nigéria, em Fortaleza (Brasil)

Universidade Federal do Ceará

Márcia Vidal Nunes
marciavn@hotmail.com

Francisco Sérgio Lima de Sousa
sergiolsousa@gmail.com

Resumo

O artigo é uma reflexão sobre as representações e possibilidades de visibilidade das minorias presentes no documentário Cartas Urbanas (2016) do coletivo Nigéria, produzido em Fortaleza. A análise é realizada com base nos estudos de Canclini (2002;2008), Martin-Barbero (1997), Sodré (2005), Peruzzo (1998;2013), Lacerda (2002) e Castells (1999). A metodologia utilizada envolve uma pesquisa documental, análise do discurso dos vídeos e entrevistas com os personagens. Dados coletados indicam que a apresentação da voz das minorias em destaque e a sua participação na elaboração das produções faz com que estas se aproximem da experiência do exercício da cidadania.

Palavras-chave:

comunicação; minorias; cidadania; coletivo Nigéria; visibilidade.

Abstract

This article is a reflexion about the representations and possibilities of visibility of the minorities shown in the film collective Nigéria's documentary Cartas Urbanas (2016), made in Fortaleza (Brazil). The analysis is based on the studies of Canclini (2002;2008), Martin-Barbero (1997), Sodré (2005), Peruzzo (1998;2013), Castells (1999) and Lacerda (2002). The methodology used here involves a documentary research, speech analysis of the videos and interviews with the characters. Initial data indicates that the featured presentation of the minorities voices and their participation on the elaboration of these film productions put them closer to the experience of the citizenship exercise.

Keywords:

communication; minorities; citizenship; collective Nigéria, visibility.

Resumen

La ponencia es una reflexión sobre las representaciones y posibilidades de visibilidad de las minorías presentes en el documental Cartas Urbanas, del colectivo Nigéria, producido en Fortaleza (Brasil). La análisis es hecha basada en los estudios de Canclini (2002;2008), Martin-Barbero (1997), Sodré (2005), Cicília Peruzzo (1998;2013), Castells (1999) y Lacerda (2002). La metodología utilizada envuelve una pesquisa documental, análisis del discurso de los videos y entrevistas con los personajes. Dados iniciales indican que la presentación de la voz de las minorías en

destaque y su participación en el desarrollo de las producciones hace con que ellas se acerquen de la experiencia del ejercicio de la ciudadanía.

Palabras clave:
comunicación; minorías; ciudadanía, colectivo Nigéria, visibilidad.

Introdução

Nigéria é um coletivo que surgiu em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, no Brasil. O grupo, formado por três jovens jornalistas, com a colaboração eventual de outros jornalistas, tem como ponto de partida de suas temáticas situações de conflito. Para contar suas histórias, o coletivo opta por dar destaque às minorias, aos movimentos sociais, construindo narrativas através de vozes que geralmente não ganham espaço nas mídias convencionais.

O objetivo que se pretende com a pesquisa é identificar se os espaços destinados pelos documentários desta mídia alternativa às minorias têm contribuído para lhes gerar visibilidade e, assim, contribuir para o exercício da cidadania por parte destes grupos.

O Nigéria foi criado em 2010 e, desde então, produziu 13 documentários, sendo os três longas-metragens os que tiveram mais repercussão: Com Vandalismo (2013), Defensorxs (2015) e Cartas Urbanas (2016). No primeiro, o coletivo compila a cobertura realizada nos protestos populares de junho de 2013, que ficaram marcados na História do Brasil como o período no qual foram registradas as maiores manifestações populares no País desde o Fora Collor[1]. Nele, a narrativa parte da visão dos grupos que passaram, à época, a serem denominados de "vândalos". Em Defensorxs, que foi rodado nas cinco regiões geográficas do Brasil, a temática é o cotidiano da luta de populações indígenas e LGBT, a ação de defensores dos direitos à moradia e à justiça e a resistência de comunidades tradicionais a megaobras do governo.

Já o Cartas Urbanas traz a discussão do direito à cidade, mostrando relatos de moradores de diferentes bairros da periferia de Fortaleza e os problemas enfrentados por estes em suas localidades. O presente artigo parte da discussão desta produção.

Minorias, cidadania e Comunicação

A questão das minorias se destaca na produção do coletivo Nigéria. Sodré (2005, p. 12), defende que "o conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual". O autor recorre a Kant para reforçar sua definição. Segundo o filósofo alemão, maioridade é *Mündigkeit* , que significa a possibilidade de falar. Já menoridade, por sua vez, é *Unmündigkeitque* , que está relacionado à impossibilidade da fala. "Menor é aquele que não tem acesso à fala plena" (Idem, 2005).

Esta definição parece cabível à presente pesquisa, especialmente em virtude do objeto que se pretende estudar, posto que todo o trabalho desenvolvido pelo coletivo parte do "conflito", buscando dar espaço a grupos subalternos e questionando o *status quo*. São minorias por terem um discurso minoritário, marginalizado. Sodré reforça sua explicação, destacando que a noção contemporânea de minoria "refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do poder, aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social (Sodré, 2005)".

A intenção é discutir como essas minorias, por meio de sua possibilidade de voz nos documentários do Nigéria, podem alcançar o exercício da cidadania. De acordo com Cancli-

1 Movimento político ocorrido no ano de 1992, onde milhares de brasileiros saíram às ruas em passeatas pedindo a saída do poder do então presidente da República, Fernando Collor de Mello.

ni (2008), "a noção política de cidadania se expande ao incluir direitos de habitação, saúde, educação e apropriação de outros bens em processos de consumo". Tais direitos são aqueles reivindicados pelos protagonistas dos documentários do Nigéria. Conforme Canclini, a cidadania e os direitos "indicam o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas".

Esse reconhecimento hoje passa pela questão da visibilidade. No mundo globalizado, ter visibilidade tornou-se imprescindível aos movimentos, pois, como destaca Lacerda (2002): "na era da globalização, não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social".

Em outra obra, Canclini destaca a importância da mídia dentro desta discussão de direitos:

> Uma descoberta que se confirma em diversas pesquisas dos últimos anos é que a imprensa, o rádio e a televisão contribuem para reproduzir, mais do que para alterar, a ordem social. Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o *status quo* (CANCLINI, 2002, p. 50).

É exatamente a observação deste fenômeno na grande mídia que dá razão de existir ao coletivo Nigéria. A hipótese das "balas mágicas" citadas por Wright Mills na década de 1930 foi superada. Desde a teoria hipodérmica, muito se avançou nas teorias da Comunicação, e traz-se aqui este objeto de estudo à luz de um questionamento de Martín-Barbero (1997). Em vez de, como tanto se fez no passado, perguntar-se o que os meios fazem com as pessoas, o autor questiona: o que as pessoas fazem com os meios?

O coletivo, de certa forma, responderia ao questionamento de Martín-Barbero, pois sua existência é fruto de um posicionamento ativo no processo comunicativo. O receptor da mensagem não é somente o indivíduo que a recebe, mas aquele com capacidade de participar do processo de comunicação, empregando ao que foi dito suas próprias interpretações, construída por meio do complexo espaço de experiências deste indivíduo. "O eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais" (Martín-Barbero, 1997).

Partindo desta visão, podemos afirmar que, ainda que em condição de subalternizados, os receptores de mensagens possuem um espaço interior de resistência, permitindo-os rechaçar discursos não reconhecidos por eles. "O receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor" (Martín-Barbero, 1997). Esta pesquisa se propõe a se debruçar sobre este papel de protagonista no processo comunicativo das minorias. Não somente como protagonistas na produção de sentido das mensagens midiáticas, mas na produção de novas mensagens por meio de uma mídia alternativa, que se proponha a lhes permitir voz e visibilidade. Peruzzo (1998), recorrendo a Durham, afirma que "os movimentos sociais forjam a cidadania e unificam os interesses e as lutas da população heterogênea".

Conforme Peruzzo, a ocupação de espaços de participação na sociedade política contribui para a construção da cidadania. Não sujeito ao controle governamental ou empresarial direto, surge o coletivo Nigéria como uma comunicação vinculada à prática destes movimentos coletivos. A experiência que se põe aqui como objeto de estudo se encaixa na análise de imprensa alternativa trazida mais recentemente por Peruzzo (2013):

> Com o passar do tempo se reinventa, muda o caráter combativo, mas continua se caracterizando como independente de governos e empresas e não se alinhando ao modo de operar dos grandes meios de comunicação, na sua lógica de mercado e

> como sistema burocrático. Mantém também seu caráter não aderente aos interesses ideológicos e políticos das classes dominantes. Parece não querer derrubar governos, mas exercitar a liberdade de expressão em favor do interesse público. (PERUZZO, 2013, p. 90).

Cartas Urbanas: a visibilidade de grupos minoritários

Neste trabalho, vamos analisar um dos documentários produzidos pelo coletivo Nigéria: Cartas Urbanas. As cartas surgem como recurso simbólico, para mostrar a comunicação entre diversas comunidades de Fortaleza no documentário. A primeira parte da série, na qual iremos nos deter nesta análise, traz três episódios: Comunidade em Ruínas, Fronteira Esquecida eParaíso Segregado que, em comum, mostram a luta dos moradores pelo direito à cidade. A pesquisa, ainda em curso, propõe-se a realizar a análise do discurso do vídeo, adicionalmente a entrevistas com os personagens centrais dos documentários.

A narrativa parte sempre da fala dos moradores, começando e terminando com a fala do personagem que escreve a carta para a outra comunidade, introduzindo e concluindo a discussão sobre o problema que seu grupo enfrenta. Em Comunidade em Ruínas, Cássia Sales, ex-moradora da comunidade Trilha do Senhor, fala do problema da remoção dos habitantes da área, uma ocupação habitacional localizada ao lado de um bairro nobre de Fortaleza, para a passagem de trilhos de um veículo leve sobre trilhos (VLT) que deveria ter sido concluído para a Copa do Mundo de 2014. Cássia foi desapropriada e escreve a carta em frente às ruínas de sua antiga casa: "Fomos muito felizes, lutamos muito para continuar aqui. No entanto, não podemos continuar".

Após isso, o documentário mostra histórias de pessoas que ainda resistem à desapropriação, mas que enfrentam as dificuldades de estarem vivendo em meio a escombros. Em um debate após a primeira exibição do documentário, em uma sala de cinema central em Fortaleza, Cássia, presente à sala, disse: "é um desabafo participar do vídeo". Na ocasião, ela afirmou que havia participado ativamente da produção do audiovisual e se disse contemplada no documentário: "a mídia (convencional) nos procura muito na época das remoções. Nos entrevista, mas, na 'hora H', não mostra nada do que falamos, só o que favorece ao governo". Nesta fala, Cássia reforça o pensamento de Canclini, no qual o discurso da imprensa contribui para preservar o *status quo*.

O documentário apresenta discussões sobre o direito à habitação daquelas pessoas com pesquisadores da Universidade Federal do Ceará, e mostra, ainda, a posição do Governo do Estado, mas mantém o destaque nas histórias contadas pelos moradores.

A carta de Cássia chega ao jovem Wilbert, morador do Grande Bom Jardim, região que reúne cinco bairros pobres em Fortaleza. "Na minha periferia, tem 204 mil habitantes. 50% são jovens, que enfrentam a violência diariamente", introduz o jovem a discussão da violência e estigmatização da localidade que, na voz de diversos moradores, sofre com o descaso do Poder Público. A luta é por condições dignas de vivência no bairro, com segurança, saneamento básico e infraestrutura.

Por fim, em Paraíso Segregado, o documentário aborda a realidade de habitantes do bairro Serviluz, que lutam pela permanência no local. Pedro, jovem morador do local, explica no vídeo:

> Aqui é uma área muito privilegiada, muito visada pelas construtoras. Tem o litoral, tem uma localização privilegiada, entre a Beira-Mar e a Praia do Futuro. Então, essas ameaças de remoção sempre vêm por parte dos governantes. (Pedro, transcrição de Cartas Urbanas)

Toda a problemática, assim como em todos os episódios, é apresentada pelos próprios moradores. São histórias que normalmente não ganham espaço na mídia convencional e que ali, ao longo daquele documentário, são desveladas. Meire, também moradora, mostra, em sua fala, a intenção clara de ganhar reconhecimento de sua luta através da divulgação do vídeo:

> O que querem fazer vizinho ao porto [a comunidade fica ao lado de um porto de cargas e passageiros] não é pra favorecer a comunidade, mas pros turistas, que vem aqui só por duas horas, uma hora. E, quando o povo vai pra rua e reivindica, eu quero deixar essa declaração para o povo de Fortaleza, que a gente vai pra rua não é porque somos baderneiros, só pra destruir. Não, a gente vai com idealismo. (Meire, transcrição de Cartas Urbanas)

Os personagens centrais do documentário Cartas Urbanas compõem minorias, no conceito de Sodré (2005). Estes que lutam pelo direito a viver naquele ambiente são grupos minoritários no sentido em que não têm acesso à fala plena e voz ativa para intervirem nas instâncias decisórias de poder. Cássia reclama do fato de as emissoras de TV convencionais entrevistarem pessoas de sua comunidade, mas editarem as reportagens veiculadas de forma a não dar espaço para as suas falas.

Este espaço de voz é alcançado por estes grupos minoritários através do documentário do Nigéria, coletivo que se caracteriza como uma comunicação alternativa no conceito de Peruzzo (2013), ao se manter independente de governos e empresas e buscar "exercitar a liberdade de expressão em favor do interesse público".

Presume-se que a oportunidade de relatar suas próprias histórias e vê-las em posição central dentro dos vídeos gera, dentro destes grupos subalternizados, uma sensação de protagonismo no processo de produção comunicativa, refletindo, aqui, o processo de mediação de que fala Martin-Barbero (1997). Nas entrevistas realizadas, os personagens apresentam uma visão crítica das informações repassadas pela mídia convencional, refutam as narrativas apresentadas e promovem uma nova narrativa, a partir do momento em que atuam ativamente na elaboração do documentário Cartas Urbanas.

O vídeo permite a visibilidade que é tão almejada por estes grupos. Como aponta Castells (1999), "tudo que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política". A luta destes personagens pelo reconhecimento de si mesmos como sujeitos de interesses válidos, no caso, o direito à cidade, indica o exercício da cidadania, como defende Canclini (2008). E esta cidadania também é construída, de acordo com Peruzzo (1998), através da ocupação destes espaços de mídia, e aqui nos referimos ao documentário do Nigéria.

Conclusões

Apesar de os documentários serem produzidos por um grupo externo às comunidades retratadas, ou seja, não é um produto de comunicação comunitário e endógeno, estas comunidades, estas minorias têm um certo poder de intervenção dentro dos resultados do vídeo, algo que ocorre parte pela identificação ideológica dos integrantes do coletivo com a causa retratada, o que tem feito com que estes busquem dar uma maior oportunidade de protagonismo a estes grupos nas produções, conforme os próprios jornalistas relataram em entrevista preliminar.

O coletivo aponta o desejo de gerar um "empoderamento" das comunidades narradas em suas produções. No debate após o lançamento do documentário Cartas Urbanas, personagens do filme presentes na ocasião relataram satisfação em se verem retratados no vídeo de uma maneira que consideraram positiva. Perguntado por este pesquisador caso se via representado em sua luta social naquele material audiovisual, Wilbert, personagem do episó-

dio Fronteira Esquecida, afirmou que sim, que se sentia contemplado tanto pela sua fala no vídeo, pela edição e por ter "participado ativamente" da elaboração do documentário.

Bibliografia

CANCLINI, Nestor García. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. Opinião Pública, Campinas, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2002.

CANCLINI, Nestor García. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias. 7.ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2008.

CASTELLS, Manoel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LACERDA, Juciano de Sousa. A internet na gestão dos movimentos sociais: estudo de caso das estratégias discursivas da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança. In: COGO, D.; KAPLUN, G.; PERUZZO, C. Comunicação e movimentos populares: quais redes? São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2002.

MARTÍN-BARBERO,Jésus. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da Cidadania. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

PERUZZO, C.M.K. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou" (?). Revista Matrizes (online), v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

SODRÉ, Muniz Araújo Cabral (2005). Por um conceito de Minoria. In: Raquel Paiva Alexandre Barbalho. (Org.). Comunicação e Cultura das Minorias. 1º ed. São Paulo: Paulus, 2005, v. 1, p. 11-14.

Biografia

Márcia Vidal Nunes, Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará (1983), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1991) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1998). Atualmente é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, cidadania e movimentos sociais. E-mail: marcia-vn@hotmail.com

Francisco Sérgio Lima de Sousa, Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Ceará (2006) e mestrando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Linha de pesquisa: Mídia e práticas socioculturais. E-mail: sergiolsousa@gmail.com

Comunicación para el desarrollo e implementación del Sistema de Innovación Agropecuaria Local en Cuba

Universidad de Cienfuegos, Cuba

Mayara Medina Marín
mmarin@ucf.edu.cu

Leyane Pérez Jiménez
ljimenez@ucf.edu.cu

Resumen

En la presente investigación se realiza un acercamiento al nuevo Sistema de Innovación Agropecuario Local (SIAL) que se pretende implementar en el contexto cubano. Dentro del SIAL la comunicación se comprende no como un ámbito más, sino como parte transversal de todo lo que se propone. El objetivo del estudio consiste en visibilizar las contribuciones de la comunicación dentro del SIAL en aras de incidir en las estrategias de desarrollo municipales y en políticas públicas. Como resultado se destaca la gestión participativa de la innovación y el desarrollo a nivel territorial. Además se presenta la propuesta del nuevo SIAL participativo, sus componentes tangibles e intangibles. El trabajo comunicativo constituye un aporte significativo para un modelo que se ha construido mano a mano, entre personas de la ciencia y de la producción agropecuaria en varios municipios del país, para impulsar el desarrollo agroalimentario y local. La gestión de la comunicación se asume con la responsabilidad directa de encauzar las estrategias, competencias y habilidades mediante la capacitación, el intercambio de saberes y el diálogo constante entre teoría y práctica.

Palabras claves:

Sistema de innovación; comunicación; gestión.

Abstract

In this research an approach to the new Local Agricultural Innovation System (LMIS) intended to implement in the Cuban context is performed. Within the SIAL communication it is understood not as a field, but rather as transversal part of what is proposed. The aim of the study is to visualize the contributions of communication within the SIAL in order to influence municipal development strategies and public policies. As a result participatory management of innovation and development at territorial level stands. In addition the proposed new participatory SIAL, its tangible and intangible components is presented. The communicative work is a significant contribution to a model that has been built hand in hand, between people of science and agricultural production in several municipalities, to promote the agri-food and local development. Management communication assumes direct responsibility of directing the strategies, skills and abilities through training, exchange of knowledge and constant dialogue between theory and practice.

Keywords:

Innovation System; Communication; management.

Resumo

Nesta pesquisa é realizada uma abordagem para o novo Sistema Local de Inovação Agrícola (LMIS) destina-se a implementar no contexto cubana. Dentro da comunicação SIAL é entendida não como um campo, mas sim como parte transversal do que é proposto. O objetivo do estudo é visualizar as contribuições de comunicação dentro do SIAL, a fim de influenciar as estratégias de desenvolvimento municipal e de políticas públicas. Como uma gestão participativa resultado de inovação e desenvolvimento em bancas de nível territorial. Além disso, a proposta de novo SIAL participativa, seus componentes tangíveis e intangíveis é apresentado. O trabalho de comunicação é uma contribuição significativa para um modelo que foi construído lado a lado, entre as pessoas da ciência e da produção agrícola em vários municípios, para promover a agro-alimentar e desenvolvimento local. comunicação de Gestão assume a responsabilidade direta de dirigir as estratégias, habilidades e competências através da formação, troca de conhecimento e diálogo constante entre teoria e prática.

Palavras-chave:

Sistema de inovação; comunicação; gestão.

Introducción

La agricultura ha sido uno de los sectores claves en los que se realizan trasformaciones orientadas a la necesidad de incrementar la producción de alimentos y reducir el nivel de importaciones que debe realizar el país para garantizar la alimentación de sus habitantes. Como reto se plantea la urgencia de incrementar la producción de alimentos, tanto en volumen como en diversidad, sobre la base del aprovechamiento de las posibilidades productivas existentes; lo que requiere la búsqueda de alternativas locales que den solución a las demandas.

Se promueve el principio de que el desarrollo agrario municipal sea un proceso de concertación de diversos actores que interactúan en el sector agropecuario y forestal en los municipios, propiciando la participación creadora y responsable de ciudadanos(as) mediante un proyecto común. Sin embargo, los gobiernos y administraciones municipales no están totalmente preparados para asumir sus nuevas tareas de planificación y gestión del desarrollo local.

Por tanto, resulta impostergable la creación de un sistema de innovación que dinamice territorios y fortalezca alianzas en materia de innovación agropecuaria a nivel municipal. El Sistema responderá a las características agroecológicas y productivas de los territorios, como instancia gestora de procesos de investigación e innovación en el sector; aportando un enfoque participativo (Ortiz, La O y Miranda, 2015).

Se destaca en la implementación del sistema el aporte del área de la comunicación social y sus disímiles herramientas para impulsar desarrollo e impacto; así como, para lograr la participación y el efecto multiplicador de las buenas prácticas generadas. De ahí que el objetivo de la presente investigación consista en visibilizar las contribuciones de la comunicación dentro del Sistema de Innovación Agropecuaria Local, en aras de incidir en las estrategias de desarrollo municipales y en políticas públicas.

El nuevo Sistema de Innovación Agropecuaria Local: Una descripción necesaria

Para este siglo XXI, variables importantes en la agricultura se manifiestan de forma adversa o con tendencias impredecibles. Al combinarse, configuran realidades complejas

con alto grado de incertidumbre y localmente diversas. En estas condiciones, las grandes empresas agropecuarias, bajo modelos de agricultura industrial y gestión estatal, no pueden sostenerse. Por tanto, se estimulan alternativas campesinas del sector no estatal, que han asumido un peso mayoritario en el balance nacional de la producción de alimentos. Solo por citar un ejemplo, según la Oficina Nacional de Estadísticas (ONE), el porcentaje que representa el sector cooperativo y campesino en la producción agropecuaria como media supera el 80 % del total de las producciones y en algunos reglones el sector cooperativo supera el 90 % de la producción total que se realiza en el país (ONE, 2011).

El SIAL refuerza su liderazgo en los esfuerzos por el desarrollo local, no solo en la urgencia del desafío agroalimentario. Aunque, las experiencias iniciales partieron de esta esfera los procesos de innovación tomaron varios caminos. Se llegó a temas como el agroturismo y la artesanía con productos naturales. De igual forma, se incluyó el trabajo con gobiernos municipales logrando mayor capacidad para organizar y liderar este sistema; se insertó en el diseño de estrategias de desarrollo local más compatibles con las agendas institucionales y sociales.

La urgencia de incrementar la producción de alimentos en Cuba, requiere de actores involucrados en el cambio. Al respecto, se identifican dos factores de éxito en experiencias participativas de innovación local: la generación de demandas para el desarrollo y el efecto multiplicador. El SIAL no espera por las demandas de desarrollo de agricultoras y agricultores. Este sistema las provoca y dinamiza; amplificándolas, mediante el acceso a la diversidad en zonas de aprendizajes. Luego, multiplica la actitud y actividad innovadora durante sus ciclos y redes de aprendizajes que atraen integrantes de las cadenas agroalimentarias locales.

El SIAL articula componentes tangibles e intangibles en función de una gestión participativa de la innovación, lo que permite responder a demandas locales de desarrollo en el sector.

Entre los componentes tangibles del SIAL se encuentran: las formas productivas y actores de la cadena, demandantes de la innovación; grupos de innovación agropecuaria local (GIALs); y plataformas multiactorales de gestión. Como parte de los componentes intangibles se distinguen: el capital humano y sus capacidades; así como, el capital social (Ortiz, La O y Miranda, 2015).

Dentro de las etapas básicas del ciclo de gestión del SIAL, según refleja Ortiz, La O y Miranda (2015), se incluyen:

Etapa 1: Identificación, generalización y dinamización de demandas para el desarrollo. Las zonas de aprendizaje fortalecen las capacidades de agricultores y agricultoras para percibir oportunidades o problemas y plantarse nuevas demandas de desarrollo.

Etapa 2: Organización social de la innovación. Este constituye el primer paso para gestionar una demanda de desarrollo, buscar apoyo y establecer alianzas para actuar en colectivo. En este esfuerzo surgen los GIALs.

Etapa 3. Acción colectiva orientada por visiones compartidas. Para el logro de dicha colectividad se suscitan diversos ciclos de aprendizaje en la acción, en correspondencia con la pluralidad de desafíos, participantes y contextos en donde se gestionan. Se promueven herramientas de investigación participativa para dinamizar estos ciclos y responder a las demandas de desarrollo, a la vez que se generan aprendizajes y capacidades.

Etapa 4: Socialización de resultados y efectos del proceso. Las experiencias del SIAL transforman las prácticas de otros actores interesados y al mismo tiempo, le permiten al sistema abrir nuevas zonas de aprendizajes.

Discusión

Comunicación para el desarrollo del contexto agrícola

Los procesos comunicativos desarrollados desde los actores involucrados en el sistema generaron importantes espacios y herramientas a favor del desarrollo local y científico. La

consolidación de un equipo multidisciplinario que tributa a la gestión estratégica de la comunicación y del conocimiento entre actores locales y decisores claves a nivel municipal.

Para el logro de los objetivos se abordan ejes temáticos que constituyen la guía para el trabajo que se realiza en SIAL. Primeramente, se apuesta por el logro de la diversidad genética y tecnológica (semillas). Para la comunicación de dicho eje se dan a conocer a través de diferentes medios y productos comunicativos: qué son, dónde están y qué importancia tienen los bancos locales de semillas, a partir de las experiencias de agricultores(as) que los administren. Se jerarquiza a nivel informativo la relación entre la diversidad genética y tecnológica, la soberanía alimentaria del país y el impacto en la agricultura local.

Otro eje que se potencian es el de transversalización de género, con una estrategia de divulgación donde se promueve la comunicación sensible a género en todos los medios y acciones; al igual que la participación de mujeres y hombres en igualdad. De relevancia es la temática de la adaptación y el cambio climático para lo que se presentan con claridad cuáles son las alternativas para la adaptación y mitigación al cambio climático en las áreas de implementación del sistema. Mencionar que todas las acciones y productos comunicativos que derivan de la implementación del SIAL son producidos con y por los actores involucrados.

El proceso comunicativo se hace palpable en la conformación de plataformas multiactorales; ya que, coadyuva la implementación de acciones orientadas a dar respuesta a demandas locales. Se asigna a los procesos comunicativos la búsqueda de soluciones a los cuellos de botellas que limitan el desempeño actual de las cadenas productivas en los territorios, a partir de un reforzamiento de las relaciones horizontales entre actores en los municipios. Estas acciones están en correspondencia con las funciones del comunicador dentro de las plataformas multiactorales.

El comunicador está destinado a aplicar herramientas que refuercen la identidad de las plataformas y a garantizar la visualización de los resultados obtenidos. Se consolida un nuevo paradigma de promoción y divulgación de la innovación en el ámbito rural. Implementarlo, resulta en sí mismo un acto innovador que requiere del aprendizaje en la acción.

Desde el ámbito institucional es posible diseminar esta experiencia mediante acciones como la incorporación de las buenas prácticas del SIAL según el objeto social y desafíos institucionales. Se participa en procesos sustantivos de las universidades y se logra la inclusión en agendas institucionales, mediáticas y sociales de las demandas locales.

Capacitación, intercambio y gestión participativa

Uno de los espacios construidos desde el pensamiento lógico y la sinergia de los componentes de la comunicación lo constituyen los procesos de catalización de la innovación. Desarrollada por un equipo de personas con capacidades para acelerar la evolución positiva de estos procesos y multiplicar las buenas prácticas en busca de soluciones contextualizadas y sostenibles, ante desafíos del desarrollo local.

Para la realización de esta iniciativa se conforma un equipo de catalización según las necesidades del contexto. Se identifican desafíos, que son problemas u oportunidades que se convierten en demandas y motores impulsores del desarrollo cuando son percibidos. Se identifican actores vinculados al desafío; para conocer sus visiones sobre las metas y cambios deseados, se establecen alianzas y se definen estrategias conjuntas de acción colectiva para lograr cambios.

Dentro de las funciones de la comunicación se encuentra la socialización de experiencias y resultados derivados de los ciclos de aprendizajes. Los cambios de este proceso se comparten, ya que las experiencias transforman las prácticas de otros actores y dan paso a nuevas necesidades de aprendizaje, estimulando el inicio de un nuevo ciclo.

Otro espacio generado para el intercambio, la capacitación y la gestión participativa son los festivales de la innovación. El debate entre agricultores de los GIALs, la participación de

mujeres y familias en la toma de decisiones, conservación de alimentos y manejo local de semillas son resultados de los espacios que se conforman para el desarrollo y el cambio social.

Las ferias de diversidad constituyen zonas para la gestión participativa y del conocimiento. Permiten a los agricultores acceder a la diversidad genética y tecnológica. Son espacios de aprendizaje para experimentar en colectivo, seleccionar variedades de su preferencia y la forma de cultivarlas. De esta manera campesinos y campesinas crean redes informales para cooperar, intercambiar, diseminar la diversidad y los nuevos conocimientos.

Metodología desempeñada

La propuesta que ha sustentado esta práctica ha sido la metodología del aprendizaje en la acción cuyos fundamentos se encuentran en la investigación-acción-participativa. Se combina la teoría con la práctica promoviendo procesos de acción-reflexión-acción que conforman conciencia crítica respecto a la realidad estudiada con vistas a transformarla. Tiene la singularidad de replantear el rol del investigador(a), al privilegiar la construcción colectiva y recuperar saberes de investigadores(as) rompiendo con el clásico binomio sujeto-objeto.

En el aprendizaje en la acción, los y las participantes de su propia experiencia en intercambio con otros, descubren un desafío y proponen alternativas para enfrentarlo a través de diferentes momentos: planeación, ejecución y reflexión continúa, (Miranda, 2015). En este proceso es fundamental contar con un equipo de catalización que facilite cada ciclo de aprendizaje.

Principales resultados obtenidos en el estudio

El SIAL une a productoras(es), a representantes de gobiernos, de centros de investigación, de universidades, de asociaciones y de otras instituciones, lo que requiere una coordinación multiactoral. Se privilegian demandas municipales y acciones que encierran ciclos con enfoques de cadena agroalimentaria. Ello facilita la descentralización en la gestión concebida de abajo hacia arriba. Así es posible atender las exigencias de los contextos donde se implementan y se acompañan proyectos locales. Si bien las experiencias partieron del sector agropecuario, el sistema puede trascender a otros ámbitos.

Mediante capacitaciones y espacios de intercambio se han diseminado alternativas tecnológicas apropiadas para los sistemas productivos locales como los abonos orgánicos y el uso de microorganismos eficientes. La transmisión de conocimientos ha fomentado la práctica de conservación, producción y comercialización de alimentos. Se han orientado los limitados recursos disponibles para la investigación a las necesidades concretas de los agricultores y los actores que integran las cadenas productivas.

Mediante técnicas de comunicación popular se ha aprovechado el saber local de los agricultores y otros actores para estimular la diversificación y el incremento de la producción de forma sostenible. Siendo estos mismos productores los capacitadores de niños y padres de la comunidad.

Conclusiones

- El SIAL estimula la capacidad de experimentar de productores y productoras para generar bienes económicos, ambientales y sociales.
- La gestión estratégica de la comunicación dentro de SIAL crea espacios para la promoción y comercialización de productos de innovación agropecuaria con nuevos enfoques de manejo de la diversidad, precios y calidad.

- Los espacios de conocimientos generan redes formales e informales que diseminan los resultados de la innovación.
- El SIAL brinda herramientas comunicativas que permiten el empoderamiento a las personas implicadas en procesos de innovación a nivel local; a través de capacitaciones, intercambio de experiencias y horizontalidad de la toma de decisiones.
- Las ferias y festivales son espacios de aprendizaje para facilitar el acceso a la diversidad y motivar a campesinos(as) y otros actores hacia los procesos de participación, comunicación e innovación.

Bibliografía

Oficina nacional de estadística (ONE). 2011. *Anuario estadístico de Cuba, Agricultura, ganadería, silvicultura y pesca* (pp.216-242). La Habana: Edición Cubana.

Ortiz, R., La O, M. y Miranda, S. (2015a). *Manual para el Sistema de Innovación Agropecuaria Local*. La Habana: INCA.

Miranda, S. (2015). Folleto promocional para el *Sistema de Innovación Agropecuaria Local*. La Habana: INCA.

Biografía

Mayara Medina Marín. Universidad de Cienfuegos. mmarin@ucf.edu.cu. Licenciada en Comunicación Social. Coordinadora nacional del Proyecto Agropecuario Local. Profesora asistente de la carrera Licenciatura en Comunicación Social en la Universidad de Cienfuegos. Imparte cursos de posgrado para miembros del Ministerio de la Agricultura en Cuba. Participante en eventos nacionales e internacionales como FELAFACS e ICOM. Miembro de la red de comunicadores populares en la provincia de Cienfuegos. Coordinadora del eje de comunicación del proyecto MINAG en la Universidad de Cienfuegos. Investigadora en temas de la comunicación popular y para el desarrollo, igualdad de género y comunicación de Ciencia, Tecnología e Innovación.

Leyane Pérez Jiménez. Universidad de Cienfuegos. lperez@ucf.edu.cu. Licenciada en Comunicación Social. Coordinadora del Grupo de Comunicación Institucional y profesora de la carrera Licenciatura en Comunicación Social en la Universidad de Cienfuegos. Imparte cursos de posgrados en temas relacionados a la superación del territorio. Participante en eventos nacionales e internacionales reconocidos. Investigadora en temas afines a la comunicación para el desarrollo y el cambio social, espacios públicos y políticas públicas y comunicación de ciencia, tecnología e innovación. Colabora con el Centro Internacional de La Habana. Gestiona el eje de comunicación del Proyecto de Innovación Agrícola Local en la provincia de Cienfuegos.

Videoactivismo y prácticas digitales para narrar los movimientos sociales en Rio de Janeiro[1]

Universidad Autónoma de Barcelona y Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ana Lúcia Nunes de Sousa
anabetune@gmail.com

Resumen

Partiendo de una discusión teórica sobre el videoactivismo, este artículo pretende analizar las prácticas sociales activistas en la contemporaneidad, específicamente en las manifestaciones y protestas sociales que se desarrollaron en Brasil a partir del 2013. En aquel momento emergieron, principalmente en Río de Janeiro, diversos grupos que utilizaban la cámara y el ciberespacio como herramienta de lucha política. La red se transformó en una extensión de la plaza pública. A través de la investigación participativa, entrevistas en profundidad, recogida de datos masivos y una base de datos de vídeos producidos entre junio y julio del 2014, presentamos las características de este tipo de activismo, abordando sus relaciones con el ciberespacio y su metodología de trabajo. Los videoactivistas supieron manejarse en la red virtual, utilizando principalmente *Facebook* y *YouTube* para crear dinámicas de trabajo adecuadas a la realidad que vivían.

Palabras clave:

Brasil, internet, protestas, redes sociales, videoactivismo.

Abstract

From the starting point of a theoretical discussion about video activism, this article aims to analyse the social practices of contemporary activists, specifically in the demonstrations and riots that developed in Brazil from 2013 onwards. At this moment, in Rio de Janeiro, various groups emerged, using cameras and cyberspace as political tools. The network became an extension of the public square. Through participant observation, in-depth interviews, the analysis of big data and a video data base created between June and July of 2014, the characteristics of this type of activism are presented, examining the activists' relationship with cyberspace and their work methodology. Video activism took control of virtual space, using mainly Facebook and YouTube in order to create suitable work dynamics.

Keywords:

Brasil, internet, riots, social network, videoactivism.

Resumo

Partindo de uma discussão teórica sobre o vídeo ativismo, este artigo pretende analizar as práticas sociais dos vídeo ativistas con-

1 Este trabajo fue realizado con el apoyo de CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil.

temporâneos, específicamente aquelas que emergiram no Brasil a partir de 2013. Naquele momento surgiram, principalmente no Rio de Janeiro, diversos grupos que utilizavam a câmera e o ciberespaço como ferramenta de luta política. A rede se transformou numa extensão da praça pública. Através da observação participante, entrevistas em profundidade, ferramentas Big Data e uma base de dados de vídeos produzidos entre junho e julho de 2014, apresentamos as características deste tipo de ativismo, abordando suas relações com o ciberespaço e sua metodologia de trabalho. Os vídeo ativistas souberam desenvolverse na rede virtual, utilizando principalmente *Facebook* y *YouTube* para criar dinâmicas de trabalho adequadas à realidade que viviam.

Palavras-chave:
Brasil, internet, protestos, redes sociais, vídeo ativismo.

Protestas en la calle y en la red

En junio de 2013, protestas sociales multitudinarias tomaron las calles brasileñas. Estas prácticas se multiplicaron a niveles expresivos en el país. El ciberespacio (Lévy, 1999; 2014) se transformó en el ambiente por excelencia de la comunicación hecha desde los movimientos sociales, sobretodo en la red social *Facebook*. Los activistas crearon más de trescientas páginas de seguidores con el objetivo de contra-informar sobre estos sucesos (Malini, 2014). Los vídeos de las protestas se viralizaban rápidamente y, así se fue conformando una red, compuesta por colectivos e individuos, que se conoció como "videoactivista".

Este trabajo objetiva reflexionar sobre el papel desempeñado por los procesos de video activismo en el ciclo de protestas sociales que tuvieron lugar en Río de Janeiro, así como entender las características de la metodología de realización audiovisual llevada a cabo en este contexto. Para entender este fenómeno utilizamos un cruce de metodologías capaz de contestar tanto a las preguntas que se originan en el mundo virtual como a las que nacen del mundo físico. De esta forma, el trabajo de campo se realizó a partir de metodologías del *Big Data*, con la utilización de los *softwares Netvizz* y *Nvivo* para captura, análisis y visualización. Sin embargo, solo con destacar y reunir los datos por internet no teníamos las respuestas, reflexiones y posibilidades de análisis que se deseaban esta investigación. Queríamos saber qué pasaba con esta particular forma de activismo, cuál era su camino completo. Así, a partir de la definición inicial del corpus, se seleccionaron tres grupos con diferentes enfoques de trabajo para realizar la observación participativa, llevada a cabo entre junio y julio de 2014 – un colectivo centrado en la producción de vídeo como prueba jurídica (Rio40caos), un colectivo que se dedicaba a transmitir las protestas en vivo y en directo (Coletivo Carranca[2]) y otro que realizaba informes periodísticos (Jornal A Nova Democracia). Además, se hicieron entrevistas en profundidad a veinte videoactivistas, que buscaban englobar tanto a los activistas con fuerte presencia en la red como también en la calle.

Video activismo: siempre al lado de los movimientos sociales

Cuando se abordan las prácticas comunicativas en torno al vídeo y a los movimientos sociales, desde un punto de vista empírico es posible encontrar relatos de diversas experiencias y la utilización de distintos conceptos para nombrarlas. Vídeo participativo (Lunch y Lunch, 2006; Shirley, 2003; Johansson, 1999) , vídeo para el desarrollo, vídeo radical, vídeo alterna-

2 Optamos por mantener los nombres originales, en portugués, de los grupos y colectivos de videoactivismo.

tivo, vídeo comunitario, vídeo guerrilla, *advocacy* vídeo, (Askanius, 2014; Pasquinelli, 2002), audiovisual de combate (Bustos, 2006), etc.

En este trabajo nos vamos centrar, a nivel conceptual, en el videoactivismo, por más que en la literatura especializada no se haya llegado a una terminología estabilizada para definirlo, conforme aseveran Mateos y Rajas (2014). Harding (2001), Widgington (2005) y Mateos y Rajas (2014) ofrecen un abordaje conceptual más amplio de la cuestión. Harding (2001) argumenta que el videoactivista utiliza el vídeo como una herramienta táctica para luchar por la justicia social, haciendo de la cámara un poderoso instrumento político. Según él, puede haber varios tipos de videoactivistas, pero todos entienden el poder de la imagen y hacen uso de este poder para cambiar sus comunidades (Harding, *op. cit.*). Para Widgington (*op. cit.*), el videoactivista está involucrado en el activismo diariamente, utiliza la cámara para abogar por justicia y el cambio social y desarrolla una relación de proximidad y apoyo con la comunidad activista. Ya Mateos y Rajas (2014) se centran en el videoactivismo como proceso, identificándolo con las prácticas utilizadas como recursos de intervención política por actores subalternos con finalidad transformadora. Otras investigaciones, sin embargo, se centran en aspectos más específicos para aproximarse al concepto. Por ejemplo Zarzuelo (2012), orienta la suya respecto a la posición del videoactivista en la contienda. Para esta investigadora, el videoactivista está dentro de la acción colectiva, es protagonista y forma parte de ella como un militante más. Wilson y Tanya (2010) llaman de videoactivista a personas que utilizan el vídeo como herramienta táctica para frenar la violencia policial, documentar abusos y otras más conductas policiales y de las autoridades, e intentar influenciar la agenda política. Para Pasquinelli (2002), el videoactivismo nace de la imposibilidad de ser parte de los medios masivos. A través de sus propias cámaras, los activistas pueden evitar las omisiones y manipulaciones por parte de los grandes medios, utilizando las tecnologías para tal fin.

Este breve recorrido teórico apunta a que la literatura académica considera el posicionamiento político como factor fundamental a la hora de definir los procesos de videoactivismo. Mateos y Rajas (2014), incluso, llaman la atención sobre el hecho de que lo más importante para explicarlo es el tipo de práctica, el proceso, y no el producto. Así, dentro de la categoría o concepto de videoactivismo se pueden incluir prácticas muy amplias y diversas, en diferentes géneros y formatos, que se dan a conocer en diferentes plataformas, como los cinefórums, talleres de formación audiovisual, *telestreet*, proyecciones videoartísticas, producción de vídeos y cine, informes audiovisuales, transmisiones en directo de protestas, etc. Sin embargo, en el marco de esta investigación, nos interesamos de forma específica por el videoactivismo que se desarrolla entre la calle — en las protestas sociales — y el ciberespacio.

En las siguientes secciones abordaremos el video activismo desde un punto de vista empírico, basado en las observaciones de campo, entrevistas y datos procedentes de las redes sociales en internet, incluyendo los vídeos. El material se recogió entre junio y julio de 2014, en el contexto de las protestas en contra del Mundial de Fútbol de la FIFA, en la ciudad de Río de Janeiro, Brasil. Así, las reflexiones que ahora siguen, si bien pueden ser, en cierta medida, extendidas al amplio campo del videoactivismo, se refieren a las prácticas desarrolladas en esta ciudad.

El videoactivismo en Río de Janeiro

Aunque las protestas se observaron en todas las regiones del país, el videoactivismo se observó de forma más organizada en algunas ciudades, en particular en Río de Janeiro. Rápidamente se formaron grupos y colectivos, y además se añadieron muchos activistas que no se unían orgánicamente a ninguno de ellos. Vik Birkbeck, colaboradora de varios colectivos, como el Jornal A Nova Democracia y el Coletivo Mariachi, nos explica cómo la génesis del movimiento videoactivista fue natural:

> Al principio, yo filmaba sola. No conocía a nadie. Una vez encontré a un viejo amigo en la protesta. Él también estaba filmando. Y luego fui conociendo a todos y todas. Después empezó esta dinámica en la que todos empezaron a conocerse, y, cada vez que había una acción, las personas se contactaban por mensajes en el teléfono o en *Facebook*. Entonces este gran grupo, que era de unas treinta personas, se fue transformando casi en una institución. (Birkbeck, V., entrevista personal, 20 de agosto de 2015)

Pese a posibles diferencias, lo que se observó entre junio y julio de 2014 fue una actuación conjunta de estos grupos durante las protestas, formando un gran bloque de activistas que utilizaban la cámara como herramienta de lucha y que compartían prácticas sociales. Estas prácticas comunes nos permiten enumerar algunas características generales de la producción videoactivista realizada durante el período de las protestas en contra del Mundial de Fútbol, organizado por la FIFA, en Río de Janeiro, entre las que podemos apuntar:

1. En relación con el tipo de material producido, la mayor parte de estos colectivos se dedica a realizar notas e informes periodísticos en vídeo, y a sacar fotografías; a excepción de los Coletivo Carranca, Coletivo Vinhetando y Mídia Ninja que también se especializaron en la transmisión en vivo (*streaming*) de las acciones.
2. En lo que se refiere a la configuración de los grupos durante las protestas, suelen actuar en conjunto durante los momentos de tranquilidad, pero cuando el conflicto se acentúa buscan estar en pareja o visibles a sus pares, para garantizar la seguridad de todo el grupo.
3. En su mayoría, utilizan identificación de prensa, con el nombre del Colectivo o grupo al que pertenecen.
4. Utilizan equipos individuales de protección, como casco, chalecos antibalas, máscaras anti gas, etc.
5. En el desarrollo de la protesta, en general, la forma de actuar los divide en dos grupos: los que se comportan como militantes con cámaras y los que buscan comportarse como prensa. Los primeros, en muchas ocasiones, están en el medio, cuando no son el centro, de los conflictos directos con la policía: gritan palabras de orden, cantan, provocan y son provocados por la policía . El segundo grupo es más moderado y intenta mantenerse alejado de conflictos, buscando en primer lugar garantizar el cumplimiento de su trabajo como prensa.
6. Composición profesional plural, la mayor parte son periodistas o cineastas, pero también se pueden encontrar videoactivistas que al margen de la acción, se desarrollan en otras áreas profesionales.
7. A excepción del Jornal A Nova Democracia, que es un periódico popular establecido desde hace más de diez años en Río de Janeiro, los otros colectivos son estructuras exclusivamente militantes.
8. Utilizan el internet y, sobre todo, las redes sociales como plataforma de organización, difusión de sus producciones y activismo político.

La vinculación entre las prácticas videoactivistas y las redes sociales en internet es uno de los aspectos más importantes a la hora de entender cómo este tipo de activismo se desarrolló en el marco de las protestas del 2014. Algunos aspectos de estas prácticas serán objeto de análisis en el apartado siguiente.

La utilización de los medios sociales por el video activismo

En Brasil, *Facebook* es la red social más utilizada. En 2013, contaba con 76 millones de usuarios y su importancia fue singular en el contexto de las protestas que analizamos. Uno

de los activistas del Coletivo Mariachi interpreta como importante la utilización de las redes sociales en el videoactivismo, "nosotros empezamos a poner los vídeos en *YouTube* y creamos una página en *Facebook*. Al principio, esto fue muy importante porque creó una red e hizo con que nuestras imágenes llegasen a ella, a través de la acción de compartir" (Andrade, S. Laís (Coletivo Mariachi), entrevista personal, junio de 2014). Para Patrick Granja, del Jornal A Nova Democracia (entrevista personal, julio de 2014)., las redes potencializaron un trabajo que ya existía, "la popularización del internet potencializó muchísimo nuestro trabajo. Es fundamental. Es a través de ella como logramos crear un eco en el monopolio de los medios de comunicación".

Los canales de *YouTube* y páginas en *Facebook* de los colectivos de videoactivismo proliferaron a la misma velocidad que las manifestaciones sociales. Pese a que los vídeos se podían compartir de forma directamente desde *Facebook,* la mayor parte del material audiovisual solía ser editado, subido a *YouTube* y luego compartido en *Facebook*. Así, estas dos redes sociales estaban profundamente conectadas con el trabajo de los videoactivistas. Abajo, presentamos una tabla donde es posible ver la relación entre los "me gusta" en *Facebook*, seguidores en *YouTube*, numero de vídeos publicados, viralización y el resultado total del canal de los diez colectivos de videoactivismo con mayor actuación.

	Grupo	*Me gusta en Facebook*	*Seguidores en YouTube*	*Vídeos publicados en YouTube*	*Vídeo más viral en YouTube*	*Visitas en YouTube total*
1	Jornal A Nova Democracia	127 100	16 827	257	399 200	3 663 762
2	Mídia Ninja	256 000	Oculto	89	88 614	1 726 251
3	Coletivo Mariachi	7 272	6 788	75	256 1980	3 516 588
4	Coletivo Carranca	5 577	411	19	14 931	26 440
5	Mídia Independente Coletiva	15 888	3.302	17	92 134	224 045
6	Voz das Ruas	1 553	708	51	10 098	84 000
7	Vírus Planetário	71 936	742	48	84 327	141 525
8	Linhas de Fuga	3 287	566	182	350 971	530 626
9	Coletivo Vinhetando	5 264	24	19	2 392	2 698
10	Coletivo Tatu	2 973	493	19	12 788	64 626

Tabla 1. Colectivos y grupos de video activismo con mayor actuación
Nota: Datos de visitas en YouTube y "me gusta" en Facebook, recogidos en mayo de 2014, referentes a los 10 grupos y colectivos con mayor actuación en las protestas sociales de Río de Janeiro, Brasil.

Como se puede comprobar, todos los colectivos poseen tanto páginas en *Facebook* como canales en *YouTube* con un gran número de seguidores. A excepción del Coletivo Mariachi, el número de "me gusta" en *Facebook* es mayor más expresivo que el número de seguidores en *YouTube*. Sin embargo, no es posible establecer conexiones directas entre las dos redes sociales en lo que se refiere al número de seguidores porque operan con lógicas de funcionamiento diferentes. En *Facebook*, por ejemplo, no siempre la cantidad de "me gusta" en la página determina la popularidad del colectivo en la red. Hay otras variables, como la participación y la atención que el usuario da a la página, que son, quizás, más importantes a la hora de hacer con que una publicación llegue a más personas (Canavarro, 2014). En *YouTube*, entretanto, la viralización de un vídeo acaba, algunas veces, determinando la popularidad del canal, aumentando, así, tanto el número de seguidores como el número de visualizaciones totales de

la página. Es el caso, por ejemplo, del Coletivo Mariachi, que pese a tener poco más de 7 mil "me gusta" en su página en *Facebook*, llegó a tener más de tres millones de visitas en *YouTube*, debido a la viralización de uno de sus vídeos.

La velocidad y vinculación entre el número de protestas — casi diarias —, la producción de los vídeos y la viralización en las redes provocaba un ritmo productivo frenético. En el gráfico de abajo se puede ver la capacidad productiva de tres colectivos actuantes en Río de Janeiro. Los vídeos se refieren al período del Mundial de Fútbol de la FIFA.

Gráfico 1. Videos producidos por tres colectivos en junio y julio de 2014
Nota: Número de vídeos producidos por los grupos Jornal A Nova Democracia, Mídia Ninja y Colectivo Carranca, entre el 13/06/2014 y el 15/07/2014. Elaboración propia, con informaciones colectadas en el Twitcasting y YouTube de los colectivos.

En menos de un mes, solo en la ciudad de Río de Janeiro, se realizaron 157 vídeos sobre las protestas sociales, que se colgaron en *YouTube* o se transmitieron en vivo en otras plataformas, como Twistcasting. Se generó un verdadero proceso de "autocomunicación de masas", como lo denomina Castells, (2009, p.88), en el que "la comunicación se hace de muchos para muchos", muchas veces en tiempo real (p.88). El *streaming* y los vídeos ya editados disponibles en internet permitían que la protesta pudiera —además de ser vivida en la calle — ser vivida y post-vivida en la red.

Consideraciones finales: perspectivas para el estudio del videoactivismo

En el contexto de este trabajo, el video activismo se ha analizado como una importante herramienta para luchar por la justicia social. Es una práctica social en crecimiento y cada vez más accesible a un mayor número de activistas sociales y políticos, ya que los aparatos tecnológicos y conocimientos necesarios se están volviendo cada vez más sencillos. Pese a las limitaciones de seguridad y libertad, la disponibilidad de internet y de las redes sociales para la difusión de las imágenes hace con que la práctica del video activismo gane cada vez más adeptos.

Los grupos y colectivos de video activismo que actuaron en la contra-información de las protestas que se desarrollan desde 2012 — con más expresividad en el 2013 —, en Río de Janeiro, nacieron de la necesidad de los movimientos sociales en oponerse al discurso de los grandes medios y también de la posibilidad técnica generada por la omnipresencia del

teléfono móvil, de internet y de las redes sociales virtuales. Para cumplir con este objetivo, estos colectivos establecieron dinámicas de trabajo que se asemejan, en mucho, a las rutinas productivas de los corresponsales de guerra, al arriesgar su propia seguridad en búsqueda de la imagen perfecta.

El videoactivismo *online* ayudó a cambiar la dinámica de las protestas sociales, antes narradas casi en exclusiva por los grandes medios; garantizó la seguridad de los manifestantes, actuando como cámara observadora de la conducta policial, y fue utilizado como prueba de las violaciones de derechos humanos.

Finalmente, hay muchas preguntas que aún quedan por contestar. ¿Cuánto durará el ascenso del video activismo brasileño? ¿Estará más dispuesto y experimentado en las olimpíadas de 2016? ¿Logrará vencer, de esta vez, la batalla por la opinión pública? ¿Continuará utilizando redes sociales que imponen lógicas privadas de circulación de la información, basadas en reglas establecidas por grandes empresas? El desafío para los investigadores que se dedican al video activismo es acompañar más de cerca al fenómeno, en todas sus expresiones, tanto en la calle, como en las redes; ampliar los análisis más allá de las obras y abordarlo como un proceso complejo, incluyendo, principalmente, los aspectos de recepción.

Referencias bibliográficas

ASKANIUS, Tina (2014): "Video for Change" en WILKINS, Karin et all. (Ed)., The Handbo ok of Development and Social Change. Oxford: WilleyBlackwell.

BUSTOS, GABRIELA (2006). Audiovisuales de Combate, Buenos Aires: La Crujía:

CANAVARRO, Marcela (2014). "Calibrando a coleta de dados: diferentes valores em cada nó". Dirección: https://goo.gl/F1JQMi (Última consulta: 10 de enero de 2015)

CASTELLS, Manuel (2009). Comunicación y Poder, Madri: Alianza.

HARDING, Thomas (2001). The video activist handbook, London: Pluto Press.

IBGE (2013). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília: Governo Federal.

JOHANSSON, L. (1999). "Participatory Video and PRA: Acknowledging the politics of Empowerment". Forests, Trees and People. Newsletter 40/41, December 1999, Swedish University of Agricultural Sciences, Uppsala, pp.21-23.

LÈVY, Pierre (1999), Cibercultura. São Paulo: Ed. 34.

LUNCH, C. y Lunch, N (2006). Insights into Participatory Video. A handbook for the field, Oxford: Insight.

MATEOS, C. & RAJAS, M. (2014): "Videoactivismo: concepto y rasgos", en Bustos, G.et al (Ed)., Videoactivismo. Acción política, cámara en mano. Cuadernos Artesanos de Comunicación 71, Tenerife: Universidad de La Laguna.

PASQUINELLI, Matteo (2002). Mediactivismo (Activismo en los medios). Estrategias y prácticas de la comunicación independiente. Mapa internacional y manual de uso, Roma: DeriveApprodi srl.

SHIRLEY, A. White (2003): "Participatory Video: a process that transforms the self and the other " en SHIRLEY, A. White (Ed)., Participatory Video. Images that Transform and Empower. London: Sage.

WIDGINGTON, David (2005): "Screening revolution. FAQS about video activism", en Langlois, Andrea y Dubois, Frédéric (Ed)., Autonomous Media . Activating Resistance & Dissent. Montreal: Cumulus Press.

WILSON, Dean and TANYA Serisier (2010): "Activism and the Ambiguities of Counter-Surveillance". Survellaince & Society, número 8 (2), Queen's University, Kingston, pp.166-180.

ZARZUELO, M. G (2012). "Cine militante y videoactivismo: los discursos audiovisuales de los movimientos sociales". Revista Comunicación, número 10, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, pp.1091-1102.

Agradecimientos

Esta investigación ha sido realizada con el apoyo de la Coordinación para el perfeccionamento del personal de enseñanza superior de Brasil (CAPES.

Biografía

Ana Lúcia Nunes de Sousa es periodista por la Universidad Federal de Goiás, doctoranda en Comunicación y Periodismo (UAB-ES y UFRJ-BR), magíster en Comunicación y Cultura (UBA-AR) y especialista en documental creativo (Univalle – CO) y hipermídia (IIPJM-CU). Se dedica a investigación, extensión y prática en los principales temas: comunicación comunitária, movimentos populares, audiovisual, redes sociales y América Latina.

Comunicación comunitaria en el reconocimiento de identidades de "carreros – trabajadores – ciudadanos"

Universidad Nacional de Córdoba

Nidia Abatedaga
nidiaabatedaga@gmail.com

Luciana González
luk715@hotmail.com

Universidad Provincial de Córdoba

Silvia Chaig
silviairenec@yahoo.com.ar

Resumen

Este trabajo presenta los avances de un proceso de intervención socio – comunicacional en curso en la Cooperativa de Carreros y Recicladores "La Esperanza", que agrupa a 700 asociados de 42 barrios de la ciudad de Córdoba. Los carreros se organizaron a través de un sistema de delegación de 14 asociados, y se detectaron necesidades en el funcionamiento interno de la organización, relativas a la escasez de flujos en la vinculación cooperativa – delegados – carreros – vecinos, en parte debido a un extendido analfabetismo en la población carrera. Además, manifiestan problemas externos, ya que se desenvuelve en un medio social que perciben muy agresivo y que se condensan en una identidad pública degradada. El equipo técnico del Encuentro de Organizaciones, estudiantes y docentes de la Universidad Nacional Córdoba junto a los asociados, están trabajando para el fortalecimiento de la estructura interna de la organización y para mejorar la imagen de la cooperativa en el espacio público. Hoy existen Salones Comunitarios abiertos para desarrollar actividades entre las que se encuentran los talleres de alfabetización en 4 barrios de la ciudad de Córdoba. Aunque de reciente implementación, se advirtieron dificultades relacionadas con la escasa asistencia de carreros a los talleres, por lo que se están implementando acciones de comunicación consistente en una radio abierta comunitaria, la producción conjunta de micros radiales para difundir por medios tecnológicos informáticos y soportes de telefonía celular y la elaboración colectiva de soportes gráficos diseñados ad hoc. Los recursos comunitarios permiten estimular el proceso alfabetizador y fortalecer la organización cooperativa interna y mejorar su identificación pública.

Se plantean grandes desafíos para el logro a largo plazo de los objetivos, tanto para la cooperativa, porque las urgencias suelen dificultar participaciones sostenidas, como para los actores externos, que pueden ver ralentizado el potencial resolutivo que las acciones tengan a largo plazo.

Palabras Clave:

Cooperativa; comunicación comunitaria; alfabetización; identidades laborales; reconocimiento

Abstract

This paper presents the progress of a process of social intervention - communicational ongoing Cooperative Carreros and Recyclers "La Esperanza", which brings together 700 partners 42 districts of the city of Cordoba. The teamsters were organized through a system of delegation of 14 members, and needs were detected in the inner workings of the organization, concerning the lack of flows in the cooperative link - delegates

- carreros - neighbors, partly due to an extended illiteracy in the population race. In addition, external problems manifest as it unfolds in a social environment perceived very aggressive and condense into a public identity degraded. The technical team Meeting of Organizations, students and teachers of the National University Cordoba with partners, are working to strengthen the internal structure of the organization and to improve the image of the cooperative in the public space. Community Meetings are open to develop activities including literacy workshops are in 4 districts of the city of Cordoba today. Although recent implementation, difficulties related to poor attendance carreros workshops were warned, so they are implementing actions consistent communication in a community open radio, the joint production of radio spots to spread by computer technological means and media cellular and collective development of graphic materials designed ad hoc. Community resources allow stimulate literacy process and strengthen internal cooperative organization and improve its public identification.

Major challenges to achieving long-term goals for both the cooperative face, because emergencies often difficult shares held and for external actors, who can see slowed operative actions have potential long-term.

Keywords:

Cooperative; community communication ; literacy ; labor identities ; recognition

Resumo

Este artigo apresenta o progresso de um processo de intervenção social - comunicacional em curso Cooperativa Carreros e Recicladores "La Esperanza", que reúne 700 parceiros de 42 distritos da cidade de Córdoba. Os carroceiros foram organizados através de um sistema de delegação de 14 membros, e as necessidades foram detectadas no funcionamento interno da organização, a respeito da falta de fluxos na ligação cooperativa - os delegados - carreros - vizinhos, em parte devido a um prolongado o analfabetismo na corrida população. Além disso, os problemas externos se manifestam como ela se desenrola em um ambiente social percebido muito agressivo e condensar em uma identidade pública degradada. A reunião da equipe técnica de organizações, estudantes e professores da Universidade de Córdoba Nacional com os parceiros, estão trabalhando para fortalecer a estrutura interna da organização e para melhorar a imagem da cooperativa no espaço público. Reuniões Comunitárias estão abertos para desenvolver atividades, incluindo oficinas de alfabetização estão em 4 distritos da cidade de Córdoba hoje. Apesar de recente implementação, dificuldades relacionadas com oficinas pobres carreros estádio estavam avisados, por isso eles estão a implementar acções de comunicação consistente em uma rádio aberta da comunidade, a produção conjunta de spots de rádio para difundir por meio e meios tecnológicos de informática desenvolvimento celular e coletiva de materiais gráficos projetados ad hoc. recursos comunitários permitem estimular o processo de alfabetização e fortalecer a organização cooperativa interna e melhorar a sua identificação pública.

Principais desafios para alcançar metas de longo prazo, tanto para o rosto cooperativa, porque as emergências, muitas vezes ações difíceis detidos e para os atores externos, que podem ver acções operacionais abrandou têm potencial a longo prazo.

Palavras chave:

Cooperativa ; comunicação comunitária ; alfabetização ; identidades de trabalho; reconhecimento

Introducción

El caso que presentamos es parte de un trabajo en curso en la Cooperativa de Trabajo de Carreros y Recicladores "La Esperanza", que actualmente se extiende por 42 barrios de Córdoba capital y cuenta con unos 700 asociados.

Las organizaciones involucradas son las brigadas de alfabetización Facón Grande del Encuentro de Organizaciones (E.O.) estudiantes y docentes de la Fac. de Ciencias de la Comunicación de la Univ. Nacional de Córdoba, Argentina, quienes desde 2014 se encuentran trabajando con la organización en forma continuada.

A partir de reconocer problemáticas en el desenvolvimiento organizacional interno y en la visibilidad pública de la cooperativa, vinculadas con los altos niveles de analfabetismo encontrados, se están implementando procesos de comunicación comunitaria que comenzaron con talleres de alfabetización en Salones Comunitarios de tres barrios de la ciudad de Córdoba y continúan con la implementación de una radio abierta en los barrios.

La Cooperativa de Trabajo es una organización que reúne a trabajadores inmersos en situaciones de pobreza extrema, con carencias educativas y laborales estructurales que llevan a su permanencia dentro del trabajo informal. En algunos casos son varias generaciones de familias que procuran con el trabajo de recolección de la calle, alcanzar la subsistencia diaria.

La actividad laboral es realizada con carros tirados por caballos, en circuitos urbanos alejados del casco céntrico de Córdoba y dado que el servicio de recolección de residuos se encuentra privatizado para la ciudad, los carreros sólo tienen autorización para recoger de terrenos y basurales cuando el municipio lo requiere. Las políticas públicas provincial y municipal se limitan a la firma de convenios para el pago de becas contra la prestación de servicios pre determinados. Aunque en proyectos, por ahora la cooperativa de carreros no tiene un plan integral de reciclado, sino que es una actividad acotada sólo a algunas las familias.

Esta realidad del trabajo cotidiano se agrava por una percepción de grave y constante riesgo exterior por parte de los asociados, que sienten que trabajan en un medio social que perciben muy agresivo y hostil, que se condensan en una identidad pública degradada.

La percepción que manifiestan lo socios no es desmotivada, sino que está fundada en hechos que a diario deben enfrentar en el contexto inmediato, tales como la quita de caballos por parte de la policía [1] las constantes denuncias públicas que realiza la Asociación Civil Sin Estribos [2] que los acusa de maltrato animal, basados en la denominada Ley Sarmiento[3] y una percepción constante de discriminación.

Frente a este contexto hostil y en relación a las problemáticas detectadas en el funcionamiento de la organización, las acciones comunicacionales tienen como horizonte el fortalecimiento de los asociados de la cooperativa y la mejora en las vinculaciones entre ésta y los vecinos de los barrios, respetando la estructura interna basada en el sistema de delegación.

Esquema conceptual de abordaje

En el marco de una investigación en curso denominada "Nuevos emergentes laborales autogestión e identidad del trabajador"[4] cuyo objetivo consiste en *Comprender las características económicas y cultural-identitarias de nuevas realidades del trabajo emergentes en ámbitos*

1 La incautación de los animales por parte de la policía es seguido de su encerramiento en corrales donde suelen permanecer sin alimentación hasta que el propietario, respaldado con la documentación del caballo y con la compañía de un abogado que lo acompañe, puede retirarlo del encierro.

2 La Asociacion Civil posee una página de Facebook que puede consultarse SinEstribo.com

3 Ley Nacional 14346, conocida como Ley Sarmiento, que fue sancionada en el año 1954

4 La investigación que es base de este análisis y se desarrolla durante el periodo 2014-2015 con subsidio de la Secretaría de Ciencia y Técnica de la Universidad Nacional de Córdoba

autogestivos, se realizan procesos de intervención comunicacional en la cooperativa de trabajo La Esperanza. Consonantes con su ética de origen y el carácter comunitario y solidario de su funcionamiento,[5] esta experiencia se desarrolla bajo conceptos de *lo común* que considera la justicia política no simplemente como el orden que mantiene unidas las relaciones medidas entre los individuos y los bienes, sino que determina la distribución de lo común. Se entiende que la política no es asunto de vínculos entre los individuos y de las relaciones entre éstos y la comunidad, sino que compete a una cuenta de las "partes" de la comunidad. Para Ranciere (2007: 20) no hay política simplemente porque los pobres se opongan a los ricos, sino que es la política, en tanto interrupción de los meros efectos de la dominación de los ricos, la que hace existir a los pobres como entidad como forma específica de vínculo, que define lo común de la comunidad como comunidad política (Ranciére: 2007: 25)

Los carreros viven en la pobreza extrema y habitan los márgenes de la ciudad en situaciones de invisibilización y frecuentemente criminalizados en relación al maltrato animal. Es la organización en una cooperativa la que hace existir la política cuando interrumpe el orden natural de la dominación haciéndose visible a través de los reclamos públicos, procurando se le reconozca una parte de lo común de la comunidad. Aquí el recurso comunitario (De Marinis: 2005:15) se constituye en un aspecto central de las explicaciones que dan cuenta de la existencia del grupo, conformándolos como comunidad política. L*o comunitario* aparece vinculado al espacio-sensación de pertenencia, como posibilidad de mutua identificación o como reforzamiento de los lazos sociales. Para Nancy Fraser, los motivos ideológicos que aglutinan a grupos y movimientos sociales en lucha se encuentra dividido en dos tipos: uno que pretende una redistribución más justa de los recursos y la riqueza y otro que lucha por una política de reconocimiento donde se acepte la diferencia, que buscan lograr que sus identidades sean reconocidas desde las diferencias. [6](2008)

El accionar práctico y discursivo de los integrantes de la cooperativa tienen horizontes de transformación política y social claros, con un carácter bidimensional, que por un lado busca la igualdad en las oportunidades laborales, la redistribución de los puestos de trabajo, de las becas y horarios y poor otro buscan ser reconocidos y aceptados como trabajadores.

Descripción del caso

La Cooperativa de trabajo está conformada por carreros y cuadros técnicos (profesionales de diferentes disciplinas que conforman áreas: 5 en administración, 3 en área jurídica y 3 en comunicación; se extiende por 42 barrios de la ciudad de Córdoba y se estructura organizativamente con un sistema de delegación que incluye alrededor de 35 vecinos constituidos en delegados de los barrios por ser referentes de sus vecinos aunque no trabaje en la cooperativa. Existe un ¨núcleo duro" de delegados y coordinadores que "están siempre... y son los que más conducen".[7] Además existen los coordinadores, 5 personas que ocupan ese lugar por tener un mayor involucramiento y responsabilidad con la organización y un Coordinador General único cargo fijo ocupado por Purruco, el Presidente de la Cooperativa. Son rotativos y tienen como principal función el control del trabajo de carreros en los puestos previstos en los Convenios con el Estado.

Los Convenios fueron los modos que encontraron tanto el Gobierno de la provincia de Córdoba como el Municipio de la ciudad para responder a las demandas de este sector. Durante el año 2012 se firmaron 2 Convenios por los cuales el Estado paga 118 becas para que los titula-

5 Según la Ley 20337 que regula las cooperativas en general, el art. 2 las define como entidades fundadas en el esfuerzo propio y la ayuda mutua para organizar y prestar servicios. El Art 6 prohibe que se tranformen es ociedades comerciales

6 La autora hace paralelos con las reivindicaciones del reconocimiento de las minorías étnicas, "raciales", sexuales, de género.

7 Entrevista a uno de los abogados del área jurídica

res de éstas presten servicios de cuidado de basurales a cielo abierto, para evitar que los vecinos no tiren basura. Los diferentes grupos de trabajadores cobran las en forma rotativa.

Debido a las dificultades encontradas para concretar las reuniones o aún para un desarrollo más frunctífero de ese espacio cuando se concreta, desde hace un tiempo la organización se dio un modo de funcionamiento con reuniones reducidas de una mesa de delegados y de una mesa de coordinadores, que es el modo que permite una mayor fluidez en la transmisión de información, tanto desde la cooperativa hacia los vecinos de los barrios, como en la recolección de necesidades de estos últimos para que llegue a la cooperativa.

Los carreros atribuyen unas significaciones profundas a la cooperativa, cuando afirman que es: "una fuente laboral... trabajamos en la calle" o "una forma de organizarse donde se puede decidir qué se quiere hacer, donde no hay nadie que te ordene..." "...trabajo conjunto donde somos varias personas haciendo varias cosas y tomamos las decisiones entre todos... nadie es cacique y es importante que a las cosas las acordemos entre todos" [8]

Además se advierten valiosas implicancias ideológico – políticas que la gestión horizontal – delegativa asume para el colectivo. Para el Presidente de la Cooperativa: "yo sólo no puedo hablar con todos los carreros de Córdoba y para eso está el delegado que se compromete... yo me siento orgulloso de que todos tomaron un rol de compromiso con sus tareas y no están mirando cómo bajar al otro... defendemos al pobre, no sólo al carrero..."

Además en la organización se concibe que el sistema de delegados constituye la democracia, ya que no sólo significa "la asamblea donde se vota, y después el consenso... en realidad la democracia tiene distintas forma de expresión" [9]

Discusiones alrededor de acciones de comunicación comunitaria

Se comprende que el sistema de delegados constituye el núcleo central de la organización y condición de funcionamiento de la cooperativa, tanto por la gran extensión geográfica en la ciudad de Córdoba como por la dinámica instalada. El sistema de delegados barriales se encarga de organizar el trabajo en cada barrio y compartir los asuntos urgentes en la asamblea semanal, algunos han sido elegidos por ser los referentes en cada territorio, otros por amistades dentro de la cooperativa. En los barrios donde el delegado es referente, notamos un funcionamiento más armónico de las actividades y el cumplimiento de las tareas de la cooperativa. En el otro caso, encontramos rispideces en el barrio y con las actividades que allí se pretenden comenzar.

Es en esta estructura donde se reconoció que los altos índices de analfabetismo constituyen un problema socio - organizacional y comunicacional grave de los carreros y de la Cooperativa , con consecuencias profundas en el funcionamiento de la organización.

El analfabetismo trae aparejada dificultades en el quehacer cotidiano: la imposibilidad de firmar la asistencia en las asambleas, la actas, o los recibos de becas; pero además tiene consecuencias subjetivas dañinas para los asociados porque provoca sentimientos de inferioridad y los mantiene excluidos de procesos donde esta carencia es limitante. Además se ve afectado el trabajo de los delegados, que enfrentan problemas para elaborar mensajes escritos y difundirlos en sus barrios, o para registrar necesidades y llevarlas a la cooperativa. Esto provoca relaciones poco fluidas con los vecinos, una débil presencia de algunos delegados y el desconocimiento de actividades que desarrolla la cooperativa. Según estimaciones recientes, existen valores cercanos al 70 % de los 700 socios como población estimada carente de este saber.

En vistas a revertir esta situación, en tres barrios de la ciudad de Córdoba, Arguello, Las Flores II y San Jorge, se comenzó un incipiente proceso de alfabetización que se desarrolla en sus respectivos salones comunitarios.

8 Extractos del registro que muestra lo afirmado por diferentes carreros en uno de los Talleres de Formación.

9 Entrevista realizada a un miembro del equipo técnico de la cooperativa

La fundamentación político – ideológica que sustenta estas actividades se encuentra en la idea de que la lecto escritura constituye una herramienta fundamental para que los delegados se conformen en "promotores comunitarios de comunicación", porque además de los aspectos instrumentales de la alfabetización, se considera que ésta proporciona capacidad de análisis y crítica de la realidad que los rodea, para desnaturalizar las identificaciones negativas que poseen y reivindicarse como trabajadores – carreros.

Sin embargo, se advierte una escasa concurrencia de carreros o la temprana deserción por lo que se está trabajando con estrategias de comunicación que incluye la instalación de una radio abierta a la comunidad, que rote por los diferentes Salones Comunitarios de los barrios donde funcionan las actividades de alfabetización.

Esta radio es de carácter participativo, funciona a partir de un relevamiento permanente en cada barrio que recupera los intereses (sobre todo entre los jóvenes, hijos de carreros) para motivar su participación en la radio abierta comunitaria. Por otro lado, se procura que los contenidos recuperen los saberes locales relativos a conocimientos difundidos y aceptados por los vecinos, hábitos culturales y modos de relacionamiento aceitados y valiosos para la vida de la comunidad, así como usos alternativos de recursos informáticos en la vida vecinal, para con ellos elaborar las estrategias alfabetizadoras. Finalmente se estimula permanentemente la participación no sólo de los vecinos, sino de las diferentes instituciones que componen el barrio, tales como escuelas, clubes y centros vecinales.

Se reconoce además, la importancia de tecnología de comunicación basada en la telefonía celular y su aplicación WhatsApp, un soporte utilizado por más del 90 % de los carreros, así como también otras tecnologías que permiten transmitir contenidos auditivos (micros radiales) aptos para ser fácilmente interpretados por los destinatarios.

El funcionamiento de la radio abierta comunitaria aún no es de transmisión en directa, sino que se encuentra en la etapa de realización de talleres de formación en lenguaje radial y en la producción de micros radiales para ser transmitidos en diferido. Esta actividad se lleva adelante por los sujetos involucrados en el proceso de alfabetización, por lo que los contenidos auditivos se centran en los pasos del aprendizaje del alfabeto que puede ser escuchados en micros radiales, para ser difundidos en diferido en la radio abierta, a la vez que se viralizan en soportes informáticos (redes sociales) y en tecnologías de telefonía celular (Whatsapp). En forma paralela se elaboran cartillas ad hoc, para acompañar los soportes auditivos que estimulen procesos de autogestión del aprendizaje del alfabeto.

En algunos casos la estrategia de autoaprendizaje combina autonomía de escucha y práctica a través de diversos soportes auditivos como herramientas estimuladoras, con los encuentros semanales de aprendizaje que procuran el intercambio presencial de saberes.

En una segunda etapa se prevé la apertura de la radio abierta al barrio, para lograr una mayor participación de vecinos y un mejoramiento de la visibilidad pública en la sociedad en general.

Haciéndose visibles a través de los reclamos públicos, según ellos mismos afirman " la cooperativa vino a darnos identidad a todos nosotros. Ahora somos la y los carreros y generamos esa identidad, a partir de ese espacio podemos hacer una propuesta al mundo de cómo lo queremos, reclamar que necesitamos tierras, trabajo digno, una planta de reciclado. Y nos sentimos parte de algo. El ser muchos nos permite discutir qué mundo queremos construir, para vivir dignamente."

Se reconoce que las necesidades detectadas en el funcionamiento interno de la organización influyen en procesos externos, en un medio social que perciben muy agresivo y que se condensan en una identidad pública degradada, donde se procura lograr una identificación diferente a la de "maltratadores de animales" o de "merodeadores peligrosos"[10].

Para el Presidente de la cooperativa, Purruco es necesario "Hablarle a la sociedad y explicarle que no somos quilomberos que somos compañeros y tenemos capacidad. Eso fortalece a la cooperativa." Otros reconocen que la política permite "sentimos parte de algo."

10 La figura del "merodeo" se encuentra tipificada como delito en la provincia de Córdoba, por lo cual la policía puede llevar preso de la calle a cualquier persona bajo sospecha de merodear.

Así, la problematización y resolución colectiva de las problemáticas de delegación se traducen en mejoras de la organización hacia afuera, que procuran el reconocimiento público de sus diferencias en los modos de ser trabajador, no asalariado, no desocupado, no cuentapropista individual.

Conclusiones

La experiencia de trabajo con procesos de comunicación comunitaria para alfabetizar y así fortalecer la cooperativa de trabajo se muestra como una estrategia comunicativa situada en "los bordes" de la organización, y no sólo como un trabajo interno.

Aún en la etapa de armado de contenidos radiales, las actividades se sitúan en los límites entre procesos internos y exteriores de la organización, que por momentos se vuelven bastante difusos. En el propio fortalecimiento interno se están trabajando a la vez, las formas en que el grupo hace existir la política, organizando acciones que procuran interrumpir el orden natural de la dominación en el ámbito público.

La radio abierta comunitaria en este caso, tiene el potencial de organizar a la comunidad para evitar que existan sólo reacciones espasmódicas frente a la hostilidad del entorno, como cuando salen imprevistamente para reclamar por la quita de animales o la detención de un socio.

Pero a la vez se incorpora al finalizar una etapa del proceso de la organización en la que los miembros se encuentran realizando una profunda auto evaluación de su funcionamiento, y se re diseñan las estrategias de comunicación para facilitar y ampliar el acceso de los carreros a la toma de decisiones.

La comunicación para alfabetizar, a la vez que procura profundizar el diálogo y una interrelación que permita mejorar la participación con prácticas democráticas, se orienta a fortalecer el funcionamiento de la organización como un todo.

Se cree necesario, en la misma dirección, fortalecer la tendencia a la progresiva apropiación de herramientas de comunicación comunitaria para que la organización mejore la articulación de acciones en el espacio público, en pos del reconocimiento de una identidad de trabajador digno para los carreros.

Los desafíos más importantes para el logro a largo plazo de sus objetivos, tanto para la cooperativa como para los actores externos vinculados, es el sostenimiento de acciones en el largo plazo, debido a que las urgencias en ocasiones dificultan la permanencia de las estrategias o ralentizan el potencial transformador o resolutivo de los objetivos a mediano o largo plazo.

La apropiación de procesos de comunicación a través de la radio abierta comunitaria y el aprendizaje de la lectura y la escritura en un número significativo de asociados, supone, siempre que se continúe en forma sostenida con las acciones, una mejora en la fluidez comunicativa interna que fortalezca el sistema de delegación, así como un incremento importante en la participación de los asociados en las instancias decisorias.

Para eso es necesaria la concientización acerca de la importancia de la figura del delegado en pos de descentralizar procesos en la propia organización, cuya centralidad actual en el Presidente hace descansar decisiones en una sola figura y evitar compromisos más profundos.

Esto no se encuentra desvinculado de una mejora en la visibilización pública de la organización, tanto entre los vecinos de los barrios involucrados como en la sociedad en general, que redundaría en una mejora cualitativa de toda la organización.

Bibliografía

Abatedaga, Nidia y Siragusa Cristina (2011) "El cooperativismo oculto. Experiencias de trabajo asociativas y su visibilidad pública" en CD Room del COMCIS (Congreso de Comunicación / Ciencias Sociales) UNac de La Plata, Conicet y Ministerio de Desarrollo Social.

Abatedaga, Vaccaro (2013) "Redes de comunicación y nuevas identidades laborales. La percepción de los actores sociales." En publicación del XI Enacom. UN Rio IV

Arfuch, Leonor (comp) (2005) *Identidades, sujetos y subjetividades.*Prometeo, Bs As.

Coraggio, J. L. (2007) *Economía Social, acción pública y política. (Hay vida después del neoliberalismo)*. Ed. CICCUS. Bs. As.

Coraggio, José Luis (2009) "Economía social y solidaria. El trabajo antes que el capital". Edit. Abya-Yala. Quito-Ecuador

De Marinis, Pablo (2005) *Comunidad: estudios de teoría sociológica*. Prometeo. Bs. As.

Kaplún, Gabriel (coord. y editor) ¿Qué radios para qué comunidades? Las radios comunitarias uruguayas después de la legalización. Unidad de comunicación de la Universidad de la República. Uruguay.

Frazer, Nancy (2008) "La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación" en Rev. Del Trabajo. Año 4 N° 6. Agosto – Diciembre de 2008. Disponible en http://www.trabajo.gob.ar/downloads/cegiot/08ago-dic_fraser.pdf Fecha de consulta: julio de 2012

Ranciére, Jacques (2007) *El desacuerdo. Política y filosofía*. Ed. Nueva Visión. Bs. As.

Restrepo, E. (2007) "Identidades: Planteamientos teóricos y sugerencias metodológicas para su estudio" En Rev. Jangwa Pana N°5 – Junio 2007

Práticas e características do jornalismo alternativo e contra-hegemônico de agência de informação: Uma visão a partir da rotina produtiva da Adital

UFRJ

Amanda Cínthia Medeiros e Silva
amanda.cnth@gmail.com

Juciano de Sousa Lacerda
juciano.lacerda@gmail.com

Resumo

A presença marcante das tecnologias de informação e comunicação (TICs) fez com que a rotina produtiva de veículos midiáticos passasse por mudanças. Com as agências alternativas de informação não foi diferente. Neste sentido, propomo-nos aqui a compreender como a Agência de informação Frei Tito para América Latina (Adital) desenvolve sua proposta de jornalismo alternativo, no ciberespaço, com vistas a uma comunicação cidadã. Para tanto, como recorte de uma pesquisa de mestrado, buscaremos aqui descrever as práticas de produção jornalísticas da agência, tendo em vista a apresentação de divergências entre esse tipo de veículo e meios semelhantes da mídia hegemônica. Durante a investigação, traçamos um percurso metodológico de abordagem qualitativa e caráter exploratório e descritivo, e lançamos mão do método da etnometodologia. Para alcançar os objetivos, utilizamos ainda técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, além da observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Concluímos que a rotina de produção em uma agência alternativa e contra-hegemônica de informações é, sim, marcada por singularidades, tanto no que diz respeito à organização da prática jornalística, quanto aos obstáculos encontrados.

Palavras chave

Comunicação Alternativa e Contra-hegemônica; Cidadania Comunicativa; Rotina produtiva; Agência de Informação; Adital.

Resumen

La fuerte presencia de las tecnologías de la información y la comunicación (TICs) hizo que la rutina de los vehículos de producción de medios de comunicación pasase por cambios. Con las agencias de informes alternativos no fue diferente. En este sentido, proponemos aquí para entender cómo Agencia Frei Tito Información para América Latina (Adital) desarrolla su propuesta de periodismo alternativo en el ciberespacio, intentando una comunicación ciudadana. Por lo tanto, tratamos de describir, como parte de una pesquisa de maestría, las prácticas de producción periodística de la agencia, con miras a presentar diferencias entre este tipo de vehículos y medios similares do contexto hegemónico. Sin embargo, se dibuja una ruta metodológica del enfoque cualitativo y carácter exploratorio y descriptivo. Se utilizó el método de la etnometodología, y para lograr los objetivos, seguimos usando técnicas de la investigación bibliográfica y documental, además de la observación participante y entrevistas semi-estructuradas. Llegamos a la conclusión de que la producción de una agencia alternativa y contra-hegemónica de información es más bien

marcada por singularidades, tanto en lo referente a la organización de la práctica periodística, como a los obstáculos encontrados.

Palabras clave:

Comunicación Alternativa y Contra-hegemónica; Ciudadanía Comunicativa; Rutina productiva; Agencia de Información; Adital.

Abstract

The strong presence of the communication and information technologies (TICs) forced the productive routine of some media vehicles to go through significant changes. The same happened to the alternative agencies segment. Then, this study's objective is to understand how the Information Agency Frei Tito for Latin America (Adital) develops its proposal of alternative journalism, within the cyberspace, while aiming a citizen communication. For this finality, the study, as a part of a master's research, will describe and explain the practices of journalistic production for evidence the divergences between this type of vehicle and similar vehicles of the hegemonic media. We did a "methodologic route" for a qualitative approach with an exploratory and descriptive character. We gave up the etnometodological methods, and to achieve the defined objectives, it was also used a bibliographical and documental research techniques, in addition to subject observation and semi-structured interviews. We can conclude that the production routine of an alternative agency and the counter-hegemonic of information is marked by some singularities regarding to the organization of the journalistic practice and to the obstacles found on the way.

Keywords:

Alternative and Counter-hegemony Communication; Communicative Citizenship; Productive routine; Information Agency; Adital.

Introdução

Encarar o desafio de ser alternativo e contra-hegemônico já foi uma tarefa mais árdua para veículos que se propõem midiáticos. Hoje, com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) os espaços se ampliaram e, consequentemente, as possibilidades de enfrentar a mídia hegemônica, bem como de uma comunicação mais democrática, se multiplicaram.

Se, por um lado, meios hegemônicos e contra-hegemônicos buscam legitimar-se junto aos grupos socialmente organizados, por outro, as estratégias, táticas e objetivos finais divergem em vários aspectos. Neste sentido, a compreensão das práticas diferenciadas desses veículos se mostra como tarefa indispensável quando considerado o poder da comunicação em uma sociedade mediada e amplamente midiatizada.

No meio acadêmico são vários os estudiosos que já se debruçaram, em diferentes fases sociotecnológicas, sobre as práticas jornalísticas de veículos midiáticos. Todavia, paralelamente à ocupação de novos espaços – em muito viabilizada pelo acesso facilitado às TICs – por propostas alternativas de comunicação, surgem questões a serem esclarecidas em torno da prática desse tipo de jornalismo.

Buscamos, pois, no contexto de uma pesquisa de mestrado (Medeiros, 2015), compreender a proposta de jornalismo desenvolvida pela Agência de Informação Frei Titio para América Latina (Adital) enquanto veículo alternativo e contra-hegemônico. Para tanto, um dos caminhos escolhidos foi a abordagem das práticas de produção jornalística da agência, tendo

em vista a identificação de possíveis pontos divergentes do que se pode encontrar na rotina produtiva de um meio semelhante da mídia hegemônica. Recorte que será foco deste artigo.

A Adital

A Agência de Informação Frei Tito para América Latina (Adital) atua desde 2000 com o intuito de levar a agenda social latino-americana e caribenha à mídia internacional. Para tanto, busca desenvolver um trabalho que estimule o jornalismo de cunho ético e social (Adital, 2012).

A produção de conteúdo da agência destina-se tanto aos jornalistas da mídia mundial (impressa, radiofônica, televisiva, online), quanto a todos os demais setores da sociedade civil. Hoje, a agência conta com uma rede de correspondentes colaboradores em diferentes países da América Latina e do Caribe, sendo maior parte deles ligada, de alguma forma, a movimentos sociais. Todo o conteúdo produzido/editado a partir da Adital circula através de canais online, sejam eles: página principal (www.adital.org.br), *hotsites* temáticos, sistema de *newsletter* e redes sociais (*Facebook* e *Twitter*).

É devido à "responsabilidade com a defesa da vida e da dignidade humana" (Adital, 2012) que a Agência carrega o nome Frei Tito de Alencar Lima – morto em 1974, vítima da ditadura militar implantada no Brasil em 1964. Com sede em Fortaleza-CE, a Agência idealizada em 1999 por entidades italianas conta com apoiadores e sócios de diferentes partes do mundo, e se destaca por seu trabalho de jornalismo alternativo e contra-hegemônico no ciberespaço.

As TICs e o jornalismo alternativo e contra-hegemônico

Vivemos em um mundo globalizado e marcado pelas contradições desse processo de globalização. Vivemos a era das tecnologias de informação e comunicação (TICs), do imediatismo, das relações que tendem à virtualização. Vivemos, portanto, a hegemonia midiática que tal cenário nos oferece, marcado pela concentração dos grandes meios de comunicação e pela desigualdade social e tecnológica.

Em se tratando do campo midiático, desde o reconhecimento do poder da comunicação, os grupos sociais, a cada tempo e espaço, se organizam de forma a utilizá-la em benefício dos seus interesses. Como resultado, temos a busca incessante pelo controle da informação e a consequente formação de um cenário midiático marcado pela hegemonia, onde também, contraditoriamente, surgem os meios alternativos e contra-hegemônicos de comunicação.

A palavra hegemonia vem do grego *hêgemôn*, que significa líder; logo, está diretamente ligada à ideia de uma posição superior. Essa superioridade se dá em termos de liderança cultural e/ou político-ideológica de uma classe social sobre as outras. Gramsci (2010) acredita que o domínio implícito na ideia de hegemonia se dá através de duas frentes, uma de consenso e outra de coerção; assim sendo, antes de tudo, os dominados precisam ser convencidos da proposta dominante – através de estratégias de argumentação e persuasão –, para que somente então as heterogeneidades existentes entre eles possam ser amenizadas, e os princípios hegemônicos possam aí ser aceitos e tomados como universais.

Atrelada à ideia de hegemonia encontramos, pois, a ideia de contra-hegemonia. Eduardo Coutinho (2008), parafraseando Marx, diz que toda hegemonia traz em si o germe da contra-hegemonia; haveria aí uma unidade dialética em que uma se define pela outra, e isto acontece porque a hegemonia não é algo estático, pronta e acabada, mas sim um processo de luta cultural.

Para Paiva (2008: 164), *é no entendimento de que "o 'contra' se define pela visceralidade da oposição – e não por um mero revezamento de forças contraditórias – que reside possivelmente a compreensão daquilo que se pode pautar ideologicamente como uma postura contra-hegemônica".*

Neste contexto, os meios midiáticos se vestem da responsabilidade de propiciar novas formas críticas de reflexão.

Os meios alternativos [e contra hegemônicos] de comunicação, de acordo com a classificação de Peruzzo (2009), assumem o papel de se estruturarem em espaços em que a comunicação aconteça de forma participativa, dialógica e horizontal; para tanto, necessitam atuar de forma diferenciada dos meios que compõem a mídia hegemônica, seja através das fontes de informações, dos assuntos abordados ou da forma como eles são tratados e expostos.

Se, por um lado, a mídia hegemônica se apoia de maneira lucrativa no poder da comunicação, por outro, os meios alternativos se estruturam a partir do tripé "comunicação, poder e cidadania", no qual, "o que está realmente em jogo [...] é o processo democrático" (Lima, 2006: 16) envolvendo o sujeito – ativo – de uma comunicação cidadã. Por comunicação cidadã compreendemos, de maneira simplificada, aquela que se compromete com a pluralidade das vozes e dos direitos humanos, portanto, o tipo de comunicação que deve nortear o trabalho dos meios midiáticos alternativos.

É através destes meios alternativos à mídia hegemônica que o direito a comunicação é considerado em sua essência, e o "não dito" passa a ter sua voz ouvida, disseminada. Assim sendo, as organizações alternativas reafirmam a cada dia o papel social relevante que desempenham na busca pela democratização da comunicação. Para Aguiar (2009: 13), "o desenvolvimento das chamadas 'agências cidadãs', auxiliadas pela digitalização, tem sido muito importante para reverter o fluxo desigual da informação e, assim, incorporar novos atores, novos discursos e novos enunciados".

Metodologia

Para definir nosso desenho metodológico seguimos orientados pela premissa de que a metodologia precisa ser pensada como dimensão que guia o pesquisador em todos os níveis do processo de construção da investigação. Começamos, pois, de uma questão particular para uma geral, estabelecemos o método indutivo como base lógica da investigação.

Entretanto, o eixo central da nossa pesquisa se firma na etnometodologia, compreendida como sendo o estudo dos etnométodos ou conjunto de modos de agir, procedimentos, atividades e saberes que se constituem nos grupos, dando-lhes reconhecimento e distinção (Coulon, 1995). Para Gil (2010), o método – norteado por cinco conceitos-chave: prática ou realização; indicialidade; reflexividade; *accountability*; e noção de membro – é uma tentativa de investigar sobre os procedimentos que os atores sociais utilizam em suas operações cotidianas.

Temos ainda que, na pesquisa de campo, os etnometodólogos não se prendem a métodos e técnicas específicos, utilizando, portanto, conhecimentos oriundos de outras áreas de estudos e também diversos instrumentos de coletas de dados. Para alcançar os objetivos traçados, utilizamos, pois, as técnicas da pesquisa bibliográfica e documental, bem como lançamos mão da observação participante. Realizamos, durante o período de permanência na sede da agência, entrevistas semi-estruturadas e coleta de dados técnicos que foram posteriormente analisados.

Práticas e características da Adital enquanto agência alternativa e contra-hegemônica de informação

De início, necessitamos esclarecer que a Adital conta com cinco profissionais diretamente ligados à redação da agência, atuando em duas "linhas de produção": uma voltada para conteúdos jornalísticos informativos (matérias, entrevistas, reportagens, etc), e outra que diz respeito basicamente a artigos de colaboradores. Tomamos a primeira linha como foco de pesquisa para falar das práticas de produção interna da agência.

Diante de uma equipe enxuta, a grande demanda de atividades faz com que as funções ocupadas por cada um dos profissionais sejam bastante flexíveis, de maneira que o objetivo final possa sempre ser alcançado, independe de um fluxo rígido de produção. Diferentemente dos meios hegemônicos, que dependem de reuniões diárias de pauta para darem conta de uma produção coerente com o que exige o mercado, este tipo de reunião é feita sob demanda no contexto da Adital, uma vez que, normalmente, a equipe não dispõe de tempo para interromper suas atividades diretas de produção e edição de material.

Outro aspecto que vale destacar são as capacitações frequentemente realizadas com a preocupação de que seus profissionais não sejam generalistas, mas sim capacitados e alinhados aos princípios que regem o veículo, e às necessidades do tempo atual – midiatizado. Na mídia hegemônica, diante de um cenário industrializado, é cada vez mais comum a presença do profissional que precisa saber "de tudo um pouco", mesmo que bem superficialmente, para que assim possa dar conta das demandas que surgem.

Como pontos que divergem da prática de agências hegemônicas de informação, temos ainda: a parcialidade (posicionamento político e ideológico) declarada; o distanciamento das ditas "fontes oficiais"; a não comercialização dos produtos jornalísticos; a utilização de valores notícias que em muito se diferenciam e vão além dos mercadológicos; o trabalho sem fins lucrativos e estritamente colaborativo feito com indivíduos e movimentos sociais externos à agência; a preocupação com temas de cunho ético e social, humanista e humanitário, que levem os leitores à reflexão crítica da realidade; um tempo de produção próprio, que "desconsidera" o ritmo veloz de circulação de informação do mercado midiático global; o foco nos movimentos sociais enquanto replicadores de seus conteúdos; o reconhecimento do leitor final como um de seus públicos-alvo; a presença de um "leitor complexo, multifacetado" (MEDEIROS, 2015), que no processo de produção costuma ocupar lugares diversos como o próprio lugar de leitor, ou mesmo o de fonte, replicador, e colaborador, numa lógica de parceria com a agência.

Se, por um lado, a equipe reduzida faz com que haja um trabalho real de grupo e um forte alinhamento entre esses profissionais, por outro, esse mesmo fator acaba por se apresentar como obstáculo na rotina produtiva do veículo, que muitas vezes deixa de produzir algo por falta de tempo desses profissionais.

Dentre os obstáculos encontrados, de uma forma geral, por agências alternativas e contra-hegemônicas de informação, temos, principalmente, a sustentabilidade do veículo, que sem fins lucrativos precisa incessantemente buscar meios financeiros de manutenção sem que, para tanto, precise "se vender" a determinada linha editorial. Diretamente ligado à questão da sustentabilidade, outro fator que se apresenta como obstáculo é a infraestrutura deficitária, que faz com que o contato direto com os acontecimentos abordados e fontes consultadas seja algo pouco frequente.

Considerações

Como apontado acima, são muitas as peculiaridades existentes na prática jornalística de agências alternativas e contra-hegemônicas de informação, diferenciando-as, em muito, de veículos similares inseridos no contexto midiático hegemônico. Essas peculiaridades se dão tanto por pensamentos estratégicos, quanto como consequência direta dos obstáculos encontrados pelas agências, em essencial, financeiros.

Por ser uma agência de informação e, logo, ter em sua essência a distribuição de conteúdos a serem replicados em outros espaços midiáticos, não podemos negar que, em alguns aspectos, a Adital se assemelha a meios hegemônicos similares. Todavia, o trabalho desenvolvido pela agência de forma participativa, dialógica e horizontal (Peruzzo, 2009) faz com que este veículo se configure em uma experiência de cidadania comunicativa, concebida em termos de possibilidades de democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais (Cogo, 2012).

Um questionamento ainda nos inquieta: caso possuíssem estrutura, as propostas de comunicação alternativas e contra-hegemônicas iriam aproximar-se ou distanciar-se da lógica de produção da mídia hegemônica? Acreditamos que se tal aproximação ocorresse em termos de profissionalização das ações da mídia alternativa e contra-hegemônica, os resultados seriam bastantes satisfatórios; por outro lado, se tal aproximação se desse no que tange aos princípios da mídia hegemônica, a contra-hegemonia perderia a sua essência, e a cidadania comunicativa plena estaria ainda mais distante de ser alcançada.

Bibliografia

Adital (Brasil). (2012). ***O que é a Adital.*** Disponível em: <http://www.adital.org.br/site/conteudo.asp?lang=PT&ref=quemsomos>. Acesso em: 21 out. 2012.

Aguiar, Pedro. (2009). *Notas para uma História do Jornalismo de Agências*. En: VII Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza.

Cogo, Denise (Org.); Elhajji, Mohamed (Org.); Huertas, Amparo (Org.). (2012). *Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales*. 1. ed. Barcelona: Institut de la Comunicació (InCom-UAB), v. 1.

Coulon, Alain. (1995). *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Coutinho, E. Granja. (2008). *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Gil, A. Carlos. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas.

Gramsci, Antônio. (2010). *Cadernos do Cárcere – Os intelectuais*: O princípio Educativo. Jornalismo. v.1. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [Tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho]

Lima, Venício A. de. (2006). Comunicação, poder e cidadania. *Rastros – Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*. Ano VII, n. 7 (p. 8-16).

Maldonado, A. Efendy. (2011). Pesquisa em Comunicação: Trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. En: Maldonado, Efendy et al. *Metodologias da pesquisa em comunicação:* olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina (p.277-303).

Medeiros, Amanda (2015). *Práticas e características do jornalismo alternativo e contra hegemônico de agência de informação:* uma visão a partir da rotina produtiva da Adital. Dissertação (Mestrado). Natal/RN: UFRN.

Paiva, Raquel. (2008). Contra-mídia-hegemônica. En: Coutinho, E. Granja. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Peruzzo, C. M. Krohling. (2009). Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, jun, (p. 131-146).

Biografia

Amanda Medeiros é Doutoranda pelo PPGCOM/ECO/UFRJ, Mestre em Estudos da Mídia pelo PPgEM/UFRN.

Juciano Lacerda é Docente do PPgEM/UFRN, Doutor em Ciências da Comunicação pela UNISINOS.

Cidadania Comunicativa como estratégia metodológica: em busca de uma tese

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thays Teixeira
thays.teixeira1@hotmail.com

Juciano Lacerda

Resumo

Buscamos nesse trabalho apontar os indicativos iniciais para o desenvolvimento de tese de doutoramento que visa constituir os caminhos metodológicos do pensamento científico sobre a cidadania comunicativa e apresentar o entendimento deste termo como uma estratégia metodológica. O entendimento das lógicas, processualidades e gramáticas do campo são fundamentais para uma estruturação desses preâmbulos de pesquisa científica. Consideraremos a pesquisa da pesquisa (BONIN,2009) para a constituição dessa estratégia metodológica e avaliar sua validação nas atividades cidadãs desenvolvidas pelo Instituto Comrádio do Brasil.

Palavras-chave:

Cidadania Comunicativa; Estratégia metodológica; Pesquisa da Pesquisa; Instituto Comrádio.

Abstract

This work point out the initial indications for the development of doctoral thesis aims to provide methodological paths of scientific thinking about the communicative citizenship and present understanding of this term as a methodological strategy Understanding the logic , procedurals and grammars of the field are fundamental for structuring such scientific research preambles . We will consider the research of research (BONIN, 2009).

Keywords:

Communicative citizenship ; methodological strategy ; Research of research ; Institute ComRadio

Resumen

Buscamos en este trabajo señalar las indicaciones iniciales para el desarrollo de la tesis doctoral tiene como objetivo proporcionar caminos metodológicos del pensamiento científico acerca de la ciudadanía comunicativa y la comprensión actual de este término como una estrategia. La comprensión de las lógicas, procedimentales y gramáticas del campo son fundamentales para la estructuración de tales preámbulos de investigación científica. Vamos a considerar la investigación de la investigación (Bonin 2009) para el establecimiento de esta estrategia metodológica y evaluar su validación en actividades cívicas por ComRadio Instituto de Brasil.

Palabras clave:

La ciudadanía comunicativa ; estrategia metodológica ; Buscar Buscar ; Instituto ComRadio

Introdução

Os processos históricos de modificações que acontecem no mundo, especialmente na América Latina, nos levam a reflexões sobre novas formas de compreensão dos mecanismos comunicacionais. O papel e a atuação dos produtos oriundos desses elementos, versados sob a panaceia digital, compõem um outro cenário que é forte nas regiões centrais e frágil na regiões periféricas. No Brasil, esse é um cenário recorrente, marcadamente nas regiões geográficas que o dividem.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (Tics) trouxeram ao pensamento comunicacional novas estratégias produtivas, de distribuição e consumo dos bens produzidos pelos meios de comunicação. Essa logística comunicacional também afirmou novos abismos nas indústrias culturais do capitalismo oligopólico, ao passo que permitiu uma atuação contra hegemônica pelas margens (CASTELLS, 2004).

A mudança provocada pela digitalização dos meios de comunicação alterou os processos comunicacionais de maneira geral; da imprensa a televisão os processos são digitais. Tanto é, que não há mais meio que não se utilize do digital para a produção dos bens simbólicos que lhe cabem. Na contemporaneidade, os fluxos que constituem os novos habitats são coordenados pelas informações e por uma espacialidade mutante (DI FELICE, 2009, p.230) que torna a mídia algo mais complexo do que sempre foi, e que desconstrói qualquer noção sobre espaço e comportamento que analogicamente sempre tivemos. Portanto, o que desenha o habitar na época das redes digitais é não apenas a perda do sentido do lugar, mas o fim do território e uma posterior transformação da relação entre o sujeito, espaço e informação, marcada pelo surgimento de uma forma simbiótica e interativa.

Entretanto, é importante salientar que essa modificação da compreensão do campo comunicacional não acontece de modo igual em todos os cantos. Nos centros de produção de conhecimento, essa dinâmica é intensa e veloz, além de obedecer a maioria das características descritas para o ambiente da digitalização. Nas regiões periféricas, por sua vez, essa lógica é outra. A cultura da conexão é algo mais lento e recente nos processos de sociabilidades comunicacionais, contudo também permeiam complexidades outras que estão inseridas nas "mudanças tecnológicas e econômicas dramáticas", propagadas especialmente pelo acesso às diversas plataformas de mídia. Segundo estes autores, isso torna o público mais empoderado para desafiar políticas corporativas. (MARTIN-BARBERO, 2009).

Essas ambiências dão aos locais menos assistidos diretamente pelos meios de comunicação oligopólicos novas imagens sobre o espaço e territorialidades em que estão inseridos, adiantando uma noção de cidadania comunicativa (MALDONADO, 2008) que é demanda não somente transformadora dos ambientes, mas também elemento metodológico para a compreensão do que seja a comunicação. Assim, a cidadania comunicacional é um desafio metodológico, mas também estratégia epistemológica de novos sociabilidades comunicacionais.

A constituição desse público, que é produtor de conteúdo não hegemônico, tem sido colocado diante de políticas voltadas para cidadania comunicacional e vivências midiáticas. A exemplo disso, o objeto de pesquisa proposto para este estudo; o Instituto Comrádio do Brasil (http://www.comradio.com.br), uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de cunho cultural e educativo na forma midiática e hipermidiática, que atua no Sertão brasileiro e que possui sede na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí.

A entidade atua na promoção do protagonismo jovem, através da formação em comunicação social voltada preferencialmente para jovens agricultores familiares e quilombolas da região do sertão brasileiro (Projeto Jovens Radialistas do Semiárido); pessoas com deficiência visual de áreas urbanas (Projeto Um Olhar Para a Cidadania) e jovens conectados nas redes sociais e que estejam em situação de vulnerabilidade social (#conectados). O Instituto Comrádio é uma proposta de formação de comunicadores, oriunda da Escola Comrádio do Brasil, uma empresa privada destinada a formar técnicos em Comunicação Social com emissão de certificados pelo Ministério da Educação brasileiro e válidos para registro profissional.

Os projetos criados e executados pelo Instituto Comradio visam o aperfeiçoamento contínuo do jovem em seus aspectos social, cultural, educativo e econômico. O diretor administrativo do Instituto Comrádio do Brasil, Iraildon Mota (2016), destaca que a entidade visa a formação de comunicadores populares considerando as demandas sociais do sertão brasileiro, tanto no sentido de fomentar a produção comunicacional como de apresentar a esse público a possibilidade do empreendedorismo com a comunicação. "Tem como principal missão a educação em comunicação social, capaz de criar, produzir e compartilhar ações voltadas para o desenvolvimento sustentável de comunidades pobres, visando a melhoria da vida das pessoas". Dentre os projetos praticados para a formação, o público jovem é o alvo recorrente. "Oferecemos os instrumentos necessários para que o jovem com autonomia produza, distribua, inspire práticas para um mundo melhor, promova a cidadania, assegure o direito à comunicação, agregue valores éticos e democráticos para a transformação social". (MOTA, 2016).

Os comunicadores populares são atores sociais e políticos, especialmente em zonas periféricas, onde as informações não chegam na mesma intensidade que nos centros. A qualificação formal tende a potencializar essa produção na comunidade, além de fortalecer o conhecimento sobre os dispositivos comunicacionais e o poder político a eles agregados.

Comunicação como dispositivo da cidadania

A comunicação é uma das aliadas do cidadão na formação de uma consciência crítica, mas ela em si não pode ser vista como despida de propósitos. Assim como as forças socioculturais constroem os discursos que circulam nos meios de comunicação, estes, por sua vez, também transformam a sociedade. Nesta relação dialética, posições sociais são reafirmadas e também são geradas novas reflexões a partir da linguagem. Ideologias políticas e sociais são transmitidas para a população através dos sistemas midiáticos, que ao transparecer discursos resguardados com o viés de imparcialidade, têm papel crucial na formação da opinião dos espectadores.

A linguagem não é neutra e as mensagens veiculadas através dela também não são. Responsável pelas mediações sociais cotidianas, o papel da comunicação social não pode ser ignorado como potencializador de interpretações da realidade. Além de informações, os meios e seus produtores veiculam opiniões e visões de mundo. Tal aspecto nos mostra como o processo de formação e produção comunicacional é relevante na circulação de sentidos não tradicionais. O sertanejo que produz comunicação está impregnado de referências sobre si e sobre o seus ambientes, logo produzem e reproduzem falas que são determinantes na construção de uma ambiência midiática ao seu modo. O impacto do Instituto Comrádio do Brasil nessa construção social e agir é reiterante de interfaces comunicacionais para o Sertão brasileiro, ao passo que carece de compressão científica e metodológica.

A temática das novas sociabilidades da comunicação digital e a cidadania comunicativa como abordagens teórico-metodológicas para análise de fenômenos das mídias em contextos regionais busca promover o respeito e a valorização da discussão sobre as produções sociais de sentidos nos diversos âmbitos de ocorrências dos fenômenos midiáticos.

Um percurso teórico possível

Os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação estão imbricados no cotidiano social. A mídia elabora e reelabora pontos de vista fundamentados em função de seus interesses e estratégias. Tal comportamento evidencia o poder que os sistemas midiáticos possuem, além de reforçar uma hegemonia existente. Nesse sentido, a mídia sugere modelos comportamentais, reforçando o aspecto consumidor dos atores sociais, mas não somente este. O indivíduo também é ensinado a ser cidadão, perspectiva que tem sua atuação ampliada pela inclusão dos elementos digitais.

Entretanto, quando partimos para o outro lado da moeda, para os meios não hegemônicos e suas práticas essa promoção de cidadania assume um papel ainda mais evidente, proporcionando aos espaços midiáticos nuances transgressoras e com outras características.

Esse processo nos insere uma multiplicidade de facetas do comportamento comunicacional e de seus indivíduos. Logo, mídia, espaço e ações comunicativas referenciam as práticas sociais das "comunidades" em que estão inseridas. A relação dialética comunicação/comunidade é o elemento primordial na caracterização conceitual da comunicação comunitária. Esses conceitos, por sua vez, não se fecham; ao contrário, estão em situação de transformação, de ressignificação. Para entender a comunicação comunitária, é preciso evidenciar que a perspectiva de comunidade transcende a sua ideia tradicional vinculada principalmente às noções de ambiente físico e delimitado territorialmente.

Nos tempos de revolução da internet, a apropriação de comunidade passou também ao campo digital, e o termo se modificou, ou melhor dizendo, se reconfigurou, não está necessariamente ligada à concepção geográfica. Desta maneira, Di Felice (2009) ressalta que as revoluções tecnológicas e comunicativas contribuíram para colocar em xeque as concepções correntes sobre a relação sujeito e ambiente. Assim, desenha o conceito de habitar, ao seu modo, referenciando este como uma marca dialética que se constrói a partir de referências espaciais, mas que só são possíveis pelas mãos dos dispositivos comunicacionais e as transformações causadas por eles.

Este autor reforça que o habitar é composto por formas comunicativas e "(...) individuar algumas etapas importantes das formas habitativas, ou seja, das formas tecnológico-comunicativas que regularam e hibridizaram, de formas diversas, ao seu modo, a relação comunicativa entre sujeito e ambiente" (DI FELICE, 2009, p. 65), são primordiais para a compreensão de como as revoluções tecnológicas ao longo da história da humanidade são decisivas para recompor aquilo de determina os espaços, os territórios. Sertão, ainda que tenha uma territorialidade geográfica definida, é um movimento de narrativas e processos comunicacionais.

A princípio a noção de convergência parece simples e remete a ideia de unir vários elementos em um único ambiente. De fato, tal perspectiva não é insignificante, e tem sua lógica. No entanto, a convergência midiática está inserida em um ambiente muito mais complexo do que este. O debate epistemológico sobre o termo ganha corpo e faz com que os estudos sobre a comunicação midiática ampliem seu universo analítico no ambiente das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, alterando drasticamente os sistemas de produção de conteúdo para a mídia. Desta forma a convergência aparece em uma compreensão sob a ótica da resistência. Nem tão assustadora, mas como dispositivo possível para a reformulação da atuação cidadã. (MARTIN-BARBEIRO, 2009).

A convergência trata-se de uma transformação social, porque permite uma intensificação no consumo de informações via múltiplos dispositivos. Certamente que o processo de convergência é um universo mais amplo que o midiático, quando faz referência ao modo como as tecnologias são envolvidas no cotidiano social das pessoas (sociabilidades). Por causa desse envolvimento mais intenso o processo de convergência ganha dimensões mais amplas. Há de fato uma redefinição, ou melhor, reestruturação dos processos nas indústrias de comunicação.

A convergência é um processo complexo e envolve diversos ambientes produtivos e acarreta novas sociabilidades e incrementa toda a produção com a inclusão dos formatos e elementos digitais. Desse modo, a convergência permite a instituição de um novo ambiente de produção. Analisando a tecnologia como um ambiente indutor e os processos sociais como espaço para a produção dessas novas sociabilidades, fazendo da convergência um processo que não pode ser compreendido sob apenas uma visão e sim em múltiplos aspectos, este estudo parte da premissa de uma análise da convergência nos processos comunicacionais.

Essa ambiência espacial constitui um modo de produção comunicacional que proporciona um "sistema de ações específico – regimes de normas, projetos, finalidades, funcionamento, regras, rituais, estratégias, táticas, afetividades e emotividades", (LACERDA, 2008,

p.72). Aferindo assim uma dimensão societal dos dispositivos midiáticos, onde a noção de ambiência é compreendida como ecossistema. Para além da técnica e da sua espacialidade, a ambiência midiática prescinde de uma gama de modos de comunicar, mas também dos sujeitos. Os mesmos precisam sentir-se partes desse espaço, comunicando-se e compartilhando, tanto as informações, quanto as práticas. Isso resvala em marcas que são deixadas e impregnadas uns nos outros.

Esse sistema de reconhecimento dos signos permite que os sujeitos construam, aquilo que Habermas (2012) define como agir comunicativo e desta maneira alcancem a cidadania ativa. Esse cenário de atuação dos sujeitos na esfera pública baliza o poder da linguagem enquanto propiciadora de interações dialógicas e de argumentos em defesa da democratização e expressão no entorno social. Uma relação de comunicação entre falantes e ouvintes de modo que gere entre esses indivíduos o entendimento, sobre eles próprios e sobre o mundo.

Assim, o sujeito é domínio e dominador das suas práticas comunicativas e por meio delas constrói a sua visão de mundo, bem como atua na construção social da realidade dos grupos/comunidades que pertence. É neste aspecto que afirma-se que a linguagem não consiste apenas em um meio de trocas de informações, porém como um mecanismo que promove ações. "No caso de processos de entendimento mútuo linguístico, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validez, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de sinceridade [...]". (HABERMAS, 2012, p. 79).

Habermas (1984, p. 22) reitera que a estruturação de um discurso de vontade tem relação com a autonomia do sujeito e sua posição com os demais que dividem formas de vida intersubjetivamente. Fato que leva a igualdade de direitos entre os cidadãos, aliado ao respeito à dignidade pessoal, "são suportados por uma rede de relacionamento interpessoal e por relações recíprocas de reconhecimento.".

Essa lógica de estruturação da linguagem e de seu agir fomentam aquilo que o autor descreve como cidadania ativa, considerando os consensos do grupo em prol do bem comum. O autor usa como exemplo as reuniões sindicais, as associações comunitários entre outros para especificar como a linguagem e o discurso firmam a coesão dos grupos sociais. A lógica da deliberação entre os atores da esfera pública garantiria esse consenso.

Essa noção de deliberação cidadã ganha outra espacialidade quando consideramos o uso das ferramentas digitais. "Esta propriedade torna estas tecnologias mais adequadas para a transformação, a mudança, a revolução e o exercício da cidadania comunicacional, tanto pela sua flexibilidade estrutural quanto pelo potencial de confluência que possuem". (MALDONADO, 2008, p.2). Por sua vez, compreende-se que estejamos diante de um suporte de produção simbólica digital, assim como do conceito de cidadania comunicativa, em sentido que vai além da cidadania ativa habermasiana e que toma como posse um fio condutor que é capaz de instaurar uma cultura da transformação.

O percurso metodológico

Diante de tantas interfaces e lugares de fala epistemológicos, a natureza dos processos midiáticos solicita formulações plurimetodológicas, especialmente em estudos empíricos, onde a chancela de categorias analíticas é imensa. Essa gama de demandas exige da pesquisa uma abertura para que sejam aplicáveis variados procedimentos metodológicos conforme a necessidade do objeto e suas características.

Partindo de uma premissa multidisciplinar, tomamos aqui a compreensão de que a comunicação, especialmente a cidadania comunicativa demanda uma notoriedade metodológica que ultrapasse as limitações de apenas um campo. Isso nos coloca diante de um cenário de complexidade para a apropriação dos conhecimentos de vários campos científicos, no sentido de assegurar da melhor maneira as interfaces comunicacionais e as performances sociais que estão impregnadas nas ações e práticas humanas. Tal compreensão permite a estruturação

de concepções robustas e dinâmicas sobre a produção de conhecimento e sua teorização de caráter epistemológico (MALDONADO, 2008).

Essa concepção ampla que mescla as múltiplas formas de conhecimentos e as suas demandas é denominada por Maldonado (2008, p.10) como transmetodologia. É "transmetodológico porque parte da premissa de que a investigação científica em comunicação precisa da confluência profunda, cooperativa e produtora da estruturação de métodos mistos, múltiplos", e desta forma conseguir não só promover conhecimento científico, mas também atuar diretamente na transformação das práticas comunicacionais, especialmente as digitais.

Ainda assim, o método é pautado em pesquisa metodológica sistemática que considera profundamente o valor histórico e científico de cada método, vislumbrando sempre os contextos em que são aplicados, bem como suas origens (BONIN, 2006).

Essas observações sobre metodologia agregam saberes para um entendimento da pesquisa científica que visa sugerir categorias analíticas metodológicas, tais como: compreender as práticas comunicacionais a partir das novas sociabilidades digitais e cidadania comunicacional. É uma tentativa de contribuição ao campo da comunicação e os seus estudos sobre mídia na contemporaneidade. O que nos coloca diante de demandas que precisam revisar os estudos sobre comunicação e cidadania ao longos da última década na América Latina. Tendo como foco a lógica da Pesquisa da pesquisa (BONIN, 2006) que reitera que é vital compreender os percursos metodológicos do campo para que seja possível constituir um caminho de compreensão epistemológico amplo sobre determinado eixo de pesquisa.

Conclusões

A cidadania comunicatica e as novas sociabilidades digitais permeiam as práticas e vivências dos comunicadores sertanejos formados pelo Instituto Comrádio do Brasil. Isso implica em estratégias e atitudes para o exercício do ofício de comunicador em um patamar diferente daquele antes da formação técnica. Logo, o conhecimento formal altera a maneira como as práticas midiáticas acontecem. As sociabilidades permitem um exercício vigorante da cidadania comunicacional digital, o que permite inferir que estas são categorias analíticas e metodológicas para a comunicação.

Os centros de formação do Instituto Comrádio do Brasil estão distribuídos em cidades polos do Sertão brasileiro, mas atuam na cobertura geográfica e sociológica dessa região. Esses locais circunscrevem os comunicadores sertanejos pelas características e reconhecimentos de si. O conhecimento formal e informal adquirido ao longo da vivência de formação no Instituto Comrádio, associados as referências de vida são simbióticos, ao passo que dialéticos e interferem no processo de produção da comunicação que parte desses personagens.
Com a formação técnica especializada esses comunicadores agregam estratégias de atuação política de caráter cidadão, além de adotarem novas ambientações para o exercício profissional, produção de conhecimento e debates comunicacionais.

O entrelaçamento desses percursos permitirá a constituição de uma estruturação metodológica de processos midiáticos que envolvem a cidadania.

Bibliografia

CASTELLS, M. (2004) *A galáxia Internet/* Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DI FELICE, M. (2009). *Paisagens pós-urbanas*: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar . São Paulo: Annablume.

HABERMAS, J. (2012). *Teoria do Agir Comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes.

LACERDA, J de S. (2008). *Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos.

MALDONADO, A.E. (2008) Transformação tecnocultural, cidadania e confluências metodológicas. Natal (RN): *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.

MARTÍN-BARBERO, J. (2004). *Ofício de Cartógrafo* – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. Tradução: Fidelina Gonzáles. Coleção Comunicação Contemporânea 3, São Paulo: Edições Loyola.

MOTA, I.(2016). *Entrevista com Iraildon Mota* – diretor administrativo do Instituto Comrádio do Brasil. Teresina: Entrevista gravada em 24 de fevereiro.

Biografia

Thays Teixeira é doutoranda em Estudos da Mídia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. É mestre é Comunicação e bacharel em Jornalismo.

Juciano Lacerda é orientador. Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Comunicação pública pelo Terceiro Setor: um estudo a partir da Plataforma Ituiutaba Lixo Zero

Universidade Federal de Uberlândia

Vagner de Oliveira Magrini
vmagrini82@gmail.com

Adriana Cristina Omena Santos
adriomena@gmail.com

Resumen

El artículo presenta los resultados iniciales de un estudio que se ocupa de la comunicación pública realizada por un organismo del Tercer Sector - la Plataforma Ituiutaba Basura Cero. La plataforma propone reflexiones y discusiones sobre la aplicación de la Política de Residuos Sólidos Nacinal y tiene como objetivo promover el diálogo entre los diferentes sectores sociales, tales como el gobierno, la empresa privada y la sociedad en general. La metodología utilizada para obtener el resultado global fue el análisis de contenido, con el objetivo principal de llevar a cabo una descripción general de los contenidos y agentes movilizados por la Plataforma. Preliminarmente, vemos que la plataforma está en el interés público en los artículos publicados en su blog, especialmente con respecto a las cuestiones relacionadas con las nuevas posiciones en relación con la eliminación de los residuos sólidos, cumpliendo un papel importante en la conciencia ambiental.

Palabras clave:

Comunicación Pública; Tercer sector; Política Nacional de Residuos Sólidos; Plataforma Ituiutaba Basura Cero.

Abstract

This paper presents the initial results of a research that approaches the public communication made by a Third Sector organization – the Platform Ituiutaba Zero Waste. This platform proposes reflections and discussions about the implementation of the National Solid Waste Policy and aims to promote dialogue between different social sectors such as government, private companies and society in general. The methodology used to obtain the overall results was the analysis of content, with the main objective to characterisethe contents and agents mobilised by the Platform. Preliminarily, we see that the platform approaches the public interest in the articles published on its blog, especially with regard to issues related to new positions in relation to disposal of solid waste, fulfilling an important role in environmental awareness.

Keywords:

Public communication; Third sector; National Policy on Solid Waste; Platform Ituiutaba Zero Waste.

Resumo

O artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa que aborda a Comunicação Pública realizada por uma organização do Terceiro Setor – a Plataforma Ituiutaba Lixo Zero. A Plataforma propõe reflexões e debates acerca da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e pretende fomentar o diálogo entre diferentes setores sociais, como o poder público, as empresas privadas e a sociedade de forma geral. A metodologia utilizada para a obtenção dos resultados foi a análise de conteúdo, com o objetivo central de realizar uma caracterização geral dos conteúdos e agentes mobilizados pela Plataforma. De forma preliminar, constatamos que a Plataforma trata do interesse público nas matérias veiculadas em seu blog, principalmente no que se refere a temas ligados a novas posturas em relação à disposição dos resíduos sólidos, cumprindo um importante papel de conscientização ambiental.

Palavras-chave:

Comunicação Pública; Terceiro Setor; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Plataforma Ituiutaba Lixo Zero.

Introdução

A proposta deste artigo é apresentar os resultados parciais de análise da Comunicação Pública nos conteúdos veiculados pela Plataforma Ituiutaba Lixo Zero (PILZ), voltada para a conscientização e mobilização dos diferentes setores da sociedade em torno da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pela lei 12.305/2010 no Brasil.

A Comunicação Pública é um campo de estudos recente que começou a ser difundido no Brasil em meados dos anos 80 e, por esse motivo, ainda há algumas imprecisões quanto ao seu entendimento, sendo que seus conteúdos são muitas vezes confundidos com a comunicação feita unicamente pelo Estado ou pelos órgãos públicos (Koçouski, 2013).

Na verdade, a comunicação pública vem se desenvolvendo a partir de uma evolução da comunicação governamental (Duarte, 2009) e deve ser considerada como um conceito mais amplo, que traz na sua essência a inter-relação dos processos comunicacionais sobre a causa pública, os princípios democráticos e o interesse público (López, 2011). Os principais atores responsáveis pela comunicação pública são as empresas privadas, o terceiro setor, a sociedade em geral e o próprio Governo, contemplando distintas áreas do conhecimento e de práticas sociais e profissionais (Weber, 2011).

Para Koçouski (2013), a comunicação pública depende de seu objeto ou do foco da ação comunicativa. Segundo a autora, é o objeto que mobilizará o interesse público, fazendo com que o processo comunicacional tenha êxito. É nesse contexto que se a opção pelo estudo da Plataforma Ituiutaba Lixo Zero, organização do Terceiro Setor, tem como principal objetivo mobilizar a sociedade para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no município de Ituiutaba – MG/Brasil. Para isso, seus membros propõem um conjunto de atividades, como eventos, discussões e estudos que baseiem a criação de estratégias para sustentar a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no âmbito municipal, servindo de referência para os demais municípios da Região do Triângulo Mineiro.

A Plataforma iniciou suas atividades em abril de 2014, tratando de temáticas como responsabilidade compartilhada e gestão integrada de resíduos sólidos, logística reversa, reciclagem e educação ambiental. Segundo informações obtidas no blog da instituição[1], a intenção

1 https://plataformaituiutabalixozero.wordpress.com/, acesso em março de 2016

é que as ações da Plataforma congreguem e sensibilizem diferentes setores da sociedade na transformação do atual padrão de relação com os resíduos sólidos, com destaque para os gestores municipais, os professores e alunos das escolas de ensino fundamental e médio, as empresas privadas e os moradores de Ituiutaba de maneira geral.

O processo de comunicação pública da Plataforma com esses diferentes setores acontece principalmente por meio da socialização de informações no blog, onde são divulgadas todas as atividades realizadas pela equipe e pelos seus parceiros, assim como os textos e estudos feitos acerca das temáticas de interesse da Plataforma. Além destes conteúdos produzidos pelos próprios membros, o blog é alimentado com matérias, projetos e iniciativas de outros autores e grupos. Parte dos conteúdos publicados no site são replicados no facebook e no twitter da Plataforma Ituiutaba Lixo Zero, além do youtube, ampliando o público potencial mobilizado.

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo principal compreender como a comunicação pública feita pela PILZ contribui efetivamente para a disseminação de boas práticas ambientais, principalmente aquelas ligadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Especificamente para este artigo, delimitamos outro objetivo que contribuirá para uma compreensão incial da comunicação pública realizada pela Plataforma: conhecer os principais conteúdos veiculados no blog, observando se eles realmente contribuem para a mobilização e sensibilização em torno da PNRS e se expressam conteúdos ligados à educação ambiental.

O artigo está organizado em duas seções principais, além da introdução e das considerações finais. A primeira traz uma reflexão teórica acerca da comunicação pública, enfocando a que é realizada pelo terceiro setor, e a segunda apresenta os resultados preliminares da análise de conteúdo feita a partir do blog da PILZ.

Interfaces da Comunicação Pública: algumas reflexões

A comunicação pública pode ser considerada como um campo de pesquisa relativamente novo que começou a ser estudado a partir da segunda metade da década de 1980, principalmente na Europa. No Brasil, o interesse dos pesquisadores e da comunidade acadêmica foi despertado após o final do regime militar (1985) e com a promulgação da Constituição Federal (1988), que permitiram o acesso a direitos referentes à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, divulgação e transparência das ações governamentais, possibilitando assim que os processos comunicacionais entre os diferentes setores da sociedade, principalmente aqueles feitos pelo Estado, ganhassem maior destaque e participação efetiva da sociedade como um todo, como demonstra Koçouski (2013).

Por trazer na sua concepção a inter-relação dos processos comunicacionais sobre a causa pública, a comunicação pública acabou sendo confundida com a comunicação feita exclusivamente pelo Estado ou pelos órgãos públicos – que consiste na comunicação governamental (Koçouski, 2013). É inegável que a comunicação pública partiu, a princípio, da comunicação governamental – pois essa trata das relações entre Estado, sociedade e governo, sendo esse último responsável e obrigado a comunicar seus atos. No entanto, ela evoluiu para um sentido mais amplo que passa a envolver outros atores, como as organizações privadas, as organizações não-governamentais e a sociedade civil organizada na forma de conselhos populares, fóruns de discussão e grupos em redes sociais (Duarte, 2011) levando maior reconhecimento à causa pública, pois se torna um direito de todos e passa a ser visto como uma forma de fortalecimento da cidadania (Duarte, 2009).

Nesse sentido, Matos (2011) destaca que a comunicação pública não deve ser uma via de mão única, na qual as mensagens partem de um único emissor e não possibilitam a interlocução com os seus receptores. Para a autora a comunicação pública precisa ser considerada como um processo político, que parte de relações de interação nas quais são centrais a expressão, a interpretação e o diálogo. Sendo assim, a autora define a comunicação pública como "o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país" (Matos, 2011, p. 45).

Essa definição de comunicação pública feita pela autora se baseia na concepção de esfera pública habermasiana[2], que consiste numa dimensão na qual podem ser debatidos livremente assuntos de interesse comum. Nesse sentido, Nobre (2011) afirma que a conceitualização de comunicação pública deve abarcar toda a esfera pública de maneira a possibilitar o diálogo e a construção de propostas de ações que contribuam para toda a sociedade.

De acordo com Maia (2011) não devemos esperar que o interesse público seja compartilhado por todos de uma forma solidária, nem que as motivações e o interesse por algo seja mútuo a ponto de despertar e estimular a todos de maneira completa e homogênea. No entanto, apesar dessas dificuldades, a autora propõe que a partir do debate democrático feito entre todos os envolvidos, diversas definições do que seja o interesse público devam ser elaboradas. Podemos perceber então, que a definição do que é interesse público contempla diversos questionamentos, tensionamentos e construções coletivas, que muitas vezes não são permeadas por consensos imediatos.

No que se refere especificamente ao nosso objeto de estudo – PILZ – o interesse público é um elemento central, visto que diferentes setores sociais (poder público municipal, empresários, professores e alunos de universidades, associação comercial, cooperativa de reciclagem, sociedade em geral, por exemplo) estabelecem parcerias para promover discussões e mobilizações em torno da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em Ituiutaba. É somente a partir dos diálogos entre esses diferentes setores sociais e dos tensionamentos entre os interesses de cada um deles que o interesse público poderá ser fortalecido. Nesse sentido, a comunicação pública realizada pela Plataforma funciona como catalisadora da construção do intesse público acerca de práticas ambientais sustentáveis.

Considerando que no âmbito da comunicação pública são diferentes os agentes responsáveis pela difusão desse tipo de comunicação (Estado, iniciativa privada e terceiro setor), enfocaremos, de acordo com os objetivos propostos, a comunicação pública realizada pelo terceiro setor.

O Terceiro Setor é caracterizado como um espaço de participação com o intuito de ultrapassar as barreiras e lacunas do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor) no tratamento de causas de interesses públicos e sociais. No entanto, não há entre os estudiosos e os atores que compõem o terceiro setor um consenso acerca de sua definição exata (Benine, 2010; Peruzzo, 2009).

De acordo com Mauro e Rubens (1999, p.35) o terceiro setor é caracterizado como: "Conjunto de atividades espontâneas, não governamentais e não lucrativas, de interesse público, realizadas em benefício geral da sociedade e que se desenvolvem independentemente dos demais setores (Estado e mercado), embora deles possa, ou deva receber colaboração."

Podemos observar assim, que o terceiro setor traz como características gerais a não obtenção de lucro e a participação espontânea ou voluntária, demostrando seu cunho social em benefício da sociedade e também o seu caráter de não decorrer diretamente do Estado/governo, apesar de poder com ele estabelecer uma relação de colaboração, que pode ser estabelecida ainda com as organizações privadas com fins lucrativos.

De acordo com Oliveira (2004), mesmo com exceções, a solidariedade e a esperança impulsionam o terceiro setor e o ajudam na valorização da sua imagem perante a sociedade e também na construção de canais de diálogo com os outros setores, possibilitando a criação de uma comunicação pública que viabiliza o exercício da cidadania em prol de uma sociedade mais justa. Assim sendo, a comunicação pública feita pelo terceiro setor "assume o desafio de promover a educação com fim social, aproximar os diferentes setores e desenvolver instrumentos de prestação de contas, informação e conscientização junto à sociedade" (Oliveira, 2004, p. 199).

2 Ver HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

Comunicação Pública da Plataforma Ituiutaba Lixo Zero: reflexões iniciais

Com o intuito de fomentar uma compreensão inicial acerca da comunicação pública realizada pela Plataforma escolhemos como procedimento metodológico a ferramenta de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2009), existem três etapas fundamentais para a operacionalização da análise de conteúdo: i) a pré-análise, ii) a exploração do material e iii) o tratamento dos resultados, as inferências e as interpretações.

Seguindo as etapas metodológicas definidas por Bardin (2009), o passo inicial para a realização da análise de conteúdo da Plataforma foi a exploração preliminar dos conteúdos do blog, para possibilitar a seleção do material a ser analisado. Após identificarmos as linhas gerais de organização do blog, escolhemos trabalhar com um recorte composto por todas as publicações feitas nos meses de janeiro até junho de 2015, o que representa um total de 28 matérias. Com o conjunto de matérias selecionado, iniciamos a leitura flutuante para poder estabelecer as categorias de análise que seriam utilizadas posteriormente. Nesta etapa, estabelecemos três categorias básicas de análise, a partir de conteúdos considerados centrais nas matérias: 1) Resíduos Sólidos; 2) Reciclagem; 3) Logística Reversa.

Essas categorias selecionadas se alinham ao objetivo definido para a análise de conteúdo que sustenta esse artigo: conhecer os principais conteúdos veiculados no blog, observando se eles realmente contribuem para a mobilização e sensibilização em torno da Política Nacional de Resíduos Sólidos e se expressam conteúdos ligados à educação ambiental.

Após essa fase, iniciamos a exploração em si das matérias, com a categorização dos conteúdos encontrados e registro das informações centrais. As informações levantadas foram organizadas em tabelas e posteriormente tabuladas. Em seguida, realizamos a interpretação dos conteúdos e identificamos os principais resultados da análise.

Um primeiro aspecto constatado a partir da análise realizada é que a maior parte dos conteúdos veiculados no blog no período analisado são repostagens da coluna que a Plataforma mantém no Jornal do Pontal. Do total de 28 matérias analisadas, 16 consistem em conteúdos replicados da publicação no jornal. Das matérias restantes, nove apresentam conteúdos produzidos exclusivamente para o blog e três são repostagens de autores externos à Plataforma.

Um aspecto importante para nossa análise é verificar se os conteúdos veiculados no blog estão alinhados com os objetivos da Plataforma, que estão associados com a implantação da PNRS em Ituiutaba. Para identificar esse aspecto, selecionamos as categorias centrais das matérias e as organizamos em quatro grupos. O primeiro deles é o grupo das matérias que possuem como conteúdo balizador o tema "resíduos sólidos". Neste grupo encontramos 15 matérias, que abordam múltiplos aspectos, como as legislações que regem a implantação da gestão integrada de resíduos, as diferentes formas de disposição final dos resíduos – com a diferenciação de lixões e aterros sanitários, por exemplo – e as diretrizes presentes nos planos de saneamento básico dos municípios do Triângulo Mineiro.

A segunda temática mais significativa no blog da Plataforma Ituiutaba Lixo Zero é a reciclagem. Dentre as 28 matérias analisadas, sete tratam das práticas de reciclagem dos resíduos. A terceira categoria temática analisada foi a Logística Reversa, selecionada como central pois é listada como um dos objetivos da Plataforma. Esta temática compareceu muito pouco nas matérias no período analisado, sendo tratada em apenas duas matérias, tendo como agente central as organizações. Diante desta constatação, podemos perceber que é necessário um esforço por parte dos membros da Plataforma no sentido de ampliar as discussões sobre a temática, visto que ela é essencial para a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Constatamos também que dentre as 28 matérias analisadas, quatro delas não se enquadravam nas categorias pré-selecionadas: resíduos sólidos, reciclagem e logística reversa. Essas quatro matérias tratam dos seguintes temas: mudança climática, tecnologias de impressão 3D, inovação nas práticas de produção sustentáveis e divulgação do Planetário em Ituiutaba.

Ao analisar os conteúdos das matérias apresentadas no blog, além de observar a frequência com que as categorias selecionadas comparecem, procuramos descobrir alguns núcleos de sentido que pautam a comunicação pública da Plataforma. Esses conteúdos convergem para sentidos de transformação de atitudes de todos os agentes envolvidos que devem compartilhar as responsabilidades na gestão dos resíduos sólidos.

Considerações Finais

Apesar da pesquisa estar em seu início a partir da realização da análise de conteúdo das matérias do blog da Plataforma foi possível constatar o potencial desta ferramenta de investigação para as pesquisas na área de comunicação pública. Foi possível estabelecer um bom panorama do processo comunicacional da organização analisada, permitindo a identificação dos conteúdos centrais tratados no blog. Foi possível observar que há uma coerência entre os propósitos estabelecidos pela Plataforma e os conteúdos que veicula, sempre tentando mobilizar os diferentes setores da sociedade para as práticas integradas de gestão dos resíduos sólidos. A análise permitiu assim, que fosse constatada a relevância da Plataforma enquanto propagadora de conteúdos que mobilizam o interesse público, contribuindo para o fortalecimento das preocupações com o meio ambiente, trazendo diferentes exemplos de boas práticas, divulgando eventos e discussões acerca de temáticas ligadas aos resíduos sólidos e congregando, mesmo que com lacunas, os diferentes agentes envolvidos na implantação da PNRS. A partir desse levantamento inicial direcionaremos e aprofundaremos o estudo da comunicação pública realizada pela Plataforma.

Bibliografia

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70.

Benine, R. J. (2010). Terceiro setor e suas estratégias de influência em políticas públicas. *Revista USCS – Direito,* São Caetano do Sul, nº 18, p. 139 – 165.

Duarte, J. (2009). Instrumentos de comunicação pública. En: DUARTE, J. (Cood.) *Comunicação Pública:* Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Duarte, J. (2011). Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. En: KUNSCH, M. M. K. (Cood.) *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora.

Koçouski, M.(2013). Comunicação pública: construindo um conceito. En: MATOS, H. (Cood.) *Comunicação pública :* interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP.

López, J. C. J. (2011). Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. En: KUNSCH, M. M. K.(Cood.) *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora.

Maia, R. C. M. (2011). Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. En: KUNSCH, M. M. K. (Cood.) *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora.

Matos, H .(2011). A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. En: KUNSCH, M. M. K. (Cood.) *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora.

Nobre, T. A. (2011). Capital social, racial, comunicação pública e deliberação: a gestação do capital comunicacional público. En: MATOS, H; MARQUES, A. (Coods.) *Comunicação e política:* capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus.

Oliveira, M. J. C. (2004). Comunicação Pública e os setores Não-Estatais. En: OLIVEIRA, M. J. C.(Cood.) *Comunicação Pública*. Campinas, Editora Alínea.

Peruzzo, C. M. K. (2009). Comunicação e terceiro setor. En: DUARTE, J. (Coord.) *Comunicação Pública:* Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Weber, M. H. (2011). Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. En: KUNSCH, M. M. K. (Cood.) *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora.

Agradecimentos

Trabalho apresentado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Biografía

Vagner de Oliveira Magrini – vmagrini82@gmail.com. Possui graduação em Gestão Empresarial com ênfase em Marketing e especialização em Marketing. Mestrando do programa de pós graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação FACED/UFU (Universidade Federal de Uberlândia) e professor do curso de Administração da Faculdade Triângulo Mineiro de Ituiutaba/MG.

Adriana Cristina Omena Santos – adriomena@gmail.com. Possui graduação em Comunicação Social, Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo ECA/USP. Atualmente é Diretora Cultural da Intercom e coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação e professora no curso de Comunicação Social da UFU.

Interação e mobilização de públicos via debate político na internet

Universidade Federal de Minas Gerais

Nathália Edwirges Amado
nathalia.e.amado@gmail.com

Jessica Antunes Caldeira
uai.jessica@gmail.com

Resumen

El artículo discute el potencial de movilización social a través de la discusión de temas políticos en los medios sociales digitales. Tomando como objeto empírico la discusión en el grupo de Facebook llamado "Galera Ravena" en la preselección de los candidatos a concejales de Sabara, Minas Gerais, en las elecciones de 2016, se llevó a cabo el análisis del contenido de los posts. El itinerario nos permite comprender la dinámica de los elementos que forman un público movilizado, iluminando aspectos tales como los intereses y las posiciones que están en juego en la interacción. Parece ser que, a pesar de lo aprendizaje político promovido, la falta de un propósito común y de la coresponsabilidad de los actores afecta a los procesos movilizadores.

Palabras clave:

Movilización social; Públicos; Medios Digitales, Interacción; Democracia

Abstract

The article discusses the potential of social mobilization through the discussion of political issues in social media. Taking as empirical object the discussion on the Facebook group called "Galera Ravena" on the pre-selection of candidates for councilors de Sabara, Minas Gerais, in the 2016 elections, the content analysis of the posts was held. The route allows us to understand the dynamics of the elements that forming a mobilized public, illuminating aspects such as the interests and positions at stake in the interaction. It appears that, despite the promoted political learning, the lack of a common purpose and coresponsibility of the actors affect mobilizers processes.

Keywords:

Social Mobilization; Publics; Digital Media; Interaction; Democracy

Resumo

O artigo discute o potencial de mobilização social via debates de temas políticos nas mídias sociais digitais. Tomando como objeto empírico a discussão no grupo do Facebook chamado "Galera de Ravena" sobre a pré-seleção dos candidatos a vereadores de Sabará, Minas Gerais, nas eleições de 2016, foi realizada a análise de conteúdo das postagens. O percurso permite compreender elementos da dinâmica de conformação de um público mobilizado, iluminando aspectos como os interesses e posicio-

namentos em jogo na interação. Constata-se que, apesar do aprendizado político promovido, a falta de um propósito comum e da corresponsabilidade dos atores prejudica os processos mobilizadores.

Palavras chave:
Mobilização Social; Públicos; Mídias Sociais Digitais; Interação; Democracia

Introdução

O cenário contemporâneo é marcado por novas formas de exercício político e pela emergência de novos sujeitos sociais coletivos. Entre outros fatores, a internet se destaca por prover possibilidades inéditas de interação comunicativa entre os sujeitos. Na visão de Toro e Werneck (2007) participação em um processo de mobilização social é ao mesmo tempo meta e meio, pois auxilia os indivíduos na construção de um aprendizado político, fundamental para a conformação de uma democracia efetiva.

As mídias sociais digitais têm possibilitado a participação em discussões políticas *online*. Mas, em termos de avanço democrático, a questão não se reduz aos "meios e oportunidades, mas à qualidade e requisitos referentes aos modos de participação civil" (Gomes, 2005, p. 61). Em que medida as trocas comunicativas ampliadas pelas tecnologias auxiliaram os indivíduos em processos mobilizadores? Nossa proposta é discutir o potencial mobilizador das conversações políticas *online*, evidenciando a partir dos atores e vínculos presentes na interação, aspectos que podem contribuir de forma positiva ou negativa para o processo.

Para isso, realizamos o estudo de caso de um debate no grupo "Galera de Ravena[1]", no *site Facebook*. Trata-se de um público que se mobilizou, às vésperas das eleições municipais, em torno da controvérsia sobre a definição prévia do número de candidatos do distrito de Ravena a vereadores da câmara municipal de Sabará, Minas Gerais. A comunidade desejava limitar o número de candidatos devido ao resultado do pleito anterior, quando, apesar de lançar onze candidatos, nenhum foi eleito para representar os interesses do distrito. A reflexão busca compreender a dinâmica dos processos de mobilização que utilizam a internet, visando elucidar aspectos da interação e posicionamento dos atores no contexto estudado.

A Mobilização de Públicos

A década de 1990 foi marcada pelo entusiasmo com a internet enquanto novo meio de comunicação e suas possíveis melhorias democráticas. No entanto, segundo Gomes (2005) é crescente a literatura cética que levanta restrições e déficits das novas tecnologias de comunicação. O autor conclui que o potencial da *web* não pode prescindir da cultura e do sistema político; por isso, é importante pensar como mobilizar os cidadãos para se envolver na política e, para os que têm acesso, como empregar as possibilidades que a rede oferece.

Para Toro e Werneck (2007), mobilização é o processo em que um grupo toma decisões e age de acordo com um objetivo comum, visando, cotidianamente, resultados desejados e decididos por todos. Compartilhar interesses é condição para que haja mobilização em torno de uma causa. Uma vez que para chegar a um propósito comum é preciso que haja troca de ideias, a comunicação é um fator crucial. Segundo Henriques (2004), a comunicação em um projeto de mobilização gera e mantêm vínculos entre os movimentos e seus públicos. Essa vinculação presente no relacionamento pode assumir formas e naturezas diferentes, aumentando a gradação de nível até chegar num patamar considerado ideal para processos de

1 Ravena é distrito do município de Sabará, na região metropolitana da capital mineira - Belo Horizonte.

mobilização: a corresponsabilidade, obtida quando os públicos se sentem responsáveis pelo sucesso do projeto (Henriques, 2004).

Os públicos constituem-se de sujeitos afetados por uma ação e suas consequências (Dewey, 2008). Segundo o autor, quando as consequências dessa ação ultrapassam o âmbito dos diretamente envolvidos e afetam outros de forma indireta, surge uma condição pública que requer algum tratamento. Então, o público se mobiliza em função dessa controvérsia experimentada coletivamente. As situações críticas têm potencial de formação de públicos porque convocam um posicionamento dos sujeitos implicados na interação. De acordo com Silva (2013) o ser humano não é um expectador passivo, e sim protagonista por meio da própria atividade da comunicação. "O público se posiciona perante aquilo que o afeta, produzindo e compartilhando sentidos, adotando comportamentos, assumindo um papel de agente" (Silva, 2013, p. 88). A definição dos públicos não se dá a *priori* e nem é imutável. Ocorre a partir da interação que os conforma dinamicamente na medida em que permite compartilhar uma experiência coletiva em dadas situações (França, 2003).

Ao tratar do engajamento dos públicos no Brasil, Henriques (2012) constata que o termo mobilização social popularizou-se para designar processos cotidianos que, apesar de ligados a atividades ordinárias do dia-a-dia, são essenciais para o exercício da cidadania no contexto democrático. Assim, práticas como a discussão de temas publicamente relevantes nas mídias sociais digitais são apreendidas como atos políticos[2]. Esse reposicionamento semântico amplia a aplicação para além da ação coletiva de caráter extraordinário, abarcando formas mais triviais de movimentação de pessoas e instituições que objetivam transformações sociais (Henriques, 2012).

Outro ponto para compreender a dinâmica de um público está relacionado às condições que atribuem um caráter público para o processo. Para Henriques (2012), a manifestação pública de preferências é importante porque a constituição de determinado agrupamento como um público depende da sua operação em condições de publicidade (Henriques, 2012). A formação do público requer o uso de meios para se expressar publicamente a fim de ganhar a adesão de outros sujeitos e instituições, aumentando a abrangência dos afetados pela controvérsia. Esse processo acontece mediante trocas comunicativas que permitem "por em comum suas percepções, opiniões, preferências, valores, crenças, conhecimentos e interesses e também por meio da geração de vínculos entre os sujeitos" (Henriques, 2012, p. 9-10).

Metodologia

A fim de evidenciar como se dá a interação de um público em torno de uma controvérsia política e como isso incide no processo de mobilização, realizamos um estudo de caso de um debate em uma mídia social digital. Tomamos como *corpus* de análise quatro postagens feitas por moradores do distrito de Ravena na página do *Facebook* "Galera de Ravena", no período entre março e abril de 2016. O tema das postagens é a representação política nas eleições municipais para vereador. O método utilizado foi análise do conteúdo dessas conversações *online*.

Ao olhar para a interação, analisamos os posicionamentos dos atores que compõem o público, fazendo recorte sobre aqueles que deixam aparente seu papel, e problematizamos a formação do interesse compartilhado no debate. Também abordamos aspectos do contexto que estão invisíveis na plataforma, mas que são importantes para caracterizar a controvérsia.

2 Tomamos a concepção de político de Jane Mansbridge (1999), que considera que o termo não está necessariamente vinculado ao Estado, mas é "o que o público deve discutir". Assim, até os debates mais informais de tomada de decisão coletiva são atos políticos.

O debate, os atores e seus papéis

A ação que desencadeou a mobilização do público para o debate virtual foi uma controvérsia política local. O distrito de Ravena, Sabará – Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais preserva características interioranas e uma população em torno de 15 mil habitantes[3]. Assim como outras localidades, possui algumas comunidades *online* dedicadas a temas locais. Desde 2012 criou-se um grupo no *site* de rede social *Facebook*, chamado "Galera de Ravena". Trata-se de um grupo fechado[4], com 2.241 membros[5] atualmente.

Por se tratar de um distrito de Sabará, nas eleições municipais a população de Ravena tem a possibilidade de eleger ao menos um vereador que a representante entre as quinze vagas disponíveis no legislativo. Na última eleição, em 2012, onze candidatos ligados ao distrito disputaram, mas nenhum deles conseguiu vaga na câmara. O resultado frustrou a população por não ter nenhum vereador para defender os interesses dos ravenenses. Com a proximidade das eleições de 2016, a preocupação de que o fato se repita levou alguns participantes do "Galera de Ravena" a debater sobre os rumos do pleito, buscando uma alternativa para impedir que o problema volte a acontecer.

O debate começou com uma postagem, que rendeu 19 comentários e 20 curtidas, sobre a proximidade das eleições, alertando o risco de não eleger um representante. Em seguida, foi publicada uma enquete para apurar quem aprovava a realização de uma espécie de pré-votação, que definisse apenas três candidatos de Ravena para concorrer em outubro. A postagem repercutiu, chegando a 68 comentários e 32 curtidas. Posteriormente, houve um *post,* com 17 comentários e 12 curtidas, que explicava o coeficiente eleitoral e outro, com 41 comentários e 15 curtidas, convocando os prováveis candidatos a vereadores a se apresentarem para o grupo. As quatro publicações foram feitas por autores diferentes em um período de sete dias e contam com uma sequência de comentários, totalizando 29 participantes na discussão.

A análise dos posicionamentos assumidos no debate político permite identificar no público mobilizado diferentes subgrupos com papéis distintos. É nítido como os posicionamentos variaram no decorrer da discussão. De um modo geral, nos comentários dos 24 atores que deixaram claros seus posicionamentos, percebe-se que a ação mobilizadora da maioria se restringiu exclusivamente à plataforma *online*. Os "pré-candidatos" que se manifestam, por exemplo, correspondem a 10% dos participantes do debate e são as pessoas diretamente afetadas pela discussão. Têm intenção de se candidatar a vereador e veem no grupo uma chance de angariar eleitores. Alguns participam da discussão, outros apenas se apresentam, sem se engajar no debate:

Figura 1: Manifestação dos pré-candidatos
Fonte: Facebook

3 Segundo funcionários da Prefeitura Municipal de Sabará, o órgão não dispõe de dados atualizados sobre a população do distrito tampouco sobre o eleitorado local.

4 Uma das pesquisadoras é natural do Distrito de Ravena e é membro do grupo desde sua criação em 2012. Embora o grupo seja "fechado" entendemos que as informações em um *site* de rede social adquirem caráter público ao serem publicadas. De todo modo, resguardamos os autores das opiniões, ao não citar e preservar dados biográficos deles.

5 Disponível em:<https://www.facebook.com/groups/204152506368399/>. Acesso em 22 de abril de 2016

Outro posicionamento que se destaca são os "apoiadores dos pré-candidatos", que representam outros 10% dos participantes. Além de se inserir no debate e reafirmar sua importância, colocam-se como favoráveis a determinados aspirantes a vereador. Em certa medida, buscam ganhar o apoio e influenciar a formação da opinião dos demais participantes:

Figura 2: Apoio a um pré-candidato
Fonte: Facebook

Já os que chamamos de "compartilhadores de conhecimento" disponibilizam informações relevantes para aprofundar a pauta. Correspondem a 13% dos participantes e buscam qualificar o debate ao esclarecer lógicas, fatores e elementos que constituem a controvérsia:

Figura 3: Explicação sobre coeficiente eleitoral
Fonte: Facebook

Os denominados "críticos", por sua vez, são atores que levantam questões mais amplas que tangenciam a controvérsia. A contribuição dessas pessoas, que chega a 17% dos participantes, é incluir novos elementos e expandir a reflexão, permitindo uma perspectiva crítica da realidade discutida:

Figura 4: Opinião crítica
Fonte: Facebook

Há ainda os que se comportam como "humoristas", com comentários em tons de deboche e sarcasmo, destituindo a seriedade do debate. Muitos deles expressam ceticismo e um sentimento de descrença na política e também correspondem a 17% dos participantes.

Figura 5: Comentário irônico
Fonte: Facebook

Embora a maior parte dos que aderem ao debate participe apenas no ambiente *online*, uma minoria dos atores está disposta a se mobilizar para além da *web*. Os "organizadores", por exemplo, são pessoas que se dispõem à ação prática e tomam a responsabilidade de promover os atos propostos no debate. Na interação, apresentam-se como corresponsáveis para que Ravena consiga eleger um vereador que a represente; 13% dos debatedores assumiram esse papel.

Figura 6: Tomando a frente do movimento
Fonte: Facebook

Por fim, vale ressaltar que durante a interação os atores transitaram pelos posicionamentos que classificamos, modificando seu papel no debate. Após uma semana, a discussão se arrefeceu no *Facebook* e o público mobilizado não conseguiu se articular para promover o propósito comum que aspiravam.

Analisando a mobilização

Pela análise das postagens, constata-se que embora pareça ser unânime a concordância com a pré-seleção de candidatos, apenas poucos atores demonstram um vínculo de corresponsabilidade com a causa, a ponto de propor ações concretas que extrapolem a conversação *online*.

As trocas comunicativas dão a ver algo interessante, porém subestimado nos estudos de mobilização, que são os embates e diversidade de atores que compõem um publico mobilizado. Ao convocar sujeitos para um processo mobilizador, há que se considerar o potencial de

congregar não só atores que partilham um interesse – como os "compartilhadores de conhecimento", os "organizadores" e os "críticos" – mas também atrair outros sujeitos que podem ser afetados pela causa – no caso, os "pré-candidatos" e seus "apoiadores".

O exemplo empírico demonstra a desmobilização do público no curto espaço de tempo de uma semana. No período, não foi possível a construção de um comum e o fortalecimento do vínculo entre os atores. Isso demonstra que não basta operar sob condições de publicidade suficientes para que os sujeitos possam manifestar publicamente suas preferências e opiniões.

Verifica-se que a qualidade do debate interferiu no processo mobilizador. Os "humoristas", por exemplo, expressam falta de compromisso e até desrespeito com os demais. Outra questão que prejudica a mobilização é o fato de determinados atores, como o dos "apoiadores dos pré-candidatos", afirmarem-se como porta-vozes da comunidade, quando sua participação nas trocas comunicativas deixa claro a defesa de interesses individuais ou de um pequeno grupo.

Enfim, ainda que a questão tenha rendido muitos comentários – 145 no total – a mobilização esmoreceu em um curto período e nenhuma ação proposta foi efetivamente implementada. A conversação *online* sobre a política local não foi bem sucedida no sentido de integrar a população ravenense num movimento organizado para transformar a situação eleitoral do distrito.

Conclusões

A análise das trocas comunicativas da comunidade de Ravena via *Facebook* evidencia aspectos relevantes da dinâmica interna dos públicos em processos de mobilização. A partir do posicionamento dos atores em interação, percebe-se nitidamente que a falta de um propósito comum compartilhado prejudica a efetividade da mobilização. Consequentemente, torna-se menos provável a partilha do sentimento de corresponsabilidade para solucionar o problema que os afeta.

Não obstante seja claro o desejo de ver uma transformação, ainda há pouca participação efetiva, inclusive na própria discussão. Ao comparar o número de interagentes com o número total de membros do grupo, isso fica nítido. Ainda que o grupo "Galera de Ravena", com seus mais de 2 mil membros seja um espaço de visibilidade para a discussão a política local, a simples existência desta condição de publicidade não opera milagres diante de uma cultura de participação cívica deficitária. Determinados posicionamentos no debate refletem atitudes – como o desrespeito ou a defesa de interesses privados em detrimento do bem comum – que são completamente contrários aos ideais normativos democráticos.

Todavia, não se deve desprezar o ganho epistêmico que as conversações *online* podem trazer pensando no sistema deliberativo como um todo. Acreditamos que a polifonia nas mídias sociais digitais enriquece a troca de razões públicas na medida em que incita a reflexão a respeito da cidadania. Os debates por meio da internet, como o caso de Ravena, promovem um aprendizado político numa escala micro que, somada a outras iniciativas, aos poucos trazem transformações necessárias para fazer avançar a democracia no Brasil.

Bibliografia

Dewey, J. (2008). Em busca do público. In: Franco, A.; Pogrebinschi, T. *Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey. Porto Alegre: EdiPUC-RS*.

França, V. V. (2003). Quéré: dos modelos da comunicação. In: *Revista Fronteira* (UNISINOS), São Leopoldo, 5(2), 37-51.

Gomes, W. (2006). *Internet e participação política em sociedades democráticas*. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, 1(27).

Henriques, M. S. (2004). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. (Vol. 1). Autêntica Editora.

Henriques, M. S. (2012). A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. In: *Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*. (3).

Mansbridge, J. (2009). *A conversação cotidiana no sistema deliberativo. A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, 207-237.

Silva, D. R. (2013) *O astroturfing como um processo comunicativo: a manifestação de um público simulado, a mobilização de públicos e as lógicas de influência na opinião pública*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). UFMG, Belo Horizonte.

Toro, A. J.B.; Werneck, Nísia M. D. (2007). *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte-MG. Autêntica.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES – pelo apoio financeiro para realização da pesquisa.

Biografia

Nathália Edwirges Amado é mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Jornalista e Especialista em Comunicação Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Integra o Mobiliza – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mobilização e Opinião Pública.

Jessica Antunes Caldeia é mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Relações Públicas pela mesma universidade, possui experiência na área de comunicação interna e institucional. Faz parte do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mobilização Social e Opinião Pública – Mobiliza.

Jornal Mudança: comunicação popular em prol do fomento dos movimentos sociais da paróquia de Esperantina- Piauí (1983-1985)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Luciana de Lima Pereira
profaluciana@ifpi.edu.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise do Jornal "Mudança" como espaço de fomento e articulação dos movimentos sociais para o construto da cidadania em Esperantina- PI entre os ano de 1983 a 1985. O jornal era produzido pelo Centro de Educação Popular de Esperantina (CEPES) e foi apoiado pelos organizações sociais populares ligados à Igreja Católica. O "Mudança" surgiu em 1983 no período em que aconteciam amplas discussões sobre o processo de redemocratização ao final da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, dentre outros, foram organizações que ganharam visibilidade através das páginas desse jornal em que ocorria problematização da realidade social local, marcada pelas desigualdades socioeconômicas e, em especial, pelos conflitos agrários. Para compreensão da temática proposta, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre as abordagens históricas e conceituais referentes à comunicação popular, além de ter sido realizado um estudo sobre a história da igreja popular no Brasil. A análise realizada levou a concluir que o Jornal "Mudança" se propunha como instrumento de construção da cidadania ao motivar a mobilização da população esperantinense para serem sujeitos desejantes de transformação da realidade social em que estavam inseridos.

Palavras-chave:

Comunicação popular. Movimentos sociais, Igreja Católica. Cidadania, Esperantina-PI

Abstract

The present article aims to make an analysis of Journal "Mudança" as development and coordination space from social movements to the framing of citizenship in Esperantina- PI from 1983 to 1985. The newspaper was produced by Popular Education Center of Esperantina (CEPES) and was supported by popular social organizations attached to the Catholic Church. The "Mudança" appeared in 1983 at period which happened extensive discussions on the democratization process at the end of the military dictatorship in Brazil (1964-1985). Basic ecclesial communities (CEB's), the Youth Ministry from people of Esperantina were organizations that gained visibility from this journal in which occurred problematics of local social reality, branded by socioeconomic inequalities and in particular, tho-

se land conflicts. For understanding of the proposal, it was made a literature research on the conceptual and historical approaches regarding the popular communication, in addition to have been held a study on the popular history of the Church in Brazil. The survey concluded the newspaper "Change" was proposed as citizenship framing instrument that motivated the people from Esperantina to mobilize themselves to be desiring subjects of transformations of social reality in that they were inserted.

Keywords:

Popular communication. Social movements, Catholic Church. Citizenship Esperantina-PI

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo hacer un análisis del Periódico "Mudança" como espacio de fomento y articulación de los movimientos sociales para el constructo de la ciudadanía en Esperantina - PI entre los años de 1983 a 1935. El periódico era producido por el Centro de Educación Popular de Esperantina (CEPES) y fue apoyado por las organizaciones sociales populares ligado a la Iglesia Católica. "Mudança" surgió en 1983 en el periodo en que ocurrían amplias discusiones acerca del proceso de redemocratización al final de la Dictadura Militar en Brasil (1964-1985). Las Comunidades Eclesiales de Base (CEB´s), el Sindicato de los Trabajadores Rurales de Esperantina, la Pastoral de la Juventud del Medio Popular, entre otros, fueron organizaciones que ganaron visibilidad a través de las páginas de ese diario en que ocurría problematización de la realidad social local, marcada por las desigualdades socioeconómicas y, en especial, por los conflictos agrarios. Para comprensión temática propuesta, se hizo una investigación bibliográfica acerca de los abordajes históricos y conceptuales referentes a la comunidad popular, además de haber sido realizado un estudio acerca de la historia de la iglesia popular en Brasil. El Análisis llevado a cabo lo llevó a concluir que el Periódico "Mudança" se propuso como instrumento de construcción de la ciudadanía al motivar la movilización de la población esperantinense para ser sujetos deseantes de transformación de la realidad social en que estaban insertados.

Palabras clave:

Comunicación popular. Movimiento sociales, Iglesia Católica, Ciudadanía, Esperantina-PI

Introdução

A comunicação popular no Brasil começou a ter uma maior evidência a partir da década de 1970 e emergiu resultante de uma efervescência das mobilizações dos movimentos sociais. Este tipo de experiência comunicacional, "se caracteriza como processo de comunicação que emerge da ação de grupos populares" (PERUZZO, 2006, p.2). Ao longo da segunda metade do século XX e início do XXI, foi desenvolvido profícuas análises que deslindaram os conceitos de comunicação popular, o qual concluiu-se que suscitou discordâncias e aproximações entre os autores, adotou-se, para este artigo, aquele desenvolvido por Cecília Peruzzo,

> A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. (PERUZZO, 2006, p.2)

Portanto, os movimentos sociais populares utilizariam a comunicação como instrumento propulsor de organização social e defesa dos direitos negados dentro de uma conjuntura entrecortada pelas desigualdades econômicas, sociais e políticas. Na década de 1980, o contexto era o "enfrentamento com o projeto capitalista, no qual a comunicação popular é o agente do projeto popular, que vai conformando a inter-relações entre grupos e classes populares" (FESTA, *apud* DORNELLES, p. 7).

A comunicação popular surgiu na América Latina entre as décadas de 1960 a 1980 em que, politicamente, vivenciava uma ambiência de ditadura militar. O Estado autoritário imprimia um enquadramento marcado pela repressão, censura, cerceamento de direitos básicos, marginalização social e empobrecimento populacional. Neste contexto, movimentos sociais ligados à Igreja católica protagonizaram novas formas de relações sociais de resistência, dentre estas, as Comunidades Eclesiais de Base, surgidas ainda nos anos sessenta do século XX e que foram intensificadas nos decênios subsequentes. Segundo Leonardo Boff,

> As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia (urbana) ou uma capela (rural) [...]. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's pode ter de dez, vinte ou cinquenta membros [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que tem a mesma fé, pertencem a mesma Igreja e moram na mesma região. motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. (BOFF, 181, p. 16-17)
>
> As CEB's inauguraram no Brasil "um novo fazer popular" que trouxe à baila as discussões sobre os problemas sócio-históricos que as comunidades que enfrentavam cotidianamente. Desta forma, "ocorreu surgimento de uma nova palavra, formando uma rede de comunicação popular". (DORNELLES, 2007, p.1).

Vale ressaltar que a igreja católica não pode ser vista como um bloco monolítico e que havia uma convivência de diferenciados modos de ser igreja. Dentre estes modos, desenvolveu-se a Igreja popular ou Igreja da Libertação (SANCHIS, 1992), no Brasil, originária dos desdobramentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), II Conferência Geral do Episcopado da América Latina, Medelin, e a III Conferência Geral do Episcopado da América Latina, corrido em *Puebla (*1979), em que houve a construção de uma instituição eclesiástica mais sensível à condição de marginalidade dos pobres desenvolvendo, assim, a Teologia da Libertação

> [...] a igreja brasileira, mais do que qualquer outra no mundo, vinculou a fé a um compromisso com a justiça social e com os pobres. A teologia brasileira amadurecera e se consolidou na forma de novas estruturas eclesiais, práticas pastorais e envolvimento político [...].MAINWARING (2004, p.170)

Com esta nova orientação mais voltada para a problematização da realidade social, a igreja popular se tornou o refúgio de muitos militantes políticos diante de um contexto de repressão militar em que foram desmantelados organizações sociais de esquerda e partidos políticos. E foi nos anos de 1970 e 1980, através de iniciativas de bispos, padres e laicato que ocorreu uma disseminação do território brasileiro das Comunidades Eclesiais de Base, o que inclui o Estado do Piauí, em especial, a paróquia de Esperantina- Piauí.

A Paróquia de Nossa Senhora de Boa Esperança (Esperantina-PI) recebeu em 1978 um novo pároco, Padre Ladislau João da Silva que conseguiu formar a Igreja Popular com apoio

da juventude católica militante e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além de criar pastorais sociais que atuavam nos mais variados setores com o objetivo de transformar a realidade social permeada pelas desigualdades e conflitos oriundos da exploração dos trabalhadores rurais e urbanos.

Nesta conjuntura, foi criado em 1983, o Centro de Educacional Popular Esperantinense (CEPES). Este órgão foi responsável por protagonizar a educação popular na paróquia em questão e, também, neste mesmo ano, criou do *Jornal Mudança: órgão das comunidades de Esperantina*. Este periódico apresentava uma visão crítica da realidade política e social de Esperantina-PI, além de se constituir como um arauto dos movimentos sociais populares para o construto da cidadania como expressou no seu primeiro editorial,

> Companheiros e irmãos de caminhada, é com muita alegria que estamos lançando o primeiro número do nosso jornal. O nome dele é "Mudança" [...] houve várias sugestões de nomes. [...] Por que Mudança? O nome Mudança está ligado ao nosso trabalho. estamos lutando na Mudança de nossa situação de fome, sofrimentos, doenças, falta de terra e de serviço para ganhar o pão. O jornal Mudança será um instrumento importante de informação e conscientização para nossa comunidade [...]. (EDITORIAL, *Jornal Mudança*.Ano I, n.1, p.2, out. de 1983)

A escolha do nome do jornal foi precedida por discussões nas comunidades eclesiais que compunham espaço urbano e rural da região. E nasceu com uma proposta de ser alternativa aos periódicos que circulavam Esperantina, mas tinham suas sedes em Teresina, capital piauiense. Para o editorial, esses jornais de circulação estadual se mostravam alheios aos problemas locais e mesmo falseavam a realidade. Desta forma, o *Mudança* se fazia necessário para educar a povo esperantinense (CEB's e trabalhadores rurais) para terem uma postura aguerrida frente ao sistema capitalista opressor. E, ainda, orientava que as futuras edições seriam elaboradas de maneira colaborativa e, assim, o papel das comunidades e dos trabalhadores era de enviar notícias, constituindo-se como agentes comunicacionais.

Jornal Mudança: comunicação popular a serviço do construto da cidadania

O "Mudança" enfatizou em seu primeiro editorial que seria um instrumento, não só de repasse de informações, mas sobretudo de conscientização, colocando a comunicação como um processo de fomento dos movimentos sociais populares. Ao longo do recorte analisado (1983-1985), as edições desse periódico fez denúncias dos problemas sociais, políticos e econômicos que restringia o exercício pleno da cidadania dos paroquianos esperantinenses. Estes problemas tinham raízes comuns a saber: concentração terra, de renda e o uso político do fenômeno da seca, o que geraram quadros de injustiça social e violentos conflitos na região.

O jornal tinha algumas colunas tais como *Aconteceu nas Comunidades e Recado do Padre Ladislau*. O primeiro espaço era destinado às comunidades eclesiais de base que mandavam correspondência comunicando os principais acontecimentos da comunidade, portanto, relatavam visitas de agentes pastorais, dificuldades de acesso à terra, conflitos agrários, construção da casa comunitária, e elogios às matérias do jornal (ACONTECEU NAS COMUNIDADES, *Jornal Mudança*. Ano II, p. 3, jan.1984). E na coluna do Padre Ladislau ocorre, além de convites para participação dos movimentos da igreja, reflexões sobre a prática pastoral e Teologia da Libertação.

A abordagem sobre os conflitos agrários era a temática primordial do jornal popular. A concentração fundiária era posto no discurso como o obstáculo cabal para os esperantinenses pobres pudesse conquistar o direito a uma moradia e trabalho dignos. Em todas as edições foram publicadas as ações dos Sindicatos Rurais de Esperantina, em prol da luta dos lavradores, divulgação de campanhas sobre a Reforma Agrária, denúncias de invasões de terras dos pequenos agricultores e das agressões dessas decorrentes. Mostrava uma cidade dividida

entre grandes proprietários de terras, postos nos discursos como algozes e exploradores, e os trabalhadores rurais.

Esses trabalhadores eram representados com dubiedade, ora colocados como vítimas, espoliados da terra, pobres, mas também, ora como sujeitos sociais que deveriam ir a luta, engrossar as fileiras dos sindicatos e participar ativamente das comunidades eclesiais de base e.

Para reforçar esta última imagem, os editores do jornal *Mudança* criaram um personagem chamado de "Zé da Enxada", utilizando uma linguagem simples, comentava os principais fatos que envolviam diretamente os trabalhadores rurais. Sua primeira aparição foi em janeiro de 1984,

> Eu sou o popular Zé da Enxada; Sou camponês, Trabalhador rural; Esperantinense; Piauiense; Brasileiro; Sou casado tenho 10 filhos; moro no campo, trabalho na roça debaixo de sol e da chuva, sou agregado de patrão ruim que só. (ZÉ DA ENXADA, Ano II, p. 7, jan.1984).

Zé da Enxada continuou sua apresentação e relatou que se deixava ser explorado, pois não conseguia enxergar a realidade em que estava inserido. O marco para a transformação de sua postura foi quando começou a participar ativamente da comunidade e do sindicato. E por ter se destacado, a personagem relata que foi convidado para colaborar com o jornal para ser o arauto dos trabalhadores rurais esperantinenses.

As matérias sobre a reforma agrária se intensificaram no ano de 1985. Neste período, o Brasil tinha como presidente José Sarney. Este governante lançou uma Plano Nacional de Reforma Agrária e que estava previsto para começar em agosto daquele ano. Todavia, o jornal Mudança comenta que, por força de pressões dos grandes proprietários de terra, o início da execução do Plano foi adiado para setembro de 85. E faz uma análise, se para os latifundiários, a posse da terra significa poder e riqueza, para os trabalhadores rurais esta mesma terra significava o "combate a fome, desemprego, a violência no campo e na cidade fazer produzir imensas áreas de terra inexploradas e frear o êxodo rural" (APOIO A REFORMA AGRÁRIA, J*ornal Mudança*. Ano III, p.3, ago.1985). Portanto, a distribuição de terra seria porta para aquisição de outros direitos sociais e, assim, dar largos passos e ampliando a cidadania.

Como desdobramentos destas campanhas, o *Mudança* noticiou que tinha acontecido o "Seminário sobre: Reforma Agrária e conjuntura entre os dias 26 a 28 de setembro de 1985 e foi organizado pelo CEPES, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina e Equipe Pastoral de Esperantina.

Fonte: Jornal Mudança, Ano III, p.8, set. 1985

O objetivo do seminário foi de conscientizar os trabalhadores rurais sobre o problema da Terra no Brasil, afim de incentivá-los a lutar por uma Reforma Agrária que seja favorável aos que realmente precisam. Ao final, o jornal reafirma, que a referida Reforma não será um presente do governo, "mas uma CONQUISTA dos trabalhadores organizados no sindicato, na comunidade de base, dos partidos políticos etc. Portanto, trabalhadores participe do seu sindicato e participe pela luta da terra" (SEMINÁRIO SOBRE: reforma agrária e conjuntura. *Jornal Mudança,* Ano III, p.8, set. 1985).

Conclusão

As temáticas abordadas pelo *Jornal Mudança*, no período recortado, são diversas e colocam os movimentos populares como sujeitos ativos e desejantes por transformações sócio-históricas. O CEPES, órgão tutelado à igreja popular esperantinense, oportunizou às CEB's e aos trabalhadores rurais locais o direito à comunicação que se constitui como "um elemento significativo na ampliação da cidadania" (PERUZZO, 2004, p.17). Assim, esta experiência de comunicação popular vivenciadas pela população empobrecida Esperantina representou a possibilidade de uma maior mobilização social e política com o objetivo de construir uma sociedade mais justa.

O acervo documental estudado pode possibilitar a problematização dos desdobramentos do processo de redemocratização do Brasil e a sua relação com a comunicação popular, além de contribuir para a construção da história e memória dos movimentos sociais no Piauí.

Referências

BOFF, L. (1981). O que é Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo: Brasiliense.

DORNELLES, B. *Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. In. Ecompós*, 2007. Disponível em: http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/176/177. Acesso em: abr.2016

MAINWARING, S. (2004). *A Igreja Católica e a política no Brasil (191-1985)*. São Paulo: Brasiliense.

PERUZZO, C. M. K. (2006). Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf. Acesso em: abr. 2016

_____. (2004). *Comunicação nos movimentos populares*: a participação na construção da cidadania. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

SANCHIS, P. (1992). *Catolicismo:* modernidade e tradição. São Paulo: Edições Loyola.

Fontes

Jornal *Mudança*: Edições de 1983 a 1985.

Desarrollo del derecho a la comunicación desde el proyecto de Radios de las nacionalidades de Ecuador

CIESPAL

Vicente Barragán Robles
vbarragan@ciespal.org

Francesco Maniglio
fmaniglio@ciespal.org

Resumen

La nueva Constitución del Ecuador reconoce que se debe proveer a toda la ciudadanía, nacionalidades y pueblos del Ecuador de las condiciones para que ejerzan su derecho a la libertad de pensamiento, expresión, organización y movilización. Desde esta perspectiva la comunicación juega un papel fundamental. El proyecto de Radios de las Nacionalidades en el Ecuador pretende desarrollar los derechos a la comunicación, el presente trabajo estudia el caso desde la perspectiva crítica de los derechos humanos, reflejando puntos sustanciales en el análisis y debate en torno a las radios comunitarias y la democratización de la comunicación.

Palabras claves:

Democracia, interculturalidad, frecuencias, nacionalidades, comunicación, participación.

Abstract

The new Constitution of Ecuador recognizes that it must provide all the citizenship, also nationalities and people from Ecuador about conditions in order that they exercise their right of freedom of thinking, expresion, organization and movilization. From this perspective comunication plays a central role. The proyect of Radios of the nationalities in the Ecuador pretends to develope the rights to the comunication, the present work studies the case from the critical perspective of human rights, reflecting the substantial points in the analysis and debate on community radios and democratization of the comunication.

Keywords:

Democracy, multiculturalism, frequencies , nationalities , communication, participation.

Resummo

A nova Constituição do Equador reconhece que ele deve fornecer toda a cidadania, também nacionalidades e povos do Equador sobre as condições a fim de que estes exercerem o seu direito à liberdade de pensamento, expresion, organização e movilization. A partir desta perspectiva comunicação desempenha um papel central. O proyect de Rádios das nacionalidades no Equador pretende desenvolver os direitos para a comunicação, o presente trabalho estuda o caso a partir da perspectiva crítica de direitos humanos, reflectindo

os pontos substanciais na análise e debate sobre rádios comunitárias e a democratização da comunicação .

Palavras-chave:

Democracia, o multiculturalismo, frequências, nacionalidades, comunicação, participação

Introducción

La comunicación al ser reconocida como derecho abre un nuevo escenario a la ciudadanía, nacionalidades y pueblos del Ecuador a que ejerzan su expresión, como elemento fundamental del ejercicio de este derecho, a esto se suma el derecho a ser informados correctamente y ser consultados en todos los asuntos que les afecte. La comunicación, a más de ser un derecho, es una forma privilegiada para ejercer otros derechos, y es un proceso de formación y fortalecimiento de actores, es una práctica potenciadora de las capacidades de la ciudadanía, nacionalidades y pueblos ecuatorianos para que puedan enfrentar los problemas de desarrollo de sus localidades.

En el caso de Ecuador, la comunicación como derecho está siendo poco a poco promocionada y ejercida, a pesar de ello, la mayoría de la población ecuatoriana aún no cuenta con espacios para ejercer este derecho, sus expresiones, voces y opiniones no cuentan con canales comunicacionales propios, por lo que no son parte de la opinión pública, quedando fuera del imaginario social en la construcción de una sociedad democrática. Esto se agrava más aun cuando nos referimos a las nacionalidades y pueblos ecuatorianos. En los diferentes ámbitos en los que se desenvuelven cotidianamente las nacionalidades y pueblos del Ecuador existen limitados espacios de comunicación y participación, es decir, sus posibilidades de expresarse, ser escuchados, organizarse y movilizarse socialmente con libertad y autodeterminación son mínimas

En este contexto, se vuelve indispensable impulsar procesos que abran espacios de comunicación y participación a los ciudadanos, nacionalidades y pueblos del Ecuador, como una de las posibilidades para que ejerzan sus derechos y se constituyan en actores sociales claves para el desarrollo de sus vidas, de las familias, de las comunidades y localidades, y que posibilite visibilizarlos y escucharlos como protagonistas de los procesos de desarrollo local y del país. Se busca que estos se constituyan en actores sociales de su propio desarrollo como una de las opciones para enfrentar la pobreza, de abrir sus capacidades y oportunidades para decidir sobre su vida.

La comunicación como derecho humano

En la región de América Latina, como en el resto de los continentes, está presente el debate sobre la concentración de medios que entre otras cuestiones no permite que se escuchen la diversidad de voces que existen. Diversidad, pluralismo y concentración quedan desplazados por la homogenización de discursos y contenidos. La Relatoría Especial de la Corte Interamericana de Derechos Humanos dedica un capítulo, el V, a la problemática del monopolio de medios: "*la concentración en la propiedad de medios de comunicación masiva es una de las mayores amenazas para el pluralismo y la diversidad en la información*" (CIDH, 2004: cap.V, ver en Loretti y Lozano, 2014). Son diversos los textos internacionales, que van en esta misma dirección y concretamente en defensa de la diversidad de las expresiones culturales frente a la liberalización que pregona la Organización Mundial del Comercio (OMC). Cabe destacar la Convención para la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones

Culturales, que aprobaron todos los países miembros de la UNESCO (salvo Estados Unidos e Israel). En la Declaración Conjunta sobre Diversidad en la Radiodifusión de la Organización de Estado Americanos se solicita que "*Los diferentes tipos de medios de comunicación – comerciales, de servicio público y comunitarios – deben ser capaces de operar en, y tener acceso equitativo a todas las plataformas de transmisión disponibles*[1]". El derecho a la comunicación e información es un derecho colectivo de los pueblos y nacionalidades indígenas que se expresa como hemos visto en diversos textos internacionales, convenio 169 de la OI, Declaración Universal de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas, la Declaración y Plan de Acción de la Cumbre Mundial de la Sociedad de la Información.

Todas estas continuas declaraciones ponen el acento en la libertad de expresión no como de hecho estamos acostumbrados desde la óptica liberal de libertad de empresa, y sus atropellos sobre dicha libertad de expresión, sino en dar voz a los que tradicionalmente han estado excluidos, ofrecen la posibilidad de marcos normativos donde se protejan la diversidad cultural y no solamente a las corporaciones que han estado disfrutando de la concentración y monopolio de los medios de comunicación reservándose el derecho a la libertad de expresión, muchas veces confundido con la libertad de empresa (Sierra, 2013).

Con la entrada en la región del neoliberalismo (Serrano, 2014, pag 113) el monopolio de los medios de comunicación no hizo más que concentrarse en defensa de los intereses del mercado. La desregulación, el libre mercado y la poca intervención del estado facilitaron dicha concentración (Mastrini y Martín, 2007). Tras lo que se ha venido a llamar la "década perdida" en algunos países latinoamericanos llegan al poder gobiernos post-neoliberales y con ellos políticas tendentes a la redistribución de la riqueza y la equidad social. En lo que respecta a la comunicación se desarrollan normativas de democratización como son los casos de Venezuela, con la llamada ley resorte y el fomento de políticas públicas para medios públicos y comunitarios y el desarrollo de la Ley de Medios Comunitarios y Alternativos. Otros ejemplos son el caso de Uruguay con la Ley 18232 de Diciembre de 2007, donde se hace explícito el reparto de un tercio de las frecuencias para emisoras comunitarias. Bolivia en Agosto de 2011 promulga la "Ley general de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación" donde también se pretende la democratización del espectro radioeléctrico, diferenciando a los medios social-comunitario de los de pueblos indígena originario, campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas, ambos con u 17% de las frecuencias, los público y privados se reparten el resto. Argentina aprueba, no sin una ardua lucha, en 2009 su "Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual", que al igual que el caso Venezolano y el Ecuatoriano divide el espectro en tres tercios (León, 2013), en el caso ecuatoriano se regula en la Ley de Orgánica de Comunicación en su artículo 106. Ecuador en su Constitución[2] reconoce a la comunicación como un derecho fundamental.

El Derecho a la Comunicación es de este modo entendido, en estas nuevas legislaciones progresistas, como Derecho Humano y debe ser desarrollado por medio de políticas públicas que fomentan el pluralismo y la diversidad, como requisito básico para el acceso igualitario al debate público, por tanto se debe cargar de garantía al derecho y esto se debe hacer desde lo público. La historia nos ha enseñado que el mercado no regula para el interés común si no para la búsqueda de los beneficios individuales. El derecho a la comunicación es un derecho colectivo que debe estar garantizado fuera de las prioridades económicas y sus intereses.

Se prioriza lo colectivo a lo particular, esto se evidencia al tratar a la comunicación, ya no es tratada de forma instrumental y guiada por las reglas del mercado. El derecho a la comunicación se reconoce como parte de los derechos del Buen Vivir, necesario para la consecución de una vida digna, así se refrenda en la nueva Ley de Comunicación para el Buen Vivir en Ecuador, aprobada en el año 2013.

---

1 http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=719&

2 http://www.inocar.mil.ec/web/images/lotaip/2015/literal_a/base_legal/A._Constitucion_republica_ecuador_2008constitucion.pdf Visto 16/08/2015

Todo esto supone un salto cualitativo de una ciudadanía objeto de derechos ontologizados a una ciudadanía activa sujeto de derecho, supone una reforma del Estado donde la participación ciudadana incida en la gestión pública, promoviendo y asegurando procesos ciudadanos que promuevan lo que en las nuevas constituciones de la región se ha venido a llamar el Buen Vivir, Sumak kawsay... los derechos humanos, el derecho a la comunicación. Se trata de definir desde la geopolítica de la información comunicacional (tanto regional en el marco de UNASUR, ALBA, y CAN) como a nivel interno en los diferentes estados de forma integral la noción de la Comunicación para el Buen Vivir desde una perspectiva crítica (Sierra, 2012) y de este modo contribuyendo a los objetivos del Buen Vivir en el cambio y redistribución del poder para la radicalización de la democracia (Calle, 2011), trabajando la creatividad cultural, diversidad cultural, la cultura y la comunicación como servicio público, definiendo la comunicación como bien público y servicio público.

Ecuador en su Constitución reconoce a la comunicación como un derecho fundamental. El Derecho a la Comunicación es de este modo entendido como Derecho Humano y desarrollado por medio de políticas públicas que fomentan el pluralismo y la diversidad, como requisito básico para el acceso igualitario al debate público.

La Carta Magna del Ecuador en su artículo 83 se obliga a "promover el bien común y anteponer el interés general al interés particular" priorizando lo colectivo a lo particular, esto se evidencia al tratar a la comunicación, donde ya no es tratada de forma instrumental y guiada por las reglas del mercado. El derecho a la comunicación se reconoce como parte de los derechos del Buen Vivir, necesario para la consecución de una vida digna, así se refrenda en la nueva Ley de Comunicación para el Buen Vivir, aprobada en el año 2013, donde una de las cuestiones principales será el fortalecimiento de los medios comunitarios, amparados por el marco legal referido a la participación ciudadana (Ley Orgánica de Participación Ciudadana, el Código de la Democracia...) que establece el carácter participativo de la planificación como condición para el logro del Buen Vivir.

En el Plan nacional del Buen Vivir y la ley Orgánica de Comunicación existe una demanda de conocimiento para ampliar la gobernanza participativa de los procesos de planeamiento de las políticas públicas sectoriales, el diálogo de saberes (De Santos, 2010).

En el año 2013 fue aprobada la Ley de Comunicación en Ecuador, este punto da un nuevo horizonte al proyecto y al derecho a la comunicación. Sin duda es una ley que desarrolla los postulados de la constitución, una de las cuestiones que más resalta es el interés por la democratización del espectro radiofónico, para ello en la propia carta magna en su transitoria vigésimo cuarta se establecen plazos para la realización de un informe para controlar las frecuencias que estuvieran inmersas en irregularidades, con el fin de proceder a redistribuir las frecuencias de forma ordenada, y bajo la legalidad constitucional.

Una de los reclamos de los movimientos sociales, el tercer sector, la sociedad civil organizada está relacionado, cuando trabajamos las cuestiones comunicativas, con la redistribución de las frecuencias. La Ley de Comunicación del Ecuador, en su artículo 106, se propone redistribuir las frecuencias en 33% para medios públicos, 33% medios privados y 34% medios comunitarios. La democratización del espectro radioeléctrico es fundamental para verdaderamente hablar de Derechos de la Comunicación y de libertad de expresión y es paso fundamental para el pluralismo y la diversidad como presupuestos básicos, máxime cuando señalábamos el objetivo de diversidad cultural para la plena realización de los derechos humanos y libertades fundamentales proclamados en la Declaración Universal de Derechos Humanos. En este sentido, profundizando en la legislación ecuatoriana observamos como en el artículo 14 de la LOC dice: "El Estado a través de las instituciones y autoridades y funcionarios públicos competentes en materia de derechos de comunicación promoverán medidas de política pública para garantizar la relación intercultural entre las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades; a fin de que éstas produzcan y difundan contenidos que reflejen sus cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes en su propia lengua...". La in-

terculturalidad está en la base del buen vivir, y así es reconocido en el Plan Nacional del Buen Vivir, en su objetivo 5 concretamente, y en las diferentes legislaciones que lo implementan, el artículo 36 de la propia LOC (derecho a la comunicación intercultural y plurinacional) desarrollando la sección II referida a los derechos de igualdad e interculturalidad, este artículo es concretado por el reglamento que estable cuales son los parámetros para la difusión de los contenidos interculturales . Estas obligaciones son sin duda avanzar a hacía sociedades más interculturales pero habría que pensarlo como oportunidad de generar conocimientos compartidos e interculturalidad, no sociedades multiculturales de modelo liberal donde se traten las culturas de forma localistas y de manera abstracta, interpretando desde el centro todo lo demás alejándose de los contextos.

El proyecto de las Radios de las Nacionalidades.

Hacer implícitos los consensos explícitos.

Este proyecto tiene su inicio en el año 2010 cuando desde la Secretaria de los Pueblos, Movimientos Sociales y Participación Ciudadana se solicita a CIESPAL el asesoramiento y la capacitación a las comunidades para recibir y gestionar las frecuencias que se iban a adjudicar a las nacionalidades del Ecuador, atendiendo a los artículos 16,17 y 57 de la Constitución referentes al acceso en igualdad de condiciones al uso de las frecuencias del espectro radiofónico, de fortalecer la identidad de los pueblos mediante la educación pública y los medios de comunicación, en consonancia con las prácticas de desarrollo local desde la comunicación (Sierra, 2012); de crear medios de comunicación propios en sus idiomas. CIESPAL en su Plan Estratégico tiene como objetivo liderar el proceso de cambio que vive la región de América latina, priorizando un enfoque crítico, político y académico para ser el nodo central de mediación del pensamiento, la técnica y el saber comunicacional para el cambio histórico necesario en la región, siendo preciso para ello proyectar el conocimiento más de vanguardia y la disputa epistemológica de una Comunicación para el Buen Vivir. Su objetivo es en consecuencia avanzar en el diseño de recursos de investigación y conocimiento de las políticas públicas en Comunicación para la afirmación de las identidades nacionales y los objetivos estratégicos de desarrollo endógeno, de este modo el proceso se presenta muy en la línea de los objetivos de la institución e inicia la colaboración.

En su primera etapa el proyecto apoyó la implementación de estaciones de servicio público comunitarias a las 14 nacionalidades indígenas del Ecuador (Awá, Epera, Chachi, Tsáchila, Achuar, Kichwa Orellana, Andoa, Shiwiar, Zapara, Shuar, Cofán, Siona, Waorani). Adicionalmente, mediante RESOLUCIÓN 064-04-CONATEL - 2010 del 12 de marzo de 2010, se aprueba el proyecto de "CONVENIO DE APOYO Y COOPERACIÓN INTERINSTITUCIONAL" a ser suscrito entre la Secretaria de los Pueblos, Movimientos Sociales y Participación Ciudadana SPMSPC y el Consejo Nacional de Telecomunicaciones CONATEL" a fin de iniciar el proceso de autorización para la concesión de estaciones en las comunidades u organizaciones indígenas, afroecuatorianas o cualquier otra organización social del país. Con la firma del acuerdo, el organismo regulador inició el proceso de concesión de frecuencias.

Se propone por lo tanto instalar 14 emisoras de radiodifusión en FM, de tipo comunitarias, beneficiando directamente a las 14 nacionalidades y sus respectivas comunidades del sector, asentadas en las inmediaciones. A fecha de 2015 el proceso continúa con 13 de las 14 nacionalidades, esperando la asignación de frecuencia definitiva.

A finales de 2015 CIESPAL realiza unas nuevas capacitaciones que vuelven a incidir en aspectos claves como son la sostenibilidad, la programación y las cuestiones técnicas. Además se desarrolla un proceso de autodiagnóstico aplicando metodologías participativas.

Algunos avances sobre el autodiagnóstico sostenibilidad

La sostenibilidad de las radios de las nacionalidades, clasificadas como comunitarias, constituye el "talón de Aquiles" de dichos medios, cuya constitución es reciente (cinco años) y requiere de la confluencia de varios factores para su consolidación en el tiempo. De todas maneras es destacable que a pesar de la precariedad de la situación de sostenibilidad de estos medios, algunos hayan logrado niveles aceptables de viabilidad, cuyo logro generalmente está íntimamente vinculado a la capacidad organizativa y a la seriedad de las dirigencias de cada nacionalidad. Esta cuestión política es fundamental, es necesario un proyecto conjunto de la nacionalidad y la radio pero dotando a las emisoras de la independencia económica y de gestión para que puedan funcionar de modo autónomo en coordinación con las directivas de las nacionalidades.

El proyecto persiste y se mantiene gracias a la preocupación relativa de sus instancias de decisión y el apoyo institucional brindado por diversas autoridades. La presencia de nuevas generaciones de comunicadoras y comunicadores, sin la respectiva capacitación, pero con la mejor voluntad contribuyen parcialmente a la continuidad del proyecto y este es un factor de sostenibilidad y viabilidad. Aun así el factor de cambio permanente de personal es muy importante para un proyecto a medio largo plazo, este es un factor a tener en cuenta cuando se piensa en la sostenibilidad.

El aspecto de la sostenibilidad de las radios de las nacionalidades se vincula a la gestión administrativa de estos medios, que parta de una adecuada concepción de lo que se entiende es la gestión de un medio y lo que es la sostenibilidad, ligada a lo que significa administrar un emprendimiento de este tipo. La sostenibilidad en este sentido demanda ser comprendida más allá de la mera carencia circunstancial de recursos para la subsistencia de dichos medios y la cobertura de sus necesidades, algunas tan fundamentales como la necesaria remuneración de los comunicadores que colaboran en dichos medios. La sostenibilidad es un aspecto ligado a las capacidades organizativas de las nacionalidades que dirigen dichos medios y por tanto depende de un aspecto político. Está ligado a un mapeo y lectura de actores sociales e institucionales que intervienen de modo directo o indirecto con el medio como factores favorables o desfavorables, próximos o lejanos respecto de los intereses del medio. Está ligado a factores estéticos que dependen de las capacidades de producción radial, cuya propuesta u oferta es la que finalmente entra como insumo y recursos que facilitan o dificultan la sostenibilidad material de la radio. Otros factores a tomarse en cuenta residen en el cumplimiento de las cuestiones legales, técnicas y de aceptación y legitimidad que remite a la dimensión y rol social de dichos medios.

La sostenibilidad en estos términos involucra las dimensiones de la capacidad organizativa interna de la radio en sus niveles de dirección, gestión, administración, en el manejo del talento humano y la gestión del conocimiento y las capacidades subjetivas e intersubjetivas que sume un medio a través de circuitos de capacitación que redunden en un mejor desempeño técnico del medio y la capacidad de producir calidad en la propuesta de contenidos del medio y la producción radial en general.

La sostenibilidad de la radio no es un asunto exclusivamente económico, involucra otros aspectos que van más allá e incluyen estrategias novedosas y alternativas en la búsqueda de fuentes de financiamiento que involucre a su vez a las comunidades.

Programación

La primera aproximación a la realidad de las parrillas de programación de las radios arroja el saldo de que estas se han alejado paulatinamente de sus propósitos y principios iniciales socializados con los 42 primeros comunicadores que capacitó CIESPAL, consistentes principalmente en el respeto a los principios de la interculturalidad, la democratización del

acceso a la palabra y el acceso al espectro radioeléctrico, la participación plena y en igualdad de condiciones en la construcción de las radios, su gestión y principalmente su programación, y la autonomía de las nacionalidades en la toma de decisiones respeto a sus medios concebidos como la puesta en práctica del derecho a la comunicación, principios que guardan coherencia con la Constitución del Ecuador, los acuerdos internacionales suscritos por el país, la Ley Orgánica de Comunicación, su reglamento y otras leyes pertinentes.

Las difíciles condiciones de sostenibilidad de estos medios han logrado distorsionar la propuesta de programación, volviéndolas propensas a adoptar esquemas más relacionados con la radio comercial que con la radio comunitaria.

La impostación en la locución, la inconsistencia de contenidos relacionados con la educación, la promoción cultural de la nacionalidad y del propio idioma son amenazas que se deben resolver. La información en la programación de las parrillas respecto a la realidad de cada nacionalidad debe estar presente y no aparecer como un apéndice que replica y reproduce lo que ofrecen bajo este concepto otros medios de comunicación, sin relación y por fuera de los intereses inmediatos de las audiencias reales y potenciales de las radios de las nacionalidades indígenas ecuatorianas, este es el punto que debe ser el fuerte del proyecto comunicacional.

La opinión y el debate de temas que podrían resultar de interés para estas audiencias sobre varios aspectos de su propio interés no están todo lo presente que podrían estar, aunque este es un aspecto no generalizable, ya que en unas estaciones de radio se abordan temas de la vida cotidiana de estos pueblos, así como sus más inmediatas preocupaciones relacionadas con su vida colectiva. En todas las emisoras existen programas relacionados con sus comunidades pero en algunas no están todo lo presente que deberían y que exige la legislación.

De similar manera y en concordancia con lo expuesto más arriba la producción de programas con mayor estructura y propuestas de contenidos al nivel radio revistas, programas especializados, radio novelas, microprogramas y pequeños formatos son muy restringidos, y cuando los hay son de producción ajena a la estación que los pone en el aire.

La programación y tipos de programas que debería producir una radio comunitaria precisa poner el punto de partida en la voz de las comunidades. La voz de los ancianos, jóvenes y niños es la clave para ampliar la audiencia, esto tiene que ver a su vez con la sostenibilidad. Complaciendo los gustos musicales de las peticiones de los oyentes que se comunican con la emisora, no vamos a tener más audiencia y por ende más entrada de recursos por medio de publicidad, realmente en ese caso el nivel de competencia que hay supera las expectativas. El que la comunidad se escuche proporciona una audiencia que no necesita llamar a la radio. Que la radio vaya a la comunidad y que la comunidad vaya a la radio. Además los programas producidos con las voces de la comunidad proporcionan una memoria histórica de la nacionalidad. En relación al ejercicio de lo intercultural.

Conclusión

La comunicación es un derecho humano, un derecho fundamental, y por tanto está reconocido frente a un planteamiento informacional de mercado, la diferencia es crucial. Se deja de reconocer a la ciudadanía como ciudadanía de consumo, se entiende el interés público como construcción de ciudadanía activa, no como “masa”. Frente a la cultura de masa, donde se produce una escasez de bienes culturales y un empobrecimiento de la creatividad la comunicación y la información, la comunicación como servicio público conlleva una cultura de participación popular, con una producción continua de creatividad. Se provoca un cambio desde el ocultamiento de los modos de producción e implantación de tecnologías de la información y comunicación hacía su publicación e ilustración. La comunicación es vista como servicio público esencial frente al mercado, un bien público es lo que todos debemos tener garantizado, garantía de acceso inmediata, y se concreta en derechos. El servicio público por tanto es el modo institucional en que ese derecho es garantizado, al margen de los intereses del mercado.

La propuesta para que las nacionalidades indígenas del Ecuador ejerzan su derecho a la comunicación y participación, que sean protagonistas de los procesos de desarrollo, es significativa porque a través de ella, tendrán la posibilidad de incidir en las decisiones públicas y privadas en lo comunitario (familia y escuela) y local, promoviendo y exigiendo el cumplimiento de sus derechos, mediante la organización, movilización, comunicación y formación. El ejercicio del derecho a la comunicación y la participación implica un proceso permanente de formación que permite conocer, comprender, interiorizar y demandar sus derechos.

Los procesos participativos de empoderamiento, de ejercicio de ciudadanía, de construcción colectiva no surgen del vacío, es necesario contar con una exigencia política que promueva el uso y la distribución equitativa y eficiente de los recursos políticos y materiales disponibles en el sistema democrático, y por otro lado, la exigencia social que promueva capacidades de individuos, comunidades, organizaciones.

La Red de Radios de las Nacionalidades necesita de una metodología participada para su desarrollo, una metodología de funcionamiento en red para la construcción participada de la acción social y el conocimiento transformador, la elaboración de un plan de comunicación entre las nacionalidades que provoque una ecología de saberes compartidos, de práctica intercultural superadora del multiculturalismo liberal.

Para ello es preciso dar un paso hacia delante, voluntad política de hacer implícitos los consensos explícitos, abandonar las luchas partidistas con el fin de la democratización de la palabra y de la sociedad. Posibilitar espacios para voz a los que no la tienen con garantía de sostenibilidad, de futuro.

Bibliografía

Calle, Ángel. 2011. Democracia radical: Entre vínculo y utopía. Madrid. Icaria.

De Sousa Santos, B. (2009): "Una epistemología del Sur". Siglo XXI, CLACSO, México.

De Sousa Santos, Boaventura. 2010. Descolonizar El Saber, Reinventar El Poder. Montevideo: Ediciones Trilce.

Herrera Flores, J. (2004): "Derechos humanos, interculturalidad y racionalidad de resistencia". En revista Dikaiosyne: Revista de filosofía práctica, vol. 12, p. 39-58.

Herrera Flores, J. (2005): "Los derechos humanos como productos culturales: Crítica del humanismo abstracto". Catarata, Madrid.

Herrera Flores, J. (2008): "La Reinvención de los Derechos Humanos". Atrapasueños, Sevilla

León Osvaldo (Coord). 2013. Democratizar la palabra. Movimientos convergentes en comunicación. Quito. Alai.

Loreti Damian y Lozano Luis. 2014. El derecho a comunicar: Los conflictos entorno a la libertad de expresión en las sociedades contemporáneas. Buenos Aires. Siglo XXI.

Mastrini Guillermo y Becerra Martín. 2007. Presente y tendencias de la concentración de medios en América Latina. Zer- Número 22. Pag. 15-40. Disponible en: file:///C:/Users/Vicente/Desktop/Art%C3%ADculos/Texto%20democracia/zer22-02-mastrini.pdf Visitado 30/01/2016

Serrano Alfredo. 2014. El pensamiento económico de Hugo Chávez. Quito. IAEN.

Sierra Caballero, Francisco (Coord). 2012. Teoría crítica y comunicación. Lecturas y fundamentos para el análisis. Madrid: Visionnet.

Sierra Caballero, Francisco. 2002. Comunicación, educación y desarrollo: Apuntes para una historia de la comunicación educativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.

Sierra Francisco. 2013. Diversidad, sociedad de la información y política audiovisual: la experiencia europea. Temas. Número 74. Pag 13-20, dispobible en: http://www.francisco-sierracaballero.com/wp-content/uploads/2014/11/Articulo-Francisco-Sierra-Diversidad-Sociedad-de-la-Informacion-y-Politica-audiovisual.pdf visitado 30/01/2016

Agradecimentos

El presente trabajo ha sido posible gracias a la estancia de los investigadores en CIESPAL con la ayuda del programa PROMETEO de la Secretaria Nacional de Educación Superior, ciencia y tecnología de Ecuador.

Biografía

Vicente Barragán: Licenciado en Ciencias Políticas y Sociología Universidad de Granada. Doctor en Derecho Público, especialidad en Derechos Humanos por la Universidad Pablo de Olavide. Profesor de Sociología en grado en la Universidad de Huelva y de Postgrado en la Universidad Pablo de Olavide e Internacional de Andalucía. Investigador Prometeo CIESPAL-SENESCYT. Coordinador y director de diversos títulos de postgrados entre ellos: Derecho a la Ciudad y Prácticas Ciudadanas, Cuestiones Contemporáneas de Derechos Humanos o Protección Integral a Defensores de Derechos Humanos.

Francesco Maniglio: Investigador en el Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL) por el Proyecto de la Secretaria de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación (SENESCYT) de Ecuador. Es doctor en Comunicación y Crítica de la Cultura por la Universidad de Sevilla (España), master en Filosofía del Derecho por la Universidad Pablo de Olavide (España). Es investigador asociado al Grupo Interdisciplinar de Estudios en Comunicación, Política y Cambio Social (COMPOLITICAS) de la Universidad de Sevilla y al Núcleo de Estudios de Lenguaje y Sociedad (Nelis) de la Universidad de Brasilia. Entre sus intereses de investigación destacamos la Sociología del Conocimiento, la Economía Política del Conocimiento y del Trabajo, la Análisis de las Políticas Públicas del Trabajo y Welfare State.

Comunicação para a libertação e participação: uma analise nos documentos das Conferências do Episcopado Latino-Americano

UMESP

Ricardo Costa Alvarenga
ricardocalvarenga@gmail.com

Resumen

En este trabajo, se revisan los documentos de la Conferencias Episcopal Latinoamericano (CELAM), que tuvo lugar en Río de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) y Aparecida (2007), con el objetivo de establecer un diálogo entre el temas presentados en estos documentos y literatura académica, especialmente en lo que respecta a la comunicación a la liberación y la participación. Con base en la revisión de la literatura, se concluye que los obispos mantienen una fidelidad progresiva en su comprensión de la comunicación.

Palavras clave:

Comunicación; liberación; participación; Iglesia Católica; América Latina.

Abstract

In this paper we review the documents of the Latin American Bishops' Conference, which took place in Rio de Janeiro (1955), Medellin (1968), Puebla (1979, Santo Domingo (1992) and Aparecida (2007), with the goal of establishing a dialogue between the issues presented in these documents and academic literature produced on the theme, especially on communication for the liberation and participation. Based on the literature review, it is concluded that the bishops maintained a progressive fidelity in their understanding of communication.

Keywords:

Communication; liberation; participation; Catholic Church; Latin America.

Resumo

Neste texto fazemos uma revisão dos documentos das Conferências do Episcopado Latino-Americano, que aconteceram no Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007), como o objetivo de estabelecer um diálogo entre as questões apresentadas nestes documentos e a produção acadêmica produzida sobre a temática, especialmente no que tange a comunicação para a libertação e participação. Com base na revisão de literatura, conclui-se que os bispos mantiveram uma fidelidade progressiva no seu entendimento sobre a comunicação.

Palavras chave:

Comunicação; Libertação; Participação; Igreja Católica; América Latina.

Introdução

A trajetória da relação Igreja-Comunicação[1] começou bem antes do lançamento do Decreto Conciliar *Inter Mirifica*, primeiro documento de maior expressão a abordar o assunto. Anteriormente, a Igreja já havia se posicionado por meio de encíclicas e declarações, que, entretanto, são documentos oficiais de menor peso. De acordo com Melo (2005, p.38), "uma análise comparativa daqueles textos oferece uma compreensão da trajetória percorrida pela doutrina católica em face da tecnologia da difusão coletiva e que pode ser catalogada sistematicamente em quatro grandes fases". Essas fases apontadas pelo autor são: a censura e repressão; a aceitação desconfiada; o deslumbramento ingênuo; e a avaliação crítica.

Apresentamos neste texto como a Igreja Católica na América Latina foi mudando o seu pensamento sobre o papel da Comunicação na vida dos povos latinos americanos e como em alguns momentos esse meios foram entendidos pela Igreja como essenciais para os processos de libertação e participação necessários ao continente. O objetivo central é apresentar os avanços do entendimento da instituição sobre a temática da comunicação, partindo de um contexto de opção pelos pobres e de engajamento político, que é marca da tradição eclesial latino americana.

Diante desse objetivo realizamos uma revisão bibliográfica apontando para autores que trabalham com a temática, como José Marques de Melo (1981, 1985, 2005), Noemi Dariva (2003) e Joana Puntel (2010), que contribuíram muito para o desenvolvimento dos estudos de comunicação eclesial no Brasil. Além destes autores que são referência para esta discussão, trouxemos contribuições de Cicilia Peruzzo (2010), para pensarmos a conceituação de comunicação popular e comunitária e também de Antonio Manzatto (2006), sobre o processo histórico e eclesiológico dos documentos estudados.

Além disso, revisitamos cada um dos cinco documentos produzidos pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), buscando neles pontos relacionados à Comunicação, com indicações a aspectos da comunicação popular e comunitária. Nossa intenção foi estabelecer um diálogo entre as questões apresentadas nestes documentos e a produção acadêmica produzida sobre a temática.

Debruçando-nos sobre os documentos da Igreja Católica na América Latina, encontramos um cenário bastante parecido com o apontado por Marques de Melo (2010) para a estrutura macro da Igreja.Mas, apesar dessas aproximações destacamos algumas peculiaridades na relação da Igreja Católica na América Latina com os meios de comunicação. Isso por tratar-se de um continente completamente diferente do europeu, onde está situada a sede da Igreja Católica. Algumas dessas peculiaridades na maneira de interpretar o magistério ficam mais evidentes com a fundação em 1955, do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), a pedido dos bispos da América Latina, do Caribe e das Antilhas, que proporcionou aos bispos um sentimento de "colegialidade" (MANZATTO, 2006).

O conselho foi fundado tendo como principal missão presta serviços no âmbito da formação, pesquisa, reflexão, contato e comunhão às/das 22 Conferências Episcopais Nacionais que compõem o conselho. O CELAM é o responsável por promover a Conferência do Episcopado Latino-Americano, que vem acontecendo desde sua criação em espaços de 11 a 15 anos, totalizando até a produção deste texto cinco conferências: Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007).

As conferencias gerais são espaços onde o episcopado pode analisar a vida e caminha da Igreja Católica nos seus países. Identificando questões que são comuns e buscando no coletivo, soluções e ações pastorais para essas questões. O Papa é quem convoca essas conferências a partir da solicitação dos bispos. É o pontífice que aprova o tema, o local e o documento final produzido pelo episcopado. São esses documentos lançados ao final de cada conferência que revisitamos para esse texto.

---

1 Convencionamos utilizar a termologia relação Igreja-Comunicação, para definir os processos, ações e posicionamentos da Igreja Católica sobre a Comunicação de modo geral.

De inimigos a aliados

A I Conferência do Episcopado Latino – Americano foi realizada em 1955, no Rio de Janeiro, tendo como principal marca a criação do CELAM. Para Dariva (2003), naquele contexto a Igreja estava preocupada com três pontos centrais: aumentar o clero, combater os adversários da Igreja e promover a sensibilidade da Igreja ante os problemas sociais. Porém, Manzatto (2006), aponta que a preocupação da Igreja na época era quase exclusivamente intraeclesiástica, afirmando de modo um tanto apologético a Igreja diante do mundo e das outras religiões.

Neste cenário a Comunicação surge no documento final da I Conferência, destacada em quatro pontos: 1) incentivar as escolas de jornalismo para os padres e leigos; 2) usar o rádio para fins religiosos e educativos; 3) acompanhar os profissionais do rádio, em vista de uma sã formação dos ouvintes; e 4) cooperar para um maior alcance da Rádio Vaticana (RIO DE JANEIRO, 1955).

O contexto no qual esse documento é escrito é justamente o momento que antecede o Concilio Vaticano II, que segundo a categorização proposta por Marques de Melo (2005), para a relação Igreja-Comunicação, a instituição vivia a fase da aceitação desconfiada, marca fortemente por atitudes iniciais de negação e repressão, mas com uma lenta e gradual abertura.

São as mudanças que impulsionam novos posicionamentos da Igreja. De certa forma os Meios de Comunicação foram entendidos com o passar dos anos como um instrumento para "afirmação da Igreja" (MANZATTO, 2006) e para "combater os adversários da Igreja" (DARIVA, 2003). Isso fica claro à medida que identificamos no documento da I Conferência orientações para a integração de jornais e rádios da Igreja como uma maneira de fortalecimento da instituição.

As contribuições desse documento da I Conferência são poucas e não tiveram expressividade no seio da Igreja latino-americana. Um cenário bastante diferente acontece com a conferência seguinte, a de Medellín, em 1968, e depois com as outras subsequentes.

Entre vacilos e acertos

Atenda a vida do continente latino americano, a II Conferência propõe uma transformação na vida da Igreja. A preocupação com as mudanças sociais, culturais e econômicas que vivia a América Latina são o combustível para as reflexões dos bispos reunidos em Medellín, em 1968.

> Se a Conferência do Rio de Janeiro havia dito apenas algumas palavras sobre a situação de vida do povo e sobre a organização social, e isso no final do documento, Medellín faz o caminho inverso: parte da realidade social, serve-se do conhecimento método ver-julgar-agir e aproxima Igreja da vida do povo crente. (MANZATTO, 2006, p.5).

A II Conferência acontece sobre os efeitos do Concilio Vaticano II, que transforma a Igreja Católica em uma instituição ainda mais perto do povo e preocupada com as questões de ordem social. "A reflexão dos bispos orientou-se para a busca de forma de presença mais intensa e renovada da Igreja na grande transformação da América Latina, à luz do Vaticano II" (DARIVA, 2003).

Diferente do documento do Rio de Janeiro no documento de Medellín, a comunicação além de ser mencionada em várias partes do texto, tem um capítulo inteiro, que trata dos Meios de Comunicação, como vitais para o trabalho pastoral da Igreja na América Latina. Percebemos aqui certo avanço no entendimento dos bispos sobre essa temática. Porém para Marques de Melo (1981), o documento tem avanços significativos no campo social e político, porém mantem-se vacilante em relação aos meios de comunicação.

> Tendo abandonado aquela posição de desconfiança ante as novas tecnologias de difusão coletiva, que marcou tantos outros documentos oficiais da Igreja Católica, os bispos caem em uma atitude de ingenuidade e deslumbramento. (MARQUES DE MELO, 1981, p.11).

A crítica feita por Marques de Melo é ancorada em trechos do documento como por exemplo: "As observações e orientações pastorais que mencionamos põem em relevo a importância que hoje ocupam os MCS; sem eles não se poderá obter a promoção do homem latino americano e as necessárias transformações do continente" (MEDELLÍN, 1968, n.24). A Igreja demostra claramente sua esperança nos Meios de Comunicação como vetores da transformação social e econômica que tanto necessitava a América Latina.

No entanto, a instituição também era consciente de que muitos dos meios de comunicação pertenciam ou estavam atrelados a grupos mais interessados em manter o seu poder, em conservar a situação que lhe fosse mais oportuna. "Todavia, muitos desses meios estão vinculados a grupos econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros, interessados em manter o *status quo* social" (MEDELLÍN, 1968, n.16).

Outro trecho do documento que nos parece bastante oportuno é o relacionado ao papel da comunicação social dentro da Igreja.

> Finalmente, a comunicação social é para a Igreja o meio de apresentar a este continente uma imagem mais exata e fiel de si mesmo transmitido ao grande público não apenas notícias relativas aos acontecimentos da vida eclesial e suas atividades, mas, sobretudo, interpretando os fatos à luz do pensamento cristão (MEDELLÍN, 1968, n.8).

Aqui nos interpela uma discussão bastante atual na América Latina, e em todo o mundo, a colonização dos meios de comunicação, inclusive os da própria Igreja que são diretamente influenciados pelos acontecimentos da Europa e dos Estados Unidos.

É neste contexto que surge à preocupação da Igreja em tornar a sua comunicação efetivamente direcionada ao povo latino-americano, particularmente as suas minorias. Com a articulação do CELAM, as questões reais, dos âmbitos sociais, políticos e econômicos da América Latina começam a ser discutidas pela Igreja e entram na pauta das prioridades da ação pastoral, daí emerge a necessidade de uma comunicação "que seja autêntica voz e produto da própria comunidade" (MARQUES DE MELO, 1981, n.8).

Essas questões relativas ao papel da Comunicação nos processos de libertação e participação dos povos latino-americana são inauguradas na II Conferência, mesmo a Igreja estando em uma posição ainda vacilante e talvez até mesmo ambígua, não se pode descartar alguns poucos apontamentos mais críticos que serão maturados e retornar no documento da III Conferência com mais coerência e embasamento.

Voz e vez do povo

A III Conferência realizada em Puebla, em 1979, manteve o tom das reflexões da II Conferência, porém, deu passos significativos na aproximação ainda maior da Igreja com os pobres e com as questões sociais, aspectos que deram embasamento a Teologia da Libertação.

> O período que vai de Medellín a Puebla corresponde à época do nascimento e início da sistematização da teologia da libertação, a reflexão teológica tipicamente latino-americana que, embora situada em seu contexto, teve repercussões mundiais. Influenciando na forma de fazer a teologia da Igreja no mundo inteiro e também nas perspectivas pastorais decorrentes dessa reflexão (MANZATTO, 2006, p.7).

Com o avanço da Teologia da Libertação que trabalha: a aproximação fé-vida como caminho para viver o cristianismo; a opção e o compromisso com os pobres; e a ação política como alternativa de superar as injustiças sociais, a III Conferência foi fortemente marcada por essas questões, que nortearam os debates e as reflexões dos bispos latino-americanos, em sua maioria adeptos dessa nova corrente de pensamento.

Todo esse painel de fundo diretamente ligado às questões sociais fez como que a Igreja assumisse uma postura mais acertada e menos ambígua, como apresenta Marques de Melo (1981). No que tange a comunicação podemos considerar que houve um avanço significativo no entendimento da temática por parte do episcopado.

> A Igreja supera aquela fase do deslumbramento ingênuo (que marcou sensivelmente a postura adotada em Medellín) e deixa de acreditar que a tecnologia pode resolver os problemas da ação evangélica. Adotando uma postura de avaliação crítica, ela começa a repensar a questão da comunicação (MARQUES DE MELO, 1985, p.63).

A Igreja percebe que o atual modelo de comunicação, que a própria instituição depositava uma fé cega, numa atitude de completo fascínio, não está a serviço do processo de transformação social da América Latina, que Igreja apoia, acredita e incentiva. "A comunicação social está condicionada pela realidade de nossos países e constituí, por sua vez, um dos fatores determinantes que mantém esta realidade" (PUEBLA, 1979, n.1067).

O discurso dos bispos muda e se começa a falar de meios para a comunicação e participação. Esse novo posicionamento representa para autores como Marques de Melo (1981) e Dariva (2003), um dos maiores avanços da Igreja no pensamento sobre a comunicação na América Latina e um dos maiores legados da III Conferência.

> [...] devemos denunciar o controle desses meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os poderes políticos e econômicos, que se empenham em manter o statu quo e até criar uma ordem nova de dependência-dominação (PUEBLA, 1979, n.1069).

Carregado de um posicionamento crítico da Igreja não só sobre os Meios de Comunicação, mas também sobre outros aspectos da vida dos povos latino americanos que estavam como interditados, pelo modelo político, econômico e cultural vindo do ocidente e difundido pelos meios de comunicação. A Igreja se propõe a fazer frente a esse modelo dando voz a esses povos usando os seus próprios Meios de Comunicação.

Outro caminho de solução possível para reverter esse cenário o resgate das "práticas do cristianismo primitivo" (MARQUES DE MELO, 1985, p.63), incentivando as práticas da comunicação popular e comunitária. "A Igreja passa a incentivar, a patrocinar, a respaldar experiências de comunicação do próprio povo" (MARQUES DE MELO, 1985, p.63).

Mesmo o documento chamado de "meios de comunicação grupal (MCG)" e "pequenos meios" e não de comunicação popular e comunitária, encontramos grandes semelhanças na conceituação apresentada por Peruzzo (2010) "Comunicação popular e comunitária refere-se a uma comunicação que vem do povo, que diz respeito ao povo".

A Igreja entende que os grandes Meios de Comunicação têm influência sobre a vida das pessoas, exercendo uma postura de manipulação ideológica que favorece a manutenção da realidade social do continente. O estímulo da Igreja para a criação dos meios populares de comunicação é justamente para que aconteça o rompimento do silêncio desses povos.

Os meios populares de comunicação apresentados no documento e mencionados por Marques de Melo (1985) tem sua origem na proposta de uma comunicação feita pelo povo e para o povo. Que seja instrumento de libertação e participação popular. Segundo Peruzzo (2010), a comunicação popular, deve estar "vinculada "às lutas do povo" por melhores con-

dições de existência, pela emancipação dos setores oprimidos da sociedade e contribuir no desenvolvimento social".

A expectativa da Igreja é que essa comunicação popular e comunitária favoreça "a possibilidade do diálogo" (PUEBLA, 1979, n.1090) e desperte no meio dos cristãos católicos um sentimento de pertença e compromisso. No entanto, os bispos destacam a necessidade de se manter uma linguagem "atualizada, concreta, direta, clara" (PUEBLA, 1979, n.1091). Essa linguagem implica na aproximação ao vocabulário próprio do povo, das classes trabalhadoras, com o intuito de eliminar as barreiras e incompreensões.

O documento da III Conferência também sinaliza para outra realidade importante com a qual os meios de comunicação da Igreja devem estar atentos:

> Comprometidos com os pobres, condenamos como antievangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores de nosso Continente. Envidamos esforços para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza (PUEBLA, 1979, n.1159). Defendemos o seu direito fundamental de criar livremente organizações de defesa e promoção dos seus interesses e para contribuir responsavelmente para o bem comum (PUEBLA, 1979, n.1163).

Essa publicação torna claro que a Igreja deixou de pensar que os Meios de Comunicação poderiam solucionar todos os problemas da ação evangelizadora. Para Puntel (2010), esse é um aspecto bastante original e importante do documento. "[...] a Igreja, sem rejeitar os meios de comunicação, enfatiza o uso da comunicação popular ou comunicação de grupo como uma alternativa que leva em conta um processo dialógico e participativo de comunicação".

Mais do Mesmo

O contexto de realização da IV Conferência que aconteceu em Santo Domingo, na República Dominicana, no ano de 1992, foi às comemorações pelos 500 anos da América. Neste momento os bispos refletiam sobre as temáticas da nova evangelização, da promoção humana e da cultura cristã.

Segundo Manzatto (2006), "Santo Domingo permanece como que apêndice na vida da Igreja latino-americana, não tendo a influência eclesial desempenhada pelas duas conferências antecedentes". O aspecto inaugural desse documento é a questão cultural, trada de duas formas: 1) as culturas dos povos latino americanos, com ênfase as culturas oprimidas; 2) a oposição entre cultura da vida e culturas de morte, no sentido da defesa da vida e da dignidade humana. Justamente no capítulo que se fala da "Cultura Cristã", há uma sessão intitulada "Comunicação Social e Cultura".

> O desenvolvimento tecnológico em matéria de comunicações, especialmente na televisão, oferece à evangelização amplas perspectivas de comunicação nos mais diversos níveis e facilita à sociedade em geral uma inter-relação também planetária. Este é um fato positivo, mas também no contexto atual apresenta desafios muito sérios pela orientação secularista de muitas programações (SANTO DOMINGO, 1992, n.280).

Neste ponto percebemos que não houve um retrocesso no pensamento do episcopado sobre os Meios de Comunicação. A Igreja mantém um olhar otimista pelas inúmeras possibilidades de evangelização através desses meios, mas também consegue avaliar criticamente, sem cair em um posicionamento de repressão.

Dentro dos desafios pastorais para o trabalho com a comunicação, o episcopado aponta questões chave que exigem da Igreja uma maior atenção e reflexão. A alienação dos jovens pelos Meios de Comunicação, os perigos da publicidade e da programação televisiva em geral,

os Meios de Comunicação a serviço do modelo capitalista, a presença insuficiente da Igreja nos Meios de Comunicação e a necessidade de ações educativas para a percepção crítica.

A preocupação da Igreja em proporcionar o desenvolvimento do senso crítico para o uso dos Meios de Comunicação é recorrente no texto dos documentos das três últimas conferências, Rio de Janeiro, Medellín e Puebla. Para Puntel (2010) esse é um ponto de destaque no documento da IV Conferência.

> [...] embora o documento não avance além da originalidade de Medellín e Puebla sobre a comunicação social na América Latina, demostra uma preocupação em "dar impulso a uma eficaz ação educativa e a um decidido empenho para a moderna comunicação" (SANTO DOMINGO, 1992, n.300).

O documento da IV Conferência é fortemente marcado por trechos de documentos do Vaticano, no que se refere a comunicação quase tudo é oriundo de documentos pontifícios. Segundo Manzatto (2006), essa foi a conferência que mais sofreu influência de Roma, não só na escolha do local e na provação do documento final, mas em todos os aspectos possíveis. Essa atitude pode representar o posicionamento do Vaticano com relação aos rumos que o catolicismo na América Latina estava tomando, graças a perspectiva libertadora da teologia construída no continente.

Uma pastoral para a comunicação

Novamente a Igreja Católica no Brasil sedia a Conferência do Episcopado Latino-americano, dessa vez os bispos se reúnem em Aparecida, cidade do interior de São Paulo. O desafio dessa conferência foi manter a continuidade da progressiva reflexão dos bispos, sobre os vários temas, especialmente no âmbito das questões sociais, dos pobres e da transformação do continente.

O episcopado reunido em Aparecida dedica um significativo espaço no documento para a Comunicação. As reflexões contidas nele são frutos da maturação do pensamento dos bispos que ao longo dos anos conseguiram perceber os meios de comunicação para além de aparatos técnicos. "Nosso século tem sido influenciado pelos meios de comunicação social, por isso, o primeiro anúncio, a catequese ou o posterior aprofundamento da fé, não podem prescindir desses meios" (APARECIDA, 2007, n.485).

No documento da V Conferência se fala em uma pastoral da comunicação social. Para Puntel (2010), a Igreja precisa compreender que "para desenvolvermos uma "Pastoral", entretanto, é necessário, realmente, considerar a comunicação não somente como um elemento transversal, mas dar-lhe o seu lugar específico na evangelização".

Neste ponto os bispos estabelecem, como que, um lista de prioridades no que tange a comunicação. As prioridades vão desde conhecer e valorizar a "nova cultura da comunicação" (APARECIDA, 2007, n.486), até "promover leis para criar nova cultura que protejam as crianças, jovens e as pessoas mais vulneráveis para que a comunicação nãos transgrida os valores e, ao contrário, criem critérios válidos de discernimento" (APARECIDA, 2007, n.486).

Do processo de revolução tecnológico que vivemos, a Igreja dedica certa atenção a Internet. "A internet, vista dentro do panorama da comunicação social, deve ser entendida na linha já proclamada no Concílio Vaticano II como uma das "maravilhosas invenções da tecnologia"" (APARECIDA, 2007, n.487). Por mais de uma vez no documento se faz menção a essa temática, seja para falar das "magnificas oportunidade de evangelização" (APARECIDA, 2007, n.488), para exortar sobre o uso "indiscriminado e abusivo" (APARECIDA, 2007, n.445) da internet pelos jovens ou para incentivar a inclusão digital.

Essa postura da Igreja da América Latina sobre os meios de comunicação é fruto do logo caminho percorrido desde o Rio de Janeiro até Aparecida e muito, além disso, desde o

período de repressão e censura que a Igreja viveu com o advento da impressão. Mesmo que não citado explicitamente no documento da V Conferência, os termos comunicação popular e comunitária, encontramos algumas aproximações dessas práticas com a proposta da Pastoral da Comunicação Social, que deve "animar as iniciativas existentes ou a serem criadas neste campo com espirito de comunhão" (APARECIDA, 2007, n.486), valorizando "as relações pessoais e vida comunitárias" (APARECIDA, 2007, n.489) e trabalhar com a ajuda de todos para a criação de uma real "consciência na sociedade" (APARECIDA, 2007, n.530).

Os meios de comunicação são apresentados no documento não só como instrumentos para difundir mensagens e alcançar pessoas, mas sim como possibilidades de ampliar o diálogo intercultural e inter-religioso. Os bispos depositam grande expectativa no trabalho a ser desenvolvido pela Pastoral da Comunicação, mas também se comprometem a auxiliar na otimização dos meios de comunicação católicos, fazendo-os mais atuantes e eficazes, tanto para a comunicação da fé, quanto para o dialogo entre Igreja e Sociedade.

Considerações finais

Refletir sobre o a relação da Igreja Católica com os meios de comunicação não é uma tarefa simples visto que existe uma serie de aspectos que influenciam esse relacionamento. Quando partimos para uma reflexão dessa temática no contexto latino americano percebemos que os aspectos que influenciam o posicionamento da Igreja são mais claros. A opção pelos pobres e o compromisso político são pontos marcantes que nortearam a posição da Igreja sobre quase todas as temáticas tratadas nos documentos conclusivos das cinco conferências realizadas pelo CELAM.

Os meios de comunicação de massa sempre foram considerados pelo CELAM como instrumentos para o desenvolvimento das atividades de evangelização e de modo especial para a promoção da doutrina católica. No decorrer do tempo, a Igreja avançou significativamente no entendimento sobre a comunicação, passando de um pensamento puramente técnico, para uma reflexão crítica dos meios de comunicação e instrução para incorporar meios e tecnologias de comunicação nas suas ações.

O desenvolvimento do posicionamento mais crítico a Igreja na América Latina, se dá a partir de um analise mais fiel e comprometida com a realidade dos países que compõem o CELAM. Ao perceber que os meios de comunicação de massa mostravam-se a serviço do modelo capitalista e da manutenção das estruturas políticas e econômicas que controlavam o desenvolvimento do continente a Igreja vê na comunicação do povo, no fortalecimento dos meios de comunicação próprios da Igreja e no processo de educação para a comunicação, alternativas para fazer frente a esse modelo de comunicação que impossibilita a libertação e participação dos povos latino americanos.

Bibliografia

CELAM, (2006). *Documento de Aparecida* – Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (2007). São Paulo: Paulinas.

Dariva, Noemi (Org.). (2003). *Comunicação Social na Igreja* – Documentos fundamentais. São Paulo: Paulinas.

Manzatto, Antonio. (2006). As primeiras Conferências do CELAM. *Revista Vida Pastoral,* São Paulo, n.249, p.3-8, jul-agos.

Melo, José Marques. (2005). *Comunicação Eclesial:* utopia e realidade. São Paulo: Paulinas.

Melo, José Marques. (1981). *Comunicação & Libertação*. Petrópolis: Vozes.

Melo. José Marques. (1985). Igreja e Comunicação. In: SOARES, Ismar de O. (Edit). *Comunicação Igreja e Estado na América Latina*. São Paulo: Paulinas/ UCBC. p.59-70.

Peruzzo. Cicilia M. Krohling. O processo de participação na comunicação popular e comu-

nitária. In: THORNTON, Ricardo D. (Edit). *Usos y abusos del participare*. Buenos Aires: INTA, 2010. p.229-246.

Puntel, J. T. (2010). *Comunicação*: diálogo dos saberes na cultura midiática. São Paulo. Paulinas.

Biografia

Ricardo Costa Alvarenga é mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com pesquisa na área de comunicação e religião, com foco na temática Comunicação e Igreja Católica. Membro do Grupo de Pesquisa em Mídia, Religião e Cultura (MIRE) e do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI) ambos da mesma universidade. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo é editor do Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação (JBCC) da Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. E-mail: ricardocalvarenga@gmail.com

Espaço para negros em rádios comunitárias do Distrito Federal: o panorama das rádios Paranoá e Utopia

Universidade de Brasília

Viviane Brochardt
vi.dt@hotmail.com

Luis Felgueira
lufelgueira@gmail.com

Mayara Subtil
mayara.subtil22@gmail.com

Thaís Ellen Rodrigues
thaisellensr@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o atual panorama organizacional de rádios comunitárias nas cidades Paranoá e Planaltina, localizadas próximas à capital do Brasil, e se essas emissoras têm inserido a participação de negros em sua programação. Para isso, utiliza uma abordagem exploratória a partir do método comparativo para analisar a estrutura organizacional dessas rádios (gestão, hierarquia das equipes e funcionários) e traça um paralelo com o perfil das pessoas negras no Distrito Federal. Porém, o estudo concluiu que há um déficit de conteúdos para negros nas rádios.

Palavras chave:

1 Rádio; 2 Participação; 3 Negros; 4 Comunidade; 5 Comunicação.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el panorama organizacional actual d eradios comunitariasde Paranoá y Planaltina, ciudades cercanas a la capital de Brasil. Para ello, utiliza un abordaje exploratorio a partir del método comparativo para analizarla estructura organizacional de esas radios (equipos de gestión y la jerarquía del personal) y hace un paralelo con el perfil de personas negras en el Distrito Federal. Sin embargo, el estudio concluyó que existe un déficit de contenido a negro en la radio.

Palabras clave:

1Radio; 2 Participación; 3 Negro ; 4 Comunidad; 5 Comunicación.

Abstract

This article aims to analyze the current organizational landscape of community radio in Paranoá and Planaltina, cities near by the capital from Brasil. For this, it uses exploratory approach based in the comparative method to analyze the organizational structure of these community radio (management teams and staff hierarchy) and draws a parallel with black people profile in Federal District. However, the study concluded that there is a content deficit to black on the radio.

Keywords:

1 Radio; 2 Participation; 3 Black ; 4 Community; 5 Communication.

Introdução

A ideia em escrever o artigo veio através do convite para os pesquisadores fazerem parte do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), já que tem por finalidade o aprendizado na confecção de artigos e pesquisas científicas. Em fusão, os pesquisadores estabeleceram contato com a disciplina de Comunicação Comunitária e, consequentemente, com as rádios Paranoá e Utopia, localizadas nas regiões administrativas Planaltina e Paranoá, uma vez que a disciplina tem por objetivo integrar os alunos com as rádios comunitárias.

Inicialmente, os pesquisadores, que já haviam participado efetivamente das rádios associadas ao Programa de Comunicação Comunitária da UnB, se propuseram a pesquisar os métodos organizacionais dessas emissoras e, assim, decidiram abordar aquelas que já mantiveram proximidade e parceria com os professores de Comunicação Comunitária.

Em pesquisas anteriores, os pesquisadores obtiveram informações a respeito da população negra no DF. O que chamou a atenção foi a quantidade elevada de pessoas negras, superior à população branca, em Brasília, mas que residem principalmente nas regiões administrativas, ou seja, nas periferias da Capital Federal.

Para um primeiro passo em artigos acadêmicos, os pesquisadores se propuseram a fazer um levantamento sobre como as rádios Paranoá e Utopia funcionam, entender a forma organizacional e de gestão, e se há programas e conteúdos que abordem o negro na programação, já que predominam como a população geral mais elevada do Distrito Federal.

Metodologia de Pesquisa

O estudo debruçou-se sobre as seguintes questões: "Como se forma a atual organização das rádios comunitárias Utopia e Paranoá? Existe algum viés em retratar questões sobre negros de ambas as regiões administrativas do Distrito Federal?". Com isso, aplicou-se o método de pesquisa exploratória, onde foram utilizados dados quantitativos e qualitativos relativos ao perfil de pessoas negras e das rádios comunitárias no DF. De acordo com Malhotra (1993, p. 153):

> A pesquisa com dados qualitativos é a principal metodologia utilizada nos estudos exploratórios e consiste em um método de coleta de dados não-estruturado,baseado em pequenas amostras e cuja finalidade é promover uma compreensão inicial do conjunto do problema de pesquisa.

Com isso, os pesquisadores verificaram três aspectos: 1) A estrutura organizacional das rádios comunitárias de Paranoá e Planaltina; 2) A forma de construção para os programas e 3) Análise de vínculos das rádios a alguma associação. Para esta aproximação, foi aplicado o método de entrevistas semi abertas em prol do detalhamento sobre as rádios escolhidas.

O Distrito Federal

Com o objetivo de moldar e modernizar o Brasil, a criação de Brasília como a nova capital do Brasil fez com que o desenvolvimento se expandisse para o restante do País. Segundo dados do Anuário do DF, surgiram primeiramente os povoados, que atualmente são reconhecidos como regiões administrativas (RAs).

Em 1964, foi sancionada uma lei que dividiu o território do DF em oito regiões administrativas, incluindo municípios que antes pertenciam ao estado de Goiás, no caso Planaltina e Brazlândia. As regiões administrativas foram surgindo ao longo dos anos, até que, em 2012,

chegou ao número de 31 RAs, que são: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, SCIA/Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires e Fercal.

População Negra do Distrito Federal

Neste estudo foi feita uma sondagem sobre a população negra que reside no Distrito Federal. A primeira parte do trabalho dedicou-se a mapear o total da população negra por toda região, bem como entender em quais localidades essas pessoas mais predominam.

De acordo com a pesquisa feita pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) de 2014, o Distrito Federal obtinha cerca de 2,5 milhões de habitantes. Cerca de 60% eram constituídos por negros e 43% por não negros. Isso significa dizer que, apenas em 2010, a população negra era maior que as outras não ditas como negras no DF.

Região Administrativa	Não Negro		Negro		Total	
	N	%	N	%	N	%
Distrito Federal	1.125.648	43,8	1.443.732	56,2	2.569.380	100,0

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010
Elaboração: Codeplan

Tabela 1 – Número e percentual de pessoas na população, por raça-cor, segundo a Região Administrativa Distrito Federal, 2010.

Porém, outro ponto que chama atenção na pesquisa é que, no Distrito Federal, a população de negros está mais concentrada nas regiões administrativas do que no Plano Piloto. Isso mostra que, apesar da população negra ser predominante no DF está mais concentrada nas regiões periféricas do que em Brasília, onde 69% dos residentes são de não negros contra 30% de negros que moram no Plano Piloto.

Região Administrativa	Não Negro		Negro		Total	
	N	%	N	%	N	%
Águas Claras	57.942	56,8	44.129	43,2	102.071	100,0
Brasília	144.252	69,2	64.126	30,8	208.378	100,0
Brazlândia	20.734	36,0	36.801	64,0	57.535	100,0
Candangolândia	6.530	41,0	9.394	59,0	15.924	100,0
Ceilândia	146.921	36,5	255.800	63,5	402.721	100,0

Tabela 2 – Número e percentual de pessoas na população, por raça-cor, segundo a Região Administrativa Distrito Federal, 2010.

Já no ano de 2011, uma pesquisa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) revelou que a população de negros sofreu uma pequena queda de 2% em relação a de brancos, que cresceu 3%. Entretanto, a população de negros ainda predominou como a maior do Distrito Federal, de acordo com a de não considerados negros, com 54% de negros contra 46% de outros.

	Valores Relativos (%)				
Distrito Federal	**100,0**	Negros	**54,0**	Não Negros	**46,0**
Brasília	100,0		29,8		70,2
Gama	100,0		55,2		44,8
Taguatinga	100,0		48,4		51,6
Brazlândia	100,0		61,3		38,7
Sobradinho	100,0		46,7		53,3
Planaltina	100,0		62,4		37,6
Paranoá	100,0		72,8		27,2

Tabela 3 - População segundo a cor/raça por Região Administrativa – Distrito Federal, 2011

Paranoá e Planaltina

Sabendo que a população de negros é maior em todo o Distrito Federal, o presente estudo também se propôs compreender a porcentagem de pessoas negras residentes nas cidades que foram escolhidas para a pesquisa exploratória sobre rádios comunitárias, como Planaltina e Paranoá.

	Valores Relativos (%)				
Distrito Federal	**100,0**	Negros	**54,0**	Não Negros	**46,0**
Brasília	100,0		29,8		70,2
Gama	100,0		55,2		44,8
Taguatinga	100,0		48,4		51,6
Brazlândia	100,0		61,3		38,7
Sobradinho	100,0		46,7		53,3
Planaltina	100,0		62,4		37,6
Paranoá	100,0		72,8		27,2

Tabela 4 - População segundo a cor/raça por Região Administrativa – Distrito Federal, 2011

A pesquisa mostra que, nas duas cidades onde se localizam as rádios comunitárias analisadas, a que mais predomina negros do que não negros seria a cidade do Paranoá, com mais de 72% de pessoas negras contra 27,2% de não negros. Em seguida vem Planaltina, com uma diferença relevante de 24% a mais, sendo a maioria de pessoas negras do que brancas.

Rádio Comunitária

Sobre o perfil das rádios comunitárias do Distrito Federal, Leal (2007, p. 201) relata, então, que algumas emissoras aproximam-se de um modelo de veículo comunitário, conforme as normas legais de regimento de uma rádio comunitária, mas outras atuam de forma inversa ao que está previsto na lei, justamente por "conter alta centralização da gestão nas mãos de um grupo, ocultando seus reais propósitos em suas ações assistenciais".

A fim de fazer um breve panorama sobre as rádios comunitárias do DF, com enfoque em Planaltina e Paranoá, e descobrir se essas emissoras trabalham ou já trabalharam assuntos relacionados aos negros, esta pesquisa teve como objetivo analisar a estrutura organizacional, o contexto das rádios e os respectivos conteúdos de programação.

A segunda parte desta abordagem dedicou-se a mapear as emissoras comunitárias em todas as regiões do DF, bem como entender o contexto das rádios e suas organizações. De acordo com a lei que regula a Radiodifusão Comunitária (Lei 9612/1998), essas emissoras devem ter as seguintes finalidades: 1) Reforçar elementos da cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade; 2) Capacitar e integrar a comunidade; 3) Realizar serviços de utilidade pública; 4) Contribuir com aperfeiçoamento profissional dos membros da comunidade. Segundo o levantamento feito pelo Ministério das Comunicações, em 2013, 34 rádios comunitárias foram outorgadas no DF. Porém, apenas 19 delas estão em funcionamento, conforme registros de 2016 da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço).

Após o mapeamento, verificou-se que estas emissoras estão distribuídas em algumas regiões como Recanto das Emas (1), Gama (1), Taguatinga (1), Planaltina (1), Santa Maria (1), Guará (1), Paranoá (1), Sobradinho (1), Riacho Fundo I (1), Estrutural (1), Esplanada (1), entre outras. Trata-se de radiodifusão de sons, em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts), que dá condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.

Emissoras Licenciadas– Dados do Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) de 01/10/2013

UF	Nº de emissoras
AC	41
AL	5
AM	70
AP	18
BA	322
CE	226
DF	34
ES	71
GO	215
MA	161

Fonte: Ministério das Comunicações

Estas emissoras apresentam algumas características próprias como decorrência de iniciativas civis, projeto associativo e, em geral, postulam a retórica da comunidade, o que quer dizer que utilizam uma linguagem próxima à população local, propondo-se a retratar sua realidade e a responder a expectativas comuns em termos de informação à localidade.

Análise Organizacional: Paranoá e Utopia

Paranoá

A Rádio Paranoá surgiu por volta de 1996, na cidade de Paranoá, Distrito Federal. Apesar de não conter movimento anterior à sua inauguração, sempre funcionou com autorização legal. Porém, os dados colhidos na entrevista com o gestor da Rádio Paranoá, João Gomes, apontam um dos desafios mais recorrentes em rádios comunitárias: a sustentabilidade financeira.

A Rádio Paranoá possui como fator positivo o funcionamento em caráter experimental, mas o fator mais complicado é o da sustentabilidade financeira, uma vez que não contém nenhum subsídio do Estado, seja em caráter federal, distrital ou local. Assim, se mantém por arrecadação cultural. O modo de transmissão da rádio é feita por freqüência modulada (FM) e, atualmente, há transmissão através das redes sociais. Sobre a estrutura organizacional, possui um Diretor Presidente, Administrativo e Operacional.

A equipe, formada por 3 homens, só que nenhum negro, realiza reuniões mensais e possui vínculo com a Associação Comunitária do Paranoá. Na infraestrutura, o estúdio é ocupado sempre por um locutor e um operador, por volta de 16 horas diárias. De acordo com a programação e o fundamento, contém um treinamento básico de como se operar a mesa e os programas de rádio que usam e transmitem.

Perante o conteúdo e a programação, há uma grade pré-definida que pode ser modificada conforme eventual necessidade, onde se constitui em torno de 6 a 10 programas que são divididos através de músicas, informações locais e notícias. As pessoas que fazem a rádio se movimentar são da própria comunidade e alguns voluntários fixos que fazem tudo acontecer.

Na verdade, o despertar do interesse em participar da equipe é individual e se desenvolve de forma espontânea. Sobre a programação musical, delimita-se por músicas ecléticas e que agradem a população local, sendo que se toca de tudo, desde o gosto do próprio apresentador, bem como por solicitação dos ouvintes, ouvintes esses que são dos mais variados: desde donas de casa até crianças.

Utopia

A Rádio Utopia surgiu em 1998, na cidade de Planaltina, Distrito Federal. É transmitida atualmente na região do Vale do Amanhecer, em Planaltina, além de via internet. Segundo Eduardo Portela, gestor da rádio, não se tem estimativas de quantas pessoas escutam a rádio diariamente. Sob a estrutura organizacional, não existe uma sociedade coletiva desta natureza para a rádio, sendo que os gestores Eduardo Portela e Leônio Matos exercem o mesmo papel dentro do ambiente de rádio.

Sobre reuniões periódicas tanto de pautas e assuntos, bem como de organização, ocorrem sempre que há necessidade, já que há apenas Eduardo e Leônio como colaboradores diretos que entram em acordo sobre as decisões da rádio. A Rádio Utopia, atualmente, está ligada às atividades da disciplina Comunicação Comunitária e ser semestralmente comandada por alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Como não há locutores fixos na rádio, todos os alunos e professores que fazem parte da disciplina podem se subdividir nas tarefas. Assim, são ensinados em como proceder e apresentar um determinado programa dentro de um estúdio, sempre acompanhados por um dos gestores nos primeiros programas e, posteriormente, dá continuidade com toda liberdade de programação.

No momento, a Rádio Utopia não possui parceria com a comunidade local diretamente, sendo que a sede da rádio é provisória. Quando ocorrer a mudança de local da Rádio Utopia para um fixo, será feita uma atividade de mobilização junto à comunidade. No caso, já que está associada a uma dinâmica acadêmica, a diversidade de assuntos perpetua pela rádio.

Assim, em novembro de 2015, os então alunos de Comunicação Comunitária fizeram um especial sobre a Semana da Consciência Negra. Na época, os estudantes se mobilizaram para relatar questões contextuais, músicas e informativos sobre negros. Além disso, houve debates sobre o posicionamento do negro na sociedade e relatos de casos de racismo.

Considerações finais

Constatou-se que a Rádio Paranoá não contém nenhum programa que se refira à população de negros da região. Isso se deve a um conglomerado de assuntos que são propostos por ouvintes e, assim, a organização comunicacional não se atenta a esse público específico. Ou seja, pode-se dizer que há um déficit sobre o assunto na Rádio Paranoá. O contexto é semelhante ao da Rádio Utopia.

Foi possível perceber que as rádios preocupam-se mais com os interesses dos ouvintes no geral, mas não se atentam com assuntos que transparecem com as demandas das comunidades. Isso vai muito de acordo com a localidade e com o contexto que as rádios se encontram.

Isso mostra que não há representatividade sobre a população negra ao menos nas rádios comunitárias escolhidas, bem como no caso da Rádio Utopia, que abre o espaço para atividades acadêmicas e, assim, os gestores não ficam em comando integral.

Com isso, podemos concluir que há a falta de assuntos sobre negros em rádios comunitárias, o que acaba por ser contraditório, justamente pelo fato de que, nessa pesquisa, mostramos que a maioria da população residente no Distrito Federal é composta por pessoas negras, principalmente nas regiões administrativas em volta de Brasília.

Referências

BRASIL. Lei 9.612/1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências

_____. Perfil do Negro do DF: Escolaridade, Ocupação e Rendimento. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. 2011.

____. A População Negra do Distrito Federal: Analisando as Regiões Administrativas. Governo do Distrito Federal. 2014.

IQUES, Márcio Simeone (org). Comunicação e estratégia de mobilização social. Belo Horizonte: Gênesis, 2002.

LEAL, Sayonara de Amorim Gonçalves. Rádio Comunitária, Espaço Público e Democracia: Estudos de Caso na França e no Brasil. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Programa de Pós Graduação. Universidade de Brasília. 2007. Pg. 200 a 210.

LUZ, Dioclécio. Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2011. Sampedro,V.(2014).

MALHOTRA, N. K. Marketing research: na applied orientation. New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

PALÁCIOS, Marcos. Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária. Comunicação & Política 9.11 (1990): 103-110.

TEIXEIRA, Graziela Dias. Rádio Comunitária: um instrumento de inserção na esfera pública? XI Congresso Brasileiro de Sociologia 1 a 5 de setembro de 2003, UNICAMP, SP GT "Participação Social e Cidadania".

Tempos e lugares da Radio Rebelde Zapatista

Universidade Federal do Cariri

Ismar Capistrano Costa Filho
ismarcapistranofilho@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as ritualidades da Radio Rebelde das comunidades autônomas do movimento insurgente mexicano zapatista, localizada em Oventic, no Estado de Chiapas. A partir da relação entre os formatos da emissora e as competências da recepção, proposta por Jesús Martín-Barbero, é possível notar uma ruptura com a organização temporal das rádios comerciais, apontando para a autodisposição do formato. Parte dos ouvintes entrevistados, principalmente de comunidades rurais autônomas, apropriam-se desta temporalidade nos diversos espaços de escuta. Outra parte possuem dificuldade de adaptar-se ao ritmo da emissora.

Palavras-chaves:

rádio, uso social, zapatismo, ritualidades, temporalidades.

Abstract

This article analyzes the ritualitys Rebel Radio of autonomous communities of Mexican insurgent movement, Zapatista, located in Oventic in Chiapas. Since the relationship between the station formats and competition reception, proposed by Martin-Barbero, you can see a break with the organization of time commercial radios, indicating for autodisposición format. Part of the listeners, mainly autonomous rural communities, appropriating this temporality in various listening spaces. Moreover they have difficulty taken to the rhythm of the station.

Keywords:

radio, social use, zapatismo, ritualitys, temporalitys.

Resúmen

Este artículo analiza las ritualidades del Radio Rebelde de las comunidades autónomas del movimiento insurgente mexicano zapatista, ubicada en Oventic, en Estado de Chiapas. Desde la relación entre los formatos de la emisora y la competencia de la recepción, propuesta por Martín- Barbero, es posible observar una ruptura con la organización del tiempo de los radios comerciales, indicando para una autodisposición del formato. Parte de los oyentes, principalmente de comunidades rurales autónomas, apropiándose de esta temporalidad en los varios espacios de escucha. Otra parte tienen dificultad de adoptarse al ritmo de la emisora.

Palabras claves:

rádio, uso social, zapatismo, ritualidades, temporalidades.

Introdução

A *Radio Rebelde* é uma emissora das comunidades autônomas zapatistas[1] do Caracol Resistência e Rebeldia pela Humanidade,[2] localizado em Oventic, distante cerca de 50 km de San Cristóbal de Las Casas, umas maiores cidades do estado mexicano de Chiapas. A estação surgiu, em 2006, com a consolidação do processo de transferência da administração dos Municípios Autônomos em Rebeldia Zapatista (Marez) para os civis. Antes a emissora que transmite em 101,9 MHz, pertencia ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e, junto a duas outras estações localizadas na Selva Tseltal e Selva da Fronteia, chamava-se Radio Insurgente tendo como objetivo mostrar "os avanços do processo de autonomia nas zonas zapatistas e promover a difusão da palavra e da música das comunidades indígenas".[3] Agora o objetivo é que cada município autônomo possua uma radiodifusora para cobrir mais povos onde não chega o sinal.

A causa zapatista é fundada principalmente na luta por autonomia, compreendida como autodefinição, autogoverno, autodelimitação e autodisposição (BARCENAS, 2011). A primeira é a possibilidade de determinar por si mesmos quem são as pessoas que os constitui. A segunda é construção da própria gestão. A terceira característica é a definição, por si mesmos, dos limites de seu território. Já a última é promover a organização social da maneira que mais lhes convenha, desenhando seu próprio desenvolvimento. Nos territórios zapatista, onde convivem outras famílias não pertencente ao movimento, há sistemas de educação, de saúde, de segurança, de justiça, de governo, de transporte, de economia e de comunicação, independentes do governo mexicano. Mesmo assim, os zapatistas não são separatistas. Defende uma transformação radical do Estado Mexicano para incluir a diversidade e pluralidade dos povos originários com suas próprias identidades e organizações políticas e sociais.

Na pesquisa de doutorado "Usos sociais das Rádios Zapatistas: o mapa noturno da autonomia nas mediações comunicativas da cultura", investiguei, entre 2012 e 2015, a relação da luta por autonomia e as emissoras zapatistas *Radio Rebelde* e *Frecuencia Libre* a partir da proposta teórico-metodológica de Jesús Martin-Barbero (1998). De acordo com o filósofo hispano- colombiano, para refletir sobre os fenômenos comunicacionais, é necessário fazer dois deslocamentos. O primeiro, representado pela metáfora de perder o objeto para encontrar o caminho, significa compreender o processo da comunicação a partir das mediações, isto é, do trânsito dos significados e sentidos nos diferentes grupos, instituições, territórios e tempos onde circula. O segundo é o caminho de volta ao meios, refletindo a centralidade que os mesmos ganham nas sociedades contemporâneas condicionando agências, ritmos

---

1 O zapatismo é um movimento que ficou, segundo Tamara Villarreal Ford e Geneve Gil (DOWNING, 2001), conhecido internacionalmente por ter inaugurado o ciberativismo. Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, formado por indígenas de descendência maya das etnias tsotsil, tsetal, tojobales, zoques e choles, ocupou prédios públicos de seis municípios do Estado de Chiapas no sudoeste mexicano e declarou guerra contra o Exército Federal, reivindicando, na Primeira Declaração da Selva de Lacandón, terra, trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação, liberdade, independência, democracia, justiça e paz. Em defesa destas reivindicações e para evitar ampliar o conflito armado, ativistas de diversos grupos criaram uma corrente global, através da nascente internet, não só mobilizando personalidades públicas de vários países (como o escritor Eduardo Galeano e o cineasta Oliver Stone) e entidades (como a ONU e o Vaticano), mas também quebrando o boicote informativo sobre o assunto das emissoras de televisão mexicanas. As mensagens de apoio ao movimento transmitidas em e-mails, bate-papos e páginas da web, colaborou também levar mais 150 mil pessoas às ruas da Cidade do México que exigiram o fim do conflito. O que levou o Governo Mexicano declarar cessar fogo unilateral e iniciar os Diálogos de Paz de San Andrés. Mesmo não conseguindo o acordo desejado, as comunidades zapatistas contam atualmente com autonomia política, possuindo, além do próprio governo, sistema de saúde, escolas e meios de comunicação.

2 Caracol é a unidade administrativa na qual está divida o território zapatista. É formado pelo conjunto de Municípios Autônomos em Rebeldia Zapatista (Marez) que, por sua vez, são formados pelas comunidades zapatistas. Na sede do Caracol, fica a Junta de Bom Governo que reúne representante dos Marez que compõem o mesmo.

3 Disponível em <http://www.radioinsurgente.org>, acesso em 15 de junho de 2010. Tradução minha.

e lugares. A metodologia para o estudo dos usos sociais está baseada em quatro operadores conceituais, matrizes culturais, lógicas de mercado, formatos industriais e competências de recepção que relacionados formam as institucionalidades (matrizes e lógicas), tecnicidades (lógicas e formatos), ritualidades (formatos e competências) e socialidades (competências e matrizes). Neste artigo, recorto o estudo somente nas ritualidades da *Radio Rebelde*. Assim, busco responder como a autonomia é refletida na organização da programação da emissora e na escuta dos ouvintes?

Para isso, definirei inicialmente o eixo metodológico das ritualidades. Em seguida, analisarei a organização da programação da emissora. No final, as práticas de escuta dos ouvintes a partir dos tempos e lugares. Utilizei, nesta pesquisa, a análise dos endereçamentos da programação da emissora (HARTLEY, 2000) que consistiu, em gravar as transmissões da *Radio Rebelde*, no mês de julho de 2014, para depois escutá-las atentamente fazendo anotações no diário de campo e transcrevendo os trechos que avaliei mais relevantes para a pesquisa. A prioridade, neste tipo de análise, é reconhecer as interpelações ao público e as expectativas deste que a emissora busca atender. Para conhecer o público receptor, busquei uma exploração de inspiração etnográfica que, a partir do reconhecimento das alteridades, fiz uma descrição das observações, conversas, contatos, vivências e entrevistas com os ouvintes.

Apesar de não conseguir autorização da Junta de Bom Governo do Caracol de Oventic para visitar a emissora pesquisada e entrevistar os produtores, logrei encontrar os ouvintes a partir de questionários pré-exploratórios aplicados em listas de ativistas políticos e culturais da região. A partir deste contato inicial, realizei entrevista com 18 receptores, deste 11 escutam ou escutaram a *Radio Rebelde*. Os demais escutam somente a *Frecuencia Libre,* por isso foram excluídos deste artigo. Cinco dos ouvintes pesquisados vivem ou transitam constantemente em San Cristóbal de Las Casas, cidade de 200 mil habitantes na região de Los Altos de Chiapas, considerada capital cultural do Estado (PIUG, 2006). Os outros seis escutantes vivem na comunidade rural autônoma de San Isidro de La Libertad, com cerca de 60 famílias, no município de Zinacantán, localizada há 15 km de San Cristóbal de Las Casas, onde realizei pesquisa de campo autorizado pelas autoridades locais. Para proteger o anonimato dos ouvintes entrevistados, utilizo nomes fictícios.

A *Radio Rebelde* rompe com a temporalidade e os ritmos sociais predominantes nas sociedades urbanas industrializadas. Para compreender a relação entre as emissoras e o tempo, avanço a análise das ritualidades, proposta no mapa noturno dos usos sociais de Martín-Barbero (1998), como a articulação entre os formatos industriais e as competências de recepção. A organização do tempo é fundamental para a conquista da autonomia, pois possibilita o controle do calendário e agendas que marcam as relações sociais, como será desenvolvido adiante. Os meios de comunicação, especialmente o rádio, possuem um papel preponderante, por colaborar com a criação dos ritmos sociais e com a construção de sentidos sobre o presente, o passado e o futuro na cotidianidade. Assim, neste percurso do mapa, será apresentada a definição de ritualidades, relacionados tempo e território e analisados os ritmos das emissoras pesquisadas e os tempos e lugares de escuta das mesmas.

De acordo com Jacks (2008, p. 37), a ritualidade, configurada no âmbito de ação dos receptores, constitui-se pela memória, seus ritmos, formas e cenários de interação e repetição que constroem as gramáticas de ação nas relações estabelecidas com os formatos industriais. Já para os meios, "implica uma capacidade para colocar regras nos jogos entre significação e situação, alertando, entretanto, que uma coisa é a significação da mensagem e outra é o sentido que adquire quando o receptor apropria-se dela". Orozco (1996) explica que ritualidade não são só as ações adotadas rotineiramente, mas as que se repetem com alguma frequência na audiência. Ronsini (2012, p. 92) enumera as seguintes possibilidades de pesquisa a partir deste conceito: os diferentes trajetos de recepção, o modo de ver, ouvir e ou ler os textos com relação no cotidiano, os modos de simbolização do lugar, os ritmos do cotidiano, o poder relativo dos meios, os costumes, identidades de classe, dispositivos midiáticos e a mídia como protagonista na racionalização, naturalização e banalização das ideologias. Ela resume como

a "(...) ação do poder políticos dos meios (...) apropriada pelos receptores para justificá-lo, contrapô-lo ou negociar com ele".

No caso das *Radio Rebelde*, sigo o deslocamento de formatos industriais para formatos dos meios, a fim de contemplar a apropriação do rádio pelos produtores destas emissoras, excluídos do regime de mercado. Já a competência de recepção será analisada a partir dos lugares de escuta onde se negociam os sentidos dos tempos propostos pelas emissoras que possuem, conforme analisado nas tecnicidades, um alcance em diversos espaços.

Territorialidades e temporalidades

Os meios possuem, conforme Pross (1989), o papel de interpretação do calendário, termo grego que designa o "livro de contas" e de compromissos sociais. A organização do tempo representa um controle social das atividades cotidianas e da vida pública. "Quem controla o calendário controla indiretamente o trabalho, o tempo livre e as festas" (LE GOFF, 1992, p. 494). Mesmo tendo, por vezes, proximidades com a ordenação da natureza, como o claro e o escuro (dia e noite), trocas climáticas (férias de verão) e mudanças de estação (primavera, outono, inverno e verão), o tempo é orientado simbolicamente a partir da ordem sociopolítica. Na Idade Média, o poder eclesiástico predominava no calendário. Na contemporaneidade, o ritmo da produção industrial se sobrepõe na organização do tempo oficial. Há, entretanto, diferentes temporalidades vivenciadas numa mesma época que se relacionam aos diversos sentidos sociais que circulam nos territórios, nas relações hegemônicas e na contra-hegemonia.

Para Rogério Haesbaert (2007), o território se constitui por uma combinação de dimensões funcional e simbólica. A primeira representa a exploração de recursos naturais para a satisfação de necessidades ou acúmulo de riquezas. Já a dimensão simbólica cria vínculos entre os lugares e as pessoas que se apropriam de significados como reconhecimento mútuo, pertencimento e abrigo. O processo identitário configurado sobre os territórios, definido como territorialidade, serve como estratégia para criar e manter controle sobre parte de uma superfície, sobre as conexões, a disciplinarização dos espaços e a organização do tempo. Enquanto a territorialidade envolve predominantemente aspectos simbólicos, podendo existir até sem território (como a terra prometida dos judeus), o território só existe nas dimensões material e simbólica, não existindo assim território sem espaço físico e sem territorialidade.

Os meios de comunicação possibilitam as conexões entre os lugares que criam a multiterritorialidade. Os sentidos sobre os territórios, construídos em determinados universos culturais trazem consigo significados e formas de se organizar no tempo, ritos e ritmos sobre o cotidiano. As temporalidades estão inevitavelmente localizadas nas territorialidades. No campo de pesquisa, pude notar diferenças entre os tempos da academia, marcados com um certo rigor; os tempos dos intelectuais e comunicadores entrevistados, raramente pontuais; e os lentos tempos das comunidades indígenas organizados inclusive com fusos diferenciados. Nos Municípios Autônomos em Rebeldia Zapatista, as comunidades seguem o fuso da Frente de Combate Sul Oriental, duas horas a menos do que a hora oficial do México e três horas a menos do que a hora de verão. Esta última, por exemplo, não é seguida por nenhuma comunidade indígena que transitamos, pois eles diziam continuar na "hora velha" ou "hora de Deus". No entanto, além dos fusos diferenciados, há ritmos sociais diversos. Em San Cristóbal de Las Casas, uma cidade onde se encontram indígenas e mestiços, mas que segue o calendário industrial - mesmo não possuindo indústrias - dificilmente encontrei pontualidade, inclusive no comércio que atende aos turistas.

Já em San Isidro de La Libertad, além desta pouca pontualidade, há uma divisão do ano, diferente da urbanidade marcada principalmente pelo ano novo, carnaval, semana santa, férias de verão, natal e revellión. A comunidade divide seu ciclo anual na festa da Santa Cruz (dia 5 de maio), único dia que se pode consumir bebida alcoólica no Centro dos Autônomos; as plantações de verão (julho); a limpeza da terra (setembro); a colheita (novembro) e

a festa do Natal (dezembro). Nesta época, as pessoas realizam atividades diferenciadas, não só sobre os territórios que circulam, mas trocam a relação lenta com o tempo por um ritmo mais acentuado. Assim como em San Cristóbal de Las Casas, os domingos são os dias que se diferenciam da semana em San Isidro de La Libertad, não só porque muitos não trabalham, mas porque celebram a palavra na capela. No entanto, diferente da cidade marcada principalmente pelo lazer e o descanso, na comunidade autônoma é o dia que as pessoas se reúnem na assembleia para discutir o contexto local e, por vezes, regional e nacional, seguido de uma refeição coletiva.

Temporalidades dos ouvintes e da *Radio Rebelde*

Como é inevitável participar destes tempos e territórios, os meios cumprem, de acordo com Pross (1989), o papel de comunicar estes ritmos, criando sentidos e climas diferenciados para as manhãs, noites, semana e fim de semana. A pesquisadora brasileira Mônica Nunes (1993, p. 33) esclarece que "a obrigatoriedade da comunicação e da participação produz (...) carência psicofísica, traduzida em desconhecimento (...). Para suprir o deficit gerado pelo desconhecimento, busca-se a informação". O radiojornalismo tonific aatualidadecom as notícias de presente. A instantaneidade das transmissões, que ocorrem frequentemente ao vivo, ancora a recepção inevitavelmente no tempo atual. Nas emissoras informativas, as notícias do último momento, do último turno ou da última semana (no caso de programas semanais) predominam, obedecendo, por vezes, a recomendação de uma linguagem verbal no tempo presente, inclusive para tratar de fatos passados (ORTRIWANO, 1995). O atual parece eterno neste tipo de programas, mesmo com a inevitável fugacidade do meio. Assim como o som, o que se transmite no rádio se dispersa no momento que é recebido, não havendo como retroceder, a não ser gravando a programação, situação improvável na escuta radiofônica. "O som só existe quando abandona a existência. Não é simplesmente perecendo, mas, em essência, evanescente, e se lhe percebe desta maneira" (ONG, 1993, p.33). A transmissão radiofônica *hertiziana* só existe assim no presente.

Esta relação com o atual pode ser percebida na *Radio Rebelde*, nos comunicados do EZLN e das Juntas de Bom Governo principalmente as ações do Governo Mexicano contra comunidades zapatistas ou membros destas. A atualização da hora é outra forma de ancorar a programação radiofônica no presente, tornando a transmissão do meio um relógio invisível que ajuda muitos ouvintes se localizarem temporalmente. Na emissora do Caracol de Oventic os locutores interpelam constantemente não só com a hora da Frente de Combate Sul Oriental, como também mencionam o tempo: "Bom dia para você que está indo agora trabalhar!" e "Que você esteja bem neste final de tarde!". Há, nestas saudações, uma estreita relação entre o tempo e a rotina campesina, acompanhada pela emissora.

Além de marcar o presente, funcionando como uma espécie de relógio invisível, o rádio também possibilita resgatar o passado. O papel de reminiscência do meio é possível, principalmente, pela veiculação de músicas e estórias antigas. Nunes (1993, p. 39) explica esta função ritual do meio como "o eterno retorno ao princípio das coisas busca, acima de tudo, dirimir a duração do tempo profano (...) e assegurar a própria regeneração do tempo no tempo mítico. Regenerar o tempo é renovar a si mesmo. Esgarçar as bordas da finitude humana". Escutar uma música ou um relato do passado não é só uma recordação, mas uma forma de criar uma segurança no presente, pois assim como os desafios anteriores foram superados ou sublimados, os atuais também poderão ser. Desta maneira, o rádio busca, para Pross (1989), suprimir a carência psicofísica emocional gerada pelo calendário.

Os contos da *Radio Rebelde* servem para apresentar estórias, mesmo de um tempo imemorável, que leve segurança emocional de como agir diante das inevitáveis imprevisibilidades. O "Rei do Mau" traz explicações de quem criou e cria as desagregações da vida comunitária e familiar, o sistema capitalista. Já "Como Noivo Namora a Noiva" resgata os exitosos cortejos para as relações amorosas. As canções revolucionárias, como o corrido "7 de Outu-

bro" - sobre a morte de uma autoridade de uma comunidade zapatista - também revive não só a memória do assassinato, mas dos feitos do personagem.

A *Radio Rebelde* também cumpre o papel de significar o futuro, através da criação do imaginário radical da autonomia. "A ritualização promete a certeza de que o universo continua como está. O mundo por vir se vai construindo e não será diferente do presente" (NUNES, 1993, p. 35). Esta relação com o futuro é constantemente anunciada nas canções revolucionárias, nas poesias e nos comunicados que trazem a mensagem de vitória dos oprimidos, como bem representa o Hino da Unidade Popular: "Venceremos! Venceremos!/ Mil cadeias terão que romper/ Venceremos!".

Além de fortalecer o imaginário radical, as emissoras investigadas possibilitam uma relação com o tempo que pode contribuir para a vivência da autonomia. Como o controle do tempo representa um poder social, romper com a hora oficial significa também negar o poder estatal, reforçando o sentido de autodeterminação das comunidades autônomas. A *Radio Rebelde* também, neste sentido de autodisposição, possui um ritmo próprio de locução diferente das emissoras comerciais. As pausas e silêncios após uma música ou uma gravação, conhecidos no padrão técnico como falhas, intitulados no jargão radiofônico como "buracos", são constantemente observados na estação e tratados naturalmente pelos apresentadores, chegando até 15 segundos, conforme observado no dia 24 de julho de 2013. Diferente do que acontece quando há algum defeito técnico, a locução não pede desculpas. Passar 5 a 15 segundos em silêncio parece não significa um erro nesta emissora, porque o programa não busca o ritmo frenético das rádios comerciais que transmitem ininterruptamente um som após o outro. O horário fraturado de transmissão, estando no ar das 5h às 9h e das 17h às 20h, do Fuso da Frente de Combate Sul Oriental é mais uma característica de autonomia na temporalidade da *Radio Rebelde*. A emissora não só se distingue do padrão comercial que transmite 24 horas ou, ao menos, das 6 da manhã à meia noite diariamente, como dedica sua programação aos horários da rotina campesina do amanhecer do dia (quando se desperta e se prepara para o trabalho) e do final do dia (quando se retorna do trabalho e se descansa). Esta organização parece desconsiderar a ideia de simultaneidade no trabalho, de escutar o rádio enquanto se faz, ao mesmo tempo, outra atividade laboral. Além dos produtores estarem possivelmente envolvidos em outros compromissos no horário em que não há transmissão, presume-se que os ouvintes estejam trabalhando das 9h às 17h e, por isso, impossibilitados de escutar a emissora.

Alguns receptores entrevistados acolhem naturalmente esse horário fraturado. Dom Josiano e o professor José da comunidade de San Isidro de La Libertad afirmam que só escutam rádio antes de ir ao trabalho e quando chegam em suas casas. Apesar do primeiro ter de um rádio portátil para a audiência, só ouve quando "tem tempo", isto é, quando não estão trabalhando ou realizando outras atividades laborais. Já o ouvinte John, que mora na cidade de San Cristóbal de Las Casas, desconhecia a fratura do horário da *Radio Rebelde*. Pensava que, quando ligava o rádio de seu carro e não a sintonizava, era porque a emissora estava com algum defeito ou fora do alcance da mesma. "Como não conseguia sintonizar pensava que a emissora tivesse mudado de frequência".[4]

Os tempos de escuta também se relacionam às territorialidades, que envolvem, no rádio, além dos sentidos dos lugares, os aparelhos receptores utilizados. Até a década de 1950, de acordo com Ferraretto (1998), o rádio era "assistido", geralmente, em família ocupando o espaço da sala de estar e reunindo várias pessoas. Com o advento da televisão, que, com sua popularização passou a ocupar o lugar do rádio na casa, o meio se reinventou principalmente com sua miniturização possibilitada pela invenção do transistor. O espaço social predominante do rádio passou a ser não mais a escuta coletiva, mas cada indivíduo que se apropriara de aparelhos receptores portáteis, tendo com eles uma relação íntima e pessoal. A progra-

4 Entrevista com John (nome fictício), realizada no dia 13 de janeiro de 2014, em San Cristóbal de Las Casas. Tradução minha.

mação é afetada com esta mudança, ao invés dos espetáculos (novela, programas de auditório e humor), as emissoras passaram a ter um conteúdo mais voltado para ser um ritmo e um pano de fundo do cotidiano do ouvinte, predominando músicas e rápidas notícias.

Entre os onze ouvintes da *Radio Rebelde* entrevistados, encontrei três que escutam a emissora coletivamente. A escuta coletiva pôde ser observada na casa do professor José, da estudante Maria e de Diego, na comunidade de San Isidro de La Libertad. O primeiro mora com a esposa e dois filhos pequenos (menores de cinco anos), junto com seu pai e mãe e outros dois irmãos. A casa possui, além da sala e cozinha, quatro cômodos, sendo um para ele e sua família, outro para seus pais, mais um para seus irmãos e uma pequena venda onde sua esposa trabalha. Na sala, seu pai, uma das autoridades fundadoras da comunidade, tem um som com alto-falantes o qual utiliza principalmente para escutar a *Radio Rebelde*. "Quando ele liga o som, escutamos a emissora mesmo sem querer".[5] A escuta de José é involuntária. No entanto, a emissora passa a ser não só pano de fundo e ritmo para seu cotidiano, como para sua venda e como sinal diacrítico, isto é, de diferenciação, da posição política de sua família, aderente ao zapatismo. Maria também mora com os pais e duas irmãs. Ela escuta várias emissoras, entre estas a *Radio Rebelde*, como pano de fundo enquanto está cozinhando ou cuidando das irmãs. O rádio em sua casa está sempre ligado, seja por ela, sua mãe ou seu pai. Diego também escuta no som de sua casa quando retorna do trabalho. Ele realiza, diferente da maioria da comunidade, trabalhos esporádicos na construção civil. A emissora serve para relaxar depois da labuta. Pude notar que a escuta coletiva da *Radio Rebelde*, além de pano de fundo, serve, nestes casos, também para identificar-se politicamente para incluir outros ouvintes, possibilitando ampliar o papel de irradiação da emissora, discutido no capítulo anterior.

Já a escuta individual, nesta comunidade, é a realizada por Dom Juan e Dom Josiano. O primeiro é ex-autoridade da comunidade que articulou à pesquisa-ação junto da professora doutora Maria Elena Martinez, do Ciesas Sureste. Ele não possui som em casa tendo o rádio em seu celular como única forma de escutar a *Radio Rebelde*. Geralmente ele a ouve quando vai trabalhar. Juan, assim como Diego, não trabalha na agricultura, mas em trabalhos esporádicos, principalmente, de construção civil. Ele reclama da dificuldade de sintonizar a emissora, pois sua escuta acontece em diferentes lugares, muitos destes, com fraco sinal de captação. Mas ele afirma que escutar a emissora em seu cotidiano traz motivação para a luta. Pela mesma razão, Dom Josiano a escuta em seu celular. Mesmo sua casa possuindo um aparelho de som com rádio, ele prefere escutar em seu celular para não incomodar a todos e para ouvir enquanto transita pela comunidade.

Entre os ouvintes de San Cristóbal de Las Casas, não localizei a escuta coletiva. Mesmo em diferentes suportes (carro, celular, som com altofalantes, aparelho portátil e computador), sempre escutam individualmente. O ouvinte John, como já mencionado, escuta em trânsito, através do receptor de seu automóvel. Como nem sempre há coincidência entre o horário que ele se locomove no carro e a transmissão da *Radio Rebelde*, ele lamenta que pouco consegue escutar a emissora. Há uma clara discrepância entre a temporalidade da rádio e a sua.

As ritualidades dos ouvintes das rádios zapatistas nos vários territórios revelam ainda usos de diferentes suportes. Em San Isidro de La Libertad, os receptores costumam utilizar somente um aparelho, geralmente o som com os alto-falantes. Já os escutantes de San Cristóbal de Las Casas ouvem em múltiplas plataformas. Destes 13 ouvintes da cidade, apenas cinco (John, Jacob, Ana, Pedro e Pablo) costumam escutar em um só aparelho e destes, três (John, Jacob e Pedro) utilizam tecnologias móveis que lhes permitem ouvir em diferentes lugares. Esta audiência nômade não significa a desvalorazição do local, mas a multiterritoralidade, onde a escuta, pode ganhar diferentes sentidos. Ouvir a emissora no trabalho ou no trânsito significa para os ouvintes entrevistados um pano de fundo enquanto realizam suas atividades principais, o que lhes leva geralmente a uma escuta desatenta. Já em casa, mesmo

5 Entrevista com José (nome fictício) em 10 de julho de 2014, em Zinacantán. Tradução minha.

realizando outras atividades, a audiência radiofônica pode ser mais atenta, por vezes a principal ação do momento.

Já no território rural autônomo, a escuta está ligada aos ciclos sazonais do dia. Não se reconhece programas, até mesmo porque a *Radio Rebelde* não os possui, mas tão somente horários de escutar o rádio, durante o tempo livre antes e depois da jornada de trabalho.

Considerações finais

As temporalidades da *Radio Rebelde* indicam rupturas com o tempo industrial. O horário de transmissão fraturado e as constantes pausas na locução apontam para isso. O que fortalece a autodeterminação e autodisposição das emissoras. Além do mais, a relação com o passado, presente e futuro cria, respectivamente, uma memória das lutas sociais, uma irradiação com a atualização das informações e mobilizações e o imaginário radical das transformações sociais. Apropriadas por uma escuta em diferentes tempos e ritmos, as emissoras contribuem, desta maneira, para a construção da autonomia zapatista. A análise das ritualdades aponta que, além dos diferentes tempos e lugares de produção e recepção, há uma diversidade de significados e sentidos envolvidos no mesmo processo de comunicação apontando para os vários trânsito das mediações comunicativas.

Referências bibliográficas

BÁRCENAS, Franciso L. Las autonomias indígenas en América Latina. In CECEÑA, Ana et al. **Pensar las autonomías.** Cidade do México: Sísifo ediciones, 2011. DOWNING, J. **Mídia Radical**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

FERRARETO, Luiz. **Rádio:** O Veículo, a História e a Técnica. São Paulo: Sagra, 1998. JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. **Meios e audiências:** a emergência dos estudos de recepção no Brasil**.** Porto Alegre. Sulina, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998. NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. **O mito no rádio**: a voz e os signos de renovação periódica. São Paulo: Annablume, 1993.

ONG, Walter J. **Oralidad y escritura**: tecnologías de la palabra. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993

OROZCO GOMÉZ, Guillermo. **Televisión y audiencias:** un enfoque cualitativo. Madrid: Ediciones de La Torre, 1996.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio:** os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

RONSINI, Veneza V. M. **A crença no Mérito e a Desigualdade:** a recepção da telenovela do horário nobre. Porto Alegre. Sulina, 2012.

Ingeniería en comunicación social de los Colectivos Sociales. Apunte de un programa teórico-metodológico. Un estudio de caso de los colectivos sociales en Puebla

Instituto de Ciencias de Gobierno y Desarrollo Estratégico Benemérita Universidad Autónoma de Puebla

Astrid Claudette Gutiérrez López
astrid.gutierrezl@gmail.com

Resumen

Los colectivos sociales urbanos constituyen una forma acción colectiva que articula intereses, actitudes, modos de operar y estrategias que permiten la consolidación y visibilización de los objetivos que persiguen. Dichas formas de organización social, son medios de participación para desarrollar capacidades autogestivas de los individuos, generando identidad colectiva. Para el ámbito de la comunicología y la ingeniería en comunicación social, constituyen formas de activismo emergentes que configuran su ecología social ofreciendo una visión constructiva de la vida social. Este trabajo ofrece una primera observación etnográfica y una aproximación teórica y metodológica que enfatice la necesidad de trabajo empírico con un enfoque desde la Comunicología y la Ingeniería en Comunicación Social, a partir del estudio de caso del colectivo Comunitlán, como nodo integrador de colectivos sociales en la ciudad de Puebla y sus alrededores. El objetivo se centra en la generación de conocimiento sobre la configuración de los sistemas de información y comunicación que permiten su permanencia, fortalecimiento y articulación con otros colectivos y sectores sociales.

Palabras Clave

Acción Colectiva; Participación; Ingeniería en Comunicación Social; Comunicología; Colectivos Sociales.

Abstract

Urban social groups constitute collective action so that articulates interests, attitudes, modes of operation and strategies that allow the consolidation and visibility of their objectives. Such forms of social organization, are means of participation to develop self-managing capabilities of individuals, generating collective identity. For the field of Communicology and Engineering in Social Communication are emerging forms of activism that shape their social ecology offering a constructive vision of social life. This work provides a first ethnographic observation and theoretical and methodological approach that emphasizes the need for empirical work with an approach from Communicology and Engineering in Social Communication from the case study of collective Comunitlán, as an integrator node social groups in the city of Puebla and its surroundings. The focus is on generating knowledge about the configuration of information and communication systems that allow its permanence, strengthening and coordination with other groups and social sectors.

Keywords:

Collective Action; Participation; Engineering in Social Communication; Communicology; Social groups.

Resumo

Grupos sociais urbanos constituem uma acção colectiva para que articula interesses, atitudes, modos de operação e estratégias que permitem a consolidação e visibilidade de seus objetivos. Tais formas de organização social, são meios de participação para desenvolver capacidades de auto-gestão de pessoas, gerando identidade coletiva. Para o campo de comunicología engenharia e comunicação social estão formas de ativismo que moldam a sua ecologia social oferecendo uma visão construtiva da vida social emergente. Este trabalho fornece uma primeira observação etnográfica e abordagem teórica e metodológica que enfatiza a necessidade de um trabalho empírico com uma abordagem de Comunicología e Engenharia em Comunicação Social do estudo de caso de Comunitlán coletiva, como um nó integrador de grupos sociais a cidade de Puebla e seus arredores. O foco está em gerar conhecimento sobre a configuração de sistemas de informação e comunicação que permitem a sua permanência, fortalecimento e na coordenação com outros grupos e sectores sociais.

Palavras chave

Ação Coletiva ; participação; Engenharia de Comunicação Social; Comunicología; Grupos sociais.

Introducción

El amplio panorama teórico ofrece esquemas de análisis para explicar lo que motiva a la acción colectiva desde diversas perspectivas teóricas así como el impacto que estas formas de organización tienen, no solo a la hora de visibilizarse con el fin de generar un cambio, sino a demás al momento de llevar a cabo sus propios procesos de construcción de identidad colectiva, a partir de sus subjetividad. En este trabajo, nos ocuparemos de puntualizar ciertos aspectos teóricos que caracterizan la acción colectiva. De ubicar la trascendencia del estudio de los contextos específicos desde la urbanidad, para conocer el desarrollo de estas formas de organización, en donde se presentan momentos de gran flujo de movimiento y visibilzación de subjetividades como parte de un contexto global.

Además de la acción colectiva, se plantean otras categorías teóricas como la participación, la institucionalidad y la urbanidad, como perspectivas que enmarcan la susceptibilidad de los individuos a organizarse y actuar en el esquema de colectividad en un espacio-tiempo específicos. En un tercer momento, se presenta la propuesta teórico metodológica centrada en la Comunicología e Ingeniería en Comunicación social como plataforma para el estudio de los colectivos sociales que retoma a la cultura a partir de visiones comunicológicas de la interacción y difusión través de los sistemas de información y comunicación. En un cuarto momento, Se presenta un primer apunte exploratorio sobre la actividad realizada con Comunitlán cuya observación etnográfica permite acercarse al objeto de estudio partiendo de la noción de un nosotros, a partir de la construcción social en el cruce de reflexividades, la comunicación y la colaboración.

De esta manera, se presenta una primera observación que parte del proyecto de investigación que busca conocer los sistemas de información y comunicación operantes para la articulación de colectivos sociales urbanos en Puebla.

Discusión teórica. Acción colectiva y participación

La organización y movilización colectiva ha sido estudiada desde distintas perspectivas en el campo de las ciencias sociales, cuyos planteamientos diversos han ido transformándose

a la misma vez que las formas de acción colectiva se han ido ampliando a través del tiempo (Torres, 2009). Los aportes teóricos fueron conduciendo a una perspectiva constructivista que se pregunta por la capacidad de los movimientos sociales para crear nuevos significados sociales, permitiendo así evidenciar la importancia de la subjetividad de la acción colectiva abordando los llamados "Nuevos Movimientos Sociales" (Melucci, 1985; Johnston, Laraña y Gusfeld, 1994; Torres, 2002 y 2009). Este término promovido principalmente por Melucci, puso énfasis en el argumento de que estas formas de acción colectiva, están más preocupados por desafiar los códigos dominantes que por obtener el poder político, dejando de lado los enfoque políticos tradicionales como la clase, raza y otros aspectos culturales determinados por una visión sociológica tradicional. Este autor, centró su preocupación en la idea de que la acción "tiene que ser vista como un juego interno de metas, recursos y obstáculos, como una orientación con un propósito definido". Touraine (1997), por su parte, se ocupó de evidenciar la necesidad de dejar de lado preocupaciones sociológicas de la estructura y los procesos de los sistemas sociales, enfatizando un cambio de perspectiva centrada en los actores sociales, sus condiciones de existencia e iniciativas, dando cuenta de "los esfuerzos de la gente común para expandir y proteger sus propias individualidades" a lo que denominó: el sujeto (Touraine en Jasper, 2011).

La literatura académica pone en la mesa las distintas etapas teóricas que se han preocupado por establecer bases científicas para comprender los movimientos sociales y la acción colectiva y enfatiza el movimiento de las ciencias sociales denominado "giro cultural", que permitió centrar el foco de atención en la subjetividad (Torres, 2009: 52).

Arias-Cardona y Alvarado (2014), resaltan en su análisis que a partir de los años noventa, algunas investigaciones de la acción colectiva, evidencian la oposición a lo instituido y la necesidad de redefinir los espacios públicos. Estos autores, manifiestan en su análisis que otras investigaciones que se dedican a la caracterización de movimientos sociales evidencian que hay elementos comunes relacionados "con la intencionalidad de cambiar el estatus quo, con el propósito transformador, con el sentido de lo colectivo, con la aparición en lo público, entre otras" (p. 587).

Alzate (2008), describe la lógica de la acción colectiva y refiere que esta puede desarrollarse a partir de un sólo actor o de momentos coyunturales, dependiente del contexto en el que se desarrolle. Las acciones políticas no solo son visible en las calles a través de marchas. Como enfatiza la autora, es visible también en los nuevos medios en internet, en en fechas o conmemoraciones o en actividades de autosostenimiento. Es decir "la acción colectiva va inaugurando nuevos canales de participación, nuevas relaciones entre medios y fines, conforme se van articulando y reconfigurado las relaciones de poder en el contexto territorial, cultural, económico y político en el que se desenvuelven" (Alzate, 2008: 282).

La participación, dependerá del espacio en que tiene lugar, ya que "asume vías y prácticas diferentes, porque no se hace lo mismo cuando se participa en política que cuando se hace en la ejecución de proyectos de desarrollo, políticas sociales o en movimientos ciudadanos" (Bobes, 1999; García, 2014).

Si bien, nuestro espacio social está estructurado por la institucionalidad como "recurso elemental de la sobrevivencia y la reconstitución de lo posible" (Galindo, 2014), se observan con más frecuencia formas de participación a través de medios informales, más allá de los programas formales para el ejercicio de la ciudadanía como oferta de formación cívica (Chávez y Poblete, 2006). No obstante, la literatura académica evidencia a su vez que esta orientación se debe, en gran medida, a características de corrupción de estas instituciones y los contextos en los que desarrollan generando climas de desconfianza (Galindo, 2014: 10).

Para Chávez y Poblete (2006), en estos escenarios contemporáneos la subjetividad toma un papel fundamental y se expande, como principio referente de la vida social. Esto ha provocado la conformación de generaciones caracterizadas por un interés latente en la política y en lo social, pero expresada "a partir de la conformación de organizaciones y pequeños grupos y organización que realizan acciones propias y que distan de la política institucionalizada" (2006: 146).

En este mismo sentido, Gómez (2014), menciona que, de la mano de la historicidad es posible ubicar transformaciones en las ciudades enmarcadas por contextos globalizadores, en donde se hacen visibles nuevas estéticas y puntos de reacomodo de los poderes locales. Enfatiza que en los espacios urbanos se haría más patente, en los jóvenes y las mujeres, quienes han vivido una compleja amplificación de sus subjetividades a "través de nuevas identidades, de pertenecer a nuevos agrupamientos sociales y, por tanto, mediante otros mecanismos para vivir lo espacial y lo temporal" (Gergen en Gómez, 2007: 101).

Arias-Cardona y Alvarado (2015), dejan ver cómo la juventud a través de acciones colectivas y de movimientos sociales, ponen en tensión lo hegemónico, resignifican el lugar que tradicionalmente se les ha asignado y critican la visión universalizante del mundo que desconoce las construcciones locales, como un "ejercicio de dignifcación que supone cambiar el orden de subordinación y propiciar las posibilidades de autodeterminación de las comunidades, donde dialogan los ámbitos privado y público de la vida cotidiana" (Arias-Cardona y Alvarado, 2015: 588).

García (2014), retoma la importancia de las relaciones en su conjunto y de la consecuencia de estas, que resultan en otras relaciones. También enfatiza la importancia de las redes de una comunidad y que entre más densas sean estas, "mayor será la posibilidad de que los ciudadanos cooperen para el beneficio mutuo; es lo que denomina fuerza de vida asociativa". (Putman en García, 2012). En esta vena, menciona el autor, estas relaciones toman una relevancia significativa en tanto que podríamos determinar al fenómeno participativo como un acto comunicativo.

Para Morales Gil (2002), este tipo vida en comunidad se moviliza en distintos escenarios de acciones ocupando espacios públicos y apropiándose de herramientas de comunicación que permiten abrir campo a las subjetividades. Arias-Cardona y Alvarado (2015), afirman que esto da cuenta de un interés hacia la reconfiguración de otros modos posibles de vivir. Es decir, "Los colectivos sociales son la cocina de lo posible, la receta de lo probado, la creación que destruye a las instituciones viejas para crear a las nuevas" Galindo (2014).

Propuesta teórico-metodológica desde la Comunicología e ingeniería en comunicación social

La Comunicología, como propuesta científica sobre la Comunicación Social nos permite, desde un punto de vista constructivo, describir todo lo relacionado con figuras de simbiosis, semiosis, intercambio, interacción y complejidad. Observa todo fenómeno social dese una perspectiva sistémica constructivista, en donde es posible incluir todo tipo de conocimiento sobre la comunicación y todo tipo de conocimiento de lo social construyendo con ellas "todo el aparato potencial científico de percepción del mundo" (Galindo, 2014: 20).

La Ingeniería Social "busca la revelación de las diversas facetas de un fenómeno, ya sean sociológicas, económicas, psicológicas u otras, con el objetivo de percibir la esencia de la causalidad y las tendencias, y así sugerir soluciones y proponer mejoras mediante modelos viables de acción, que se han de entender como modelos de participación (García, 2012: 139). La Ingeniería en Comunicación Social estudia la vida social a partir de dos figuras, la de sistemas de información y sistemas de comunicación "El corazón de la matriz situacional son los sistemas de información que la construyen, (...)de ellos depende lo que puede o no puede pasar, ellos prescriben el comportamiento, ordenan la acción, norman las formas de convivencia y sus límites". Los sistemas de comunicación por su parte "son altruistas, configuran relaciones y asociaciones entre sistemas para beneficio de todos los incluidos, y en ese movimiento, tienden a la complejidad, a asociar a todos los sistemas para beneficio de un gran macrosistema de convivencia general. (Galindo, 2011: 35).

La Ingeniería en Comunicación Social tiene un trama teórico metodológico que se relaciona mutidisciplinaria y transdiciplinariamente, con el fin de observar cómo es que la puesta

en común une o separa a la gente y en qué forma "para precisar que es lo que está tensando el sistema social, sea este de la magnitud que sea, hacia un movimiento metabólico que lo empodera y le permite seguir adelante, o que lo debilita y lo pone en dirección de su descomposición, o que lo sobre tensa y lo pone en situación de un posible colapso" (Galindo, 2014, p.23).

Los colectivos sociales en Puebla. El caso de Comunitlán

La ciudad de Puebla, una de las zonas urbanas mas grandes y más propensas al activismo, está marcada por la heterogeneidad; albergando escenarios, identidades y subgrupos diversos. El objeto de estudio planteado para este trabajo es Comunitlán, un colectivo cuyo objetivo es articular otros colectivos sociales urbanos en Puebla y sus alrededores. El proyecto es parte del programa de Ingeniería en Comunicación Social y fue motivado por académicos formados en comunicación en búsqueda de aplicar conocimiento desde el ámbito de la comunicaicón. Uno de los aspectos fundamentales de Comunitlán es dar paso a la diversidad de perfiles de colectivos, sumando así esfuerzos colectivos provenientes de las artes, la pedagogía, la ecología, la difusión cultural, entre otros. Este colectivo es en sí mismo "un proyecto de Ingeniería en Comunicación Social que partió de un diagnóstico general que supone la intervención de todos en la explicitación y reflexión de los sistemas de información y comunicación existentes, así como la participación colaborativa en el diseño y construcción de sistemas de información y comunicación posibles" (Galindo, 2014).

El diagnóstico evidenció que, hasta ese momento, los colectivos sociales en Puebla estaban dispersos y aislados. En este sentido, "Comunitlán propuso como tarea básica la articulación entre ellos y la sociedad civil en general, partiendo de un concepto amplio de lo que se puede entender como Colectivo Social, con un sentido particular del activismo como vector constructivo de posibilidades de vida social desde lo micro hacia lo macro."(Galindo, 2014).

Una visión etnográfica. Primer apunte reflexivo

Para este trabajo se propone una visión etnográfica a partir de la entrevista a profundidad y la observación participante. Los elementos que entran en juego para el trabajo etnográfico (actor, acción y sentido) estarán determinados también por el factor tiempo y espacio. En este sentido se plantea estudiar al colectivo Comunitlán y a los colectivos que articula, en los diversos espacios de interacción y articulación, de 2013 (fecha en que el colectivo empieza a operar) a la fecha.

En una primera aproximación al objeto de estudio, se observó el momento en que se llevó a cabo una de las reuniones denominadas "mitotes", que son descritas por los miembros del colectivo como momentos de articulación y generación de empatía entre colectivos, pero que además buscan generar vínculos con otros sectores sociales y promover el diálogo y la participación, rompiendo así un paradigma del "nosotros" como colectivos, a un "nosotros" como formas incluyentes y diversas de otros sistemas de información. Los Sistemas de Información de los colectivos y los Sistemas de Información de quienes no forman parte de los colectivos, se conforman en un Sistema de Somunicación de interacción y colaboración favoreciendo la convivencia. Pero para esto hace falta disposición, voluntad, apertura, empatía, tolerancia, entre otros rasgos que estarán determinados por las ecologías que podrían fortalecer ciertas actitudes de participación o debilitarlas, para lo que es pertinente un estudio profundo y sistemático.

Un aspecto importante a resaltar es la manera en la que se convoca a estas reuniones echando mano de herramientas tecnológicas y de difusión que ofrece internet, principalmente a través de Facebook, la red social virtual más utilizada entre usuarios de internet en México. A partir de las herramientas que esta plataforma ofrece, como la creación de eventos,

los mensajes en grupo, la difusión de contenidos, se genera a su vez una comunidad virtual, en la que es posible la vinculación entre otras páginas de Facebook de los colectivos sociales que permite la posibilidad de una difusión articulada en red aún mayor. Si bien este estudio no se centra en el análisis de los movimientos y colectivos sociales desde el ciberesapcio, se considerará su pertinencia como aspecto ineludible para el activismo y la vida social urbana de nuestro tiempo.

Conclusiones

Una vez que hemos descrito algunas nociones teóricas de la acción colectiva, la participación, (enmarcada por el ámbito de la institucionalidad), la urbanidad y el aporte que la perspectiva comunicologica ofrece a nivel teórico-metodológico se destacan algunos aspectos fundamentales:

1. Que el planteamiento teórico aquí presentado se ha centrado en explicar cuáles son las causas de la acción colectiva como fenómenos social que parte de manifestaciones contraegemonicas y se articula con el fin de perseguir objetivos específicos en favor de marcos interpretativos que generan identidad colectiva a partir de su subjetividad.
2. Que la conformación de los colectivos sociales constituyen formas participación relevantes en tanto que intervienen en espacios urbanos, generan interacción y buscan resolver problemas cotidianos impactando en la vida política y social, hacia la reconfiguración de otros modos posibles de vivir.
3. Que son formas de organización que se mueven al margen de los esquemas de institucionalización y en marcos de alternatividad buscando con ello contrarrestar la incapacidad de los estados nación por responder a los problemas sociales.
4. Que estas formas de organización urbana surgen a partir de procesos globalizadores que generan y permiten el empoderamiento de nuevas identidades, como las juveniles, a partir del arte, la cultura, los espacios públicos y dominio de tecnologías propias de nuestro tiempo.
5. Que los colectivos Sociales Urbanos están configurados por Sistemas de Información que las prescriben en un espacio-tiempo determinado y que a partir de un análisis de estos, podemos conocer los sistemas de comunicación que se configuran marcando tendencias y proyectando trayectorias que determinan su permanencia y articulación con sus pares y otros sectores de la vida social.

A partir de esta síntesis, podemos resaltar la importancia de los estudios de caso específicos que permitan conocer la configuración social de estas formas de acción colectiva, los rasgos en su ecología que impulsan su fortalecimiento y tiempo de vida, o en su defecto, las condiciones generan su debilitamiento, desarticulación o desaparición. La pertinencia de su estudio forma parte de un programa teórico metodológico cuya plataforma es la Comunicología y la Ingeniería en Comunicación Social para el estudio de los movimientos y colectivos sociales, la urbanidad y la cultura de la participación, programas que llevan ya un camino recorrido y para el que este trabajo pretende ser un aporte centrado en un estudio de caso apoyado en técnicas etnográficas.

Bibliografía

Alzate, M. (2008). Esbozo Teórico de la Acción política colectiva. Experiencias colectivas alternativas frente a relaciones hegemónicas de dominación. Investigación y desarrollo vol 16, nº2 (2008)- ISSN 0121-3261

Alzate, M. y Rico, D. (2009). Marcos de Acción Colectiva y Participación en Barranquilla. Revista de Derecho, 32. Barranquilla, 2009. ISSN: 0121-8697

Arias-Cardona, A. M. & Alvarado, S. V. (2015). Jóvenes y política: de la participación formal a la movilización informal. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 13 (2), pp. 581-594.

Aquiles, A. y López, A. (2007). La construcción de la identidad colectiva en Alberto Melucci. Polis, 3 (1), pp. 125-159.

Chávez, A. y Poblete, L. (2006). Acción Colectiva y Prácticas Políticas Juveniles. Última Década, 25, Valparaíso: CIDPA, pp. 143-161.

Cisneros, J. (2014). Diálogos sobre la democracia. Democracia Participativa y acción comunicativa en ls culturas del sur. Instituto de Ciencias de gobierno y desarrollo estratégico, Benemérita universidad autónoma de Puebla, Puebla.

Esparza, J. (2015). Democracia directa, Autonomía e Ingeniería de Comunicación Social de los colectivos sociales como respuesta ante las limitaciones de la participación ciudadana institucionalizada. Razón y Palabra. Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Ingeniería en Comunicación Social. 1 (90).

Galindo, J. (2011) Ingeniería en Comunicación Social y Promoción Cultural. Sobre Cultura, Cibercultura y Redes Sociales, Homo Sapiens, Universidad Nacional del Rosario, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Rosario

Galindo, J. (1994). Cultura Mexicana en los Ochenta. Apuntes de metodología y análisis. Universidad de Colima.

Galindo, J. (2014) Ingeniería en Comunicación Social. Hacia un Programa General, Instituto de Ciencias de Gobierno y Desarrollo Estratégico-Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla.

Galindo, J. (coordinador) (2011) Comunicología Posible. Hacia una ciencia de la comunicación, Universidad Intercontinental, México.

Galindo, J. y González, J.I. (2013) #YoSoy132. La Primera Erupción Visible, Global Talent University Press, México.

Galindo, J. (2014). Ingeniería en Comunicación Social de los colectivos Sociales. El caso del Comunitlán en Puebla, México. Chile: Primer Congreso Latinoamericano de Gestión Cultural.

Galindo, J. (2014). Ingeniería en Comunicación Social de los colectivos Sociales. Apunte metodológico de acción en comunicación social estratégica. La experiencia de Comunitlán, colectivo de colectivos sociales. Colombia: XII Foro Iberoamericano sobre estrategias de Comunicación.

García, E. (2012). El lugar de la construcción de cultura de participación en la ingeniería social. Apuntes para reflexionar la práctica. Revista Alter, Enfoques Críticos, 3 (5). Universidad del Centro de México

García, E. (2014) Introducción a la Cultura de Participación. Participación, Currículum y Educación Superior, Universidad del Centro de México y GICOM, San Luis Potosí.

Gómez, H. (2007). Paisajes y Pasajes: sendas de la mediología, comunicación y jóvenes en la vida contemporánea. Editorial Aportes. México D.F. ISBN: 978-968-5123-35-8

Jasper, J. (2012). ¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas. Sociológica, 27 (75), pp. 7-48.

Meza, A. y Nieto, C. (2014). Arte, literatura y acción colectiva en Tijuana-San Diego. El Colegio de la Frontera Norte. Época II 2 (1). ISSN 1870-1191

Morales Gil, H. (2002). Visibilidad de la Movilización Juvenil en México. Notas Para su Análisis. Última Década, 17. Viña del Mar: CIDPA, pp. 11-39.

Oehmichen, C. (2014). La etnografía y el trabajo de campo en las ciencias sociales. Universidad Nacional Autónoma de México Instituto de Investigaciones. México D.F.

Torres, A. (2009). Acción colectiva y subjetividad. Un balance desde los estudios sociales. Folios. Segunda Época, 30, pp. 51-74.

Agradecimientos

Al Instituo de Ciencias de Gobierno y Desarrollo Estrategico por cobijar este proyecto. A mi director de tésis el Dr. Jesus Galindo Cáceres por su apoyo y confianza. A Comunitlán por abrirme las puertas a su mundo. A César Palestina por creer en mí y a Erick Solis por su apoyo incondicional.

Biografía

Astrid C. Gutiérrez López es estudiante de la Maestría en Opinión Pública en el Insituto de Ciencias de Gobierno y Desarrollo Estratégico de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Miembro del Grupo de Investigación hacia una Ingeniería en Comunicación Social (GICOM). Estudió la licenciatura en Ciencias de la Comunicación en la Universidad Autónoma de Baja California campus Ensenada. Su línea de investigación se centra en los movimientos y colectivos sociales.

E agora, quem ri de quem? Técnica e eficácia na construção do riso televisivo

UFF

Elijerton Rogério Chaves Veras
elijerton@gmail.com

João Luíz de Bittencourt Victal
jvictal@gmail.com

Resumen

El risible es investigado en las perspectivas de la natural de causa/efecto y la de eficacia técnica. El estudo se basa en la segunda concepcion como fomentadora del modelo actual de la comunicación. El objeto de estudio es la personagem Valéria Vasques y la metodología es el estudio bibliográfico.

Palabras chave

La risa; estrategias sensibles; técnica; efectividad; causa / efecto

Abstract

The risible is investigated in the perspectives of natural of cause / effect and technical effectiveness. The research is based on the second conception as a fomenter of the current model of communication. The study object is the character Valéria Vasques and the methodology is a content analysis.

Keywords

Laughter; sensitive strategies; technique; effectiveness; cause / effect

Resumo

O risível é analisado nas perspectivas de natural de causa/efeito e de eficácia técnica. A pesquisa se apóia na segunda concepção como fomentadora do modelo atual de comunicação. O objeto de estudo é a personagem Valéria Vasques e a metodologia é uma análise de conteúdo com revisão bibliográfica.

Palavras-chave:

Riso; estratégias sensíveis; técnica; eficácia; causa/efeito

Introdução

O artigo reflete sobre duas estruturas de confecção do risível: uma construída sob o movimento causa e efeito e outra arquitetada na eficácia técnica dos resultados. A observação dessas duas estruturas se dá através da análise das personagens *Valéria Vasques* e *Janete,* protagonistas do humorístico Zorra Total da Rede Globo no ano de 2011.

Assim, busca-se entender através desta problemática, se o que está por trás da produção televisiva é somente uma forma de riso rasa e descontraída, construída sobre uma estrutura natural do movimento causa /efeito ou, se há uma reestruturação, esta, diretamente ligada à

tecnologia que ultrapassa o natural e adentra a eficácia técnica. Isto é, um tipo de riso constituído prioritariamente com fins mercadológicos ou ideológicos.

Para analisar a estrutura da técnica/eficácia serão abordadas algumas estratégias mercadológicas sobre a televisão, como as facetas de produção do riso. Estas facetas, como primeira hipótese, podem ser entendidas como confeccionadas taticamente para tornar palatável um discurso que, por sua vez, legitima o que é considerado moral e imoral pela sociedade.

Nesse sentido, o trabalho analisará as falas das personagens *Valéria Vasques,* interpretada por Rodrigo Sant'Anna e *Janete*, por Thalita Carauta. No quadro do programa, a primeira sempre ridiculariza a segunda por não atender ao padrão estético de beleza estabelecido pela sociedade. No episódio de 06 de agosto de 2011, ao sofrer um assédio sexual dentro do metrô, *Valéria* pronuncia repetidamente à *Janete* a seguinte frase: "aproveitar porque ela não está podendo escolher".

A metodologia aplicada, além da revisão bibliográfica, é *a análise de conteúdo. A busca* pelo material de análise ocorreu por meio de documentos *online* que comprovam as falas da personagem. Esses documentos foram utilizados para interpretar e descrever alguns viéses de sua representação no processo de comunicação.

O eixo condutor deste trabalho se direciona para pensar se o que há, de fato, nos dias de hoje, é uma construção do risível sob o resultado natural da causa e efeito que intenta unicamente o entretenimento, ou se o que fomenta a sua construção é a eficácia técnica com a intenção de resultados mercadológicos ou ideológicos com o mínimo ou quase nenhum ruído na comunicação.

Dessa forma, é proposta uma análise crítica sobre o uso do riso na televisão a partir dos direitos ao exercício da cidadania. Logo, são averiguadas, nas personagens, o conjunto de imagens/falas/figurino e as suas relações com a comunicação, cultura e política, no que tangem o reconhecimento e a consciência do papel de cada cidadão na sociedade.

Assim, a pesquisa se faz relevante para os estudos de comunicação social e exercício da cidadania porque não se detém aos moldes de recepção massivos, mas permeia os processos de produção e veiculação, como máquina que se transforma e transforma práticas políticas/culturais e de consumo/sociabilidades, interligados aos contextos afetivos e de subjetividades, buscando assim, portanto, se aproximar mais densamente daquilo que é comunicação e daquilo que é social.

No entanto, a sua relevância se fortalece na crítica ao modelo vigente de comunicação que, dissemina, de forma preconceituosa, um padrão de beleza, de léxico e de moda que demarca não apenas um nicho de consumo, mas cristaliza, de forma estereotipada, a classe em que as personagens *Valéria* e *Janete* estão inseridas.

Há o entendimento que a televisão é antes de tudo um negócio, claro. O modelo de comunicação vigente, com o uso da tecnologia, busca diminuir ou eliminar todas as possíveis falhas de suas mensagens, isso é fato. Mas, sempre há uma saída. É preciso observar as brechas que a comunicação hegemônica deixa em seu lastro de construção de verdades. Uma delas, talvez, seja exatamente pensar uma comunicação que, antes de ser um negócio, seja a expressão da população.

O Riso como causa e efeito

Ao Analisar o quadro humorístico de *Valéria Vasques* e *Janet,* foram abordados dois conceitos. O de Riso e de Ironia. Dessa forma, foi almejada uma complementação mútua destes conceitos em busca de estabelecer uma averiguação para as estruturas que fomentam o risível que, ora aparecem como causa e efeito e outras vezes como eficácia técnica.

A abordagem sobre o riso neste trabalho segue pela linha de pensamento do filósofo francês Henri Bergson. Segundo o autor, ele é entendido como algo exclusivamente humano, racional *e de caráter intrinsecamente social*. A partir deste recorte conceitual, a pesquisa seguirá

as explicitações dos efeitos causados por esses atravessamentos para pensar qual é o lugar do riso na estrutura sociedade/homem (Bergson, 2004).

Primordialmente, *é* definida a inexistência de comicidade fora daquilo que é humano. Isto é, os animais são desprovidos da ação cômica. Em seguida, para que se concretize o efeito pleno na comicidade *é* necessário um tipo de "anestesia do coração". Ou seja, ela é dirigida à inteligência pura. E finalmente, na concepção de que o riso é algo de caráter grupal, ou seja, inerente a uma determinada comunidade ou grupo social (Bergson, 2004).

Sobre o primeiro tipo de riso, referido à exclusividade do humano, a abordagem se constituí por meio de uma ruptura do pragmatismo cotidiano. Isto é, quando a lógica comum das coisas é alterada o campo fica propício à sua aparição. Assim, é possível citar exemplos como: um tropeço em um terreno plano, ou mesmo o sujar de uma roupa na hora de comer algo.

Neste sentido, a reação do outro assume um caráter de brincadeira. Porém, tal brincadeira, ainda que esteja trespassada pelo riso descontraído, é exposta como uma espécie de correção. Isto é, como um ato de corrigir, no sentido disciplinar da palavra.

> Por isso, ela faz pairar sobre cada um, senão a ameaça de correção, pelo menos a perspectiva de uma humilhação que, mesmo sendo leve, não deixa de ser temida. Essa deve ser a função do riso. Sempre um pouco humilhante para quem é seu objeto, o riso é de fato uma espécie de trote social. (Bergson, 2004, p. 101).

O tipo de riso como inteligência pura abarca o entendimento sobre a faculdade racional humana de separar o que é sério daquilo que é cômico. Exemplo, as agressões e humilhações de *Valéria à Janete* sobre as suas características físicas. *É sabida* a seriedade do assunto. No entanto, racionalmente, as agressões e discriminações são postas de lado dando lugar ao riso. Como diz o autor: "A comicidade, dizíamos, dirige-se à inteligência pura; o riso é incompatível com a emoção" (Bergson, 2004, p. 104).

Porém, as representações de *Valéria Vasques*, na abordagem do autor sobre o riso como condição humana, se dão através de alguns rompimentos com uma ordem estabelecida, pois é nesse tipo de quebradura que nasce o riso com a função de corrigir as alterações ocorridas.

Dessa forma, ao romper com os padrões estéticos estabelecidos, representam uma espécie de avesso à moda e aos conceitos de beleza acordados, subjetivamente, pela sociedade. Ao fazerem isto, as personagens se enquadram, também, em outra ordem. A ordem do "grotesco" (Sodré e Paiva, 2002).

Logo, é percebido que há, também, a "anestesia do coração". A emoção é separada da razão, tanto sobre a hierarquia mulher bonita/mulher feia, quanto no discurso que intenta validar a aceitação do assédio como uma correção a divergência de um padrão de beleza dominante. Dessa forma, enquanto a razão permanecer separada do riso e da realidade apresentadas, o discurso é validado sem a presença da emoção de fato.

O autor dinamarquês Søren Kierkegaard, em sua dissertação de mestrado defendida em 1841 e intitulada o Conceito de ironia, buscava entender as dialéticas socrática e platônica. Segundo o mesmo, Sócrates e a sua concepção sobre a ironia são, portanto, o ponto de partida da filosofia, isto é, a face negativa de um fenômeno.

A ironia é uma forma de se falar as coisas. A arte de se dizer algo por via do seu contrário. Essa mesma arte, era utilizada por Sócrates quando queria descortinar os discursos dos sofistas, demonstrando que desconheciam aquilo de que falavam (Kierkegaard, 2013).

Vale ressaltar uma outra característica de Sócrates, pois segundo o autor, ele não era apenas um irônico, mas também um sedutor, conforme verifica-se em uma lamentação de Alcebíades em relação ao amor de Sócrates:

> E não somente a mim ele tratou desta maneira, mas também a Cármides, filho de Glauco, a Eutidemo, filho de Díocles, e muitos outros, que ele engana aparentando ser o amante, para então, em vez de amante, tornar-se o amado (Kierkegaard, 2013, p. 62).

Neste caso, fica explícito que, tanto a ironia quanto a sedução são fundamentais para o discurso do humor, haja vista o seu poder de estabelecer uma plataforma em que o irônico possa proferir humilhações e críticas em frases de duplo sentido, ao mesmo tempo em que uma plateia é seduzida.

Para o autor, uma das formas mais importantes da ironia *é exatamente a ironia romântica*. Ela se propagou, principalmente, através do pensamento de autores alemães como, por exemplo, Friedrich Schlegel, no início do século XIX. O que esse autor propõe, dentre outros, é que a ironia romântica é a que põe o homem em uma condição de vítima (Kierkegaard, 2013).

Nesse caso, o sujeito pode ser vitimado pelas circunstâncias, quando ele não tem nenhum controle sobre as resoluções de sua vida, ou pelo próprio caráter, que faz com que a vida seja um construto de ambiguidades. Assim, a ironia também poderia integrar esta concepção, pois altera a realidade vivida para outra desejada.

Entretanto, no que tange a sedução na ironia na abordagem de Sócrates pelo filósofo dinamarquês, pode-se perceber que ela seria o ponto de partida de uma abordagem na televisão para capturar o telespectador, já que, é preciso constituir o vínculo do processo comunicativo. Portanto, a ironia entre tantas outras definições, é também uma arte de comunicar. Entendendo que, exclusivamente na comunicação, esta arte da sedução é onde reside exclusivamente esse vínculo.

Neste caso, podem sem percebidas tanto a ironia quanto a sedução compreendidas no discurso de *Valéria Vasques* em relação à *Janete*. Enquanto a primeira discorre humilhações e criticas em frases de duplo sentido, a segunda torna-se mais admirada e seduzida.

Por outro lado, o comportamento da personagem *Valéria Vasques*, como uma transexual de classe pobre, traz consigo uma ironia latente como uma forma de sobrevivência para uma existência que a impõe uma marca, de ter sido homem, a qual *Janete não a deixa esquecer*.

Essa presença de um passado que lhe assombra a existência como uma espécie de causa natural, faz com que, as atitudes de *Valéria Vasques* transcorram em uma ironia demasiada. Ou seja, a ironia como efeito de uma realidade irremediavelmente insuportável.

O Riso como eficácia técnica

No contexto midiático, é tomado como base o processo de fomentação das Estratégias de Comunicação como abordagem voltada a uma educação singular do agir que, mediado pela televisão como "ambiência" (Sodré, 2006), circunscreve-se sob um conjunto de valores determinados e determinantes de ações que se valem do afeto e do sensível para superação de uma ótica da moral individual em contraponto a uma moral própria estruturante da Sociedade atual. Moral utilitária e de consumo, que no exemplo da personagem, opera com tais valores, na base do risível como fortalecimento e legitimação do próprio discurso.

A partir daí, o autor considerará as relações de observâncias dos fenômenos que permeiam a comunicação, nas relações mídia/sujeito, imbricadas em um processo compreensivo que se constrói, expansivamente e singularmente, sobre ela mesma (Sodré, 2006). Tal abordagem, além de ressaltar a autonomia do campo da Comunicação, se distanciará das abordagens que procuram explicá-la ou pelo viés da Indústria Cultural/marxista ou pelos estudos que a abordam sobre o prisma das ciências naturais.

A *mídia* constrói estratégias comerciais que são introjetadas, cognitivamente, e vinculadas ao contexto de "ambiência" (Sodré, 2006). Tal processo tem a intenção de reeducar os indivíduos aos moldes mercadológicos através dos meios de comunicação. Exemplo, o padrão estético que deve ser consumido que, no discurso do humor, seja sobre a representação do "grotesco" ou sobre a forma de "correção", é fortalecido e legitimado pelo risível que degrada e separa, na forma de categorias estereotipadas, tudo que difere do padrão de beleza já estabelecido.

É dentro do processo mercadológico que, talvez, exista uma fenda que se possa colocar o processo de estruturação do riso como construção voltada à eficácia. Para isso, faz-se necessária a abordagem do filósofo francês Jean-François Lyotard sobre técnica e "Pós-modernidade".

Para o filósofo francês, a diferença entre a modernidade e a pós-modernidade se dá na percepção de que a primeira, sobre o discurso científico, criava as verdades e as leis. Todo processo científico caminhava na relação causa/efeito como, por exemplo, a dialética de Marx que caminhava para uma resolução emancipatória da condição humana, com o fim do estado e ascensão do proletariado. Enquanto que na segunda, o saber é marcado pela dúvida, pela desconstrução ou por uma perspectiva eminentemente desconfiante.

É bem verdade que a sociedade atual é marcada pelo amplo desenvolvimento técnico-científico que resulta em profundas desigualdades sociais e insuficiente qualidade de vida. Neste contexto, as ações mercadológicas da televisão fundamentam e estimulam mudanças de hábitos e atitudes visando, o que Muniz Sodré, em sua obra aqui referida, chama de reeducação aos moldes mercadológicos.

No que diz respeito ao mercado do riso na televisão, o processo de produção não deixa de fora nenhuma possibilidade de desajuste, se vale da técnica e dos saberes sobre a mesma para alcançar a eficácia da mensagem. Nesse caso, pode ser tanto a eficácia mercadológica quanto a eficácia ideológica.

Assim, todo processo de ajustamento da linguagem a ser direcionada a um determinado público, é arquitetado com o objetivo de justapor os saberes tecnológicos aos resultados eficazes. E, então, tendo a televisão como um meio extremamente popular, percebe-se que tal processo de eficácia se valida na busca cirúrgica da modificação do comportamento individual ou coletivo. Nesse caso, voltada à reeducação mercadológica (Sodré, 2006).

A geração de novos hábitos e práticas de sociabilidades, interligada a manutenção do poder da televisão, assegura não só a sua hegemonia, mas uma espécie de onipresença de um saber "supremo" que, apresenta um discurso de verdade quase intransponível.

No entanto, tal discurso ou construção de verdade, naquilo que tange o caminho da eficácia pela televisão, vale lembrar, está sempre interligado ao poder. Ou como diz o filósofo francês Michel Foucault,

> Produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdade, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (Foucault, 2012, p. 224).

Assim, como síntese, o riso das classes abastadas revela uma ironia que deixa um espaço de fuga mínimo. O poder, com a aprovação do saber (Foucault, 2012), faz a manutenção constante de tais espaços.

A classe rica representa o inverso de si. Ela se traveste de pobre. Cria um discurso de verdade sobre beleza, cultura, política e economia que exacerba o riso como causa e efeito. Ela objetiva, através da ironia comunicacional, fazendo o próprio "pobre" rir dele mesmo, tornar incontestável as representações das classes menos favorecidas e gerar barreiras intransponíveis através da administrada do saber/poder.

Considerações finais

É percebido que o risível, por meio da atuação da personagem *Valéria Vasques,* é constantemente atravessado pela estrutura causa e efeito, pois os processos de formação do riso em seus quadros, tendo como causa as abordagens de Henri Bergson, são validados em suas abordagens de sustentação pela: inteligência pura, algo que é exclusivamente humano e inerente a um contexto social definido como explicitado anteriormente.

No entanto, tendo como base o caráter mercadológico da televisão e o uso da técnica como aparato que, por sua vez, minimiza a questão do ruído nas mensagens e constrói de uma forma precisa estes vínculos almejados, tornam-se notáveis algumas estratégias de co-

municação, transcrevendo assim, um movimento causa e efeito sob a ótica da reeducação do indivíduo.

Essa reeducação do público que é validada tanto pelos saberes técnicos quanto pelo discurso proferido através deles, ultrapassa o sentido natural do riso (raso e descontraído como objetivo de entreter) e adentra o contexto de uma eficácia. Nesse caso, mercadológica, no que diz respeito ao consumo da classe social em evidência e, ideológica, no que concerne aquilo que a sociedade legitima como uma beleza dentro dos padrões.

Bibliografia

BARDIN, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. Lisboa. Portugal. LDA.

BERGSON, Henri. (2004). *O Riso: Ensaio sobra a significação da comicidade*. São Paulo. Trad. Ivone Castilho Benedelli. Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (2012). *Poder e Saber. In: MOTTA, Manoel Barros. Michel Foucault: Estratégia, Poder-Saber. Ditos e Escritos IV*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Forense Universitária.

HELLER, Agnes. (2014). *O Cotidiano e a história*. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra.

KIERKEGAARD, Søren. Aabye. (2013). *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates*. 3ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes.

LYOTARD, Jean-François. (2011) *A condição Pós-Moderna*.. Rio de Janeiro. José Olympio. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa.

SODRÉ, Muniz. (2006). *Estratégias Sensíveis: afeto mídia e política*. Petrópolis, RJ. Vozes,

SODRE, M & PAIVA, R. (2002). *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: MAUAD.

Biografia

Elijerton Veras: Mestrando do PPGMC - IACS/UFF. Membro do Laccops (Laboratório de Investigação em Com Comunitária e Publicidade Social). Estuda: mídia, raça, classe social, humor. elijerton@gmail.com

João Victal: Mestrando do PPGMC - IACS/UFF. Membro do Laccops (Laboratório de Investigação em Com Comunitária e Publicidade Social). Estuda: Esfera pública e espaços digitais. E-mail: jvictal@gmail.com

Periodismo alternativo y comunitario: una revisión conceptual

Universidad del Norte

Sandra Meléndez-Labrador
slabrador@uninorte.edu.co

Resumen

La presente ponencia tiene por objeto presentar un amplio marco conceptual sobre los aspectos que puede precisar un estudio de prácticas periodísticas desde lo alternativo y lo comunitario. En primer lugar se presenta una introducción del contexto en el que podría ser el origen de ambas nociones. Seguidamente, se exponen aproximaciones desde lo filosófico, lo comunicativo y lo mediático, y finalmente se aborda las nociones de periodismo alternativo y periodismo comunitario. En el cierre se hace un llamado a enfocar el análisis de estas prácticas comunicativas mediadas por las nuevas tecnologías.

Palabras clave:

periodismo alternativo, periodismo comunitario, comunicación, medios

Abstract

This paper aims to present a broad conceptual framework on issues for study of journalistic practices on alternative and community places. First comes an introduction to the context in which could be the source of both notions. Then, the approaches are discussed from philosophical, communication and media, and finally the notions of alternative journalism and community journalism is addressed. Finally, it is an invitation to analice these communication practices mediated by new technologies.

Key words:

alternative journalism, community journalism, communication, media

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um amplo quadro conceptual sobre questões que podem exigir um estudo das práticas jornalísticas do alternativo e ccomunitario. Primeiro vem uma introdução ao contexto em que poderia ser a fonte de ambas as noções. Então abordagens são discutidas a partir filosófica, comunicação e mídia, e, finalmente, as noções de jornalismo alternativo e jornalismo comunitário são os destinatários. No encerramento é uma chamada para focalizar a análise dessas práticas de comunicação mediadas pelas novas tecnologias.

Palabras chave:

jornalismo alternativo, jornalismo comunitário, comunicação, mídia

Introducción

Hablar de periodismo alternativo o periodismo comunitario implica abordar construcciones conceptuales y categóricas de los campos del periodismo y de la comunicación 'para el desarrollo y el cambio social', y que podrían ser, por tanto, remitidos desde las áreas de la comunicación alternativa y comunitaria.

Desde sus raíces en los años 70, el pensamiento comunicacional en América Latina ha buscado desarrollarse desde y con las comunidades, en el seno de un compromiso con los movimientos sociales y la crítica frente a la sociedad imperante (Alfaro, 2000), emergiendo así varias nociones referentes al campo de la comunicación para el desarrollo y el cambio social entre las que se destacan: la comunicación *horizontal* y democrática del boliviano Luis Ramiro Beltrán (1995) cuyo modelo se compone de acceso, diálogo y participación como factores interdependientes. La comunicación *dialógica* del argentino Máximo Simpson (Beltrán, 2005) caracterizada por el acceso amplio de los sectores sociales a los sistemas; la propiedad social de los medios; los contenidos favorables a la transformación social; los flujos horizontales y multidireccionales de comunicación; y la producción artesanal de los mensajes. Y la comunicación *participativa* de Servaes y Malikhao, cuyo modelo "acentúa la importancia de la identidad cultural de comunidades locales y de la democratización y participación a todos los niveles -internacional, nacional, local e individual" (2012, p. 46).

Se cuenta también las nociones de comunicación comunitaria, alternativa y ciudadana cuya diferencia, según Cicilia K. Peruzzo (2008), dependen del lugar social, del tipo de práctica comunicativa y de la percepción de los académicos, sin embargo, pueden compartir un mismo sentido político: como forma de expresión de segmentos empobrecidos de la población que se movilizan con el objetivo de satisfacer sus necesidades de supervivencia y de participación política con miras a alcanzar una justicia social.

De igual manera, se han constituido en esta transformación del campo los conceptos de grassroots media o medios de organizaciones de base (Gillmor, 2006), medios comunitarios (Howley, 2005), radio indígena (Cuesta, 2012), medios alternativos y ciudadanos (Rodríguez, 2001; 2010), medios radicales (Downing, 2001), otros como los medios locales, de minorías y de participación, hasta los referidos en la actualidad como medios solidarios o de contrainformación en Venezuela y Argentina, indymedia o indimedios en México, y alterradios en Bolivia y Perú.

Lo alternativo y lo comunitario

Para estudiar las prácticas periodísticas en medios comunitarios y alternativos se hace necesario conocer en primer lugar los alcances y las limitaciones de las nociones de lo comunitario y lo alternativo, de la comunicación comunitaria y la alternativa, de los medios comunitarios y los alternativos, del periodismo comunitario y el alternativo (y sus aproximaciones), y del rol del periodista en esos medios.

En ese orden, es preciso especificar las perspectivas de lo ciudadano y lo comunitario. Con respecto a *ciudadanía*, se puede concebir a los sujetos involucrados: periodistas y prosumidores (Islas, 2008) como sujetos y ciudadanos activos -no receptores-, preocupados por su entorno y por los otros. Desde la perspectiva de la politóloga belga Chantal Mouffe, ellos buscarían transformar su realidad y la de los demás a través de sus relaciones e interacciones cotidianas, en este caso, desarrolladas también en escenarios virtuales. Por el otro lado, desde la filosofía del *Buen Vivir* de Acosta (2009) habla de "recuperar el sentido de comunidad, donde las familias y las redes sociales urbanas y rurales juegan un rol fundamental para volver a mirar al otro como uno solo, entendiendo sus vínculos y sin que el mercado sea el fin de las relaciones sociales" (p.106). Adicionalmente, se pueden vincular los conceptos de 'new communities' o comunidades online, es decir, personas que interactúan en el ciberespacio y que

tienen bastante claro que la proximidad geográfica no es en todos los casos una condición o cualidad necesaria de comunidad (Bailey, Cammaerts & Carpentier, 2007).

Adicionalmente, la brasilera Peruzzo (2011) propone una visión conjunta para discutir las posibles intersecciones entre comunicación comunitaria, popular y alternativa con la cibercultura, abordándola como una otra comunicación, como una contra-comunicación que surge en la arena de los movimientos sociales, de las comunidades y de otros grupos sociales subalternos, que debe trascender la comunicación mediada por computador para incluir en el proceso el desarrollo de las culturas de la información, de la comunicación y del conocimiento. En resumen, para la autora abordar la comunicación comunitaria en el ciberespacio requiere interpretaciones de una visión de mundo interconectado con el espacio físico a través de las personas más allá de los canales, ejerciendo la libertad de expresión, ofreciendo contenidos de opinión de estos movimientos, comunidades y grupos, "como una herramienta de sensibilización y movilización dirigida a la organización popular y al cambio social, partiendo siempre de las carencias y necesidades de los sectores en cuestión" (2011: 5).

Como último paso, considero fundamental tener en cuenta la propuesta de Olga Bailey, Bart Cammaerts y Nico Carpentier (2007) de articular la identidad de los medios alternativos como relaciones supeditadas a las particularidades de los contextos de producción, distribución y consumo, yendo más allá de las distinciones dicotómicas que se hacen desde lo comercial y no comercial o desde lo hegemónico y contrahegemónico. Estas relaciones fueron analizadas en los casos de estudio a través de los cuatro enfoques que proponen los autores: 1) de servicio a la comunidad, 2) de alternativa a lo masivo, 3) de articulación a la sociedad civil y 4) como medios rizomáticos. En términos prácticos, estos enfoques ofrecen un abordaje teórico-metodológico lo suficientemente amplio para analizar las prácticas comunicativas que tienen lugar en medios alternativos y comunitarios en cualquier contexto social y cultural.

Periodismo alternativo y comunitario

Cabe mencionar que se puede pasar a revisar directamente las nociones de periodismo alternativo y comunitario, las cuales no resultan ser recientes en el ámbito académico internacional. *Periodismo alternativo* se abre paso en 1985 desde el enfoque moral que le da Traber a la comunicación en la arena teológica; mientras que *periodismo comunitario* aparece en 1995 como nueva denominación para el periodismo público o cívico sobre la cual el ecuatoriano Rubén Darío Buitrón invita a reflexionar. En total, son casi tres décadas en los que parece escasa la producción científica en este tipo de prácticas periodísticas.

En primer lugar se abordará el *periodismo alternativo* o *alternative journalism*. Se encontró el significativo trabajo de Chris Atton, quien junto con Hamilton esbozan una pre-noción centrada en la especialización, el estatus profesional y la identidad individual en el ejercicio periodístico alternativo. A su vez, Atton coincide con otros expertos como Wickenden y Harcup en que desde un nivel epistemológico considerar las prácticas de los productores de medios alternativos como periodismo alternativo significa criticar la ética, normas y rutinas del periodismo profesionalizado, como uno de sus tres propósitos (Atton, 2010, p. 273); los otros dos son: sugerir "otras" formas de hacer periodismo y ofrecer habilidades y abrir posibilidades a los que deseen trabajar en los medios "ciudadanos" (Atton, 2003, p. 271).

Asegura también Atton (2010) que las prácticas de periodismo alternativo permiten otras formas de re-imaginar el periodismo y no solo adoptar prácticas mediáticas con propósitos de auto-educación y empoderamiento de la comunidad; consisten en reconocer la relación entre las prácticas mediáticas dominantes y profesionalizadas y las marginales y amateur. De manera rigurosa se propone establecer las características y desafíos, los asuntos éticos, los méritos y límites de esta área, al tiempo que analiza los asuntos metodológicos en los cuales el periodismo alternativo y ciudadano tiende a abordar desde el enfoque cualitativo las experiencias de los productores de medios.

Pero es la bibliografía crítica que elabora junto con Hamilton la que permite establecer un punto de partida concreto del periodismo alternativo (Atton y Hamilton, 2008) donde, entre otros, se expone a la luz lo que Hamilton consideró los primeros ejemplos de periodismo alternativo en la modernidad temprana: las prácticas de 'wall-writting' y 'personal commonplace books', aunque sentando una difusa diferenciación con los que un par de años antes John Downing y otros caracterizaron como medios radicales: teatro de calle, afiches, murales y graffiti.

Recientemente, siguiendo el triple propósito del periodismo alternativo de Atton mencionado anteriormente, se encuentran estudios de caso como el de las rutinas de los periodistas alternativos y comunitarios online en EEUU (Carpenter, Nah y Chung, 2013), y el de los holandeses Poell y Borra (2012) que abordan la apropiación de los ciudadanos de las redes sociales Twitter, Youtube y Flickr como plataforma de protesta en el evento del G20 en Toronto, evidenciando nuevas prácticas de reportaje en línea y de participación en la producción de contenidos.

Por otro lado, Bekken (2008) aclara en la International Encyclopedia of Communication que alternative journalism es un concepto fluido, a menudo atribuido a una amplia gama de prácticas de los medios de comunicación unificadas sólo por ser diferentes al periodismo de los llamados medios masivos. Asegura que dicha definición puede abarcar todo, desde semanarios de entretenimiento con espacios publicitarios hasta los medios de comunicación clandestina de los movimientos revolucionarios, y la asocia con términos como Citizens' Media (Rodríguez, 2001), Community Media, Development Journalism, Media Democracy Movement, y Social Mobilization.[1]

En cuanto al rol del periodista alternativo, Bekken (2008) afirma que los estudios recientes se centran en las prácticas que desafían la típica división comunicador/audiencia de los grandes medios de comunicación, incluyendo la gama de voces que presentan y privilegian a los marginados y excluidos en la búsqueda de noticias por sobre las élites tradicionales, como una identificación consciente con el público de que se sirve y una concepción del periodismo que promueve la acción social.

Finalmente, por el lado alternativo del periodismo es necesario mencionar el trabajo de Harcup (2013) en su libro "Alternative journalism, alternative voices", que no dista de los anteriormente mencionados en un sentido democrático y de participación ciudadana, ya que concibe esta noción como catalizador de ciudadanías activas a las que les da voz. Al igual que en su artículo del mismo nombre (Harcup, 2011) hace un interesante recorrido por la literatura que presta atención a los medios alternativos y que permiten ubicar tanto la procedencia como la diferenciación de los enfoques; tal es el caso de la noción de ciudadanía que aborda Clemencia Rodríguez basada en los aportes de Mouffe, ya que para ella no se trata de dar voz sino de construirla juntos. Otra de las conclusiones de Harcup que vale la pena resaltar aquí es la coincidencia con otros expertos en lo que Atton y Hamilton afirmaron en 2008: el periodismo alternativo busca un compromiso con la gente común como un conjunto de voces las cuales tienen el mismo derecho de ser oídos que tienen las voces de los grupos de élite.

De otra parte, el *periodismo comunitario* es abordado en menor medida que el alternativo en revistas científicas[2], destacándose en tal escasez los aportes desde Brasil. Pena de Oliveira define esta noción como "aquel que atiende las demandas de la ciudadanía y sirve como instrumento de movilización social" (2009, p. 196). Nuevamente aparece el trabajo de Peruzzo (2008), quien a través de una investigación bibliográfica de corte histórico-dialéctico se propone rescatar los conceptos de comunicación popular, alternativa y comunitaria en su fase de origen, es decir, en el contexto de los movimientos sociales y de las comunidades, para alentar

1 El concepto de Community Journalism no tiene aún su espacio en la International Encyclopedia of Communication, la fuente de actualización en línea por expertos a nivel mundial más autorizada en el campo.

2 De Brasil, Ecuador y Puerto Rico. Las demás publicaciones son de España, Sudáfrica, Taiwán, Australia, Holanda, Reino Unido y Estados Unidos mayoritariamente.

una discusión sobre las reelaboraciones planteadas en la actualidad y de las cuales emerge el periodismo alternativo.

Peruzzo, a partir del análisis de la prensa brasilera, habla de 'periodismo popular-alternativo' (o de base popular) como el que se materializa de modo participativo, el cual se configura y circula en el mismo universo de la comunicación popular y comunitaria una vez se liga a movimientos populares, asociaciones, ONG, etc. También habla de 'periodismo alternativo colaborativo' (de información general o especializada) como el que "se ocupa, fundamentalmente, de transmitir una visión diferenciada y crítica de los acontecimientos que normalmente ya son tratados por los grandes medios de comunicación de masas, además de temas omitidos por éstos". Y finalmente agrega el 'periodismo alternativo autónomo' como la "prensa producida por individuos aisladamente o hasta por microempresarios" y que puede contener información general, literaria, política, etc. (2013, pp. 368-369).

Siguiendo el método de análisis de la prensa brasilera, Dennis De Oliveira[3] (2011) habla de 'jornalismos alternativos' como experiencias de publicaciones (prensa alternativa) que se articulan con otra perspectiva, contraria a la tendencia de los medios hegemónicos de controlar las fronteras para definir las voces legítimas e ilegítimas en el debate público, aunque ya no en un ejercicio de lucha contra el silencio impuesto (por las dictaduras militares) sino de ampliación de las voces; para ello propone en la práctica aumentar el espectro de las fuentes en lo que llama un debate público amplificado que incluya, además de las fuentes oficiales (gobierno u oposición) e intelectuales (investigadores y expertos), otras fuentes como los líderes de movimientos sociales (representantes de organizaciones sociales y movimientos populares) y los ciudadanos comunes, personas sin relación alguna con las anteriormente mencionadas (2011, p. 59).

Por esa misma línea de ciudadanía se van Tristão y Musse (2013), esta vez para exponer la categoría 'jornalismo comunitário' únicamente como sinónimo de 'jornalismo popular' en un artículo que cuestiona el déficit de formación de ciudadanos críticos presente en los medios impresos alternativos.

De igual manera, Ureña en Costa Rica aborda el periodismo comunitario desde un enfoque holístico de participación ciudadana, definiendo esta noción como "forma de expresión popular al alcance de todos los seres humanos. Su práctica consiste en que ciudadanos de cualquier oficio o profesión se organizan para dar a conocer los temas que les afectan" (2014, p. 4), basándose en lo contra-hegemónico que habla De Sousa[4] y en la emancipación del oprimido que sembró Freire[5]. Propone un ejercicio periodístico donde la agenda mediática debería ser definida ya no internamente sino a partir de las experiencias y necesidades de los ciudadanos; un proceso llevado a cabo por no titulados en periodismo con vocación y pasión, "de manera empírica, artesanal, poco estructurada, de manera libre, matizado por lo rústico y con un sentido pragmático" (p. 18).

En cuanto a literatura sobre el periodismo comunitario, "Fundations of community journalism" (Reader y Hatcher, 2012) explora conceptual, teórica y metodológicamente este ejercicio comunicativo, así como las consideraciones multiculturales que demanda su naturaleza, convirtiéndose en una publicación fundamental para disipar un poco más los matices encontrados en el campo. Por su parte, The University of North Carolina Press, desarrolló dos interesantes publicaciones: una donde Lauterer (2006) expone de manera seductora, a partir de experiencias de la vida real, todo lo que un estudiante universitario debe saber sobre periodismo comunitario; y otra en la que Abernathy (2014) llama la atención sobre las posibilidades de supervivencia con que cuentan en la actualidad estos medios frente a la amenaza que el internet les impuso desde hace cerca de dos décadas.

---

3 Profesor de la Escuela de Comunicaciones y Artes, y miembro del grupo de investigación de Jornalismo Alternativo e Popular de la Universidade de São Paulo.

4 Se refiere a su obra "Democratizar la democracia: los caminos de la democracia participativa" de 2004.

5 Hace referencia a su obra "Pedagogía del oprimido" de 1970.

Cierre

El anterior fue un marco conceptual desde el cual se invita a gestar estudios sobre las prácticas periodísticas que se configuran desde y para grupos sociales marginados por los medios de comunicación tradicionales. Por ejemplo, teniendo en cuenta las potencialidades que han ofrecido las plataformas digitales a las *otras comunicaciones* -además de la significativa reducción de costos de producción- como la hipertextualidad, la multimedialidad, la interactividad, la memoria, la instantaneidad, la personalización y la ubiquidad (Canavilhas, 2014), vale la pena incluir en la agenda investigativa el análisis de las formas como se da voz o se amplifican voces y temáticas -por mucho tiempo acalladas e ignoradas- y como se establecen nuevas formas de participación ciudadana y comunitaria en lo que actualmente se conoce como ciberperiodismo, periodismo online, periodismo digital, web periodismo y blog periodismo.

Referencias

Abernathy, P.M. (2014). *Saving Community Journalism: The Path to Profitability*. UNC Press Books.

Acosta, A. (2009). El buen vivir: una vía para el desarrollo. Quito: Abya-Yala.

Alfaro, R. (2000). Culturas populares y comunicación participativa: en la ruta de las redefiniciones. *Razón y Palabra,* 18.

Atton, C. (2003). What is 'alternative' journalism? *Journalism,* 4, pp. 267-272.

Atton, C. (2010). Alternative and citizen journalism. En Wahl-Jorgensen, K., & Hanitzsch, T. (eds.). *The handbook of journalism studies*. Routledge. Traducido del original.

Atton, C., y Hamilton, J. F. (2008). *Alternative journalism*. Sage. Traducido del original.

Bailey, O., Cammaerts B., & Carpentier, N. (2007). *Understanding alternative media*. McGraw--Hill International.

Bekken, J. (2008). *Alternative Journalism*. The International Encyclopedia of Communication.

Beltrán, L. (2005). *La comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: un recuento de medio siglo*. Ponencia presentada en el III Congreso Panamericano de la Comunicación en Argentina.

Buitrón, R.D. (1996). Periodismo comunitario: más preguntas que respuestas. *Chasqui*, 56, pp. 17-18.

Canavilhas, J. (coord.) (2014). *Webjornalismo: 7 caraterísticas que marcam a diferença*. LabCom, Portugal.

Carpenter, S., Nah, S., y Chung, D. (2013). A study of US online community journalists and their organizational characteristics and story generation routines. *Journalism*, 1464884913511567.

Cuesta, O. (2012). Investigaciones radiofónicas: de la radio a la radio indígena. Una revisión en Colombia y Latinoamérica. *Anagramas*, 10(20), pp. 181-196.

De Oliveira, D. (2011). Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. *Signo y Pensamiento*, 30(58), pp. 52-63. Traducido del original.

Downing, J. (2001). *Radical media. Rebellious Communication and Social Movements*. London and New Delhi: Thousand Oaks (Ca).

Gillmor, D. (2006). *We the media: Grassroots journalism by the people, for the people*. O'Reilly Media, Inc.

Harcup T. (2011). Alternative journalism as active citizenship. *Journalism*, 12(1), pp. 15-31.

Harcup T. (2013). *Alternative Journalism, Alternative Voices*. Taylor and Francis Books.

Howley, K. (2005). *Community media: People, places, and communication technologies*. Cambridge University Press.

Islas-Carmona, J. (2008). El prosumidor. El actor comunicativo de la sociedad de la ubicuidad. *Palabra Clave*, 11 (junio-Sin mes), 29-39.

Lauterer, J. (2006). *Community journalism: Relentlessly local*. Univ of North Carolina Press.

Pena de Oliveira, F. P. (2009). *Teoría del periodismo*. Comunicación Social.

Peruzzo, C. (2008). Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. *Palabra Clave*, 11(2). Traducido del original.

Peruzzo, C. y otros (eds.) (2011). *Trazos de una otra comunicación en América Latina. Prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales*. Bogotá: Universidad del Norte.

Peruzzo, C. (2013). Aproximaciones entre la comunicación popular y comunitaria y la prensa alternativa en Brasil en la era del ciberespacio. En Sierra F. y Martínez M. (Coords.) *Comunicación y Desarrollo. Prácticas comunicativas y empoderamiento local*. Barcelona: Gedisa.

Poell, T., y Borra, E. (2012). Twitter, YouTube, and Flickr as platforms of alternative journalism: The social media account of the 2010 Toronto G20 protests. *Journalism*, 13(6), pp. 695-713.

Reader, M. y Hatcher, J. (eds.) (2012). *Foundations of community journalism*. SAGE Publications.

Rodríguez, C. (2001). *Fissures in the mediascape: An international study of citizens' media*. Hampton Press (NJ).

Rodríguez, C. (2010). De medios alternativos a medios ciudadanos: trayectoria teórica de un término. *Folios*, 21, pp. 13-25.

Servaes, J., y Malikhao, P. (2012). Comunicación participativa: ¿el nuevo paradigma? *Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación*, 1(4).

Traber, M. (1985). *Alternative journalism, alternative media*. London: World Association for Christian Communication.

Tristão, M.B., y Musse, C.F. (2013). O direito à informação eo (ainda restrito) espaço cidadão no Jornalismo Popular impresso. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 36(1).

Ureña, L. (2014). Periodismo comunitario en Costa Rica: la información en manos de la ciudadanía. *Rupturas*, 4(1), pp. 2-23.

Biografía

Sandra Meléndez Labrador. Comunicadora social organizacional de la Universidad Autónoma de Bucaramanga (UNAB), Magíster en comunicación estratégica de la Universidad Andina Simón Bolívar (UASB), y becaria del Doctorado en Comunicación de la Universidad del Norte en Colombia. Actualmente hace parte del Grupo de investigación en discapacidad y comunicación (GIDYC) de la Universidad CEU Cardenal Herrera de España; y desarrolla su tesis doctoral en torno a las percepciones de los deportistas colombianos con capacidades diversas sobre el tratamiento periodístico en los Juegos Paralímpicos de Río 2016. Sus líneas de investigación son: comunicación organizacional y discapacidad, y medios, discapacidad y enfermedades raras.

Rol de la comunicación comunitaria en el proceso de construcción de paz en Colombia[1]

Universidad Central, Colombia

Sandra Liliana Osses Rivera
sossesr@ucentral.edu.co

Resumen

La ponencia presenta una lectura crítica de las radios comunitarias en Colombia partiendo de una discusión de los abordajes teóricos que se han realizado sobre el sentido de lo comunitario. Se identifican en los discursos y prácticas de los actores que producen estos medios las tensiones que experimentan, las cuales se convierten, a su vez, en desafíos y finaliza con una reflexión proyectada hacia el rol de estos medios en la coyuntura actual del país. El análisis está orientado a aportar elementos para la comprensión del papel que puede jugar la comunicación comunitaria de cara al posible logro de una paz negociada en Colombia.

Palabras clave:

Comunicación comunitaria; radio comunitaria en Colombia; comunicación para la paz.

Abstract

This paper presents a critical review about the community radio in Colombia based on a discussion of the theoretical approaches that have been done about the sense of the community. It identify tensions in the discourses and practices of the actors who produce these experiences that become in challenges. Finally, the objetive is comprehend this rol like peacebuilding agents.

Keywords:

Community media; community radio in Colombia; communication for peacebuilding.

Introducción

¿Por qué esta falta de visión del papel fundamental del amor como el dominio
de las acciones que constituyen al otro como un legítimo otro
en la convivencia con uno en nuestro presente cultural?
Humberto Maturana

En un largo recorrido que no acaba, en el que sigo persiguiendo el sentido de lo comunitario como camino para pensar una comunicación que transforme, que configure territorios

1 Esta ponencia retoma y amplía el trabajo "En medio de la encrucijada: Análisis crítico de las radios comunitarias en Colombia" presentado en el Encuentro Internacional ICOM 2015 promovido por ULEPIC y realizado en diciembre en la Universidad la Habana, Cuba.

humanos, fortalezca tejidos sociales y proponga vínculos que interconecten otros mundos posibles; me encuentro con nuevas formas de comprender el sentido de lo comunitario y reconocer aquellos medios que se autodenominan o son categorizados como "medios comunitarios de comunicación" desde sus prácticas y saberes cotidianos. Desafiados por una realidad que los enfrenta a la convergencia y a una explosión de medios de comunicación que trascienden las nociones tradicionales, estos espacios se encuentran en una crisis fuertemente marcada por la incertidumbre en torno a su capacidad. Los conocidos avances de este sector en materia normativa y su potencial de movilización contrastan con una débil producción de conocimiento y con grandes dificultades de sostenibilidad. Adicionalmente, la emergencia de múltiples iniciativas insertas en nuevas matrices tecnológicas y la explosión de canales de comunicación unipersonal o de pequeños colectivos independientes hacen que sus móviles originales se pongan en cuestión.

Hoy, frente a una posible definición de los diálogos que terminen en un acuerdo de paz entre dos grupos insurgentes y el Estado colombiano, las comunidades y el mismo Estado se preparan para una posible transición. Transición que se ha entrometido en la vida cotidiana y el sentido común de los colombianos bajo la denominación de "posconflicto". En este contexto, varias voces han insistido en el importante papel que estos medios pueden jugar en la transformación. De hecho, existen varios programas promovidos por el Estado y organizaciones civiles[2] que buscan formar a los gestores de estos medios en una pedagogía que permita abonar el camino hacia la paz.

Por ello, se hace urgente realizar una lectura crítica del estado de las radios comunitarias en Colombia. Es pertinente analizar estos medios a la luz del papel que podrán jugar en un posible escenario futuro de postacuerdo y en general, en la construcción de la paz en la vida cotidiana de los ciudadanos y las comunidades de diversos lugares del país, teniendo como perspectiva procesos de nuevas configuraciones de territorios comunicativos.

Se trata de un tema que presenta un renovado interés en el mundo académico[3] (Hernández, 2016). En los últimos años ha aumentado la producción sobre el tema y se ha manifestado la necesidad de ampliar el conocimiento, profundizar en las dimensiones complejas del fenómeno y articular el conocimiento científico a los saberes y a las prácticas de los medios comunitarios. En este horizonte se ha propuesto la creación del proyecto "Observatorio de medios comunitarios y ciudadanos" del Departamento de Comunicación Social y Periodismo de la Universidad Central, en cuya primera fase se desarrolló un pilotaje sobre el estado del arte sobre los medios comunitarios y ciudadanos en Colombia, y se avanza en la generación de una red de instituciones académicas, públicas y de la sociedad civil interesadas en contribuir en dicho propósito.

Es en el marco de esta propuesta que se realiza el presente trabajo con el objetivo de avanzar en una reflexión sobre la comunicación comunitaria en Colombia –particularmente de la radio comunitaria- orientada a analizar las tensiones existentes en el ejercico cotidiano de los radialistas y las comunidades locales en que se insertan; situar los desafíos que enfrentan y aportar, sobre las coordenadas de reflexión teórica, elementos para la acción.

El devenir de los sentidos de lo comunitario

En un trabajo de rastreo exhaustivo de la noción de comunidad publicado recientemente se plantea un retorno a lo comunitario con dimensiones particulares en el caso latinoameri-

2 Ministerio de Cultura, Oficina del Alto comisionado para la Paz, Oficina de Víctimas y Red de radios comunitarias de Santander - Resander, entre otros.

3 En un estudio piloto para el estado del arte sobre medios comunitarios en Colombia realizado entre agosto de 2015 y enero de 2016, se revisaron 43 artículos científicos, ponencias, tesis de pregrado y postgrado producidos en Iberoamércia - y particularmente en Colombia- entre 2010 y 2015 usando una muestra limitada de bases de datos y repositorios.

cano debido a que "lo que está en juego sobre la comunidad y lo comuntario en el momento presente de los procesos y movimientos sociales en América Latina es inédito con respecto a la tradición moderna y contemporánea" (Torres, 2014, p.196). Desde la propuesta de Torres:

> (...) se hace necesario definir una perspectiva que reivindique el pontencial impugnador, instituyente y emancipador que le atribuyen algunos pensadores a la comunidad y que reivindican los movimientos de los pueblos originarios de América; a la vez, que tome distancia con toda visión esencialista, unitarista y homogenizadora de comunidad. Una perspectiva que retome el sentido político y ético, crítico y emancipador de lo comunitario como pluralidad, solidaridad, compromiso y corresponsabilidad entre sujetos singulares (p. 220)

Esta perspectiva propone en su realización el reconocimiento de que en las prácticas y experiencias está la posibilidad de comprender la potencia de lo comunitario, para lo cual se requiere de procesos de sistematización y autoreflexión de las mismas (p.198), lo cual considero que constituye uno de los puntos álgidos para la comprensión de la comunicación comunitaria en Colombia. Existe una profusión de trabajos que describen las experiencias concretas desde múltiples perspectivas sin lograr impactar de manera profunda en las tensiones y crisis que viven los medios comunitarios, ni proponer apuestas teóricas que flanqueen los obstáculos epistemológicos del campo.

En este sentido, la ruptura entre: a) la mirada normativa afincada en la fe en que la racionalidad garantiza la convivencia, particularmente en el modelo democrático; b) la lógica prescriptiva que propone lo comunitario desde un deber ser que intenta convertirse en marco teórico y c) la continua descripción de experiencias concretas desde miradas externas que difícilmente dan lugar a la autoreflexión y la reflexión puesta en diálogo con la comprensión teórica construyen, en gran medida, una encrucijada para el campo.

Es posible que en las críticas al dualismo de la modernidad y las aproximaciones a la cuestión social desde teorías de la complejidad existan algunas pautas que, en diálogo con propuestas más centradas en la política como la formulada por Alfonso Torres, brinden posibles salidas a los obstáculos descritos abriendo caminos para la conexión legítima con los espacios de producción de lo comunitario. Existen pistas interesantes como la propuesta por David Connell en su trabajo *Reformular la comunidad como un sistema social complejo* (En Gumucio, A. y Tufte, T. (comp.), 2008) que es importante seguir indagando.

En trabajos previos he trabajado en una propuesta que aboga por avanzar en este camino teniendo como centro la idea de sentido como prinicipal eje de la reflexión, buscando desprender la reflexión teórica de la marca normativa que es predominante. Este ejercicio ha estado marcado por la premisa (derivada de las apuestas fenomenológicas) de que el interés teórico derive de un interés legítimo o auténtico que tenga como punto de partida su vinculación con la experiencia.

> Lo anterior implica, también, reconocer que las acciones de los "seres del mundo" son expresiones de la manera en que estos otorgan sentido, antes que evidencias de posibles leyes o estructuras que estén a la base de sus posibilidades o las determinen en sentido estricto. Se entiende, pues, que la centralidad del concepto de sentido en el análisis de las prácticas sociales cuestione los puntos de partida de las construcciones teóricas que ha desarrollado la ciencia tradicional. Se trata de poner en evidencia que la ley no cobra valor explicativo en la ciencia por su capacidad de develar la forma como funciona el mundo, no resulta central por el hecho mismo de ser enunciada y comprender o no un fenómeno. El aporte de la ley está en el hecho de poner en relación las diferentes maneras en que nos acercamos a las cosas que nos rodean, nuestras formas de dar sentido a los fenómenos (Vega, 2010, p.21)

Así, puedo retomar la idea de que las radios comunitarias implican procesos de mediación y mediatización por lo que es en sus estructuras y formas de autoorganización (su discurso radiofónico, su configuración tecnológica, su propuesta comunicativa, sus interacciones y redes, etc.) que se encuentra la construcción del sentido de lo comunitario que les confiere un carácter distintivo y una capacidad para adaptarse. Los saberes y prácticas que producen, el know-how (en el sentido de Varela), su reflexividad son los elementos que podemos indagar.

Si retomo la definición desarrollada en estudios previos:

> Las radios comunitarias son medios de comunicación, construidos como hechos socioculturales a través de acciones colectivas, que adquieren su sentido de acuerdo a la noción de lo comunitario que construyen emisores, receptores y actores sociales insertos en el mundo social en que se desarrollan, a partir de procesos continuos de comunicación y negociación. Son medios de comunicación producidos por actores que se encuentran en posición de asimetría dentro del sistema comunicacional y social, y son dirigidos a grupos que se identifican con esta colocación dentro de una compleja red de relaciones sociales. (Osses, 2007: 77)

Puedo constatar que se organiza sobre la construcción del sentido que producen las radios insertas en sus contextos propios, pero aún existe un espacio de externalidad que impide penetrar en el sentido profundo de las estructuras que las configuran y permiten su constante movimiento, lo que implica una mirada profunda de la construcción intersubjetiva de las radios comunitarias en procesos de emancipación, resistencia y vinculación con las apuestas cotidianas del sentido.

Esta es una primera aproximación que abre múltiples cuestionamientos, pero en este caso funciona como provocación desde la que se plantea una aproximación a las tensiones que marcan la construcción de sentido que hacen los medios comunitarios, particularmente la radio, hoy en Colombia, frente a una coyuntura específica que ya se ha mencionado.

Las tensiones

Desde los saberes y las prácticas de los actores-productores de los medios comunitarios y particularmente de las radios comunitarias en Colombia se pueden evidenciar varias tensiones que, a riesgo de entrar en simplificaciones y aún desde un lugar marcado por la externalidad, sintetizo a continuación:

La tensión entre la fortaleza histórica y el mito fundacional

Las radios comunitarias en Colombia cuentan con una tradición histórica que les ha permitido gozar de un reconocimiento nacional e internacional cuyo principal referente es la experiencia de Radio Sutatenza. La continua recurrencia a esta experiencia con nostalgia y como símbolo de algo que busca sus raíces en los recuerdos y las anécdotas referidas a ella, más que al conocimiento profundo de la experiencia que permita un aprendizaje histórico, la erigen como demostración de la posibilidad de hacer “otra radio”, y al mismo tiempo la condenan a permanecer sólo como forma en los anales de la memoria colectiva.

La tensión entre los logros en materia normativa e institucional y la escasa capacidad de movilización

La normatividad lograda en Colombia en torno a las radios comunitarias desde su legalización a finales de los años 90 hasta las diferentes propuestas de política pública y creación de espacios en escenarios institucionales, principalmente del Estado. Es evidente una dinámica de hiperregulación de los medios comunitarios frente a lo que podríamos llamar casi "desrregulación" de los medios masivos. Sin embargo, se puede afirmar que gran parte de las políticas y normativas son evidencia de un proceso de movilización capaz de incidir en la institucionalidad, lo que contrasta con una intermitencia y debilitamiento de las acciones colectivas. Una de las causas de dicho decaimiento puede ser la continua generación de estrategias de coptación por parte del Estado, así como de procesos de competencia y supervivencia por parte de los mismos comunicadores comunitarios[4] que dificultan una respuesta social organizada.

La tensión entre los recursos invertidos en capacitación y las capacidades técnicas

Desde inicios de la década del 90 del siglo XX las instituciones del Estado y la cooperación internacional dedicaron esfuerzos y recursos a la formación (capacitación) de experiencias de radio comunitaria consideradas un potencial importante en la difusión de políticas, la respuesta a demandas sociales y la apropiación de proyectos de desarrollo diversos. Sin embargo, el balance en términos de resultados no es el esperado y en los espacios de encuentro la demanda por mayor formación sigue estando en los primeros renglones de las necesidades de los medios comunitarios[5]. La inversión también contrasta con las bajas capacidades técnicas que demuestran las emisoras, lo que redunda en dificultades de gestión y penetración en las comunidades y se traduce en obstáculo frente a propuestas transmediáticas y de convergencia que les impone el panorama global.

La tensión entre el anclaje local y la reducción del sentido de lo comunitario

Esta tensión puede tener una de sus causas en la normatividad, en tanto la definición de las radios comunitarias está determinada en la legislación colombiana a partir de una fijación del sentido de comunidad al espacio local, específicamente al municipio. Aunque es un modelo que se desborda en la realidad de las ciudades, la representación de lo comunitario anclado a un territorio definido como espacio desde la división política del Estado prevalece. Esta reducción del sentido de lo comunitario se debate con un esfuerzo de los radialistas por concebir el territorio como lugar de sentido, espacio sociocultural y, al mismo tiempo por lograr una soberanía sobre los sistemas comunicativos locales que los pone en disputa con medios de diferente naturaleza. En este sentido, la emulación de lo masivo también se pone en juego como representación de la puesta en escena mediática que conlleva una dificultad

4 En investigaciones previas (Osses, 2007 y Osses, 2002) se profundiza en la dinámica de movilización y acción colectiva, así como en los efectos de la normatividad en la práctica cotidiana de las radios. En la actualidad se desarrolla un análisis sobre las políticas públicas y legislación de la radio comunitaria en Colombia.

5 Durante el año 2013 y 2014 la Dirección de Comunicaciones del Ministerio de Cultura lideró cinco Mesas de trabajo regional en Neiva, Cali, Barranquilla, Medellín y Bogotá orientadas a construir lineamientos de política. A éstas asistieron representantes de medios comunitarios. La sistematización del proceso se encuentra en un Documento de trabajo, aún sin publicar, en el que se encuentran testimonios que dan cuenta de ésta y otras de las tensiones identificadas.

por configurar territorios con sentido que se traduzcan en las apuestas radiofónicas y el establecimiento de relaciones cercanas con los públicos locales.

La tensión entre la apuesta por la participación y la dificultad de interpelar los públicos

Estrechamente relacionada con la anterior, esta tensión expresa una de las prinicpales preocupaciones de las radios comunitarias en Colombia porque se traduce en el drama de la sostenibilidad. La vocación participativa de las radios que se ha impuesto desde un modelo prescriptivo de la radio comunitaria con una impronta del deber ser de una sola forma de participación de las comunidades, se ha convertido en una barrera para la gestión de la comunicación en lo local, en un abismo entre los productores y sus interlocutores que los pone en crisis. La pregunta reiterada de "para qué radios comunitarias sin audiencias" que circula en los espacios de discusión se convierte en la amenaza permanente a su existencia. Algunas experiencias han encontrado el sentido de lo comunitario en la construcción de vínculos afectivos y redes locales como base de la sostenibilidad social para garantizar la sostenibilidad económica; una fórmula exitosa pero lamentablemente minoritaria. De las 650 emisoras comunitarias que reporta el Ministerio de Cultura muchas se encuentran en la encrucijada de apostar por un proyecto que puede toma la forma de famiempresa para sobrevivir o de voluntariado colectivo sin perspectivas de enriquecimiento y proyección: "Un medio sin público no tiene sentido".

Conclusiones

Las tensiones expuestas brevemente son la evidencia de lo que podríamos llamar una encrucijada porque se convierten en obstáculos que frenan la posibilidad de construir con nuevo signo oportunidades para potenciar una realidad que cuenta con un proceso recorrido, con el reconocimiento y la legitimidad social. Pero, principalmente, que constituye una posibilidad cierta de construir entramados mediáticos que funcionen como sistema circulatorio de la cultura de paz que es un desafío construir. Las radios comunitarias, y los medios comunitarios en general, configuran una infraestructura mediática que tiene la potencia de comunicar sentidos de transformación en la vida cotidiana de una sociedad que se encuentra enfrentada a la exigencia histórica del cambio, no desde lo discursivo o desde lo meramente formal sino desde los saberes y las prácticas cotidianas.

La paz, ese discurso vacío de sentido, puede tomar forma en las interacciones con sentido que se establezcan en el seno de las comunidades y entre ellas con la comunidad nacional, y las radios comunitarias pueden ser uno de los lugares propicios para ello. Esto lo saben todos aquellos que insisten en vincular las radios comunitarias a proyectos de futuro en un escenario posterior al posible logro de diálogos con actores armados y lo saben quienes desde las experiencias situadas se esfuerzan por comprender sus desafíos y actuar. En la continuidad de la reflexión teórica sobre una realidad nodal en el paisaje comunicativo colombiano pueden abrirse caminos para salir de la encrucijada.

Bibliografía

Connell, D. (2001) "Las teorías de sistemas complejos" (En Gumucio, A. y Tufte, T. (comp.), 2008) (2008) Antología de la comunicación para el cambio social, Consorcio de Comunicación para cambio social, Bolivia. p.1094-1103

Kivikuru, U. (1993) "Hacia el camino comunitario". En Gumucio, A. y Tufte, T (comp.) (2008)

Antología de la comunicación para el cambio social, Consorcio de Comunicación para cambio social, Bolivia. p.1054-1063.

Osses, S. (2007) La disputa por el sentido. Radio Comunitaria en América Latina. Estudio de tres radios comunitarias en México. Tesis de Doctorado, UNAM, México.

Osses, S. (2002) Nuevos sentidos de lo comunitario: La radio comunitaria en Colombia. Tesis de maestría, FLACSO- México.

Osses, S. (comp.) (2014) Lineamientos de política de la Dirección de Comunicaciones del Ministerio de Cultura. Documento de trabajo.

Silverstone, R. (2004) *¿Por qué estudiar los medios?* Amorrortu editores, Buenos Aires.

Torres, A. (2014) *El retorno a la comunidad*, Editorial El Búho y Fundación CINDE, Bogotá.

Vega, Violetta. (2010). *Cuerpo, diálogo y educación. Una aproximación desde la fenomenología* (Tesis laureada). Fundación Centro Internacional de Desarrollo Humano. Bogotá.

Biografía

Comunicadora Social de la Universidad Javeriana, Maestra en Ciencias Sociales por FLACSO-México y Doctora en Ciencias Políticas con orientación en Ciencias de la Comunicación por la UNAM. Docente - Investigadora del Departamento de Comunicación Social y Periodismo de la Universidad Central. Miembro activo del Grupo de Investigación: Comunicación Educación, adscrito al IESCO. E-mail: sossesr@ucentral.edu.co

Tiempo, espacio y objetos. ¿Cómo reconstruir la historia de una comunidad a partir de los objetos?

Instituto Tecnológico de Monterrey
Campus Querétaro

Judith Cortés Vásquez
jcortesv@itesm.mx

Sandra García Ángeles
sgarciaa@itesm.mx

Itzel Yllescas Balderas
itzel.yllescas@gmail.com

Resumen:

Con la creciente movilidad social en todas las esferas, los procesos identitarios y la construcción del arraigo se van nutriendo de experiencias personales y colectivas que poco a poco van dando sentido a las nuevas relaciones de los individuos con su nuevo entorno.

Este documento comparte la experiencia realizada en el municipio de Bravo, un poblado al sur de la ciudad de Querétaro, México, en donde se trabajó un modelo de reconstrucción de la historia colectiva a partir de los objetos, posibilitando que los miembros de la zona expongan y compartan su propia historia y recuperen así la narrativa colectiva de la población en los últimos 80 años.

Mediante esta metodología de trabajo, se genera un espacio de comunicación e interacción intergeneracional en donde los conceptos de identidad, narrativas, representaciones simbólicas, valor simbólico, animación en 3D y transformación social del imaginario colectivo, son la clave. Este trabajo presenta las reflexiones hechas de la metodología utilizada, el modelo de registro y funcionamiento de un museo comunitario creado con y para los pobladores de la comunidad.

Palabras clave::

Narrativa, educación, imaginario colectivo, museo comunitario, identidad.

Abstract:

With increasing of social mobility in all areas, identity conformation and the sense of belonging draw on personal and collective experiences that gradually give a sense of relationship between individuals and their changing environments.

The following paper shares a research experience on Bravo's municipality, a town located in southern Queretaro, Mexico. There, a model for reconstruction of social memory and collective history through everyday objects was implemented, which motivated members of the area to share their own history and to recover the communitarian narratives of the last 80 years.

Through anthropological methodology, a space for communication and intergenerational interaction was created, where identity, narrative, symbolic representations, symbolic value, and social transformation of the collective imaginary were key concepts. All these, supported by professional curatorship and museology strategies, such as 3D animation. This document presents some reflection on the methodology used, the tools for

register of data, and the performance and success of a communitarian museum established with the support of the residents of Bravo.

Key words:

Narrative, education, collective imaginary, community museum, identity.

Resumo:

Com a crescente mobilidade social em todas as áreas, os processos de identidade e a construção de enraizamento vão nutrindo de experiências pessoais coletadas pouco a pouco que vão dando sentido a novas relações dos indivíduos em seu novo ambiente. Neste arquivo compartilho a realidade no município de Bravo, uma cidade do sul da cidade de Querétaro, no México, onde o modelo de trabalho de reconstrução da história coletada a partir de objetos, possibilitou que os membros da área exponham e compartam sua própria história, e assim, recuperar a narrativa coletada da população nos seus últimos 80 anos. Usando esta metodologia, um espaço de comunicação e interação entre as gerações onde os conceitos de identidade, narrativas, representações simbólicas, valor simbólico, animação em 3D e transformação social do imaginário coletivo, são a chave gerada. Este artigo representa os reflexos da metodologia utilizada, um modelo de registro e funcionamento de um museu comunitário criada para moradores da comunidade.

Palavras chave:

Narrativa, educação, imaginário coletivo, museu da comunidade, identidade.

Introducción

El museo es un espacio que encapsula distintos tiempos y contextos. Mediante los objetos y las exposiciones se van narrando realidades y conformando historias. Para muchos, el museo es visto como una entidad ajena a la realidad actual, un viaje al pasado digno de admiración, pero en el que generalmente no hay apropiación. El espectador asiste y admira las piezas ahí presentes. No obstante, el museo también puede ser herramienta de acercamiento comunitario, creación de memoria colectiva y reforzamiento de identidad. El presente texto es un recorrido teórico y práctico de cómo una comunidad ubicada en el estado de Querétaro armó un museo de objetos, narraciones, personajes, lugares y tiempos sociales. Un museo que lejos de quedar como un espacio inmóvil, se convirtió en un ente viviente con mucho que contar.

El documento se divide en dos partes centrales: marco teórico y metodología aplicada al caso de la comunidad de Bravo. En la primera parte se va trazando un camino lógico de cómo se construye la historia colectiva mediante prácticas cotidianas, espacios, tiempos, objetos y la evocación constante a la memoria. En cambio, la segunda parte trata el tema específico de Bravo, con sus características particulares. Además, en este apartado se encuentra la metodología implementada para la planeación, diseño, creación y registro del museo comunitario.

Marco teórico

La historia de la cotidianidad

En un enfoque tradicional y un tanto occidental, se ha considerado que existe una historia universal, conformada solamente por hechos "relevantes", héroes dignos de ser imitados, grandes batallas y otros elementos que sumados se convierten en la historia oficial utilizada para fines estatales. Sin embargo, desde finales del siglo XX ha surgido una iniciativa por crear nuevas historias en la que todos puedan ser protagonistas y narradores de las mismas.

Las nuevas historias se van al nivel de la persona común, de los individuos quedados en los márgenes, sin el espacio de narrar o ser narrados. Ante la iniciativa de encontrar nuevas formas de construir la historia, se crea el enfoque del estudio de lo cotidiano. En el estudio de lo cotidiano se recupera el pasado de la "gente que ya no debería identificarse como masas, sino que podría tener su propio rostro y personalidad" (Gonzalbo, 2006: 20). La mirada en esta rama de la historia se va hacia lo rutinario, las dinámicas familiares, la vida privada, las características específicas de los pueblos, la tradición culinaria, la demografía, el acomodo espacial y los objetos del día a día, entre otros elementos.

La memoria y el capital simbólico de la comunidad

Ahora bien, la relación entre la historia y la memoria ha sido un tema de debate. Para Maurice Halbwachs (2011), la historia oficial o tradicional y la memoria son antagónicas (p. 128). Esto porque la historia presenta límites rígidos, dividido en etapas cronológicas demarcadas por una serie de acontecimientos bien seleccionados y plasmados; en cambio la memoria es vista como un continuo o proceso mediante el cual el individuo puede acceder a los episodios del pasado de manera fragmentaria. Sin embargo, la nueva concepción historiográfica de micro historias y de cotidianidad, requiere del ejercicio de memoria individual y colectiva para poder recuperar constantemente aquellos episodios personales o compartidos, creando así historias incluyentes.

La creación de una memoria colectiva, aunada a la conformación de la historia de un grupo o comunidad da un sentido de identidad y pertenencia. Bien establecía Philippe Ariès al mencionar que "el gusto actual por la historia deriva de la necesidad del hombre moderno de encontrar un pasado en el que se sienta integrado y que le ayude a reconocerse como sujeto dentro del ambiente familiar y local" (Ariès cit. en Gonzalbo, 2005: 21). Aún más con el crecimiento de las urbes, la movilidad de gran parte de la población y su rápida transformación social, la búsqueda de lugares simbólicos comunes se ha convertido en una necesidad importante que permite a las pequeñas comunidades y las grandes ciudades, establecer un código compartido que los una para construir un destino común.

Suele ser que las nuevas generaciones, expuestas a una realidad mediática contemporánea, muy centrada en el ahora, construyen en los más jóvenes una serie de referentes históricos de bajo alcance; hay tanta información circulando sobre un mundo global que los aspectos locales, antes muy presentes en los miembros de la comunidad, se van difuminando y en algunos casos son casi inexistentes. De ahí la importancia de volver a las narrativas locales, a los hechos cercanos para generar arraigo y sentido de comunidad.

Como bien lo señalan diferentes autores, el tiempo y el espacio son los ejes centrales sobre los cuales se construyen las historias. Así Nelson Molina, destaca: "El tiempo existe en la medida que es recordado, en el espacio que es narrado. El tiempo es cambio en el espacio, es la objetivación de las transformaciones de la experiencia y los objetos a través de la palabra, y sabemos de él en tanto que se puede proyectar el cambio en coordenadas de pasado, presente y futuro". (Molina, 2006:5)

Y es desde esta proyección de coordenadas donde se hace necesario mover a las generaciones más jóvenes para cultivar una visión del pasado, pero un pasado que vas más allá de las narraciones presentadas en los libros de historia. Se necesita ese testimonio de la cotidianidad, con nombres y apellidos, con usos y costumbres, con personajes cercanos (abuelos y bisabuelos) quienes de forma vívida, exponen y recuerdan aquellos mundos en blanco y negro los cuales gracias a las palabras adquieren color, movimiento, aromas y luz. Es volver atrás y entender que lo vivido por otros, marca de forma directa quienes somos ahora y de forma indirecta quienes seremos o soñamos ser.

La historia guardada en los objetos.

La existencia de los museos, como lugares de los objetos, centra su valor no solo en las cualidades propias del objeto, sino en el momento histórico en el cual estos aparecieron. Siendo seres de herramientas, de maquinarias y equipos, cada uno de estos elementos se va cargando de narrativas que al no ser compartidas pueden perderse para siempre. Para Halbwachs aunque los objetos aparenten una comunidad inmóvil, llevan consigo cargas culturales y sociales:

Los objetos también hacen parte de los marcos sociales de la memoria, y son definidos como "mobiliarios, cuadros, esculturas religiosas, cheques, utensilios, adornos, libros, documentos, artefactos, que no solo reflejan la cultura de una sociedad, sino que explican los lazos que unen a varios grupos siendo motivo de evaluaciones y comparaciones, revelando las tendencias de la moda y nos recuerdan viejos grupos y distancias sociales. (Halbwachs citado en Molina 2010).

En este punto, cada generación podría hoy identificarse por los objetos que en su momento estuvieron en boga y que marcaron tendencia. De esta forma, se podría hablar de la generación del walkman, VHS, teléfonos fijos, I-Pad, discos de vinilo o máquinas de escribir. Los objetos no sólo han formado parte de nuestra historia, sino también, son historia viva de un momento determinado de la humanidad. Los objetos siguen estando repletos de recuerdos y llevan consigo la memoria de quienes somos. Así su función es detonadora y conecta la memoria con los recuerdos emanados de su existencia.

Las nuevas narrativas, que no surgen de forma natural, pueden ser inducidas mediante proyectos de este tipo, en donde se vuelve la mirada a los objetos, a la cotidianidad y a la historia de todos. Al reconstruir el pasado de una comunidad, se pregunta directamente a los protagonistas de esta historia, se indaga sobre el tiempo, el lugar, sus objetos, usos, tradiciones y contexto. Cada elemento guardado responde a un valor establecido por su dueño, valor que no siempre es generado por el propietario actual, sino que ha sido transmitido de generación en generación, de alguien que en tiempos remotos le otorgó un significado especial, llevando a sus herederos a guardarlo y protegerlo. Comprender los motivos y significados de estos objetos enriquece la identidad de los grupos.

Bravo y su historia. Una población que tiene todo por contar.

Museo de Bravo, la historia se inicia aquí.

Durante la semana del 21 al 25 de septiembre del 2015, se realizó en la población mexicana de Bravo, municipio de Corregidora del estado de Querétaro, el taller denominado "Reconstrucción de la historia colectiva a través de los objetos". La dinámica se basó en el trabajo colaborativo entre el Colegio de Bachilleres Plantel 19, el Instituto Tecnológico de Monterrey Campus Querétaro y autoridades municipales, teniendo como principal objetivo gestar un museo comunitario, un espacio que permitiera recuperar la historias recolectadas alrededor de los objetos encontrados en la comunidad.

La población cuenta con 1287 habitantes; 606 hombres y 681 mujeres. El porcentaje de analfabetismo entre los adultos es del 5.05% (3.96% en los hombres y 6.02% en las mujeres) y el grado de escolaridad promedio es de 6.97 (7.07 en hombres y 6.88 en mujeres). Con aproximadamente 228 viviendas, el pueblo cuenta con 1.17% de acceso a algún tipo de computadora, dejando a la zona con un rezago en términos de accesibilidad a internet importante, sumado a las dificultades de conexión celular de la región. (INEGI,2010)

El relato sobre la fundación de Bravo parece homogéneo entre los miembros de la comunidad. Cuenta Don José Maya, de 101 años de edad, que:

> Este lugar era parte de la Cadena número 99 en la época hacendaria. El número máximo de haciendas que se podía poseer eran 99, y el dueño tardaba un año entero en recorrer todas sus haciendas. La región se componía de dos pedazos de distintas haciendas: la de San Isidro y la de Bravo. La hacienda de San Isidro estaba por Guanajuato. Luego, la de Bravo se convirtió en ejido y ambas haciendas hicieron un acuerdo para que la comunidad por completo se llamara Bravo. Otros dicen que el nombre de Bravo se remonta a las luchas del movimiento revolucionario, y fue Nicolás Bravo quien llegó a esta región a refugiarse con todo su ejército. Como agradecimiento por la atención recibida, el coronel les prestó su apellido a los habitantes para la región (2015).

Metodología

La metodología para la construcción del museo comunitario se desarrolló en tres fases correspondientes a: etapa previa, desarrollo del proyecto y la etapa posterior al museo.

Fase previa del proyecto

Consistió en ubicar la localidad y hacer contacto con las autoridades correspondientes para tener acceso a la misma. Es importante mencionar que la orientación y el apoyo proporcionado por la Secretaría de Desarrollo Social del municipio fue esencial en la identificación de la comunidad idónea para realizar el proyecto; considerando el tipo de pobladores, la distancia, así como la importancia y seguridad de la zona. Con esta información se procedió a contactar a los directivos del Colegio de Bachilleres Plantel 19, el lugar en donde se estaría llevando a cabo los talleres e integrando a los alumnos de la universidad con otros estudiantes y pobladores de la región.

Fase de desarrollo del proyecto

Durante una semana se contó con 3 profesores invitados y 112 alumnos, entre ellos 29 universitarios y 83 del quinto semestre de preparatoria. Fue crucial llevar a cabo algunas dinámicas de integración con los estudiantes, de tal manera que se pudiera facilitar la sinergia y colaboración entre ellos. Otra estrategia fue integrar a todos los alumnos en las sesiones de talleres, con el fin de generar conocimiento, motivación y orientación hacia el mismo objetivo.

Para el logro de los objetivos se formaron 7 equipos de trabajo, quienes tuvieron distintas responsabilidades. Estos equipos fueron:

- Protocolo y logística
- Multimedia y 3D
- Video-documental

- Montaje y narrativas
- Recolección de objetos
- Diseño, espacio e imagen del evento
- Blog y redes sociales

Los equipos estuvieron integrados por los alumnos universitarios y de preparatoria. A continuación se describen las cinco etapas que conformaron la metodología de trabajo, en la cual cada equipo participó, de manera distinta, según sus responsabilidades.

- Conocimiento de la comunidad.
- Recolección de objetos y fotografías.
- Registro y organización de la información.
- Montaje y exposición del museo.

Fase Post evento

La etapa final concluyó con la devolución de los objetos a sus dueños y el agradecimiento a las personas, instituciones y autoridades correspondientes. En relación con los alumnos participantes, se les solicitó hacer una reflexión sobre su experiencia y parte de sus comentarios se anexan en las conclusiones.

Al no contar con un espacio permanente para la exposición del museo, el registro de todo el proyecto en redes sociales hace posible que esta actividad pueda ser apreciad al día de hoy desde cualquier lugar de mundo visitando la página de Facebook Museo de Bravo y el blog (museodebravo.weebly.com).

Conclusiones

Experiencias de este tipo permiten a la comunidad no solo generar un espacio para compartir la historia del grupo, sino que establecen condiciones de diálogo social muy importantes en momentos históricos que lo demandan. Un proyecto en común, hace que diferentes generaciones tengan punto de encuentro en el que se puedan transmitir conocimientos pasados, enseñanzas y anécdotas. En este proceso, las memorias individuales se van tejiendo para convertirse en historias colectivas y compartidas, rememoradas a través de lo material y la tradición oral. El objeto nos remite al espacio, a la época y el contexto. Algunas de las adquisiciones prestadas para este museo estaban ya desgastadas por el trajinar del día a día, mostrando sus esquinas rotas.

Por otra parte, al atizar a que los pobladores echaran una mirada a su pasado y recuperaran su memoria compartida, fue notorio cómo la historia no es unidireccional ni única. El sentido de lo histórico es un concepto flexible y en constante renovación, todos son parte de ella. Cada uno de los integrantes de la comunidad tenía algo específico que agregar desde su individualidad a esa médula colectiva compartida por tantos. Con el paso del tiempo algunos lazos se habían perdido o debilitado, pero al recordar esos partidos de béisbol tan importantes para Bravo o las festividades, el sentido de comunidad se volvió a hacer presente.

Otra de las observaciones se relaciona con la identidad y el sentido de pertenencia. Al ser los miembros del pueblo los principales actores en sus historias y los propietarios de los objetos expuestos en el museo, la posibilidad de verse en ellos, de encontrarse e identificarse con el material simbólico expuesto, reforzó los procesos identitarios. La sensación de ser escuchados y vistos desde fuera, estableció un sentimiento de unión y orgullo al develar lo que era suyo y que permanecía oculto entre fotos y objetos escondidos.

Finalmente, el uso de la tecnología y el acceso a internet, resulta una valiosa aportación que pone en el escenario internacional, pequeños poblados e historias locales que de otra

manera nunca podrían conocerse. Reconstruir la historia colectiva a partir de los objetos, compartir sentido y abrirlo al mundo virtual prolonga la existencia de quienes esperan ser reconocidos y valorados, escribiendo a viva voz su propia memoria.

Bibliografía

Franco, N., Nieto, P., & Rincón, O. (2010). Las narrativas como memoria, conocimiento, goce e identidad. *Tácticas y estrategias para contar (Historias de la gente sobre conflicto y reconciliación en Colombia)* (pp. 14-41). Bogotá: Centro de competencia en comunicación en América Latina. Friedrich Ebert Stiftung.

Gonzalbo Aizpuru, P. (2006). *Introducción a la historia de la vida cotidiana*. México: El Colegio de México.

Halbwahcs, M. (2002). *Fragmentos de la memoria colectiva*. Atenea Digital. 2, 1-11.pdf

Halbwachs, M. (2011). *La memoria colectiva*. Buenos Aires, Argentina: Miño y Dávila.

INEGI (2010) Página del Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Recuperado el 29 de octubre de 2015 de: http://www.inegi.org.mx/

Martin Beristain, C. (2004). *Reconstruir el tejido social. Un enfoque crítico de la ayuda humanitaria*. Barcelona: Icaria.

Molina Valencia, N. (2006) La Memoria Colectiva a través de la Reconstrucción de Historias de Vida *Revista de Estudios Sociales* número 36, Bogotá. Recuperado en http://res.uniandes.edu.co/view.php/650/view.php

Ocampo, J. (2007). *La microhistoria en la historiografía general*. Colombia: Universidad de Caldas.

Saramago, J. Citado por Molina Valencia. (2007). *Foro Social Mundial: Tragedia en Colombia es de todo el planeta*. Bogotá

Agradecimientos

Mtra. Carolina Nieto, Mtro. Aldo Murillo, Maestra Marthadriana Rodriguez, Mtro. Fabián Pérez Zambrano, y al equipo de alumnos de Tecnológico de Monterrey, Campus Querétaro, que participaron: Lic. Paloma Posada Lombana Secretaria de Desarrollo Social. , J. Arturo de Santiago Ibarra Director de Educación y Cultura. Señora Mireya encargada del Polo de desarrollo DIF. Ing. Enrique Hernández Villegas Profesores, alumnos y directivos del COBAC 19 de la comunidad de Bravo. Marcelo Toro.

Biografía

Dra. Judith Cortés Vásquez. Doctora en Comunicación, Cambio Social y Desarrollo, por la Universidad Complutense, título europeo con la Universidad Federico II de Nápoles, Maestría en Comunicación Institucional, Centro Avanzado de Comunicación CADEC de México y Licenciatura en Comunicación Social por la Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá. Miembro del Grupo de Investigación Mediación Dialéctica de la Comunicación. Actualmente es profesora tiempo completo del Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey, Campus Querétaro. Especialista en nuevos movimientos sociales, nuevas tecnologías y comunicación organizacional.

M.A. Sandra García Ángeles. Egresada de la Licenciatura en Lenguas Modernas, con especialidad en español, de la Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ). Obtuvo una Maestría de Arte en Lenguas extranjeras y Literatura, por la Universidad del Estado de Washington (WSU). Ha tenido a su cargo la coordinación de Alumnos Internacionales y de la Académica

de español, en el área de Programas Internacionales y la Academia de Expresión Verbal, en el Departamento de Comunicación y Arte digital. Es coautora del libro Spanish for Veterinarians. A practical Introduction, editado por Iowa State Press. Actualmente es profesora y coordinadora de la Academia de Expresión Verbal de su Campus.

Itzel Yllescas Balderas. Estudiante de la carrera de Relaciones Internacionales en el Tecnológico de Monterrey, campus Querétaro. Formó parte del grupo editorial de la revista Retos Internacionales (ISSN: 2007-8390) y actualmente es editora de la revista estudiantil Fanzine RI. Ha impartido talleres de lectoescritura para adultos mayores y participó como ponente en taller de "Feminismo" y en el evento "Mujeres en las calles" organizado por el estado de Querétaro. Realizó una pasantía de investigación en la Universidad de Alberta, Canadá, durante el verano del 2015, a través del programa MITACS Globalink. Entre sus temas de interés están los estudios de género, romanticismo literario, la identidad nacional, creación y reconstrucción de la memoria individual y colectiva, además de la historia de la vida cotidiana.

Berra Lobo, por uma comunicação comunitária. *É libertária, em tempos de tirania*

UFG/CES-Coimbra

Nilton José dos Reis Rocha

UAB

Gabriela Marques

UFG

Vinicius Pontes

UFG/UFF

Amanda Oliveira

UFG

Lucas Botelho

Resumo:

As práticas de comunicação, nos últimos 20 anos nos cerrados centrais do Brasil, parecem, do ponto de vista da práxis e dos conceitos, ter avançando numa trajetória talvez inovadora: *do comunitário ao compartilhado*. Ou seja, como a moda agora, sobretudo nos meios convencionais, é tentar se apropriar do conceito comunitário, o esforço, oportuno teórica e politicamente, seria se desgarrar desse terreno seguro e construir, partindo das práticas sociais, uma comunicação e um jornalismo compartilhados. Ou seja, ir para uma esfera em que as elites e o capital atolariam num pântano, porque ético e metodológico?*

Resumen:

Las prácticas de comunicación, en los últimos 20 años en los *cerrados centrales* en Brasil parecen, desde el punto de vista de la praxis y conceptos, tienen buscado una trayectoria tal vez innovadora :*del comunitário al compartido*. Es decir, como la moda ahora, sobre todo en los medios convencionales, intenta secuestrar el concepto comunitario, el esfuerzo, teórica y políticamente, sería apartarse de este terreno seguro y construir, a partir de las prácticas sociales, la comunicación y el periodismo compartidaos. Es decir, irse para una esfera donde las élites y el capital atascado en un pantano, ético y metodológico ?

Introdução: por uma comunicação e conhecimento compartilhados

O portal *berra Lobo, de jornalismo compartilhado*, é fruto de uma trajetória, práxis e conceitual, da comunicação com movimentos sociais populares, na cidade de Goiânia e, de modo mais amplo, nos cerrados centrais do Brasil a partir de 1979. Época em que os Posseiros Urbanos, na cidade de Goiânia, já sustentavam um sistema de comunicação multimeios, como maneira de garantir o direito ao solo urbano, definindo assim um método d eocupação, e, ao mesmo tempo, escolhendo a esfera dos embates, o simbólico.

Dessa trajetória, com avanços e recuos, às vezes espetaculares, esses movimentos, numa aliança com a ex-Cooperativa de Jornalistas Profissionais e, depois, com o Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás.

* A metáfora vem de ELA, Jean-Marc (1990).

Uma reflexão mais profunda, antes de tudo: por um jornalismo insurgente

> Galindo tem uma observação, hoje preocupante em países como o Brasil: fazemos jornalismo do século XIX, com tecnologia do século XXI.

Ao falar aqui de um jornalismo insurgente, não **nos esqueceremos** de mencionar o modelo **hegemônico de** jornalismo **praticado** atualmente no contexto do capitalismo avançado, no qual os maiores meios de comunicação privados do mundo estão sob controle de grandes empresários e do capital financeiro. Esse jornalismo, cujo compromisso é com este mercado, há muito tempo tem se colocado como um modelo a não ser seguido.

Chomsky

Ao mesmo tempo, é preciso dizer que o **jornalismo insurgente,** proposto aqui, não se sustenta como oposição ao modelo anteriormente mencionado. Isso porque a prática sobre a qual **vamos** fazer uma reflexão vai muito além de uma resistência ao jornalismo mercadológico e caminha com parâmetros próprios. Para facilitar a compreensão, **apontamos** uma comparação com as reflexões de Bosi, Brandão e Grignon e Passeron ao tentarem explicar a relação da cultura popular com a cultura de elite.

> Es, en todo caso, un contrasentido teórico cuando pretende encontrar en la inversión el nervio de toda creación popular, en la denegación la forma de toda alteridad. Las culturas populares no están evidentemente detenidas en un alerta perpetuo ante la legitimidad cultural, pero tampoco hay que suponerlas movilizadas día y noche y en un alerta contestatario. También descansan. (GRIGNON; PASSERON,1989, p. 75).

Da mesma forma, o **jornalismo insurgente proposto aqui** não se detém completamente a se colocar apenas enquanto resistência ao jornalismo mercadológico. Mais que isso, o objetivo é construir um jornalismo compartilhado com movimentos populares do campo e da cidade na criação de uma rede de comunicação que reforce a autonomia das diversas lutas travadas ao longo da história.

As imposições vindas de modelos de vida hegemônicos e, consequentemente, de modelos de comunicação e jornalismo mercadológicos são também ressignificadas por estes grupos sociais. Há assim a "reelaboração de um *saber imposto* como um *saber conquistado, sistêmico* sob uma outra lógica e capaz de refletir, simbolicamente, a posição e a experiência dos subalternos" (BRANDÃO, 2007, p. 382-383). **É feita uma seleçã**o daquilo que é compatível ou não com o seu universo simbólico.

Para Ecléa Bosi (1979, p. 27), na cultura popular, "são dois grupos que se defrontam: - um, cujas realizações culturais *significam* socialmente; - outro, cujas realizações assumem significação quando postas em oposição à **cultura dominante**". Assim, o conteúdo produzido neste modelo de **jornalismo proposto aqui** tem sua significação relacionada diretamente aos atores envolvidos, mas também se coloca como **um discurso contra hegemônico** na disputa simbólica travada pelos meios de comunicação.

Dito isso, **reafirmamos** que o **jornalismo insurgente proposto aqui** não está combatendo outros **modelos de jornalismo simplesmente.** Ele está construindo suas próprias ferramentas, caminhos e modos de existência. Pensar outros modelos de jornalismo e comunicação faz parte de um contexto muito maior, o de se pensar modelos de vida e sociedade diferentes daqueles impostos. Características próprias da globalização, já que segundo Morin esta "inscreve-se no duplo processo de dominação/emancipação e a ele imprime novas características" (p. 349).

Para isso, e por se tratar de uma experiência no curso de graduação em Jornalismo, nos deparamos com a aprendizagem e troca de experiências entre professores, alunos e sujeitos dos movimentos populares. Trata-se não só da construção de um produto jornalístico, mas também da construção conjunta de conhecimento, **pensando metodologias que consigam abranger a complexidade e as contradições desse contexto.**

A construção de redes de comunicação já se colocou como um passo imprescindível no mundo globalizado. As redes digitais e os grandes meios de comunicação são utilizados como exemplos fáceis. No entanto, é preciso lembrar que a cultura popular **sempre teve esta como sua característica, antes** mesmo do uso massivo do telefone, da televisão, do rádio e da internet. As redes de solidariedade sempre sustentaram os grupos populares da sociedade. E é nesta fonte que o jornalismo insurgente se inspira.

Bakthin...

Elementos como "flexibilidade, intercomunicação horizontal e redes" (SHERER-WARREN, 1993, p. 8), que tanto inspiram os movimentos sociais, se colocam presentes também **no jornalismo proposto**. Fazer parte desse grupo social significa ter acesso à "comunicação, articulação, intercâmbio e solidariedade". **Podemos** usar também as festas populares brasileiras como inspiração na construção de um novo modelo de jornalismo. Pedro Oliveira lembra que ao participar da festa, os sujeitos participam também "do trabalho social de restauração e reforço dos laços de solidariedade do grupo" (1983, p. 929).

Produzir os conteúdos jornalísticos em conjunto com os grupos sociais populares faz com que a rede de comunicação se fortaleça numa contribuição recíproca em que jornalismo, agricultura, moradia e meio ambiente se sustentam. Todas as dimensões da vida: o social, o cultural, o ambiental, o religioso, o cósmico, etc, estão ao alcance das pautas jornalísticas. Isto garante a continuidade e periodicidade, características caras ao que se costuma designar jornalismo. A distância que o jornalista se coloca quando produz de dentro das redações, utilizando apenas telefone e internet, se vê, neste novo modelo, substituída pela proximidade que a rede de relações entre produtores e "receptores" tem entre si. O afeto existente entre esses sujeitos, se reflete diretamente no compromisso com o material produzido e, portanto, em sua qualidade. Qualidades ignoradas pelo desenvolvimento hegemônico: "as qualidades da existência, as qualidades da solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade da vida, as riquezas humanas não calculáveis e não monetarizáveis" (MORIN, 2003, p. 357-358).

Também das festas populares podemos retirar exemplos da construção de redes de relacionamentos e, logo, de comunicação. Adão César, mestre de uma das folias de reis de Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais, tem plena consciência da importância de seu papel para sua comunidade ao sair com seu grupo para outras cidades durante o período da festa. A rede construída por Adão abre portas para além da festa. Assim como redes construídas por meio do jornalismo podem ser úteis nas lutas diárias contra modelos hegemônicos de comunicação.

> eu levo o nome do Bela Aurora rapaz aonde vocês nem vai, mas se eles forem em certos lugares assim assim, vocês pode ir que lá vocês já tão conhecido, tenho certeza, sabe como. Então eles me vê como uma pessoa que eu pratico algum bem pra minha comunidade sabe.
>
> [...]eu posso trazer gente lá do outro bairro pra cá, eu posso trazer sabe porque é eu tenho a minha fama boa não é só aqui que eles conhece não. Eu tenho fama boa também em outros lugar e muitas das vezes é lugar que pessoas daqui que tá aprontando aqui nem conhece, tá aprontando aqui e nem conhece, nunca foi lá onde que eu vou, sabe como. Então eu tenho esse direito, sabe como. É por isso que tem a ver com a minha folia, sabe. E acho que eles me veem assim como uma pessoa capaz né,

> capaz porque eu tenho um grupo, eu consigo juntar as coisas sabe, eu consigo juntar as imagens de comunidades, de parentes, sabe, parentes. (Depoimentos concedidos por Adão em entrevista à autora em 2013).

Estes exemplos estão sendo dados porque as práticas populares sempre foram alvo de criminalização, silenciamento e esquecimento por grupos hegemônicos na tentativa de se implementar à força um modelo de desenvolvimento que, nas palavras de Morin, "constitui um mito típico do sociocentrismo ocidental, um motor de ocidentalização forçada, um instrumento de colonização de subdesenvolvidos (o Sul) pelo Norte" (2003, p. 357). Ao mesmo tempo, são justamente as práticas populares perseguidas ao longo da história que se apresentam agora como solução para os problemas causados por este desenvolvimento. Morin complementa, "esses valores ocidentais (do desenvolvimento) são precisamente aqueles que é preciso pôr em causa para encontrar solução para os problemas do mundo contemporâneo" (2003, p. 357). E aqui estamos no que se refere ao jornalismo.

Voltando ao fato de que a proposta exposta aqui se trata de um projeto pedagógico de uma universidade, é importante destacar que o sentido dado à relação entre estudantes e sujeitos das lutas sociais não é o de levar conhecimentos técnicos sobre o jornalismo ou apenas utilizar suas histórias como matéria-prima jornalística. O que se propõe aqui, como já foi dito, é uma troca de saberes em que o homem concreto, "um ser de transformação do mundo" nas palavras de Paulo Freire (p. 22), está no centro da discussão, com seus anseios e necessidades também concretos.

> ... educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (p. 25)

O jornalismo pensado enquanto um produto massificado nega a centralidade desse homem concreto. A quantidade de conteúdos possibilitada pelo avanço da internet não é sinônimo de diversidade, logo, não é possível a escolha e se não há a opção e o poder de decisão, nega-se o homem enquanto sujeito. Utilizamos a reflexão de Freire sobre os latifúndios agrários para refletirmos sobre os latifúndios comunicacionais. Neles o homem concreto também não participam. "Sem o direito de dizer sua palavra, e apenas com o dever de escutar e obedecer" (p. 48).

Uma pedagogia rebelde, na era das narrativas neoliberais

A pedagogia rebelde em uma era neoliberal

As políticas pedagógicas no Brasil hoje, imersas em uma lógica cada vez mais neoliberal, possuem uma rígida configuração e são principalmente pautadas na relação vertical entre educador e educando. A partir dessa concepção, Brandão (2009) propõe em seu trabalho umarutura com o modelo educacional tradicional e a criação de uma nova hegemonia por meio da educação popular:

> Em suas formas mais consequentes, que hoje se recobrem de inúmeras iniciativas em todo o continente latino-americano, a educação popular apenas gera um primeiro momento de passagem de *uma educação para o povo* a uma *educação que o povo cria*. Que ele produz ao transitar – não porque se educa entre educadores, mas porque inclui a educação popular no trabalho político que educa a ambos – de

> sujeito econômico a sujeito político, e ao se reapropriar – tanto tempo depois, tantas histórias depois – de uma educação para fazê-la ser, pouco a pouco, a sua educação: a educação através da qual ele não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país. (BRANDÃO, 2009, p. 33)

A educação popular busca redescobrir os modos de relação entre educadores e os sujeitos populares, possibilitando a criação de condições para que esses se reconheçam enquanto pessoas humanas e como atores sociais e, acima de tudo, políticos. Ao mesmo tempo são abertos espaços autônomos destinados à elaboração de um saber inteiramente popular, onde os sujetos refletem e agem coletivamente, buscando a troca de experiências, o desenvolvimento de um pensamento crítico, e, sobretudo, compreenção dos valores e símbolos do povo.

Essas práticas deixam de ser simples projetos verticais de educadores e passam a envolver ações coletivas a serem desenvolvidas junto à comunidade – independente do ambiente escolar, elas se dão em variados espaços. "A educação popular não é uma atividade pedagógica *para*, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartido cria a experiência do poder compartilhado." (BRANDÃO, 2009, p.35)

A emancipação dos sujeitos, em um contexto de ideais neoliberais, encontra desafios que precisam ser enfrentados. Partindo do universo da educação aqui discutido, Lopes e Caprio ([20--], p. 2-3) afirmam

> No discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. [...] Conclui-se, portanto, que o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-os pelos direitos do consumidor. É como consumidores que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos.

É a partir dos anos 1970 que o capitalismo encontra um novo modelo de sustentação, o qual é baseadoem práticas cada vez mais neoliberais, nas quais a lógica do mercado e a da busca por sucesso - através do consumo, passam a percorrer todas as esferas sociais. Agora saímos do campo da educação formal, desenvolvida na escola, e partimos para um cenário mais amplo.Mesmo sem o domínio dos grandes meios de comunicação de massa, os agentes populares se puseram erguidos no desafio contra o adversário.

Assim como a busca pela criação de uma educação popular surge a partir, como podemos chamar,de um ideal de luta contra o rígido e tradicional modelo educacional, ditado pela mercantilização, surgem resistências em variados campos sociais. Essas resitências organizadas de formas autônomas ou coletivas, propõem a superação da hegemonia burguesa - autoritária, exploradora e destruidora."O fim do mundo bipolar, ao mesmo tempo em que assegura um fôlego novo ao capitalismo e à sua ideologia, reabre o jogo para o surgimento de novos espaços de liberdade e novas formas de contestar a hegemonia do sistema-mundo." (CABRAL, 2007, p.55)

Segundo Bampi (2002, p.144; apud PROUST, 2000),

> A resistência é uma "experiência de subjetivação" e uma "experimentação da liberdade". Liberdade "não é um requisito inerente a uma explicação de por que alguns resistem e não outros". A liberdade "exige coragem para tirar da nossa própria raiva, em relação ao inaceitável a fim de reunir a energia necessária para combatê-lo". Ela requer coragem para "redirecionar o poder de existir que é liberado pela própria indignação combativa de alguém para cultivar e multiplicar poderes dignos de existência. Tudo isso requer um sentido de risco e perseverança. E a resistência, como a ética, não é nada além da coragem de liberdade".

Um estado de liberdade possibilita a existência de espaços em que as camadas populares são capazes de reconhecer sua própria cultura e superar as imposições pela classe dominante de conhecimentos, significados e valores. Esse reconhecimento é fruto, como já foi assinalado antes, da troca de expriências, saberes, informações compartilhadas etc.É a partir dessas ações que os sujetos – que conscientes se tornam agentes- são instrumentalizados e a resistência surge.

A partir dos anos 1990 vários movimentos sociais emergiram e o conceito de ruptura nasce como uma alternativa vivável, na qual **ações rebeldes** se voltam contra o capital, a lógica regida pelo mercado e também contra o modelo tradicional de sociedade e poder.

Um dos primeiros movimentos que se ergueram ativamente contra a feroz globalização capitalista foi o realizado pelos zapatistas. Em pelo anos 90, período em que as políticas neoliberais ganhavam força, o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), um exército popular indígena, se mostrou além das montanhas de Chiapas (estado ao sul do México) com capuzes pretos e armas nas mãos exigindo "um mundo onde caibammuitos mundos". Travavam nesse momento, mais especificamente em 1994, uma grande luta em combate a exploração e a guerra genocida contra os povos. O grito que ecoava era um só: ¡*Ya Basta!*.

> [...] a declaração de guerra zapatista defendia que as lutas de agora eram a continuidade de uma luta maior que começara há 500 anos. A escolha do nome do exército, uma homenagem a Emiliano Zapata, herói da luta de independência mexicana no início do século XX, expressa exatamente a idéia de uma persistência da rebeldia. Essa perspectiva histórica é indispensável para que se possa compreender o sentido do movimento zapatista de hoje no México e sua importância para o projeto de articulação da resistência ao neoliberalismo. (CABRAL, 2007, p.55)

A insurgência zapatistaluta contra a expropriação, a invisibilidade, a injustiça, o desprezo e, baseado nas palavras de Sursiendo (2014), propõe fortalecer as relações com a terra, defender o território e geri-lo de forma coletiva e democrática, onde os povos são responsáveis por si mesmos e seu entorno natural e cutlural.

Assim como foi apontado anteriormente, os sujeitos se organizam e ocupam espaços onde é possível reconhecer-se. A partir disso, a luta pelos direitos e contra a marginalização é feita por meio do compartilhamento de experiências e conhecimentos, pelo convergirdas diversas formas de enxergar o mundo. Sua luta vai além de fronteiras. É por um México e por um mundo com democracia, liberdade e justiça, o que só é possível com a supreção do capitalismo em suas diversas formas.

Wing (2003) assinala que no movimento zapatista a figura do revolucionário, aquele que quer tomar o poder para mudar o mundo, é substituído pela figura do rebelde, o qual, pelo contrário, quer colocar o poder em discussão e corroer seus fundamentos, abrindo, assim, caminho para participações alternativas e auto-organizadas. Dessa maneira, os zapatistas propõem uma nova experimentação de participação política, desconstrindo práticas de dominação e hegemonia.

Partindo dessa ideia, em uma dimensão mais ampla, o movimento é uma luta por autonomia dos povos frente às rigidas instituições do estado. Há uma quebra da clássica dicotomia público/privado e a introdução da propriedade coletiva, que ultrapassa a ganância empresarial e especulação financeira. Mediante à auto-organização, as comunidades se tornam independentes. Por isso, o zapatismo é muito mais que uma teoria ou ideologia, "se apresenta como um método aberto, um hábito mental, infinitamente readaptável" (WING, 2003).

Exemplo prático dessa autonomia é apontado por Sursiendo (2014):

> Desde agosto de 2003 funcionan las juntas de buen gobierno, con sedes en los caracoles zapatistas, que gobiernan los municipios autónomos rebeldes zapatis-

tas (MAREZ). Es la forma práctica de la consigna ***mandar obedeciendo***. Manos a la obra. Las comunidades eligen delegados (que no representantes), y estos gobiernan por periodos de seis meses en las juntas de buen gobierno, que son cinco en total. Mandar obedeciendo > Liderazgo distribuido. Establecieron tres principios para los integrantes de las Juntas de Buen Gobierno: rotatividad, revocación de mandato y rendición de cuentas.

Conclusão : refundar o jornalismo, como prática insergente, indispensáve e democrática na A. Latina

A *História da Educação da Criança no Brasil*, de Fiori, resume, de maneira até certo ponto extraordinária, a trajetória das políticas educacionais formais no Brasil. Ora, racista e escravagista, sob o manto jesuíta, onde os negros e filhos de negros com indígenas não tinha acesso e, onde ainda por mais absurdo que possa parecer, os padres estimulavam as crianças indígenas a denunciar os pais por suas *práticas pagãs*, a seus *deuses pagãos*.

Importante dizer que, além de tudo isto, o projeto das elites brancas e cristãs comporta, deste a sua origem, o denuncismo e a deduragem à diferença, ao outro desde que não-branco. Ou, como se diz no meio popular –incluindo os presídios – a escola, na perspectiva das elites, seria, como sugeriu mais recentemente Althusser, um aparelho ideológico do Estado, com a responsabilidade perversa, mas assumida filosoficamente, núcleos formadores de *dedo-duros*,os *X-9 pedagógicos, tanto em gênero, raça e ideologias (religiosas)*.

As revelações do wikileaks de que Michel Temer, eleito vice da presidenta Dilma Roussef, que, atualmente ocupa de maneira ilegítima e ilegal a presidência, é um informante dos Estados Unidos, dão concretude a esta perspectiva e revela que, do ponto de vista da burguesia, seu modelo de educação intolerante à diferença e à todo modelo de democracia ainda que falha, mas que **assegure alguns direitos** às camads populares, continua . Por isto, é preciso desmantalar qualquer esforço, ainda que tímido, de uma escola aberta, democrática e pública.

Referências Bibliográficas

Assumpção, C. (2009). *Cultura Rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo, Brasil: Instituto Paulo Freire.

Cabral, A. J. C. de B. *O contra-espetáculo da era neoliberal: estratégias artísticas e midiáticas da resistência jovem no Brasil*. (tesis de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

ELA, Jean-Marc, em *Quand l'Etat pénètre en brousse : Les ripostes paysannes à la crise* . Paris: Karthala . 1990

Lopes, E. ([20--]). As influências do modelo neoliberal a educação. (tesis de pregrado). Unversidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil.

Ming, W. (2003). Zapatismo ou barbárie. Recuperado em: http://www.wumingfoundation.com/italiano/outtakes/zapatismo_port.html

Sursiendo. (2014). *Zapatismo: el mandar obedeciendo como filosofía práctica del procomún. Recuperado em:http://sursiendo.com/blog/2014/01/zapatismo-el-mandar-obedeciendo-como-filosofia-practica-del-procomun/*

Bampi, L. (2002*)*. *Governo, subejetivação e resistência em Focault. Rio Grande do Sul, Brasil,*p. 144. Recuperado em: *http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25941/15204*

Inpecc sistematiza base de dados sobre comunicação comunitária

PPGMC-UFF

Patrícia Gonçalves Saldanha
patsaldanha@gmail.com

PPGCOM-UFRJ

Raquel Paiva de Araújo Soares
raquelpaiv@gmail.com

PPgEM-UFRN

Juciano de Sousa Lacerda
juciano.lacerda@gmail.com

PPGS-UECE

Alexandre Almeida Barbalho
alexandrealmeidabarbalho@gmail.com

Resumen:

El Instituto Nacional para la Investigación en Comunicación Comunitaria (Inpecc) fue creado en 2013 con el objetivo de cooperar estratégicamente para la consolidación de los resultados de las producions científicas de los últimos 10 años e el primer paso metodológico fue la creación de un sitio webY base de datos.

Palabras clave:

comunicación comunitaria, INPECC, base de datos, investigaciones, coorperación estratégica.

Abstract:

The National Institute for Research in Community Communication (Inpecc) was created in 2013 with the aim to cooperate strategically for the consolidation of the field and the first methodological step was to create a website and database to systematize the scientific productions of the last 10 years.

Key words:

Community communication, INPECC, database, research, strategically cooperation.

Resumo:

O Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (Inpecc) foi criado em 2013 com o objetivo de cooperar, estrategicamente, para a consolidação do campo e o primeiro passo metodológico foi a criação de um site e banco de dados para sistematizar as produções científicas dos últimos 10 anos.

Palavras chave:

comunicação comunitária, INPECC, banco de dados, pesquisas, cooperação estratégica.

Introducción

Um dos problemas enfrentados pelo campo da comunicação, no Brasil, é o conjunto de discussões sobre a constituição do próprio campo, que muitas vezes tende a "burocraticamente traçar perfis epistemológicos para o campo" (SODRÉ, 2014, p. 99). A burocratização se concretiza no desenvolvimento de linhas de pesquisas em programas de pós-graduação em

Comunicação, pensadas de cima para baixo, como nas tentativas de agências de fomento em definir a área por um conjunto específico de nomenclaturas e códigos.

Diante do cenário, torna-se premente pensarmos em como tal problema se dá em suas especificidades como é o caso do campo da "comunicação comunitária". Partimos do princípio de que há um conjunto consolidado de pesquisas no campo da comunicação comunitária no Brasil e na América Latina. A premissa se demonstra no conjunto de relatos de pesquisa que foram apresentados nos principais congressos de Comunicação, a exemplo da ALAIC, da Intercom (Brasil), da Compós (Brasil) e da *International Communication Association* (ICA). A perspectiva, então, é fazer visível o fortalecimento do campo justamente num movimento de "baixo para cima", ou seja, partindo do conjunto de pesquisas que foram e que estão sendo realizadas. O Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (Inpecc) foi criado em 2013 com o objetivo de cooperar, estrategicamente, para a consolidação da área de pesquisa (SALDANHA; SOARES; LACERDA, 2014). O primeiro passo metodológico foi a criação de um site e banco de dados para sistematizar as pesquisas da área apresentadas em eventos científicos nos últimos 10 anos. O processo de organização do banco de dados e os atores coletivos do processo são apresentados neste artigo.

Contudo, uma premissa não deixa de ser uma "caixa preta", pois deixa a entender que tudo está, de fato, consolidado. E só nos cabe demonstrar. Desta forma, não tomamos o "campo da comunicação comunitária" pela perspectiva da "caixa preta", da "ciência pronta" (LATOUR, 2000), mas pela perspectiva do caminho pelos bastidores, da perspectiva da "ciência em construção" de que fala Latour. "Incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, é isso o que vemos quando fazemos um flashback das caixas pretas certinhas, frias, indubitáveis para seu passado recente" (LATOUR, 2000, p. 16). São várias as questões. Quais são os enfoques das pesquisas? O que problematizam? Como problematizam? Quais são as metodologias desenvolvidas? Que pesquisadores e centros de pesquisa estão envolvidos? Que pesquisas envolvem redes de pesquisadores ou grupos de pesquisa? O debruçar-se sobre e o cruzamento dos textos catalogados no bando de dados nos possibilitará a chegar a responder várias das indagações. E a proposta do Inpecc é que possamos fazer o exercício de perscrutação sobre investigações realizadas na forma coletiva, constituindo redes de pesquisadores e grupos de pesquisa.

O Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária foi fundado em dezembro de 2013 e sua formação conta com quatro laboratórios de pesquisa de três Universidades Federais: Lecc – UFRJ (1999); Lappecos – UFRN (2013) e Laccops – UFF (2014); e de uma Estadual: Cult.Com – UECE (2007), que passou a integrar o instituto em 2015. Apresentamos, a seguir, os quatro grupos/laboratórios que integram a proposta do Inpecc e finalizaremos com possíveis propostas de colaboração coletiva ampliada, na forma de rede de grupos de pesquisa.

Lecc – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária

O Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária - LECC é um grupo de pesquisa composto por professores e alunos da Escola de Comunicação de comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO - UFRJ). Foi criado em 1997 e ao longo desse quase 20 anos atua de maneira muito efetiva no que tange à pesquisa e atuação na área da comunicação contra-hegemônica. Colocar a questão da comunicação comunitária, contra-hegemônica e alternativa com estatuto de temática da área foi o desafio que o LECC empreendeu desde os primórdios com a orientação de alunos, em todos os três segmentos, graduação, mestrado e doutorado, mas também a inserção da temática de maneira persistente na agenda da área da comunicação, seja através dos eventos e publicações cientificas.

Os modelos de comunicação comunitários operam sob uma lógica diferente dos movidos pela financeirização do mundo. A produção comunitária se consolida no princípio edu-

cacional e da formação integral do ser humano e de uma sociedade calcada em bases consensuais e igualitárias. Entende-se como modelo de comunicação comunitário aquele que se situa às margens do modelo hegemônico e não busca suprir as necessidades do capital. São de domínio comum e se caracterizam por uma forte dinâmica de identificação, diferenciação e aproximação — portanto, por um sentimento de identidade grupal.

É a partir dessas demandas que se constitui a proposta do LECC. O Laboratório tem atuado na cidade e no estado do Rio de Janeiro de maneira intensa desde a sua criação, mas também em outros estados da federação, principalmente no que tange à implementação da discussão teórica sobre o tema. Estudar textos sobre a mídia, as mediações socioculturais, princípios da sociabilidade no mundo ocidental e em outras formações civilizatórias é um dos objetivo do LECC - a partir do seu grupo de estudos que possui reunião semanal, o LECCTURAS, e também a realização dos projetos de pesquisa mantidos pelos próprios pesquisadores do laboratório.

Na década de 90 quando o grupo decidiu por orientar sua atuação pelo viés teórico e prático adotou como designação Laboratório, numa direção totalmente inovadora na época para a área, onde os grupos se autodenominavam núcleos ou grupos de pesquisa. A opção por Laboratório pretendia deixar marcada, desde o início , o objetivo do grupo, tanto pela inserção teórica quanto pela atuação prática. Desde então, o Lecc tem sido responsável por gestar, gerenciar e formar, os mais importantes pesquisadores da área com atuação atual e os mais interessantes projetos de atuação e intervenção social, para citar dentre eles o "Jornal O Cidadão" da Maré, Rio de Janeiro, "Escola de Comunicação Critica" do Observatório de Favelas, no Rio de Janeiro, "Jornal o Timoneiro" em Abrolhos dentre outros, bem como os pesquisadores mais atuantes atualmente na área no estado do Rio de Janeiro.

Lapeccos – Laboratório de Pesquisa e Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a interface comunicação comunitária e saúde coletiva ganhou materialidade em 2011, com o projeto "Fortalecimento de redes de ação comunitária para prevenção em DST/Aids: conhecer e intervir" (2011-2014). Conhecido como "Viva Mãe Luiza", financiado pelo Ministério da Saúde e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc-UFRN), o projeto promoveu, no bairro de Mãe Luiza, ações de prevenção com enfoque na redução de vulnerabilidades entre jovens e adolescentes. A partir das parcerias entre os jovens e adolescentes multiplicadores tivemos uma série de oficinas de vídeo, fotografia, teatro e produção gráfica para prevenção de DST/Aids.

Em 2013, as atividades de ensino, pesquisa e extensão coordenadas pelo Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda, no Grupo de Pesquisa Pragma (PPgEM-CNPq), integraram-se às ações desenvolvidas no Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC-UFRN). O resultado foi a criação do Lapeccos – Laboratório de Pesquisas e Estudos sobre Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva. Com o Lapeccos, o projeto em Mãe Luiza se ampliou, tornando-se o programa "Viva Mãe Luiza: Processo participativo de desenvolvimento de ações de saúde e comunicação para prevenção das DSTs/Aids em escolas públicas" (Programa PROEXT 2014/MEC-SESU). Em 2014 foi realizado o projeto de extensão "Jornalismo Comunitário e Prevenção em Saúde no Jornal Fala Mãe Luiza", financiado pela PROEX-UFRN, para apoiar a produção do jornal comunitário "Fala Mãe Luiza" (http://jornalfalamaeluiza.blogspot.com) que dinamizou a produção de pautas de saúde no periódico.

Atualmente, o Lapeccos participa da proposta "Educação permanente para organização do cuidado às DST/HIV/AIDS e hepatites virais nas redes de atenção na região metropolitana do SUS/RN", financiada pelo Sistema de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (2014-2016), desenvolvendo o projeto "Produção audiovisual e construção de redes sociais colaborativas digitais como recursos pedagógicos na educação permanente de profissionais de

saúde para atenção integral às DST/HIV/Aids". Integram o Lapeccos três docentes da UFRN, da área de Comunicação e Enfermagem, 3 doutorandas (Saúde Coletiva, Ciências da Saúde, Estudos da Mídia), 1 mestranda (Estudos da Mídia) e 7 bolsistas dos cursos de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Radialismo da UFRN. O Lapeccos tem contribuído na construção do site e do banco de dados do Inpecc e no desenvolvimento das pesquisas e produções teóricas em rede desenvolvidas pelo instituto.

Laccops – Laboratório de Comunicação Comunitária e Publicidade Social

Desde 2014, o Laccops se dedica à consolidação da pesquisa em Comunicação Comunitária, com ênfase na Publicidade Social. A fim de compreender o momento atual,vem atuando com projetos geradores de transformação social e tem uma proposta específica para a área de Publicidade e Propaganda: pensar epistemologicamente a Publicidade Social como derivação ampliada e aplicada da Publicidade Comunitária.

Compreende que a Publicidade Comunitária se opõe à publicidade tradicional, que tem objetivos exclusivamente comerciais, e denomina Publicidade Social aquela que extrapola os limites da comunidade, envolvendo e incluindo o sujeito comum da Sociedade Civil, de forma participativa, em qualquer etapa do desenvolvimento de suas campanhas seja na fase de elaboração, de produção ou de implementação da comunicação publicitária alternativa.

Como metodologia, os estudos e as reflexões teórico-metodológicas, com base na leitura crítica coletiva de textos basilares para a área, ocorrem mensalmente no GECCOPS (Grupo de Estudos do LACCOPS). Já para investigação da pesquisa empírica apostamos na pesquisa-ação como metodologia participativa e inclusiva. Contamos com a presença de 5 pesquisadores de graduação, 3 de pós-graduação (mestrado), 2 egressos (cursando o doutorado), além de pessoas das próprias comunidades que estão sendo estudadas. Esses últimos são essenciais para o desenvolvimento dos trabalho na época em que estão sendo pensados (ou realizados) e na crítica ao processo após a geração dos resultados parciais e finais.

Vale destacar, que o Laccops reconhece a legitimidade dos projetos de práticos de comunicação no cotidiano comunitário; incrementa grupos de estudos que se empenham em refletir sobre os novos papeis que a Publicidade desempenha (Geccops) e propõe a produção audiovisual como tática de realização de projetos de comunicação publicitária com fins sociais e comunitários (como a capacitação para o uso do *"mobile"* de forma autônoma, por membros de comunidades, para produção de seus filmes publicitários). Também, investiga os trabalhos com propostas inovadoras que vem sendo desenvolvidas por comunidades de baixa renda, no estado do Rio de Janeiro (e Brasil) pela Universidade Federal Fluminense (como a realização do cine-clube Laccops que conta com a participação de adolescentes de escolas públicas locais). Por fim, tem realizado projetos internacionais, a exemplo da capacitação para a formação da Primeira Agência de Publicidade realizada em São Tomé e Príncipe fomentado pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e da pesquisa em fase inicial como o Médico Sem Fronteiras.

Como um dos fundadores do INPECC, tem participado ativamente da estruturação do site: arquitetura, identidade visual, elaboração da estrutura, gerenciamento e criação de manuais e tutoriais que instrumentalizam os laboratórios componentes do Instituto com o incremento ativo de seu banco de dados.

Cult.Com - Grupo de Pesquisa Políticas de Cultura e de Comunicação

Os estudos de políticas culturais e de comunicação no Brasil vêm alcançando um grande impulso na última década, mas os trabalhos têm se caracterizado, pelo empirismo, resultado de pesquisas sobre momentos específicos em âmbitos nacional e internacional.

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Cultura e de Comunicação (Cult. Com), vinculado ao PPG em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará(UECE) e criado em 2007, se propõe a desenvolver pesquisas sobre políticas culturais e de comunicação desenvolvidas tanto pelo poder público, em suas diversas instâncias (municipal, estadual e federal), bem como as implementadas pelos movimentos sociais nas interfaces com o Estado. Experiências internacionais também são contempladas pelas pesquisas, em especial aquelas patrocinadas por organismos como UNESCO e OEA.

O Cult.Com possui 18 integrantes atuando em 4 linhas de pesquisa: Direitos Culturais; Políticas de Cultura; Políticas de Comunicação; e Políticas de Cultura e Juventude. O referido Grupo integra, além do INPECC, outras redes nacionais de pesquisadores: a Rede de Pesquisadores em Políticas Culturais, a Rede Nacional de Pesquisa em Políticas Culturais e a Rede de Pesquisadores em Políticas de Juventude.

O tema da comunicação comunitária se faz presente no Cult.Com por meio das discussões teórico-epistemológicas e das pesquisas relacionadas à cidadania e à juventude, bem como às sociabilidades e às culturas das minorias. Como por exemplo, o trabalho sobre o fenômeno das "famílias" juvenis, grupamentos de jovens moradores da periferia de Fortaleza, capital do Ceará, que se reúnem nos espaços públicos da cidade ou por meio das redes digitais para exercerem relações entre si e com o entorno urbano.

Outra pesquisa em andamento que discute a questão da comunidade tem como objeto um movimento de resistência estético e político a um projeto de intervenção urbana no Poço da Draga, uma comunidade de baixa renda situada em área nobre de Fortaleza. O grupo de artistas e ativistas denomina-se "Quem dera ser um peixe" e se contrapõe, junto com os moradores do Poço, à construção de um aquário que irá alterar profundamente os usos do espaço no qual a comunidade habita há quase um século.

Por fim, é importante destacar que o Cult.Com esteve à frente da organização da coletânea "Infância, Juventude e Mídia: Olhares Luso-Brasileiros", publicado em dezembro de 2015 pela editora da Universidade Estadual, reunindo pesquisadores/as brasileiros/as e portugueses/as, entre os/as autores/as, encontram-se autores/as do INPECC ligados aos outros grupos de pesquisa como Raquel Paiva (LECC), Juciano Lacerda (Lappecos) e Patrícia Saldanha (Laccops).

Conclusiones

É notório o esforço que se impõe aos grupos de pesquisadores que se debruçam nos estudos de Comunicação Comunitária para fins da compreensão de sua análise conceitual tanto no Brasil como na América Latina. Nesse sentido, o INPECC construiu uma radiografia da produção científica produzida em cada Região do país (inicialmente) para compreender, de forma ampla, as questões que circundam a cidadania e as interfaces com a Comunicação.

No sentido de visualizarmos o estado-da-arte do campo, que é insterdisciplinar, trabalharmos na construção do site e do banco de dados que contou com o trabalho efetivo dos três laboratórios fundantes do Instituto (UFRJ, UFRN e UFF) e do Cult-Com (UECE) que passou a integrar o INPECC em 2015.

Vale destacar, cumprimos as metas iniciais e pretendemos finalizar sua 1ª fase em 2016, com o levantamento dos primeiros 10 anos de produção nacional da intervenção da Comunicação Comunitária em pesquisas em programas de pós-graduação, em grupos de pesquisa (núcleos, laboratórios, etc), em publicações/congressos/eventos científicos e na graduação (iniciação científica).

Mais do que um trabalho quantitativo, trata-se de um trabalho colaborativo que fortalece e depende da rede que contribui com o fortalecimento da temática que atualmente tem sido determinante para refletir sobre as possibilidade de inserção na vida societária, visando ao reequilíbrio de relações humanas afetadas pelo consumismo legitimado pela mídia.

Bibliografía

SODRÉ, M. (2014). Uma ciência pós-disciplinar. En Sodré, M. *A ciência do comum*: notas para o método comunicacional (p. 19-111). Petrópolis-RJ: Vozes.

LATOUR, B. (2000). Abrindo a caixa preta de pandora. Em Latour, B. *Ciência em Ação* (p. 11-36). São Paulo: Editora Unesp.

SOARES, R. P. A. ; SALDANHA, P. G. ; LACERDA, J. S. (2014) . 'Comunidade Gerativa' na praxis de comunicação comunitária em projetos de transformação social: um olhar do INPECC. In: ALAIC - XII Congresso de La Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, 2014, Lima. Anais do XII Congresso de La Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Lima: PUC-Peru, v. 12. p. 1-15.

SOARES, R. P. A. ; LACERDA, Juciano de Sousa. ; SALDANHA, P. G. . INPECC INVESTIGA PERFIL DOS ESTUDOS SOBRE COMUNIDADE NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO. In: XXIII COMPÓS - 23° Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2014, Belém do Pará. Anais do 23° Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília/Belém: COMPÓS/UFPA, 2014. v. 23. p. 1-17.

SALDANHA, P. G. ; SOARES, R. P. A. ; LACERDA, Juciano de Sousa. . INPECC retoma conceito de "comunidade gerativa" e inicia estudo sobre a área. In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. Comunicação: Guerra e Paz. São Paulo: INTERCOM, 2014. v. 37. p. 1-15.

Biografía

Raquel Paiva de Araújo Soares. Professora Titular da UFRJ e membro permanente do PPGCOM, coordenadora do LECC e fundadora do INPECC E-mail: raquelpaiv@gmail.com

Juciano de Sousa Lacerda. Professor Adjunto IV da UFRN e membro permanente do PPgEM, co-líder do Pragma (CNPq/UFRN) e Coordenador do LAPECCOS e fundador do INPECC E-mail: juciano.lacerda@gmail.com.

Patrícia Gonçalves Saldanha. Professora Adjunta IV da UFF e membro permanente do PPGMC, coordenadora do Laccops e fundadora do INPECC. E-mail:patsaldanha@gmail.com

Alexandre Almeida Barbalho. Professor Adjunto e membro permanente do PPGS-UECE, coordenador do Cult.Com e associado do INPECC. E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com

Comunicación en Movimiento. Redes de Medios en el Ciberespacio

UAM Cuajimalpa-Universidad Iberoamericana

César Rodríguez
cesararcano@gmail.com

Resumen:

Esta ponencia presenta avances de investigación sobre la apropiación social del ciberespacio por parte de activistas, colectivos, medios alternativos y organizaciones de la sociedad civil en el contexto mexicano, un fenómeno que hemos denominado Comunicación en Movimiento y que define a las redes de medios que visibilizan los conflictos sociales y la situación de los derechos humanos en este país. La premisa inicial es que dichos actores sociales han decidido ejercer su derecho a la información a partir de la creación de medios en las distintas plataformas de redes sociales para, con ello, fomentar la pluralidad informativa e incidir en el debate público. Se utiliza como hipótesis la existencia de dichas redes de cibermedios y con la ayuda de la minería de datos de Facebook y un posterior Análisis de Redes Sociales (ARS) se presentan visualizaciones que efectivamente comprueban la estructura reticular de las redes mediáticas y consideraciones sobre la imbricación de estas redes con medios opositores y actores internacionales de la sociedad civil, expresión de un panorama político tanto intermediático como posnacional.

Palabras clave:

Redes; Cibermedios; Comunicación; Derechos Humanos; Tecnopolítica

Abstract:

This paper provides initial advances about the study of the social use of cyberspace by activists, collectives, alternative media and non-governmental organizations in the mexican context, a social phenomena that we call Communication in Motion. Such term is proposed in order to define the media networks that expose social conflicts and the situation of human rights in Mexico. The basic precept is that social actors have decided to exercise their right to information creating media spaces on different social networks platforms and, in doing so, fostering information plurality and another visions in public debates. We use data mining from Facebook and Social Network Analysis (SNA) in order to find and explore wether social media are connected in networks. It turns out that visualizations prove the grid structure of these cybermedia relations and additionaly that such media networks are interconected with opposition press and international civil society actors which is an expression of both an intermediatic and a posnational political landscape.

Keywords:

Networks; Cybermedia; Communication; Human Rights; Technopolitics

Introducción

Las sociedades contemporáneas viven un vertiginoso proceso de apropiación cultural de los recursos tecnológicos asociados con Internet. En el terreno político, gobiernos, empresas, sociedad civil y ciudadanos conectados, utilizan las posibilidades del ciberespacio para expandir su presencia en la disputa por las representaciones sociales.

El impacto político asociado con las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) en los últimos años es visible al menos en tres aspectos: las movilizaciones tecnopolíticas, la convergencia digital y la reconfiguración del ecosistema mediático.

Respecto a la reconfiguración del ecosistema de medios, en el terreno de los medios profesionales, cuyo modelo de negocios es primordialmente periodístico, existió una primera época de arribo y esfuerzo de medios nativos digitales por consolidarse (destacan entre ellos Sin Embargo, Animal Político, Aristegui Noticias), que casi ocurrió a la par de la reacción de los medios tradicionales por llegar a reclamar sus parcelas en los ambientes en línea.

Los grandes consorcios televisivos, así como los periódicos y revistas nacionales, entre los que se incluyen diarios y semanarios reconocidos por su orientación de izquierda, han capitalizado rápidamente su presencia en sitios web y en las redes.

El nuevo ecosistema no solo incluye a los medios profesionales, sino a otro sector que involucra una diversidad de medios independientes y canales de difusión de organizaciones sociales. En los viejos esquemas conceptuales, este emergente sector de medios podría englobarse tanto en las llamadas comunicación alternativa como en la comunicación del tercer sector. Sin embargo, aquí se plantea la necesidad de encontrar un nuevo término que englobe este fenómeno.

Tal es el objetivo de esta ponencia, explorar las redes de medios de acción tecnopolítica y proponer la idea de Comunicación en Movimiento para definir tal fenómeno.

Marco teórico

Debido a una serie de condiciones históricas relacionadas con la concentración mediática, la insuficiente calidad y cantidad de los medios públicos y la histórica complicidad de los medios con el poder político, la sociedad mexicana ha padecido una deficiencia en materia de derecho a la información –entendida en el sentido de las libertades de buscar, recibir y difundir información (López-Ayllón, 2000).

La propuesta que se ensaya en este artículo es reflexionar sobre el nuevo ecosistema de medios desde el punto de vista de la apropiación social de las tecnologías y su potencial como acción colectiva en beneficio de la pluralidad informativa.

Para ello es útil comprender la noción de sociedades en movimiento (Zibechi, 2007), que alude a la capacidad de grupos sociales de tomar en sus manos la responsabilidad de auto otorgarse los derechos que no les han sido garantizados, y con ello proponer una lógica emancipada de las instituciones que debieran resguardarlos.

Zibechi aporta al menos tres ejemplos: salud, educación y sistemas de producción, con los cuales explica la creación de sistemas autónomos y populares que generan los beneficios no concedidos. Los casos concretos son los curanderos en las comunidades indígenas, las escuelas en los caracoles zapatistas y la toma de fábricas recuperadas en diversos países de América Latina.

El término sociedades en movimiento tiene un alcance analítico que se debe explorar acompañado del contraste empírico. Es una propuesta útil, por ejemplo, para pensar a los grupos de autodefensa que en estados mexicanos como Michoacán surgieron para rebelarse en contra del crimen organizado, la inseguridad desbordada y la impunidad del sistema de justicia.

Con tales antecedentes, en este artículo se plantea la idea de una Comunicación en Movimiento, en el sentido de la emergencia de una serie de actores sociales que en la búsqueda

de solventar el derecho a la información del cual han sido excluidos, han creado sus propios medios para difundir otras agendas.

El referente más significativo de este tipo de apropiación comunicativa fue el EZLN, alguna vez llamado una "fábrica electrónica de conflicto" (Cleaver, 1998) por el cúmulo de medios alternativos (blogs, portales, radios por internet, etc.) que desde México y el extranjero se identificaron con sus causas.

Un caso relevante a nivel internacional fue el de Indymedia, una red global perteneciente al Centro de Medios Independientes surgida en 1999 en el contexto de las protestas contra la Organización Mundial de Comercio en Seattle, Estados Unidos. Dicha organización se caracterizaría por tres aspectos: ser colaborativa, global y tener una ideología periodística específica, que consistía en reducir al mínimo la labor de posibles *gatekeepers* y pedir a sus lectores que escogieran las noticias más importantes, un modelo conocido como *Open Publishing* (Platon y Deuze, 2004).

Con el desarrollo de las TIC y la consolidación del entorno 2.0, la posibilidad de comunicar ya no es exclusiva de periodistas o activistas. Castells ha retomado la idea de autocomunicación de masas (2009) como la posibilidad de cualquier persona o colectivo para generar sus propios contenidos en el ciberespacio con el potencial de llegar a una audiencia significativa.

Casos como el video de la autoinmolación de Mohamed Bouazizi en Túnez en 2010, hito mediático del inicio de la primavera árabe, o el video de los estudiantes de la Universidad Iberoamericana que dio pie a #YoSoy132, son solo una muestra de cómo el contenido autogenerado y difundido en la red puede desatar acciones colectivas en contextos específicos.

La autocomunicación de masas no es un acontecimiento excepcional como en dichos ejemplos, sino un elemento más modesto, pero constante, cotidiano, dentro de las posibilidades de la arquitectura de la participación.

Sin embargo tal término no es suficiente para comprender ejercicios con mayor grado de conciencia y profesionalización por incidir en la vida pública, un fenómeno que se puede entender a partir de las redes de medios que se forman en las plataformas de Internet, redes que lo mismo incluyen a individuos o colectivos, a activistas, organizaciones no gubernamentales, medios alternativos, etcétera.

Como propuesta teórica, definiremos a la comunicación en movimiento como el fenómeno de apropiación tecnopolítica mediante el cual redes de medios se conectan en diversas plataformas para visibilizar agendas alternativas relacionadas con los movimientos sociales y los derechos humanos. Una presencia mediática heterogénea y cotidiana que escenifica la lucha por el derecho a informar.

La idea de multiplataforma quiere decir que dichos medios utilizan todos los sitios de redes sociales a su alcance para difundir sus agendas. Una plasticidad que les da fortaleza pues al desaparecer alguna de esas plataformas, no se pone en riesgo su existencia.

Metodología y análisis

A continuación de presentan una serie de visualizaciones obtenidas a partir del Análisis de Redes Sociales (ARS). Se utiliza la idea de red no solo en el sentido que Castells (2009) ha propuesto, sino porque así lo concede una característica propia de las plataformas de redes sociales en línea, su estructura reticular.

Se utilizó Facebook para realizar la minería de datos. La de Mark Zuckerberg es la plataforma de redes sociales más utilizada en México con un 92 por ciento de penetración entre los 68 millones de internautas que existen en México, esto es el 57 por ciento de la población total (IAB, 2016).

El ARS se utilizó con base en la Centralidad de Grado y distinguiendo las comunidades internas a través de la detección del factor de modularidad. El algoritmo de visualización fue Force Atlas y la profundidad de la red fue nivel 1, salvo en el último caso que se alcanzó el nivel 2.

La determinación de niveles obedeció a la capacidad de obtener los datos con base en la dimensión de la red solicitada. Nivel 1 quiere decir que se trata de una red a partir de los

likes de la página inicial. Nivel 2 que se recuperaron los datos de los likes de cada una de las páginas a las que dio like la página inicial.

Como guía gráfica, las visualizaciones muestran nodos y vínculos. Un nodo representa una página de Facebook. Los vínculos han sido establecidos a partir de los likes entre dichas páginas, que no necesariamente son recíprocos.

Es importante comprender que como categoría analítica medio se entiende como un nodo, es decir una página de Facebook.

Para el ARS se han retomado inicialmente 5 páginas: #YoSoy132, Desinformémonos, Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad, Change.org México y Rexiste.

Al ser parte de una investigación en proceso, se presenta para esta ponencia únicamente un esbozo a nivel exploratorio.

#YoSoy132

Aunque este movimiento surgió en el contexto electoral de 2012, la mayoría de los medios que aquí se presentan siguen emitiendo contenido. #YoSoy132 es una página con poco más de 126 mil likes a mayo de 2016.

Imagen 1. Visualización de la página #YoSoy132
Fuente: elaboración propia.

La visualización de la red de medios de la página de #YoSoy132 es reveladora en varios sentidos. En primer lugar porque observa una red altamente concentrada con muchas otras

páginas del interior del país. Es decir, no se trató de una movilización exclusivamente de la capital, un aspecto que habría que evaluar con detenimiento en nivel cuantitativo.

Otro aspecto interesante es la posibilidad de identificar los tres grandes medios que concentran la centralidad de la red: #YoSoy132, #YoSoy132Media y Más de 131. Este último medio dirigido por algunos de los estudiantes que protestaron desde un inicio en la Universidad Iberoamericana.

Un tercer aspecto a destacar es la presencia del movimiento no solo al interior del país, sino a nivel internacional. Aparecen ciudades como Madrid, Nueva York y Montreal, mientras otras cuentas cuyo nombre nos da la pista que se crearon en el extranjero: #YoSoy132Internacional, #YoSoy132 Alemania y #YoSoy132 UK.

Desinformémonos

Desinformémonos tiene en Facebook poco más de millón y medio de likes. Su eslogan es Periodismo de abajo y en su descripción asume "no nos proponemos un periodismo neutral ni falsamente objetivo. Nos asumimos como un espacio de abajo y a la izquierda" a la par de que señala tener un consejo editorial y de colaboradores de 23 países.

Imagen 2. Visualización de la página Desinformémonos
Fuente: elaboración propia

La visualización muestra al menos tres comunidades bien definidas, cada una separada por algún color. La comunidad azul incluye a medios profesionales así como a organizaciones no gubernamentales. La comunidad verde incluye a colectivos de activistas. Las dos primeras comunidades con un alto grado de relación entre ellas. En tanto la comunidad púrpura, muy pequeña, con una gran cantidad de medios a los cuales Desinformémonos sigue, pero no generan una red entre ellos.

Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad

Este movimiento surge de una convocatoria para protestar contra las condiciones de inseguridad y violencia causadas por la llamada guerra contra las drogas en el sexenio de Felipe Calderón (2006-2012) y ha estado liderado por Javier Sicilia, poeta y víctima de la violencia; su hijo, junto con otros seis jóvenes, fue asesinado en 2011 en Morelos, estado que colinda con la Ciudad de México en el centro del país.

La página cuenta con apenas 12,769 likes.

Imagen 3. Visualización de la página Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad
Fuente: elaboración propia

Esta red muestra también un alto grado de concentración, al grado que es difícil separarlo en comunidades. Queda muy claro en color azul toda una serie de páginas relacionadas con las causas de los desaparecidos, principalmente por causas relacionadas con la inseguridad y la violencia.

Otro aspecto que destaca en la red del Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad es la presencia también importante de Amnistía Internacional capítulo México, organización internacional cuyos fundamentos, como explica en su sitio, están relacionados con ser "un movimiento internacional permanente en defensa de la libertad de opinión y religión".

La riqueza de la red es observable gracias a la gran cantidad de páginas de distinta índole: colectivos, ONGs, medios alternativos, etcétera.

Change.org

Change es una plataforma colaborativa cuya base son peticiones públicas realizadas por sus usuarios. Destaca por la posibilidad de realizar una argumentación extendida sobre cada causa. En México ha habido una gran cantidad de peticiones retomadas a partir de esta plataforma.

Su página de Facebook tiene poco más de un millón cien mil likes y se define como "la plataforma de peticiones en línea más grande del mundo, empoderando a las personas para provocar los cambios que quieren ver".

Imagen 4. Visualización de la página Change.org México
Fuente: elaboración propia

Se observan al menos tres comunidades bien definidas.

La azul refiere sitios de peticiones similares a Change, así como organismos internacionales defensores de derechos humanos, entre ellos Oxfam GB, Humans Rights Watch, Amnesty International, WWF y Doctors Without Bordiers.

La segunda comunidad, en verde, incluye a organizaciones defensoras de derechos humanos a nivel nacional: entre ellas Amnistía Internacional México, Red TDT, Tlachinollan - Centro de Derechos Humanos de la Montaña, el Centro Prodh y Fundar México.

La comunidad en color rosa incluye una red variopinta de páginas de medios profesionales, ONG's y otras páginas.

Rexiste

Rexiste es un colectivo de activistas formado en la ciudad de México que tiene como eje de acción el arte urbano. En su página de Facebook con casi 17 mil likes dan la pista de haberse originado a partir de #YoSoy132 con la frase "Ciento treinta y dos veces nacimos latiendo en colectivo. Fuimos fuego que arde de alegría, llama que alumbra su oscuridad. Nos vimos a los ojos y supimos que nuestro amor es nuestra rebeldía.".

Imagen 5. Visualización de la página Rexiste
Fuente: elaboración propia

En este caso, con un ARS de nivel 2, se observan comunidades bien definidas. En verde aparece la relacionada con México y medios nacionales (la revista Proceso y el periódico La Jornada), así como medios nativos digitales (Sin Embargo MX y Aristegui Noticias) y medios alternativos (Desinformémonos, Regeración Radio y Radio Zapote, entre otros).

En color rosa aparecen páginas de arte urbano en México, mientras que en azul más claro páginas de arte urbano en el mundo.

Conclusiones

A lo largo de esta ponencia se ha propuesto la idea de comunicación en movimiento como un término que puede inaugurar la comprensión de las redes de medios que se configuran en las plataformas de redes sociales alrededor de la difusión de agendas relacionadas con la visibilización de los conflictos sociales y el estado de los derechos humanos en México.

Para ello se realizó un análisis exploratorio de las redes conformadas alrededor de cinco páginas de Facebook: #YoSoy132, Desinformémonos, Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad, Change.org México y Rexiste. Cinco páginas con orientación, origen y objetivos diferentes, pero que tienen en común ser parte de redes de medios dentro de la llamada comunicación en movimiento.

Un análisis posterior otorgará mayor certeza y datos concretos sobre las similitudes y diferencias entre tales redes, así como una revisión exhaustiva de los medios involucrados que de inicio involucra a una gran variedad de actores: colectivos, organizaciones no gubernamentales nacionales e internacionales, plataformas colaborativas, medios profesionales, medios alternativos, etcétera.

Una conclusión parcial es la constante presencia en estas redes de los medios profesionales asociados con agendas opositoras al gobierno: la revista Proceso, los portales digitales Sin Embargo y Aristegui Noticias, así como el periódico La Jornada.

Otra conclusión importante es lo riesgoso que sería encasillar las redes que se muestran en un escenario de Estados-nación. Si bien no se duda que los márgenes de acción estén encaminados a la incidencia en México, las redes de medios desbordan las fronteras hacia un escenario posnacional.

Referencias

Castells, M. (2009). Comunicación y poder. Madrid: Alianza Editorial.

Cleaver, H. (1998). The Zapatistas and the electronic fabric of struggle (pp. 81-103). na.

López Ayllón, S. (2000). El derecho a la información como derecho fundamental. Derecho a la información y derechos humanos.

Melucci, A. (1999). Acción colectiva, vida cotidiana y democracia. El Colegio de México.

Platon, S., & Deuze, M. (2003). Indymedia Journalism A Radical Way of Making, Selecting and Sharing News?. Journalism, 4(3), 336-355.

Rodríguez, C. (2015). Las redes, las calles y los medios. Análisis visual de las protestas del# 1Dmx 2014 en Twitter-México. Virtualis, 6(11), 49-72.

Rodríguez, C. (2015). Articulación y contrapoder. Los protagonistas del activismo digital en México (2009-2014). En Sánchez, J. y Winocur, R. Redes sociodigitales en México. Conaculta-FCE.

Televisa, Interactive Advertising Bureau y Millward Brown. (2016). Estudio de consumo de medios y dispositivos entre internautas mexicanos. Octava edición.

Zibechi, R. (2007). Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales.

Comunicar para la incidencia política

Universidad Nacional de La Plata/
Universidad Nacional de Quilmes

Washington Uranga
wuranga@wuranga.com.ar

Resumen:

Se realizó un trabajo de análisis de las experiencias de organizaciones sociales que utilizan estrategias y recursos de comunicación para la incidencia política. Mediante la metodología conocida como IAP (investigación-acción-participativa) se dio cuenta de las prácticas comunicacionales de dichas organizaciones. El objetivo de la investigación fue la producción de insumos comunicacionales para la incidencia política de las organizaciones. Como resultado se elaboraron cinco talleres articulados entre sí como un proceso que puede ser desarrollado de manera autónoma por las organizaciones con la finalidad de potenciar su incidencia política.

Palabras clave:

comunicación; incidencia; política; organizaciones; ciudadanía.

Abstract:

A work analysis of experiences of social organizations using communication strategies and resources for advocacy policy was made. Using the methodology known as IAP (research - action - participatory) of the communication practices of these organizations has occurred. The objective of the research was the production of communicational inputs for advocacy organizations . As a result m five workshops articulated together as a process that can be developed autonomously by the organizations in order to enhance its impact policy were developed.

Keywords:

communication; advocacy; policy; organizations; citizenship.

Resumo:

Uma análise do trabalho das experiências das organizações sociais que utilizam estratégias e recursos de comunicação para a incidência política foi feita. Utilizando a metodologia conhecida como IAP (pesquisa-ação-participativa) percebeu práticas comunicacionais dessas organizações. O objetivo da pesquisa foi a produção de insumos comunicacionais para a incidência política das organizações sociais. Como resultado, foram desenvolvidos cinco oficinas articuladas em conjunto, como um processo que pode ser desenvolvida de forma independente por organizações, a fim de reforçar a sua incidência política.

Palavras chave:

comunicação; incidência; política; organizações; cidadania.

Introducción

Este documento es el resultado del proyecto de investigación "Espacio público, redes sociales y construcción política", llevado adelante por un equipo de la Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la Universidad Nacional de La Plata[1] y del proyecto "Organizaciones sociales, espacio público y comunicación: estrategias de incidencia" protagonizado por un grupo de la Universidad Nacional de Quilmes[2], ambas de Argentina, actuando en coordinación.

Como comunicadores y comunicadoras hemos querido interrogarnos sobre el aporte de la comunicación a los procesos de incidencia política, en particular a través del trabajo que hacen las organizaciones sociales que explicitan y practican esta vocación política.

El proceso de investigación desarrollado en diálogo con las organizaciones sociales se propuso avanzar en la construcción de herramientas comunicacionales para que los actores puedan realizar un ejercicio reflexivo que consistió en:

a. evaluar el nivel de incidencia alcanzado y/o en potencia de una organización, en función de las capacidades y habilidades comunicacionales y de actuación en el territorio;
b. identificar aspectos comunicacionales estratégicos cuyo fortalecimiento o desarrollo a futuro apunten a mejorar y aumentar la capacidad de incidir en el espacio público y en la construcción de la agenda, en la vida política y en el diseño de políticas públicas;
c. elaborar una propuesta comunicacional para fortalecer la capacidad de incidencia política de las organizaciones sociales.

Marco teórico

Conocer, transformar, comunicar[3] componen una trilogía que constituye por sí misma la acción de los sujetos en la historia y que resulta inseparable en la práctica, si bien por razones analíticas o metodológicas se pueden distinguir los distintos componentes. Es necesario decir que no existe un orden preciso que indique prioridad dentro de esa trilogía ni un orden preestablecido porque el entrecruzamiento entre esos tres ejes es el resultado natural de la complejidad de las prácticas.

A lo anterior se suma la vocación política, entendida como decisión de incidir en los procesos sociales y de construcción ciudadana hacia la concreción de una perspectiva plena de derechos. Por eso conocer, transformar y comunicar se orienta hacia la incidencia política.

La perspectiva comunicacional

¿Cómo entender la comunicación? Para esta pregunta no suele haber una sola respuesta, aún hoy después de mucha agua corrida bajo el puente desde que la comunicación es reconocida como disciplina en el marco de la ciencias sociales.

No faltará quienes limiten todo a los soportes, los medios, las tecnologías y sus sistemas. No obstante queremos recuperar una perspectiva más integral de la comunicación, y por tal motivo entendemos los procesos comunicacionales como un aspecto íntimamente

1 Equipo integrado por Washington Uranga (director), Héctor Thompson (co-director), y los investigadores Santiago Algranati, Cecilia Huarte, Martín Iglesias, Teresita Vargas y Natalia Zapata.

2 Equipo integrado por Washington Uranga, director, Martín Iglesias y Teresita Vargas, investigadores.

3 Este apartado contiene conceptos también incorporados en Uranga, W. (2016), Conocer, transformar, comunicar, Editora Patria Grande, Buenos Aires.

relacionado con la condición esencial del ser humano que vive en comunidad, que en tanto actor social genera redes y procesos organizacionales basados en intercambios conversacionales y que, mediante esa producción compartida de formas de ver y entender el mundo, va constituyendo y construyendo la cultura que lo contiene y que, al mismo tiempo, lo forja de manera característica.

Entender la comunicación desde esta mirada significa situar al sujeto en el centro de la escena social, como artífice de las relaciones sociales que va tejiendo en su vida cotidiana. Supone además que cualquier intervención vinculada a lo comunicacional supera largamente una operación técnica o tecnológica. Demanda una mirada compleja sobre las relaciones, los significados y los sentidos producidos.

Exige, al mismo tiempo, reconocer que en el intercambio comunicativo se genera nuevo conocimiento y se disputan perspectivas respecto del imaginario social y de los cambios que se pretenden en la historia desde la vida cotidiana. La comunicación es parte integral y no se puede comprender por fuera de las prácticas sociales que protagonizan los sujetos en la historia.

Intervenir en lo social

Todo proceso de intervención en un escenario social implica un modo de conocimiento de la realidad y la sistematización de saberes que contribuyen al análisis de la situación.

Intervenir, entendido como implicación activa de todos los actores en un determinado escenario, es el modo de conocimiento por excelencia. Conocemos cuando nos comprometemos, cuando nos implicamos, cuando participamos en los procesos sociales. Bien lo saben los actores sociales y populares a pesar de que su conocimiento no tenga, por razones de poder simbólico y político, la misma valoración que se le da a la ciencia y al denominado "conocimiento académico".

Todas las acciones están cargadas de principios y valores que orientan el cambio, de manera explícita o no, que pueden leerse como una *perspectiva política* si entendemos por *política* el proceso social que busca articular necesidades e intereses *para el buen vivir,* es decir, la vivencia plena armoniosa y equilibrada de todos los que habitan en una comunidad.

Desde la práctica histórica, la producción de conocimiento, la intervención -entendida como acción política- y la comunicación, se constituyen en tres dimensiones inseparables y muchas veces difícilmente reconocibles de manera autónoma en las acciones de las personas y los grupos que tienen por vocación incidir en los procesos de transformación en la sociedad.

La construcción del conocimiento

Toda elaboración teórica refiere a la práctica porque la teoría nunca se presenta totalmente aislada de una circunstancia práctica que la convoca y le da sentido. Es decir, que la teoría nunca está desvinculada de una realidad y de la interpelación que ésta suscita en la tarea de análisis e investigación.

Conocemos cuando, utilizando nuestras categorías analíticas, desarrollamos metodologías y construimos herramientas para la intervención y mediante ellas accionamos en el territorio, independientemente de que el objetivo sea el análisis o la transformación social.

La práctica de la intervención encierra en sí misma una fase de conocimiento y supone además un proceso de interacción de saberes entre la diversidad de los actores presentes en el escenario de actuación leído como territorio.

Dado que todo proceso de intervención implica también una investigación para la acción, para el cambio, la teoría nos permite hacer inteligibles y comprensibles las prácticas que analizamos, interpretarlas para luego orientar las acciones. De esta manera, todo proceso de intervención puede ser leído como una situación de aprendizaje, como una experiencia

educativa que nace de la práctica y de las preguntas y respuestas que de ella se derivan, tanto para quienes realizan la intervención como para quienes son actores directos en el territorio. Esta experiencia educativa implica, por sí misma, un modo de conocimiento.

No podríamos avanzar en esta reflexión sin aludir, en este camino, al poder como un dato siempre presente. Poder y saber interactúan constantemente, y ninguno puede sostenerse sin el otro[4].

En democracia las políticas públicas son un ámbito propicio para la construcción de conocimiento, para la acción y la incidencia política de las organizaciones sociales, entendiendo que tales políticas son herramientas para responder a las necesidades del conjunto de la ciudadanía o de parte de ella. Se trata de un instrumento que supone la acción del Estado pero, al mismo tiempo, a través de la participación de la organizaciones de la sociedad civil se generan negociaciones entre distintos actores que ajustan mutuamente sus intereses divergentes.

En el cruce de todas estas variables si sitúan los desafíos para la intervención desde la comunicación con vocación de incidencia política.

Niveles de incidencia política de las organizaciones sociales.

Entendemos por incidencia de las organizaciones sociales a la acción sostenida en el tiempo que busca la transformación social desde una perspectiva de derechos para influir y generar discusión pública sobre un determinado tema en alguno de estos niveles[5].

a. Dar visibilidad a un tema. Un primer nivel de incidencia se da cuando la organización percibe o reconoce la existencia de un derecho vulnerado que requiere la atención pública y en consecuencia se moviliza e inicia acciones para instalarlo en la agenda social.
b. Sensibilizar sobre un tema a otros actores clave. El segundo nivel de incidencia es posible cuando la organización promueve el debate y moviliza a otros actores a partir de la conciencia de que los cambios requieren del trabajo conjunto y del apoyo multiactoral.
c Instalar el tema en la agenda pública. Un tercer nivel de incidencia resulta cuando la organización logra que el tema cobre relevancia como prioritario y urgente para la actualidad de la comunidad (barrio, municipio, provincia, país o región dependiendo del recorte de territorio que interese), tanto en los medios de comunicación, en la producción de bienes culturales, en las redes sociales y ámbitos de debate político. Este nivel también implica la sensibilización de actores políticos partidarios y/o gubernamentales clave, a fin de que asuman el tema como parte de su agenda de gestión.
d. Participar en la definición de políticas públicas. Una organización se encuentra en el cuarto nivel de incidencia cuando es reconocida y convocada como un actor legítimo para ser parte en alguna o varias etapas del diseño de una política pública, pudiendo además actuar luego como auditor capaz de evaluar su gestión y resultados.

Metodología

Adoptando en términos generales la metodología conocido como investigación acción participativa (IAP), siguiendo las propuestas de Orlando Fals Borda y otros, el proceso metodológico incluyó:

4 Díaz, E. (s/d). Foucault y el poder de la verdad. Disponible en: http://www.estherdiaz.com.ar/textos/foucault_verdad.htm

5 A tal efecto y como parte de la investigación se elaboró una matriz de "Niveles de incidencia" en la que se consignan condiciones, requisitos, capacidades e indicadores para las acciones comunicacionales de incidencia.

a. Elaboración de marco teórico para la investigación.
b. Mapeo de actores para la identificación y el reconocimiento de organizaciones sociales.
c. Identificación dentro del universo de aquellas organizaciones que manifiestan vocación de incidencia política y utilizan para ello estrategias, recursos y productos de comunicación.
d. Caracterización de las organizaciones y elaboración de una muestra significativa.
e. Acuerdos con las organizaciones para permitir la observación de sus prácticas.
f. Intercambio para la mutua capacitación de los investigadores y de los integrantes de las organizaciones.
g. Adecuación del marco teórico a las demandas planteadas por el proyecto.
h. Diseño del trabajo de campo y producción de técnicas para el mismo.
9. Trabajo de campo conjunto con organizaciones involucradas.
i. Sistematización de los resultados del trabajo de campo, incluyendo una matriz de análisis de la incidencia política desde la comunicación.
j. Elaboración de conclusiones y producción de la secuencia de talleres de comunicación para la incidencia.

Conclusiones

Como síntesis y conclusiones del proceso, se elaboró una secuencia de cinco talleres autoadministrados para ser trabajados por las organizaciones sociales[6]. La propuesta invita a reflexionar acerca de la comunicación, la incidencia y la movilización social con el objetivo de poner en la agenda pública los temas convocantes, hacer visibles las acciones de las organizaciones y lograr mayores niveles de impacto en función de la transformación social. El proceso tiene, en el centro, el reconocimiento integral de derechos.

Se propone el siguiente recorrido metodológico para el trabajo colectivo:

a. Un primer encuentro para la construcción de sentidos compartidos acerca del derecho o tema que trabaja la organización a fin de poner en común los objetivos organizacionales. Este primer encuentro es clave porque se construirán los pilares para abordar todo el proceso.
b. En el segundo taller se plantea recuperar momentos clave inscriptos en la memoria social en torno al tema/derecho que interesa a la organización y a su propio recorrido, a fin de disparar una lectura histórica y política colectiva sobre los mismos.
c. En el tercer taller el objetivo es construir un mapeo de actores y posiciones a partir de los siguientes interrogantes: ¿con quiénes trabajar en conjunto? ¿a quiénes involucrar y para qué? ¿de qué manera podría lograrse? Es importante configurar este mapa de actores y posicionamientos porque el espacio de lo público, en tanto construcción colectiva, se potencia cuando se generan acciones con otros.
d. El cuarto encuentro tiene como fin analizar la capacidad de incidencia de la organización en distintas dimensiones: información y producción de conocimiento; comunicación con los destinatarios de nuestro accionar; articulación con otros actores; e involucramiento con las políticas públicas y legislación. La idea es hacer una evaluación colectiva sobre dichas capacidades para reconocer y poner en valor el trabajo realizado y, al mismo tiempo, mostrar logros y definir desafíos para el futuro.
e. El quinto y último taller tiene como finalidad aportar pautas para, a partir del análisis de situación elaborado previamente, definir el objetivo de incidencia de la organización en lo público y organizar el plan de trabajo para alcanzarlo.

6 La propuesta completa puede encontrarse en Uranga W., y Thompson, H. (2016), La incidencia como camino para la construcción de ciudadanía. Una propuesta para trabajar desde la comunicación. Editora Patria Grande. Buenos Aires.

Bibliografía

Algranati, S., Bruno, D. y Iotti, A. (2012). Mapear actores, relaciones y territorios. Una herramienta para el análisis del escenario social. Cuadernos de cátedra TPPC-FPyCS No. 3. http://tallerdeprocesos.blogspot.com.ar.

Apella, G., Huarte, C., Vargas, T. (2012). Análisis situacional desde la comunicación. Capítulos I y II: Diseño del trabajo de campo. Cuadernos de cátedra TPPC-FPyCS No. 6. Disponible en: http://tallerdeprocesos.blogspot.com.ar.

Carballeda, A. (2008). Los cuerpos fragmentados. La intervención en lo social en los escenarios de la exclusión y el desencanto. Paidós, Buenos Aires.

Díaz, E. (s/d). Foucault y el poder de la verdad. Disponible en: http://www.estherdiaz.com.ar/textos/foucault_verdad.htm

Iglesias, M., Pagola, C. y Uranga, W. (2012). Enfoques de planificación. Cuadernos de cátedra TPPC-FPyCS No. 5. Disponible en : http://tallerdeprocesos.blogspot.com.ar

Jaramilo, J. (2011). ¿Comunicación estratégica o estrategias de comunicación? El arte del ajedrecista. Documento presentado en el VII Simposio Latinoamericano de Comunicación Organizacional, Universidad Autónoma de Occidente, Cali, Colombia.

Kenbel, C. (2014). Hitos conflictuantes y tensiones de sentido. Una propuesta de abordaje comunicacional para el problema del orden social. Ponencia presentada en el XII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), Lima.

Llanos Hernández, L. (2010). El concepto de territorio y la investigación en las ciencias sociales. *Rev. Agricultura, sociedad y desarrollo, Vol. 7, No. 3, diciembre de 2010, México*. Disponible en : http://www.colpos.mx/asyd/volumen7/numero3/asd-10-001.pdf

Massoni, S. (2009). Comunicación estratégica: somos seres en-red-dándonos. *Revista Estrategias. FISEC. Año V, Número 12*. Disponible en: http://www.cienciared.com.ar/ra/usr/9/254/fisec_estrategias_n12_m1pp3_24.pdf

Mata, M. (s/d); Comunicación, ciudadanía y poder: pistas para pensar su articulación. Disponible en: http://diálogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2012/01/64-revista-diálogos-comunicacion-ciudadania-y-poder.pdf

Uranga, W. (2016); Conocer, transformar, comunicar. Editora Patria Grande. Buenos Aires.

Zapata, N. y Vargas, T. (2010). Enredando prácticas. Comunicación desde las organizaciones sociales. San Pablo, Buenos Aires.

Biografía

Washington Uranga es periodista, docente e investigador de la comunicación, y se desempeña como profesor titular regular en la Universidad Nacional de La Plata, en la Universidad Nacional de Quilmes y en la Universidad de Buenos Aires, todas en Argentina. Actualmente es Director de la Maestría en Comunicación Institucional de la Universidad Nacional de San Luis (Argentina). En posgrado fue director de la Maestría en Planificación y Gestión de Procesos Comunicacionales en la Universidad Nacional de La Plata (1994-2005) y Director de la Maestría en Periodismo, Fac. de Ciencias Sociales, Univ. de Buenos Aires (2005-2008). Ejerce profesionalmente el periodismo y asesora en comunicación a organizaciones sociales y gobiernos. Sus temas de especialización son comunicación y ciudadanía, comunicación popular y comunitaria, planificación de la comunicación y comunicación y políticas públicas. Dirección electrónica: wuranga@wuranga.com.ar. Sitio web: www.wuranga.com.ar

Ciudadanía intercultural y comunicación desde el pensamiento boliviano

Universidad Católica
Boliviana "San Pablo"

Carlos Mauricio Arroyo Gonçalves
arroyo@ucbcba.edu.bo

Resumen:

El ejercicio de lo que podríamos llamar una ciudadanía intercultural, en la historia reciente de Bolivia, pareciera haber conducido al país a un profundo proceso de crisis política.

¿Qué es lo que ha ocasionado este desenlace? ¿Cuáles son los retos a los que nos enfrenta? ¿Cómo evitar que se vuelva a repetir?

La interculturalidad implica relaciones y acciones entre distintos, enmarcadas en la lucha por la equidad en la producción y distribución de bienes materiales y simbólicos. Por ello, para evitar que se reproduzcan los conflictos o crisis, se debe fomentar el "diálogo intercultural". El diálogo es un espacio de contacto y relación entre sujetos por naturaleza diversos pero en situación de equidad.

La ciudadanía intercultural exigirá a su vez el reto de que el sujeto que forma parte de esta colectividad no pierda su individualidad, así como lo colectivo no quede subordinado a lo individual, sino que ambos se articulen y complementen.

Para un pleno ejercicio de la ciudadanía intercultural, se requiere generar un proceso de comunicación que no subordine a uno sobre otro, es decir, exige una comunicación fuera de cualquier sistema de dominación en el que los actores interactúen de manera equitativa.

Palabras clave:

Ciudadanía; Interculturalidad; Comunicación; Bolivia.

Abstract:

The exercise of an intercultural citizenship in the recent history of Bolivia, seem to have led the country into a deep process of political crisis.

What has caused this outcome? What are the challenges that we face? How to prevent it happening again?

Intercultural relations involves relationships and actions between different actors, framed in the fight for equality in the production and distribution of material and symbolic goods. Therefore, to prevent new conflicts or crises, we should promote "intercultural dialogue". Dialogue is a forum for contact and relationship between subjects by various nature but equality situation.

The intercultural citizenship required that the subject who is part of this community does not lose its individuality, neither the collective is subordinate to the individual; both must be articulated and supplemented.

For a full exercise of intercultural citizenship is required to generate a process of communication that does not subordinate one to each other. Requires communication outside any system of domination in which the actors interact equitably.

Keywords:
Citizenship; Interculturalism; Communication; Bolivia.

El contexto boliviano

En el Censo de población de 2001 explícitamente se puso en evidencia en Bolivia la composición indígena del país. En aquella oportunidad, el 62 por ciento del total de la población mayor de 15 años expresó pertenecer a un pueblo indígena u originario, al margen de que hable o no un idioma indígena. Sin embargo, los datos del censo 2012 mostraron que hay una mayoría poblacional que en la actualidad no se asume indígena, aunque esto no significa desconocer que hay una diversidad étnica en el país. Así pareciera que el rostro ciudadano en Bolivia ha sido configurado por distintos hitos de la historia de Bolivia:

- La **Guerra del Chaco** (1932–1935), aportó en su propio contexto con el auto reconocimiento nacional.
- La **Revolución Nacional** de 1952, con su correspondiente presencia campesina en el alcance de espacios políticos antes nunca ejercidos.
- La **Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad** de 1990 a la que se le atribuye directa relación con el reconocimiento de la diversidad e interculturalidad del país[1]. La marcha visibilizó por vez primera en la historia nacional el rostro de distintos pueblos indígenas amazónicos y orientales los que a partir de ese momento descubrieron su poder de interpelación ante el Estado, asumieron su ciudadanía. Entre 2000 y 2005 ocurrieron muchas otras marchas campesinas e indígenas que fueron reforzando el rostro intercultural de la ciudadanía.

El descubrimiento y el ejercicio de lo que podríamos llamar una ciudadanía intercultural, en la historia reciente del país, pareciera haber conducido a Bolivia a un profundo proceso de crisis política dentro de un gobierno de marcada orientación neoliberal, pero además excluyente. Así, esta presencia diversa de nuevos actores en el escenario político tuvo su principal expresión en las manifestaciones sociales que dieron lugar a la convocatoria a nuevas elecciones nacionales en diciembre de 2005. En estas elecciones presidenciales, y por primera vez desde el retorno a la democracia, tenía participación un actor no tradicional, con rostro indígena.

Se trataba del líder cocalero y del Movimiento al Socialismo (MAS), Evo Morales Ayma, que sorprendió a más de uno al obtener el 53.7% de los votos nacionales. El Presidente Morales a pesar de tener mayoría en ambas cámaras del congreso, tuvo que realizar una difícil negociación con el mayor partido de oposición (PODEMOS), para aprobar la convocatoria a la Asamblea Constituyente. Sin embargo, a través de un proceso democrático, al final se generó un nuevo texto constitucional que en sus Bases Fundamentales del Estado reconoce al estado boliviano como "... unitario social de derecho plurinacional comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda

1 A partir del 16 de agosto de 1990, y por un poco más de un mes, más de 800 indígenas ancianos, adultos y niños iniciaron una marcha desde la ciudad de Trinidad (Beni) rumbo a La Paz sede de gobierno. El recorrido supuso alrededor de 600 kilómetros, desde las tierras bajas orientales hasta la zona montañosa andina.

en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico...” (BOLIVIA, 2008, art.1).

Pero al margen de cómo se resolvió la crisis y en lo que desembocó (un nuevo poder constituido), importa saber qué es lo que ha ocasionado este desenlace, qué retos trae consigo y cómo asegurar que la situación no se vuelva a repetir.

Dos concepciones de interculturalidad

La Fundación UNIR (2012, p.14), a través de María Soledad Quiroga, identifica dos concepciones de interculturalidad:

> ...primero, la comprendida como diálogo entre diferentes bajo hegemonía de los sectores criollo mestizos que deviene de la concepción liberal y del discurso de lo “plurimulti”.
>
> Desde luego representa un avance respecto a las postulaciones de eliminación de lo indígena, como el darwinismo social vigente en Bolivia en la primera mitad del siglo pasado, y al discurso del mestizaje del nacionalismo revolucionario, que pretendía la desaparición de la diferencia vía homogeneización de la sociedad. Pero, en realidad, esta propuesta es multiculturalista y, como señala Luis Tapia, acepta la diversidad únicamente en la medida en que no afecta la preeminencia del particularismo de los sectores hegemónicos presentado como universalismo.
>
> Puesto que no se propone una transformación de las relaciones de poder y deja inalterada la situación de pobreza y exclusión de las poblaciones indígenas y de otros sectores, aunque quizá algo atenuada, es un reconocimiento inocuo de la diferencia y, por tanto, no es propiamente interculturalidad.
>
> La segunda concepción de interculturalidad es la comprendida como diálogo entre diferentes bajo hegemonía indígena, lo que deviene del pensamiento descolonizador. Esta propuesta es útil para el análisis de los procesos históricos de configuración de la sociedad y del Estado, pero la consecuencia de su razonamiento es riesgosa ya que plantea que la contradicción fundamental se da entre blancos e indios y sólo puede resolverse mediante la construcción de un poder indígena dominante. Es una construcción semejante a la anterior, pero con un nuevo centro de poder, por lo que no es propiamente interculturalidad (2012, p.14).

Esta reflexión de partida interesa porque si bien en la actualidad del estado boliviano se tiene en el ejercicio del poder un colectivo que tradicionalmente había sido marginado si no ignorado, el indígena, se corre el riesgo de estar simplemente mirando el otro lado de la medalla o el otro extremo del movimiento del péndulo, lo cual podría conducirnos como país a una situación similar de nueva crisis política al simplemente haber volcado las relaciones de poder, pero no haber resuelto las consecuencias de la ausencia de diálogo.

¿Dónde surge la noción de interculturalidad en Bolivia?

En Bolivia es el campo educativo el que da origen al tratamiento del término de interculturalidad. Según Xavier Albó la interculturalidad fue planteada en 1931 en la propuesta de la Escuela Ayllu de Warisata, donde se asumía que la educación debería articular elementos tanto del castellano como de la lengua y cultura aymara (2000, p.22). A pesar de la visión de esta propuesta, que se adelantó por mucho a la discusión que surgiría décadas después, la política estatal de aquel momento no la supo acoger ya que la prioridad era la homogenización a través de la castellanización.

Sin embargo, mientras las iniciativas de Educación Intercultural Bilingüe (EIB) tuvieron posturas contrarias a nivel gubernamental, fueron los medios de comunicación y concretamente la radio la que tuvo la iniciativa de fomentar el uso de lenguas originarias desde los años 60, aunque lo hacía en horarios marginales durante las madrugadas (ALBO, 2000, p.23 y 1981, p.32).

Sería recién con la Reforma Educativa de 1969 que en Bolivia se incorpora la enseñanza quechua y aymara en las normales. Otros proyectos educativos que promovieron una educación con sentido intercultural fueron INEL (Instituto Nacional de Estudios Lingüísticos) en la Paz en 1965, el ILCA (Instituto de Lengua y Cultura Aymara) en 1972, y la carrera de lingüística de la UMSA en 1979.

La Educación Intercultural Bilingüe (EIB) paulatinamente iría entrando como tema de debate político social, los momentos referenciales de este ingreso se los puede encontrar en la década de los 60 con el movimiento katarista; luego con la CSUTCB (Confederación Sindical de Trabajadores Campesinos de Bolivia) en 1979 y la CIDOB (Confederación Indígena del oriente de Bolivia) en 1982 que incorporó entre sus reivindicaciones la práctica de la EIB.

Sin embargo, en el ámbito de la educación formal, sería hasta el retorno a la democracia en 1982 que se volvería la atención a la temática lingüística con la creación del SENALEP (Servicio Nacional de Alfabetización "Elizardo Pérez"), a ésta iniciativa estatal siguió la adopción del Plan Nacional de Educación en 1983 el que planteó por vez primera la introducción de programas de educación intercultural y bilingüe de modo oficial.

Casi de manera simultánea, la Comisión Episcopal de Educación incorporaría desde 1981 el enfoque de la EIB, que también sería asumida por instituciones como: el Teko Guaraní (1987) principal centro de educación y comunicación indígena en Camiri, el Proyecto Educativo Popular, aprobado en el Congreso Nacional de Educación de 1989, que fue de los primeros en denunciar la práctica de una educación colonizadora en el país (Cf. ALBO, 2000).

Cinco años después, la nueva ley de reforma educativa de 1994 incorporó la EIB como pilar de la propuesta; sin embargo, no tuvo frutos brillantes aunque legitimó muy bien las demandas indígenas. Lo concreto fue que entre 1994 y el año 2000 las implicaciones interculturales de la educación fueron confundidas con bilingüismo, sin cultivarse la noción de diálogo entre dos o más cosmovisiones, que en un sistema democrático se van aceptando y reconciliando como parte de los principios educacionales del Estado, en una era de valores universales y de enriquecimiento abierto a la globalización. El concepto de interculturalidad todavía no estuvo suficientemente claro, sobre todo porque no se supo cómo aplicarlo en los libros y en estrategias concretas de enseñanza (GAMBOA, 2011).

Principales ideas bolivianas sobre interculturalidad

Si bien se ha escrito bastante sobre el tema desde la reforma educativa del año 1994 (Ley 1565), se destacará a continuación sólo algunas de las principales ideas bolivianas que han tenido incidencia en la comprensión de la interculturalidad.

José Luis Chuquimia (1997) y Xavier Albó (2000), desde el ámbito de la *educación popular*, definen la interculturalidad como:

- "...una dimensión social que se expresa en la relación de culturas en un marco armónico" (1997, p.84)
- "...las actitudes y relaciones de las personas o grupos humanos de una cultura con referencia a otro grupo cultural, a sus miembros o a sus rasgos y productos culturales" (2000, p.84).

Además, Xavier Albó (2000), a partir de su definición identifica dos tipos básicos de interculturalidad: 1) **positiva** que asciende desde la simple tolerancia hacia una actitud de

mutuo entendimiento, intercambio y enriquecimiento entre las culturas en contacto; 2) **negativa** cuando se asciende de una actitud y relaciones que llevan a la disminución de una de las partes para subyugarla o crear dependencia hacia una actitud y relaciones que llevan a la destrucción de una de las partes. Y añade además que "...el ideal intercultural es desarrollar al máximo la capacidad de la gente de diversas culturas para relacionarse entre sí de manera positiva y creativa" (2000, p.87).

El año 2003, el psicólogo Porfidio Tintaya, propone que"...la interculturalidad es un encuentro donde las culturas afirman y fortalecen sus diferencias, complejizan sus identidades, un proceso de resistencia a la globalización y de creación de la diversidad. La interculturalidad es, precisamente, un movimiento de localización, de diálogo y relación que permite fortalecer lo local, basándose en la integración de experiencias generadas en los encuentros culturales. Es un desplazamiento de resistencia, un nomadismo que no se integra ni reproduce lo global, sino que crea lo local, lo singular; desterritorializa lo global y territorializa lo local." (p.167).

En este sentido, la interculturalidad se caracterizaría por la magnitud de los contactos y productos culturales, no naturales sino atravesados por proyectos políticos; un ejercicio de poder que cristaliza y potencia la identidad local y que afianza la propia realización (TINTAYA, 2003, p.188).

En los últimos años, el teólogo y pedagogo Matthias Preiswerk propuso que:

> ...en la palabra ´interculturalidad´, el prefijo *inter* indica una relación entre sujetos y fuerzas, una consideración de las relaciones y acciones entre varios grupos, personas o identidades. *Inter* sugiere necesariamente también diferencias y posibles conflictos. Hablar de interculturalidad es asumir que grupos, personas e identidades interactúan, es decir, se influencian mutuamente aunque de manera desigual en el caso de las relaciones asimétricas por motivos económicos, políticos, sociales, de clase, de género, de edad, etc. El prefijo *inter* remite tanto a la manera de ver al otro, como a la manera de verme a mí mismo, tomando en cuenta la visión que el otro tiene de mí. En función de lo anterior hay que distinguir entre interculturalidad y multi o pluriculturalidad, porque la primera no se limita a reconocer las diferencias, a compararlas, a coleccionarlas, sino que las devela, les da su valor, las pone en juego y las ubica en perspectiva. Además, la palabra está creada con el sufijo *-dad*, el mismo que designa una cualidad y que le otorga un grado de abstracción (2011, p. 247).

El sociólogo Mario Yapu complementa, por otro lado, que "...la noción de interculturalidad como política de la diferencia, de la tolerancia y del reconocimiento del otro es altamente insuficiente si carece del complemento teórico y político del componente económico, de la lucha por la equidad en la producción y distribución de bienes materiales y simbólicos" (2011, p. 247).

En síntesis, desde esta diversidad de miradas, se puede decir que en la reflexión boliviana la interculturalidad implica por lo tanto las relaciones y acciones entre distintos, y estas diferencias podrían ser por cualidades de carácter, ideas, afiliación política o religiosa, género, edad, clase social, identidad y hábitos culturales, enmarcadas en la lucha por la equidad en la producción y distribución de bienes materiales y simbólicos.

La noción constitucional de interculturalidad

Si bien como se acaba de ver en los últimos 20 años el tema de la interculturalidad en Bolivia mereció suficiente atención y reflexión, se considera que no fue sino hasta el reconocimiento constitucional en 2008 de esta condición nacional que la noción cobraría importancia central en la configuración de la ciudadanía boliviana.

El artículo 98 de la Nueva Constitución Política del Estado indica que:

> I. La diversidad cultural constituye la base esencial del estado Plurinacional Comunitario. La interculturalidad es el instrumento para la cohesión y la convivencia armónica y equilibrada entre todos los pueblos y naciones. La interculturalidad tendrá lugar con respeto a las diferencias y en igualdad de condiciones. II. El estado asumirá como fortaleza la existencia de culturas indígenas originario campesinas, depositarias de saberes, conocimientos, valores espirituales y cosmovisiones. III. Será responsabilidad fundamental del Estado preservar, desarrollar, proteger y difundir las culturas existentes del país.

El estado boliviano, al constitucionalizar la noción de interculturalidad como "instrumento para la cohesión y la convivencia armónica y equilibrada" asume el compromiso de garantizar toda presencia y práctica de las formas de contacto desde la diversidad, lo cual fortalece la noción de ciudadanía intercultural.

Adicionalmente, como vía de alcanzar este ideal incluye en el mismo texto constitucional en el Régimen de la Educación, la afirmación de que ¨II. La educación es intracultural, intercultural y plurilingüe (...) La educación fomentará el civismo, el diálogo intercultural y los valores ético morales" (BOLIVIA, 2008, Arts. 78-79).

Interesa aquí particularmente la idea de fomentar, desde la educación, el "diálogo intercultural" que como afirma José Luis Aguirre, comunicólogo boliviano, es la esencia de la comunicación entendida como proceso humano. El diálogo es un espacio de contacto y relación entre sujetos por naturaleza diversos pero en situación de equidad.

La ciudadanía intercultural

Como se ha visto hasta aquí, y nos recuerda la Fundación UNIR (Cf. 2012), la interculturalidad no es una realidad concreta sino que se presenta como un proyecto a ser desarrollado por el estado y que tendrá profundas implicaciones en términos de distribución del poder para asegurar interacciones equitativas.

En otras palabras, la construcción de la interculturalidad en un país que se auto reconoce diverso supone trabajar en el desarrollo de un tipo distinto de ciudadanía que vaya más allá de la noción de "sujetos iguales ante la ley" y recupere/valore/respete las diversas formas colectivas de organización y gestión social. Así, la ciudadanía dejará de ser sólo un conjunto de derechos y obligaciones individuales para pasar a constituirse en una expresión de la pertenencia a una comunidad y a sus reivindicaciones colectivas.

Sin embargo, esta nueva concepción que llamamos "ciudadanía intercultural" exigirá a su vez el reto de que el sujeto que forma parte de esta colectividad no pierda su individualidad, no se subsuma en lo colectivo, así como lo colectivo no quede subordinado a lo individual, sino que nos propone el reto de la articulación y complementación de ambos.

Pero esta aceptación, respeto y valoración de la diferencia (individual como colectiva) que demanda la interculturalidad no debe entenderse como un reconocimiento tácito de cualquier práctica social o cultural. Se sabe que existen prácticas que son inaceptables. El límite deberán ser los derechos humanos.

La Declaración Universal de los Derechos Humanos y su consecuente evolución hacia derechos de nueva generación, que reconocen no sólo derechos individuales sino derechos colectivos, se constituye en el referente para el análisis que nos permita reconocer y valorar todas las diferentes prácticas sociales y culturales.

Para una ciudadanía intercultural, una comunicación intercultural

Para un pleno ejercicio de la ciudadanía intercultural, que supone más que el simple encuentro o contacto de personas o grupos diversos, se requiere generar un proceso de comunicación que no subordine a uno sobre otro, es decir, exige una comunicación fuera de cualquier sistema de dominación en el que los actores interactúen de manera equitativa.

Este es uno de los mayores retos ya que vivimos en una estructura social compuesta por una sobreposición de sistemas de dominación (del hombre sobre la mujer, del norte sobre el sur) y por lo tanto de lo que aquí se habla es de llevar a cabo una deconstrucción de la estructura que determina y hasta naturaliza la desigualdad para conseguir que se respeten, entiendan y acéptenlas diferencias para construir colectivamente.

Al ser la comunicación la responsable de construir la realidad y configurar el espacio público al tener una presencia permanente en la vida de los individuos y las comunidades, se debe trabajar para que desde una comunicación, con énfasis en el ser humano, se allanen las diferencias, se redistribuyan los poderes y se desconcentren los lugares privilegiados para iniciar la interacción.

A este tipo de comunicación denominamos intercultural y a través de ella se puede aportar de forma determinante a la construcción de una sociedad más equitativa en la que se expresen los diferentes actores y colectividades en igualdad de condiciones.

Sin embargo, el desafío que presenta la comunicación intercultural es la apertura a la pluralidad. Una sociedad pluralista se construye a partir de la aceptación de las distintas maneras de conocer y aprehender la realidad, de las diversas maneras de generar ideas, información y conocimiento, de las diversas formas de comunicar.

Bibliografía

Aguirre, J.L. (2006). La otredad y el derecho a la comunicación desde la alteridad. La Paz: Azul editores.

Albo, X. (2000). Iguales aunque diferentes. La Paz: UNICEF. CIPCA. Cuadernos de investigación No. 52.

Albo, X. (1981). Idiomas escuelas y radios en Bolivia. Sucre: ACLO – UNITAS.

Chuquimia, J. L. (1997). Apuntes sobre la interculturalidad. La Paz: CEE-Feria

Bolivia. (2008). Nueva Constitución Política del Estado. La Paz: Versión oficial aprobada por la Asamblea Constituyente y compatibilizada en el Honorable Congreso Nacional.

Gamboa, F. (2011). Modernización conflictiva. Reforma educativa y movimientos indígenas en Bolivia. Rev Cien Cult [online]. (26), 93-127. Recuperado el 28 de febrero de 2015, de http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2077-33232011000100005&script=sci_arttext

Ivanovic, M. E. (1999). Lenguajes e interculturalidad. Una propuesta teórica de comunicación. Cochabamba: Los Amigos del Libro.

Preiswerck, M. (2011). Contrato intercultural. Crisis y refundación de la educación teológica. La Paz: Plural

Tamburini, L. (2013). Bolivia Censo 2012: Algunas claves para entender la variable indígena. PUCP, Red Internacional de Estudios Interculturales Web site: http://red.pucp.edu.pe/ridei/politica/bolivia-censo-2012-algunas-claves-para-entender-la-variable-indigena/

Tintaya, P. (2003). Utopías e interculturalidad. Motivación en niños aymaras. La Paz: Instituto de Estudios Bolivianos.

Unir. (2012). Comunicación para la ciudadanía integral y ciudadanía. Memoria de los seminarios. La Paz.

Yapu, M. (2011). Políticas educativas, interculturalidad y discriminación. Estudios de caso: Potosí, La Paz y El Alto. La Paz: PIEB.

Biografía

Carlos Mauricio Arroyo Gonçalves. Actualmente es Director Académico Regional de la Universidad Católica Boliviana San Pablo en Cochabamba y es Vicepresidente de la Asociación Iberoamericana de Comunicación (AssIBERCOM); hasta febrero de 2012 fue Director de la Carrera de Comunicación Social de la UCB – La Paz y entre 2009 - 2011 fue Director de Comunicación de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC) y Presidente de la Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación (ABOIC). El año 2003 ganó el primer lugar en el Premio Latinoamericanos de Tesis (categoría Maestría) organizado por la Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (FELAFACS). Entre sus publicaciones destacan: Radio y regulación, una mirada al caso boliviano desde el derecho a la información; Pensamiento crítico; Participación y desarrollo: la participación como parte de las estrategias de intervención; Procesos electorales y libertad de expresión; Modos de investigar los fenómenos sociales; Estudio crítico acerca del contenido y alcances del Título VII: Campaña y Propaganda Electoral, del Código Electoral boliviano; Estudio sobre medios de comunicación en el Trópico de Cochabamba; Tipología de la radio en Bolivia. **E-mail:** arroyo@ucbcba.edu.bo

Bacanga Radio FM: la experiencia de la primeira radio comunitaria de São Luís-Maranhão

Universidade Federal do Maranhão

Priscilla Pereira da Costa
piticacosta@hotmail.com

Resumo:

O artigo tem como objeto a experiência da Rádio Comunitária Bacanga FM, e como objetivo, recuperar historicamente os principais pontos da emissora que está envolvida num processo de luta para assegurar o direito à comunicação por meio da radiodifusão comunitária. Para cumprir esse propósito nos baseamos em autores que estão próximos de posicionamentos críticos e nos apoiamos em pesquisa bibliográfica e entrevistas. Concluimos que a luta da radiodifusão comunitária, representadas pelas rádios comunitárias, é essencial e necessária para assegurar a conquista do direito de comunicar, e que as rádios comunitárias são estruturas de comunicação importantes que permitem um debate mais amplo na sociedade.

Palavaras-chave:

Rádio Bacanga FM; direito à comunicação; radiodifusão comunitária; rádio; comunidade.

Asbtract:

The article is about the experience of Community Radio FM Bacanga and aimed historically recover the main points of the station that is involved in a process of struggle to ensure the right to communication through community broadcasting. To fulfill this purpose we rely on authors who are close to critical positions and support in literature and interviews research. We conclude that the struggle of community broadcasting, represented by community radio is essential and necessary to ensure the achievement of the right to communicate, and that community radio stations are important communication structures that allow a wider debate in society.

Keywords:

Bacanga Radio FM; right to communication; community broadcasting; radio; community.

Resumen:

El artículo trata sobre la experiencia de la radio comunitaria FM Bacanga y dirigido históricamente recuperar los puntos principales de la estación que está involucrado en un proceso de lucha para garantizar el derecho a la comunicación a través de la radiodifusión comunitaria . Para cumplir con este propósito contamos con autores que están cerca de las posiciones críticas y apoyo en la literatura y entrevistas de investigación. Llegamos a la conclusión de que la lucha

de la radiodifusión comunitaria, representada por la radio comunitaria es esencial y necesaria para garantizar el logro del derecho a la comunicación, y que las estaciones de radio comunitarias son importantes estructuras de comunicación que permitan un debate más amplio en la sociedad

Palabras clave:

Bacanga FM de radio; derecho a la comunicación; la radiodifusión comunitaria; de radio; comunidad.

Introdução

O artigo tem como questão central a experiência da Rádio Comunitária Bacanga FM na luta pelo exercício do direito a comunicação por meio das ondas radiofônicas. Para a breve análise, recuperamos a experiência histórica da emissora, destacando seus principais pontos. Em seguida, refletimos sobre a mobilização da comunidade, a luta perante o Estado e a legislação da área. Para por fim, indicar que essas vozes silenciadas que lutam por um espaço nas ondas do rádio demonstram tentativas de esforços da necessidade de luta pelo direito à comunicação e nos apontando que outras estruturas de comunicação são importantes para o debate mais amplo na sociedade.

A breve análise é uma pequena amostra de uma pesquisa desenvolvida no curso do mestrado, que teve como suporte para o desenvolvimento a pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas com os comunicadores populares da Rádio Bacanga FM.

A Rádio Bacanga FM 106,3 Mhz

> Nascemos com o objetivo de ser e somos uma trincheira livre e sem comprometimento por isso todos os problemas sociais, que envolve as comunidades da Área Itaqui-Bacanga em todos os sentidos, são tratados com igualdade, imparcialidade e responsabilidade. Nossa programação é voltada para todos os seguimentos da nossa área, temos em nossa grade programas voltados as Igrejas de todos os Credos, Religiosos, Esportivos, Noticiários locais e Nacionais, Programa voltado a Juventude, a Velha Guarda, Informativos, Previdenciários, Trabalhistas e o Jornal Interativos, caminhando e ouvindo as comunidades. Assim procuramos cumprir o nosso papel de Rádio Comunitária, trabalhando, para informar e divertir sempre você o nosso maior parceiro (RÁDIO BACANGA FM, 2015).

Essa é uma caracterização disponível no sítio, sobre a Rádio Bacanga FM[1], umas das emissoras comunitárias de São Luís-MA, que é um dos lócus de investigação, por duas razões: a primeira, é que em um estudo realizado por Araújo (2011), a emissora atende as características comunitárias de fato; e a segunda razão é que é precursora na luta para ter voz e vez, e ter conseguido a outorga, apesar da repressão, o que lhe concede o diferencial de ser a primeira rádio comunitária "legalizada" de São Luís-MA.

Localizada na área Itaqui-Bacanga, região periférica de São Luís-MA, com uma população de mais 250 mil habitantes e mais de 50 comunidades, a Rádio Bacanga FM entrou em operação como emissora em 1998, na frequência, 104,1MHz. Atualmente, ela funciona no bairro Anjo da Guarda, no andar de cima da casa de comércio do presidente da Rádio, Luís

1 http://www.radiobacangafm.com/

Augusto Nascimento, que também é presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO-MA). Sua potência atinge 62 bairros da região.

A Rádio Bacanga FM tem suas origens no sistema de alto-falante. Inicialmente, em 1988, a transmissão acontecia apenas aos domingos, no horário de 6h às 8h. Nessas duas horas de duração, a programação contava com anúncios da comunidade, prestação de serviços, como por exemplo, informes sobre missas e jornalísticos com entrevistas. No inicio, a ligação com a Igreja Católica era evidente, porém a intenção do grupo pioneiro, na época, 6 pessoas do bairro, era fazer uma comunicação produzida pela comunidade. A iniciativa ficou conhecida pelo bairro como Rádio Popular

Com muitas notícias para serem veiculadas, logo a programação foi ampliada para além do horário matinal, passando a ter um horário no final da tarde de domingo, das 17h às 18h, mais específico para jovens do bairro. Luís Augusto afirma que a Rádio Popular estava próxima dos problemas da comunidade do Anjo da Guarda, e na programação havia espaço para a voz da população: "Chegamos até receber ameaças, pois na programação havia denúncias dos problemas vividos ali, como os casos das gangues e casos de estupros, sofremos ameaças na época da Turma do Rasga". (Entrevista com Luís Augusto Nascimento. São Luís, 07 de maio de 2015)

A programação era discutida pelos pioneiros, mas a população também ia à Rádio Popular pedindo espaços para a fala.

> Uma vez, levamos o presidente dos sindicatos dos motoristas para discutir problemas da região do ônibus da empresa que atendia o bairro. Resultado: em volta da rádio chegamos a reunir vários motoristas do bairro que trabalhavam na empresa para discutir os problemas lá na Rádio. (Entrevista com Luís Augusto Nascimento. São Luís, 13 de maio de 2015)

Essa emissora passou aproximadamente 10 anos funcionando como sistema de alto-falantes (de 1988 até 1997). Inserida e aceita na comunidade, em 1998, coincidindo com a lei que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil, foi instalada a antena e o transmissor caseiro na Igreja Católica Nossa Senhora da Penha, no mesmo local onde funcionava a Rádio Popular. A formação da rádio envolveu diversos segmentos, como associações de moradores, grupos de mães, companhias de teatro amador e igrejas tanto católicas quanto evangélicas.

Em 1999, a perseguição da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, junto aos agentes da Polícia Federal começou, e isso fez com que a Rádio Bacanga FM mudasse de lugar 6 vezes, fugindo da repressão. Desde 2004, funciona no atual local, um espaço cedido no pavimento superior do ponto comercial do presidente, Luís Augusto Nascimento, numa das principais avenidas do bairro.

Logo que deu início às suas atividades como rádio comunitária, em 1999, foi fechada duas vezes, com lacre do transmissor. A opção foi mudar de local; saiu da igreja, foram para a casa de um amigo simpatizante da rádio, no próprio bairro, onde foi levantada uma torre. Para enfrentar a repressão, a emissora começou a contar com o apoio da comunidade. Segundo Luís Augusto (Entrevista. São Luís, 07 de maio de 2015), "as crianças do bairro avisavam quando olhavam um carro oficial, com chapa branca, e dava tempo de todo mundo se esconder."

> Em 1999, a emissora sofreu a primeira intervenção da Anatel, quando foi apenas notificada e, diferentemente da prática comum da agência reguladora, a rádio não teve seus aparelhos subtraídos, uma vez que os moradores do Anjo da Guarda se mobiliaram e, em menos de 30 minutos, mais de 100 pessoas estavam em frente ao estúdio impedindo a polícia de apreender os aparelhos. Após uma reunião com vários moradores, a direção da emissora decidiu que descumpriria a decisão da Anatel e retornaria com a programação normal, mesmo estando ilegal. (GRIJÓ; FERREIRA, 2010, p. 04)

Depois das sucessivas ações de fechamento da Rádio por parte da Anatel, o grupo de moradores que liderava a emissora percebeu que não podia mais ficar naquela situação e foram atrás do processo de solicitação da outorga, para o funcionamento legal da emissora. Então, contrataram um engenheiro para a elaboração do projeto técnico, um dos passos do processo de outorga. A comunidade se reuniu em Assembleia Geral, decidindo pela criação de um instituto democrático, a Associação Cultural da Área Itaqui-Bacanga, que mantém a emissora, para a representação de interesse da região de ter o direito à comunicação.

A Rádio Bacanga FM, apesar das dificuldades, da luta por espaço no sistema de força burguesa, de repressão e dos problemas financeiros, consegue a outorga e passa a ser a primeira da capital maranhense a dar esse passo, garantindo direito à comunicação daquela comunidade na qual está inserida. Em 2000, receberam a licença provisória e em 2002, receberam a licença definitiva.

Com vários problemas de sustentação, desde quando era Rádio Popular, a emissora passa por dificuldades de manutenção e estrutura, não tem relação política partidária e não arrenda programas, apesar de já ter sido alvo de propostas de arrendamento e de compra por igrejas evangélicas. Na grade, existem programas jornalísticos, como "Cultura e Cidadania", "Tribuna Popular", "Jornal do Bacanga" (sábados), "Na comunidade" (sábados) e "Bacanga Itinerante" (domingo), programas com diversificados estilos musicais, do brega, rock ao rap, primando pela música regional e maranhense, programas para jovens, programas religiosos tanto católicos quanto evangélicos e temáticos como o "Canal com a Previdência" que traz informações para o trabalhador, e "Identidade Feminina", que traz a pauta da mulher, com direitos, discussões sobre gênero.

Entre os programas mais antigos da emissora estão o "Disco Reggae", de gênero musical, "Encontro com Deus", católico, e "Arquivo Musical" comandado por um deficiente visual que segundo o presidente da emissora, é um dos que tem mais audiência[2].

A Rádio Bacanga FM está no ar de segunda a segunda, das 06h às 22h, com programação própria; das 22h às 06h da manhã, entra em parceria com a rádio pública da Empresa Brasil de Comunicação, EBC, a Rádio Nacional da Amazônia, pela proximidade das programações das duas emissoras.

Ouvintes denunciam problemas, pedem músicas, ou telefonam para emitir opinião em entrevistas e nos jornalísticos da emissora. A programação é elaborada a partir de temas que possam contribuir para a formação dos ouvintes como cidadãos, como, por exemplo, os programas temáticos. Segundo Luís Augusto, a emissora tem preocupação com a formação dos comunicadores dos programas, mas atualmente está em falta nesse aspecto em razão das dificuldades para conseguir parceria.

Apesar disso, numa entrevista realizada com comunicadores de 04 programas jornalísticos ou temáticos da emissora e de um programa eminentemente musical, percebemos que existe um interesse pela qualificação na área da comunicação, pois em 06 programas existem estudantes ou profissionais de comunicação social no commando.

O processo educativo, de esclarecimento das massas, é percebido na programação, com campanhas de reciclagem, programas voltados para discussão de gênero, como "Identidade Feminina", para os jovens, e espaço para a cultura local, com exemplo de um colaborador da rádio, MC Alcino, jovem, artista do bairro, que vem servindo de exemplo para outros jovens de uma região marcada pela violência.

A sustentação, assim como a maioria das rádios comunitárias, de fato, é por meio de pequenos apoios culturais, mídias dos poderes executivos, municipal e estadual, e algumas

2 Programação atual: Acordando com a Bacanga, Show da Manhã, Disco Reggae, Arquivo Musical, Canal com a Previdência, Cultura e Cidadania, Agito Total, Encontro com Deus, A Voz do Brasil (reprodução obrigatória), Cantinho do Rei, Alô Maranhão, Fé Genuína, Bacanga Reggae Music, Diante do Trono, Jornal do Bacanga, Na comunidade, Sintonia Total, Balada Park Show, Vitrine Cultural, LPC, Rip Rop Rool, Na Pista do Dance, Bacanga Itinerante, Pagode, Arrocha que Eu Gosto e Espaço Jovem. Segundo o diretor da emissora, Luís Augusto, o programa Tribuna Popular, jornalístico, retornou a programação no mês de maio de 2015.

inserções da mineradora Vale. Hoje, a emissora conta com aproximadamente 30 pessoas que produzem os programas, com equipamentos imprescindíveis, como chave híbrida, receptor, computador, telefone, mesa de som e transmissor. Além disso, possui uma página na internet com um aplicativo para dispositivos móveis.

A experiência da Rádio Bacanga FM traz vários elementos nos indica a necessidade da comunidade na busca de igualdade de direitos, no caso o direito à comunicação, quando vários segmentos que se organizam no seio da sociedade civil, a fim de consolidar o direito de ter voz e vez na comunicação, gerindo um veículo alternativo.

Discussão

O campo democrático popular já se anuncia na experiência destacada, quando a comunidade, se associa e cria institutos democráticos para a representação de seus interesses no âmbito do direito à comunicação: a Bacanga FM com a mobilização para a criação da Associação Cultural da Área Itaqui-Bacanga.

Se no campo democrático popular, a participação popular é um dos pilares de sustentação, os passos iniciais na mobilização para a luta pelo direito à comunicação, "garantido" pelos regimes democráticos liberais, estão presentes nas formas de constituição da organização das comunidades periféricas em torno da rádio.

Formas de controle na participação das classes subalternas na comunicação, especificamente na radiodifusão comunitária são delineadas na própria legislação, exemplificadas no processo lento de concessão/outorga. Outros exemplos estão na limitação do raio de alcance somado ao conceito de comunidade restrito apenas à localização geográfica, na proibição da formação de redes. Para a Rádio Bacanga FM, localizada numa extensa área de São Luís, a limitação do raio somado ao impeditivo de formação de redes é um entrave para atender as necessidades de comunicação da área.

De fato, as classes subalternas acabam não tendo, politicamente, condições de igualdade para competir com quem tem mais recursos, ampliando ainda mais o abismo da desigualdade, com as emissoras comunitárias sendo subjugadas nos processos de concessão/outorga, sendo que algumas ficam a mercê de favores políticos. A legislação engessada é uma forma de controle e limitação da autonomia das rádios comunitárias como forma de não oferecer risco à comunicação dominante.

A questão da formação e educação dos comunicadores populares que estão a frente nos programas nas emissoras é um passo fundamental para o próprio processo de educação das massas, de uma conscientização para as classes que estão diretamente ligadas aquele elemento mediador, a rádio comunitária. Na experiência da Bacanga FM, nos programas jornalísticos e temáticos a formação profissional na área de comunicação é latente, 6 programas apresentam comunicadores populares na formação de comunicação social.

Na experiência da rádio comunitária Bacanga FM a questão democrática perpassa a mobilização da comunidade envolvida na apropriação das emissora e na defesa da permanência dela quando sofria buscas e apreensões por parte do Estado. Ali, as classes subalternas se apropriaram do veículo devido a sua a importância para aquelas realidades.

Percebemos que participação das classes se constitui no Estado, sendo que ele representa e organiza o interesse político e está envolto em contradições. A Lei 9.612/98 deve ser compreendida como resultado dessas contradições que se manifestam nesse espaço de lutas, entre classes dominantes, ou frações dominantes - a mídia tradicional e as classes subalternas, subjugadas pelo direito de comunicar, exemplificadas na experiência da Rádio Comunitária Bacanga FM.

O Estado é o mediador do sistema do capital, lócus da luta de classes, por meio dos seus agentes, Minicom, Anatel, Polícia Federal, materializa-se nas tentativas de fechamento, apreensão de equipamentos, criminalização de comunicadores, e garante a manutenção dos interesses dos grupos que dominam a mídia tradicional, no Maranhão, dos grupos políticos

que dominam a comunicação no estado. Mesmo, com governos eleitos "de esquerda", com a inauguração da era Lula, a relação opressora tem continuidade. Então, a Lei, a forma de garantir o direito à comunicação para o movimento das rádios comunitárias, implicou uma participação de "forma controlada", e que diante do papel do Estado, da falta de rigor e fiscalização de regulação não têm assegurado o direito, apenas o garante na forma. Na verdade, a Lei, alvo de críticas por parte do movimento da radiodifusão comunitária.

Conclusão

Ademais, sabemos que a comunicação tem um papel estratégico nas democracias e, em consequência disso, os meios de comunicação, ou a mídia, têm uma função de manutenção do status quo, mas a experiências da Rádio Bancaga FM, se apresenta como uma construção de alternativa, um indicativo de esforços que a luta do movimento já aponta como uma necessidade. Sabemos também que a mídia possui destaque na formação de representações, condutas e valores, dessa maneira, é um veículo de construção hegemônica.

Nesse sentido, apesar das dificuldades da rádio comunitária Bacanga FM, a superação de subalternidade caracterizada pela disputa no espaço radiofônico, nos aponta que os protagonismos dela foi essencial para se garantir o direito à comunicação, destacado na legislação, que porém não é assegurado, assim como, a construção de uma comunicação comunitária baseada não na reprodução do modelo comercial.

A experiência da Rádio Bacanga FM, assim como de outras tantas rádios comunitárias espalhadas pelo Maranhão e pelo Brasil traz o clamor de vozes silenciadas que lutam pela abertura de posições de fala dentro da sociedade.

Bibliografia

ARAÚJO, Ed. Wilson Ferreira. Rádios comunitárias no Maranhão: **história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação**. 1. ed. São Luís: EdUFMA (Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2011.

BRASIL, Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

COSTA, Priscilla Pereira da. A radiodifusão comunitária na luta pela democratização da comunicação: **a experiência em São Luís – Maranhão das rádios Bacanga FM e Conquista FM**. Dissertação(Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, 2016.

GRIJÓ; Wesley Pereira; FERREIRA, Rosinete de Jesus. Jornalismo Cidadão: **a experiência da Rádio Comunitária Bacanga FM**. São Luís, 2010.

Biografia

Priscilla Pereira da Costa é relações públicas, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil, e atualmente servidora pública do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, exercendo funções na assessoria de comunicação. Foi professora substituta do Departamento de Comunicação Social da UFMA, ministrando disciplinas da área de relações públicas, tem pós-graduação Lato Sensu em Docência e Pesquisa no Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade São Luís, atualmente Faculdade Estácio de Sá (São Luís-MA). É pesquisadora da área da comunicacação comunitária, radiodifusão comunitária, processos alternativos de comunicação, e-mail: piticacosta@hotmail.com.

La Radio Comunitaria: ámbito de co-gestión entre el Estado y la Sociedad Civil

Universidade de São Paulo

Esmeralda Villegas Uribe
evillegas2@hotmail.com

Resumen:

El trabajo busca mostrar cómo la radio comunitaria puede constituirse en una experiencia de co-gestión entre entidades del Estado y la sociedad civil organizada. Para esto se requieren legislaciones que permitan la sostenibilidad social y económica de las radios comunitarias, un estatuto que reglamente su funcionamiento e incluya un régimen de derechos y deberes, y el reconocimiento pleno, de su misión fundamental, por parte de la sociedad.

Palabras clave:

Radio Comunitaria/ Participación/ Legislación Radiofónica/ Democratización /Sociedad Civil

Abstract:

The work aims to show how community radio can become an experience of co-management between public institutions and non-profit organizations. Specific legislation is needed to allow the social and economic sustainability of community radio. A statute is necessary to regulate its operations, which includes a system of rights and duties, and to validate societal recognition of the community radio´s fundamental mission.

Keywords:

Community Radio / Participation / Radio Legislation /Democratization / Non-profits organizations.

Introducción

En el caso colombiano de las radios comunitarias, se ha venido construyendo hace un poco más de dos décadas, un modelo mixto de gestión en donde entidades gubernamentales interactúan con organizaciones sociales para desarrollar procesos y proyectos comunicativos.[1] Las experiencias de radio comunitaria están abriendo la opción para el ingreso de un modelo de comunicación colaborativa entre los miembros de las comunidades, de éstos con la sociedad y de ésta, como un todo, con las instancias gubernamentales.

Para algunos, el Estado es una entidad separada de la sociedad civil. Una de las consecuencias de esta perspectiva, es creer que es el Estado la única instancia de planeamiento, administración-ejecución y evaluación de toda política social y comunicacional. Para conveniencia de algunos, es en el Estado donde se debe concentrar cualquier iniciativa y decisión

1 Mención especial merece Esmeralda Ortiz Mahecha, funcionaria del Ministerio de Cultura por su liderazgo en los procesos de capacitación y evaluación de las emisoras comunitarias en Colombia

de los asuntos públicos. ¿Cuáles son los resultados de esta perspectiva? Concentración de poder, marginamiento de la sociedad civil de las instancias decisorias e ejecutorias, desgaste gubernamental, afianzamiento de la creencia que la sociedad civil no tiene la madurez para intervenir en asuntos que se consideran potestad del Estado, entre otros.

Se puede partir de una hipótesis sobre la imposible cooperación entre estos actores, o considerar que la sociedad civil tiene la suficiente capacidad para intervenir activamente en procesos de co-gestión. Se opta o no, por creer que entre estos agentes existe la posibilidad de diálogo e interacción. La alternativa anterior exige la superación de la noción de un Estado patriarcal y controlador, con funciones de beneficencia; anclajes que coartan cualquier posibilidad transformadora. La renuencia estatal a la co-gestión en el diseño y ejecución de políticas y proyectos comunicacionales con organizaciones comunitarias van desde argumentos por la falta de capacitación, hasta la convicción de que es el gobierno quien debe tomar las decisiones. Pese a lo anterior, la co-gestión no debe ni puede ser una quimera. La alternativa exige grupos organizados, capacitados y con autoconfianza, para gestionar sus intereses, que no son solamente deber y derecho del Estado.

Para suerte de todos, como señala Bordenave (2011, p.74):

> El nuevo fenómeno que estamos viviendo, ya hace algunos años, es que los sectores no privilegiados de la sociedad civil-movimientos campesinos, sindicatos, veedurías ciudadanas y organizaciones de vecinos, asociaciones profesionales y de mujeres, y hasta iglesias-están asumiendo, conjuntamente con el Estado, el ejercicio de las atribuciones estatales. Además de trabajar para satisfacer necesidades de la población, muchas veces mejor que el gobierno, las organizaciones están haciendo ellas mismas la gestión directa de sus intereses y desafiando aquellos gobiernos que intentan continuar siendo gestores de los intereses de orden capitalista.

Este trabajo busca reflexionar sobre el potencial de las radios comunitarias para la democratización de la comunicación, la co-gestion con el Estado, la construcción de ciudadanía, el desarrollo local, y su relación con las legislaciones emitidas en materia de radiodifusión comunitaria. Para tal efecto, estudia las relaciones establecidas entre Estado y comunidades organizadas alrededor de las normativas que han regido los procesos de radio comunitaria en el país, y su aporte dinamizador a la democracia participativa. Como se sabe, toda regulación y políticas de comunicación, formuladas por agentes del Estado, implica desafíos y posibilidades, y a su vez genera acciones y reacciones en la sociedad civil.

Metodología y procedimientos

En este trabajo, el análisis documental fue la metodología escogida. A partir de la revisión de fuentes textuales, se muestran los antecedentes del nacimiento de experiencias radiales con opción por lo comunitario. De ahí se aproxima a épocas más recientes para contextualizar el origen formal de las emisoras comunitarias, y de las sucesivas legislaciones que han ido constituyendo, en Colombia, el rostro de estas emisoras. Por la imposibilidad de mostrar en extenso el conjunto la información sobre normas y disposiciones para el otorgamiento de licencias de funcionamiento, y las prescripciones de orden político, económico, administrativo que deben ser seguidas por los colectivos de radio en el desarrollo de sus actividades; se presenta, resumidamente, el documento elaborado por Gloria Cecilia Sánchez (2003) referido a la normativa del periodo comprendido entre los años 1995-2003.[2] También se retoman datos de Villegas Uribe (2015), quien siguiendo el modelo organizativo propuesto por Sánchez, presenta de manera general la información normativa del periodo 2003-2014.

2 Datos del documento original aparecen en las referencias bibliográficas de este trabajo. La presentación esquemática de los datos, brinda la posibilidad de ubicar fácilmente fechas y principales normas.

La Radio Comunitaria en Colombia

Antecedentes

Se señala a Radio Sutatenza, que inició su primera emisión el 29 de septiembre de 1947 desde el Valle de Tenza en el departamento de Boyacá, como el nacimiento de la radio comunitaria en Colombia. Para otros esta experiencia, fue el inicio de la radio educativa en el país, debido a que desde sus orígenes tuvo un papel de alfabetización y otros la definen como una radio religiosa por su perfil de evangelización y apostolado.

Ya a principios de los años sesenta, la actividad radiofónica comunitaria había ganado presencia en municipios y zonas rurales, la influencia de Radio Sutatenza, que en aquella época difundía programas educativos y religiosos, llegaba, por la potencia de sus trasmisores, a todo el territorio colombiano. Posteriormente, en los años 80`s comenzó a desarrollarse el concepto de radio comunitaria tanto en el ámbito académico, social y legislativo

> Fue realmente hasta el año de 1997, con el **decreto 1447** emitido por el Ministerio de Comunicaciones de entonces, que se abrió paso a la legalidad de las emisoras comunitarias, como aquellas que prestan un servicio de radiodifusión indirecta del estado, sin ánimo de lucro y que son adjudicadas a comunidades organizadas por licitación pública. De ahí, parte la legalidad de la Radio comunitaria en Colombia, con una primera licitación de 600 frecuencias, de las cuales fueron adjudicadas 415 en los años venideros y la mayoría iniciaron transmisiones en 1998, por la falta de cumplimiento de los parámetros técnicos exigidos en ese entonces por el Ministerio de Comunicaciones. (RODRIGUEZ: 2012, p.32).

Es a partir de la década de los noventa en que la radio comunitaria en Colombia se considera como un servicio indirecto del Estado, concesionado a particulares. Si bien la radio comunitaria se constituye formalmente a partir del proceso de legislación, no necesariamente significa que la legitimidad de estos medios de comunicación locales, provenga justamente de dicha normativa pues el reconocimiento, primero que todo, lo otorga la propia población que se beneficia de su existencia y de los servicios que ofrece para el bienestar ciudadano. Justamente dicho reconocimiento, con otros componentes, fue el que dinamizó el proceso y abrió el camino e negociaciones y concertaciones entre Estado-Comunidad Organizada.

Para el año 2012, según el mismo Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, las cifras de radios comunitarias en Colombia, habían aumentado. Aproximadamente existían 686 emisoras que llegaban a más de 3 millones de oyentes. “Eran reconocidas como medios legítimos para el fortalecimiento de la vida comunitaria y el desarrollo local”. [3] De la mano de lo anterior, el concepto de radio comunitaria desarrollado en la década de los 80`s, consolidado en la década de los 90s, también asumió nuevos rasgos: la figura de radio ciudadana.

Proceso de Constitución y Adjudicación de licencias

El servicio de la radio comunitaria, es un servicio de gestión indirecta del Estado colombiano, concesionado a un tercero; supone normas que lo rigen y controlan. Las condiciones legales y su cumplimiento se explicitan en las resoluciones de adjudicación de licencias de radiodifusión comunitaria emanadas del Ministerio de Tecnologías de la Información y Las Comunicaciones. Como se dijo anteriormente, la primera licitación para adjudicar emisoras comunitarias, fue en el año 1997. Estas emisoras fueron asignadas a comunidades organiza-

3 http://www.mintic.gov.co/images/documentos/radio_difusion_sonora/listado_emisoras.xls). Acceso, 30 de junio de 2015,

das, entendidas como "...la asociación en derecho, sin ánimo de lucro, integrada por personas naturales o sin ánimo de lucro, con fines comunes y colaboración mutua en beneficio del desarrollo local y comunitario".[4] Con esta directriz se buscaba que las frecuencias quedaran en manos de grupos sociales que propiciaran espacios de participación y que en su función como organizaciones sociales, cumplieran la misión señalada en la normatividad.

La radio comunitaria se encuentra regulada por el **decreto 1981 de 2003**, a través del cual se establece que es un servicio público de telecomunicaciones, de interés social, sin ánimo de lucro, a cargo y bajo la titularidad del Estado, quien lo prestará en gestión indirecta a través de comunidades organizadas debidamente constituidas.[5]

Reglamentación de La Radio Comunitaria en Colombia

Resumen de las principales disposiciones[6]

Norma	Disposiciones y aplicaciones
Decreto ley 1901 de **1990.**	Reconocimiento de la participación comunitaria en el desarrollo y gestión de servicios de comunicaciones, con cobertura nacional, para aproximar a la gente del sector rural colombiano y distintas etnias culturales, y cumpla funciones informativas, recreativas, educativas y de desarrollo, preservando valores Autóctonos locales a partir de las comunidades organizadas. **No reconoce aun la radiodifusión comunitaria.**
Decreto 1445 de 1**995**	Adopta los Planes Técnicos Nacionales de Radiodifusión Sonora en A.M. y en F.M. Se refiere a parámetros de funcionamiento. Radiodifusión comunitaria radio comunitaria sigue los Lineamientos del Plan Técnico de Radiodifusión en F.M.
Decreto 1446 de **1995**	Reglamenta la concesión del servicio de radiodifusión sonora en gestión directa e indirecta. Clasifica la radiodifusión en: comercial, de interés público y comunitario (programación destinada a satisfacer necesidades de una comunidad organizada Por tipología de cubrimiento define clases de estación A y B, C, D (cubrimiento local restringido. Son las comunitarias). La potencia no sobrepasa los 250 vatios en la banda de FM. En las ciudades su potencia oscilará entre 10 y 50 vatios, dependiendo del área de cobertura. Autoriza las transmisiones enlazadas para las estaciones, menos para las comunitarias que no pueden de radiodifusión sonora pueden Pertenecer a ninguna cadena. **Reconoce legalmente las estaciones** **Comunitarias** como un tercer tipo de servicio de radiodifusión.
Decreto 1447 de **1995**	Reglamenta la concesión del servicio de radiodifusión sonora en gestión directa e indirecta, determina los criterios y conceptos tarifarios y sanciones aplicables al servicio. En el capítulo V reglamenta el servicio de radiodifusión comunitaria. Min Comunicaciones, otorgará licencias y velará por cumplimiento de sus objetivos. Desde fecha de publicación de este decreto, hasta 07/98, se otorgaron otorgó 564 licencias a comunidades organizadas. Las comunidades organizadas en prestar el servicio deben tener: personería jurídica; estatutos en donde conste como objetivo social, el desarrollo de la comunicación social como instrumento de desarrollo y participación comunitaria y domicilio en el municipio donde se pretende establecer la estación (art.23). En cuanto a la comercialización de espacios, las estaciones comunitarias pueden transmitir propaganda exceptuando la política y política y dar crédito a los patrocinadores de programas o reconocer sus auspicios. Además deben prestar colaboración en campañas institucionales.

4 http://www.mintic.gov.co/portal/604/w3-article-230 Subdivisión de radiodifusión sonora. Promulgado en 2008. Acceso. Julio 01 de 2015.

5 Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones. http://archivo.mintic.gov.co/mincom/faces/?id=2147 Acceso, 01/07/2015.

6 Se incluyen en el cuadro elaborado por Sánchez, algunas observaciones elaboradas por Villegas. Se resaltan para separarlas del texto original.

Decreto 1439 de **1998**	Este decreto modifica algunos artículos del decreto 1447 de 1995. Entre ellos, el art .26 que pasa de otorgar seis meses a otorgar 1 (un) año de plazo - luego de la expedición de la licencia - para la instalación y puesta en funcionamiento de la estación.
Propuesta de decreto reglamentario de los servicios de telecomunicación para la diversidad étnica y cultural de**1998**.	Propone reglamentar el acceso y creación de medios de comunicación para los Grupos Étnicos. Siguiendo los postulados del art. 11 de la ley 74 de 1996, la radiodifusión para la diversidad étnica y Cultural está exenta del pago de derechos de funcionamiento, de tarifas por utilización del espectro y del pago de cánones anuales. **Igualmente puede comercializar sus espacios pero no puede hacer proselitismo religioso o político.**
Proyecto de ley 183/**99** para establecer el servicio de radiodifusión sonora	Ratifica la facultad del Ministerio de Comunicaciones de conceder mediante licencia, la prestación del servicio de radiodifusión sonora comunitaria. . Prevé un mínimo del 10 por ciento del valor de la pauta publicitaria oficial para ser distribuido equitativamente entre las emisoras comunitarias. Establece la conformación de un Comité veedor sobre el servicio comunitario de radiodifusión. **A diferencia del decreto 1446, este proyecto permite el establecimiento de redes de radio comunitaria.**
Decreto 1981 de **2003.**	Establece que la Radiodifusión comunitaria, es un servicio público de telecomunicaciones, de interés social, sin ánimo de lucro, a cargo y bajo la titularidad del estado, quien lo prestará en gestión indirecta a través de comunidades organizadas debidamente constituidas. Allegar documentación que confirme que el solicitante es una comunidad organizada. **Exigencia de número X mínimo de integrantes y anexo de firmas.**
Decreto Presidencial 1972 del año **2003.**	Establece aumento de la tarifa anual para el uso del espectro electromagnético a $1.800.000.oo, (incremento de 2000%.). Min Comunicaciones expidió en el año 1997, la Resolución 1186 estableciendo un valor anual de $60.000.oo más IPC. Varias emisoras Comunitarias fueron sancionadas, **se cancelaron licencias impidiendo así, el derecho a la comunicación.**
Resoluciones 609 y 1880 de 2007	Determina la aplicación de intereses moratorios que incluyen DTF + 10.0% E. Las estaciones se ubican en la mayoría de municipios que no cuentan con los suficientes recursos para el pago de estos
Decreto 2804 de **2008,** capítulo 2°, artículo 18.	Se refiere a la orientación de la parrilla de programación en las radios comunitarias. "*Cuando la programación está orientada a generar espacios de expresión, información, educación, comunicación, promoción cultural, formación, debate y concertación que conduzcan al encuentro entre las diferentes identidades sociales y expresiones culturales de la comunidad, dentro de un ámbito de integración y solidaridad ciudadana y, en especial, a la promoción de la democracia, la participación y los derechos fundamentales de los colombianos que aseguren una convivencia pacífica*" (Ministerio de Tecnologías de la Información y Las Comunicaciones, 2008) Coincide con la misión y visión de muchas de las radios comunitarias. **Coincidencia? Sincronia? Aprendizaje de las experiencias?**
Resolución 002235 del 8 de octubre de **2008**	Creación del Comité Consultivo de Radio Comunitaria para asesorar al Ministerio TIC formulación de una política pública para la radio comunitaria y para su seguimiento. Articuló y fortaleció las experiencias.
Documento CONPES 3506 de **2008.**	Formulada para supuestamente apoyar el desarrollo y sostenibilidad de las radios comunitaria. Fue un sofisma de distracción.
Ley 1341 de **2009**	Reitera que los servicios de la radiodifusión sonora están orientados a "difundir la cultura, afirmar los valores esenciales de la nacionalidad colombiana y a fortalecer la democracia". Dispone una rebaja del 50% para sanciones pero no significó mejoría para la situación deficitaria de las emisoras. A 2014, el uso del espectro electromagnético estaba definido por esta ley.

Resolución 415 de **2010**	Se establecieron nuevos criterios para las emisoras comunitarias y una reducción del 53% en la tarifa anual. Se había incrementado en un 200%, pasando de $60.000 a $1.800.000.
Artículo 77 de la resolución 415 de **2010**	El servicio de la radio comunitaria, "es público participativo y pluralista, orientado a satisfacer necesidades de comunicación en el municipio o área objeto de cubrimiento; a facilitar el ejercicio del derecho a la información y la participación de sus habitantes, a través de programas radiales realizados por distintos, sectores del municipio, de manera que promueva el desarrollo social, la convivencia pacífica, los valores democráticos, la construcción de ciudadanía y el fortalecimiento de las identidades culturales y sociales. Por tanto, todos los proveedores de este servicio tendrán la obligación de ajustar sus programas a los fines indicados
Resolución 415 de **2010**, Artículo 27.	Alude a la "Comercialización de espacios en emisoras comunitarias". "Por las estaciones de radiodifusión sonora comunitaria podrá transmitirse propaganda, *exceptuando la publicidad política*, y podrá darse crédito a quienes hayan dado patrocinios, auspicios y apoyos financieros para determinada programación, siempre que no se trate de personas cuyas actividades o productos esté prohibido publicitar". **Contrasta con el Parágrafo del Artículo 24 de la Ley 996 de 2005, que estableció que las campañas presidenciales podrán transmitir divulgación política o propaganda y publicidad electoral a través del servicio de televisión y radio difusión comunitaria.**
Ley 1450 de Plan Nacional de Desarrollo **2011**, Art. 59.	Se refiere al fortalecimiento del servicio comunitario de radiodifusión sonora. Tampoco aportó ninguna solución al problema financiero de las emisoras comunitarias.
Resolución 000459 de 2011	Se reiteran los gravámenes económicos para las emisoras.
Proyecto No 82 Senado,2012	Se presentó, para darle aplicación al CONPES y Ley 1450 de 2011 y lograr la sostenibilidad económica para la Radio Comunitaria, pero por presiones desde lo comercial, se aplazó el debate.
Proyecto de ley no. 18 de **2014** Senado de Colombia.	Propone "que las emisoras comunitarias tengan un plazo de gracia de seis (6) meses, a través del cual podrán solicitar prórroga para solicitar la concesión o allegar la totalidad de los requisitos jurídicos, técnicos y/o financieros para continuar prestando su servicio. Extendiéndose este beneficio para aquellas emisoras a las cuales previamente se les archivó su solicitud de concesión"... (pg.5). Mauricio Aguilar Hurtado, senador de la República. Bogotá D.C. Octubre 8 de 2014.

Balance General de las normativas

Lo constitucional-jurídico

A partir de las reflexiones suscitadas en la Asamblea Constituyente del año 1991, se hizo más evidente legislar sobre el tema del derecho a la comunicación. En esa medida se expidió el decreto 20 de la constitución nacional, para garantizar el derecho de expresar y difundir pensamientos y opiniones como también emitir y recibir información a través de medios masivos de comunicación. El senador de la República Juan Manuel Galán, refiriéndose a la normativa, señaló lo siguiente:

> Con la expedición del Decreto 1445 de 1995, se dio inicio a la normalización legal de las emisoras comunitarias que existían hasta antes de esta norma y de las nuevas emisoras que a partir de 1997 nacían mediante el otorgamiento de licencias dadas por el Ministerio de Comunicaciones para 400 municipios de Colombia. Así se logró una inclusión efectiva de estos medios dentro de la legalidad, garantizando la sostenibilidad social de los mismos a lo largo y ancho del país, a través de organizaciones

> sociales sin ánimo de lucro, que fueron titulares de la adjudicación de licencias de radios comunitarias. (GALAN: 2012, p.3).[7]

El decreto 1445 expedido en 1995 caracterizaba el servicio de radiodifusión comunitaria, como de servicio público, sin ánimo de lucro. Ésta condición se refuerza en decretos posteriores en donde se enfatiza lo que se espera de las emisoras comunitarias. "Los Decretos y las Resoluciones que se encuentran vigentes regulan la radiodifusión sonora y mantienen el concepto de servicio público, así como el de su finalidad, es decir, servir como medio para la difusión de cultura para la comunidad y para la participación democrática". (GALÁN, ibíd., 2012).

Insostenibilidad económica

El Ministerio de Comunicaciones,[8] expidió en 1997 la resolución **1186** estableciendo como costos de funcionamiento, un valor de $60,000 más IPC, por el uso del espectro electromagnético. En el 2003, el Decreto Presidencial 1972 aumentó la tarifa anual a $1.800.000.oo, valor que no pudo ser asumido por muchas emisoras y que generó sanciones y cierres. Al año 2014, el uso del espectro electromagnético estaba definido en la ley 1341 de 2009 y en la Resolución 415 de 2010, ambas establecieron nuevos criterios para las emisoras comunitarias y aprobaron una reducción del 53% en la tarifa anual, tal y como lo señala el senador Galán. Si bien ésta determinación representó un alivio para las radios, los municipios categorizados como 4, 5 y 6, que son los de menor nivel de ingresos, no tienen suficientes recursos para el respectivo pago por lo que son objeto de sanciones (aprox. 50 SMMLV) y la cancelación de las licencias de funcionamiento. Advierte el senador Galán:

> A las tarifas anuales que deben pagar las emisoras por el uso del espectro electromagnético, se suman los costos de funcionamiento, servicios, impuesto de industria y comercio, mantenimiento y reposición de equipos, lo que se convierte en una grave limitante para el funcionamiento de este servicio de radiodifusión comunitaria". (GALÁN, 2012, ibíd., p.4).

Lo anterior muestra las dificultades de sostenibilidad financiera, lo que ha generado malestar y reclamos por parte de las comunidades. Ante esa situación, el Estado, a través del CONPES (Consejo Nacional de Política Económica y Social) estableció los lineamientos de política para el fortalecimiento del servicio comunitario de Radiodifusión Sonora, a través del CONPES 3506 de 2008. Sin embargo, según afirmación de Galán; no se han visto los frutos de dichos lineamentos y muchas emisoras continúan en el punto de quiebre.

Hay opiniones divididas con respecto a los avances en materia de radiodifusión comunitaria en el caso de la normatividad, pues algunos reglamentos referidos a pagos por uso del espectro, no estuvieron (y no están) en sintonía con las realidades de las estaciones que adolecen de recursos económicos. Los municipios más pobres (categoría 6), carecen de fuentes de ingreso para pagar obligaciones financieras; a muchos el MinTic, debido al no pago de anualidades, les canceló la licencia de funcionamiento. Como resultado de esta situación, para julio de 2011, estaban en proceso de cobro jurídico y perdida de licencia más de 200 emisoras comunitarias, en 2014 fueron archivadas y canceladas más de 280 licencias. (Galán 2012, p.6).

> (...), es necesario alcanzar la sostenibilidad social y económica de las emisoras comunitarias; para ello, no es suficiente adjudicar licencias de funcionamiento a co-

7 Información extraída del documento enviado por el senador Galán, en 2012. El acceso al contenido de la misiva, fue posible gracias a la División de Radios Comunitarias del Ministerio de Cultura.

8 Se denomina actualmente Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones.

> munidades, que sabemos tienen dificultades para operar y dirigir estos espacios, es necesario también, garantizar su existencia a partir de la efectiva y equitativa redistribución de la pauta oficial, para facilitar su desempeño y promover la participación ciudadana para el logro del derecho a la comunicación.

La pregunta fundamental es si el marco legal que legitimó el fin para el que fueron autorizadas estas emisoras en Colombia, (decreto 2805 de 2008, del MinTic) que alude a su contribución a la información, educación, participación, promoción de la democracia, solidaridad ciudadana, debate y concertación, etc.; contribuye o no al cumplimiento de estas tareas por parte de las estaciones comunitarias.

Aciertos y desaciertos en la Aplicación de la Normatividad 1994-2014

Una mirada dinámica de lo que ha sido en Colombia la reglamentación sobre la radio comunitaria, muestra aciertos y equivocaciones. Con la expedición de los decretos 1445, 1446 y 1447 de 1995, se institucionalizó la figura de estación comunitaria, dejando de ser perseguidas las experiencias de esta naturaleza y se visualizaba una sostenibilidad económica y social para las emisoras. Sin embargo los procesos no necesariamente van en línea secuencial de crecimiento. Para el año 2003 con el Decreto Presidencial 1972, "se inició un proceso legal arbitrario para el cobro de valores impagables para más del 50% de las estaciones comunitarias". (GALAN: 2014. ibíd.). La situación empeoró por las Resoluciones 609 y 1880 de 2007 referidas a la aplicación de intereses moratorios que incluían DTF + 10.0% E.A, imposibles de ser cancelados por las estaciones de municipios pobres. Relata también el documento, la realización en noviembre de 2012 en Manizales, del Primer Foro Nacional de Radio Comunitaria, organizado por el propio Ministerio y la Universidad de Manizales, donde participaron 400 estaciones. En dicho Foro se solicitó al MinTic, moratoria de 2 años para solucionar las dificultades, que vivían las emisoras: deudas, sanciones, falta de equipos, problemas técnicos, cierres, etc.

Logros y dificultades en el proceso vivido

El proceso socio-histórico de las propuestas de radios comunitarias en Colombia, se ha dado en el marco de acuerdos, no exentos de tensiones con los sectores público-estatal y privado-comercial. Es un fenómeno que se consolidó desde la década de los noventa, con una legislación para que este tipo de emisoras pudieran trabajar en la legalidad. Para esto el Estado colombiano abrió licitaciones para acceder a frecuencias, y desde los Ministerios de Cultura y de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, propició espacios de diálogo, de debate, y posibilidades de capacitación. El caso colombiano es particular y muestra la posibilidad de co-gestiòn entre Estado y comunidades organizadas, según Muñoz y Villegas:

> Las emisoras comunitarias colombianas están en ventaja frente a otras emisoras del continente, en la medida que su reglamentación se hizo con ayuda estatal y desde sus primeros pasos, las emisoras siempre han contado con la asesoría y seguimiento de organismos estatales, como son los ministerios, y con el apoyo de agencias de cooperación. (MUÑOZ &VILLEGAS, 2010, p.14).

Pero con todo y la situación favorable respecto al escenario latinoamericano, también se han tenido limitaciones por algunas de las normas que no se ajustan a la realidad vivida y que fueron tratadas anteriormente en el "balance general de las normativas". A lo anterior, se le agregan dificultadas surgidas por circunstancias políticas y sociales. Como señala Rodríguez:

> Muchas de estas emisoras se vieron enfrentadas a tensiones sociales, que fueron marcando una serie de características discursivas, ante la presencia de grupos violentos al margen de la ley y el control de zonas agrarias para fines del narcotráfico. También los hechos entre 1994 y 1996, donde se reseñó por diferentes medios de comunicación la forma en que el proceso 8000, daba cuenta de una penetración de dineros del narcotráfico en la política nacional. Dichas situaciones impactaron de manera negativa al país, que al mismo tiempo estaba enfrentando una de las peores crisis de desempleo". (RODRIGUEZ: 2012, p.33).

Con todo y los obstáculos de orden económico, político, normativo y organizativo, la documentación y reseña de experiencias sobre las radios comunitarias,[9] muestra un común denominador: su motivación por contribuir a la formación ciudadana. Su aporte ha posibilitado incluirlas en los planes de desarrollo local, como estrategias para la convivencia ciudadana y como aliadas de la comunicación pública para la construcción democrática de la sociedad.

La expedición de licencias para las radios comunitarias de Colombia, ha posibilitado que municipios, la mayor parte de ellos periféricos, obtengan un medio de expresión, de integración y desarrollo por el trabajo social que realizan en sus regiones. Muchas contribuyen a mejorar la calidad de vida de los habitantes y divulgan informaciones útiles; muchas de ellas relacionadas con programas educativos, de salud, de promoción social, del Estado. De ahí la importancia de garantizar condiciones para que puedan cumplir las finalidades previstas en la propia ley y en el proyecto misional de las radios. Entre esas condiciones están el acompañamiento a las emisoras, el apoyo a los comités locales y a las redes regionales, y la articulación de dichas redes. Lo anterior, porque una radio comunitaria debe ser, como afirma Rodríguez (2008, p.74):

> (...) no solo viable, es decir posible de realizar; debe ser también sostenible, es decir, debe, además de existir, prosperar en el tiempo, como proyecto comunicativo en y de la localidad. En este sentido, la sostenibilidad como algo amplio, que incluye la sostenibilidad económica, pero que va más allá, es una sostenibilidad social, política y cultural que contribuye a la permanencia y existencia de dichas emisoras.

Consideraciones finales

La comunicación y los medios cumplen funciones informativas, de construcción de sentidos y representaciones, y de establecimiento de vínculos entre las diferentes esferas de la sociedad. Visto desde una perspectiva funcional, posibilitan la información masiva. Visto desde la dimensión relacional, y más allá de los dispositivos; se inserta en la mediación comunicativa de la cultura. En palabras de Villegas Uribe (2014, p.40):

> Gracias a ellos (los medios), los miembros de la sociedad conocen lo que sucede en todos los ámbitos; político, económico, social. Ellos obtienen, procesan y expresan información, se les otorga el atributo de ser o de representar la voz de la sociedad, de las instituciones, del Estado, o se constituyen en puentes entre el gobierno y la sociedad. Además, pueden reinventar la cultura o dinamizar la integración cultural en las regiones.

9 Remito a la propia página web del Ministerio de Tecnologías de la Información y la Comunicación; a monografías realizadas en las facultades de Comunicación y Periodismo; a las actas de reuniones y memorias de jornadas de capacitación elaboradas y sistematizadas por las diferentes redes que existen en el país; a los eventos y foros realizados sobre esta temática, ricos en descripción y análisis de este tipo de experiencias.

Así como existen interfaces entre los universos de la política y de la comunicación masiva, también existen entre ésta y la radio comunitaria. La articulación con los procesos comunicativos, anima el compromiso cívico para la construcción de sociedades democráticas y justas, basadas en la reciprocidad la confianza. Carlos Álvarez lo expresa de la mejor manera (2008, p.71):

> (...) La radio juega un papel decisivo en la construcción de nación: une las voces regionales, estimula la imaginación, permite que el país se escuche a sí mismo y se reconozca en sus diferencias, difunde las diversas culturas, transmite los acontecimientos políticos, divulga los movimientos sociales, y puede crear diálogos nacionales acerca de los principales problemas y adelantos del país. En síntesis, es un medio para hacer historia como un agente clave en la generación de opinión pública y en la transmisión de los sucesos como un espectador de primera línea. El desarrollo de estas políticas, como un esfuerzo conjunto entre el gobierno y los operadores de radiodifusión, permitirá potenciar las capacidades del medio radial y ubicarlo en el contexto del papel que puede cumplir en relación con los principales retos que afronta la sociedad colombiana del siglo XXI. (...) .

Se debe reconocer que los medios tecnológicos no traen por si, la semilla de la democratización y de la transparencia. "La utilización con fines democráticos y emancipatorios de esas tecnologías no ocurre automáticamente, depende, sobretodo de la voluntad política de los gobiernos para que potencialicen el involucramiento y la participación política cada vez mayor de los ciudadanos". (OLIVEIRA, Ana María Rodríguez de. 2014, p. 49). De ahí la importancia de que la sociedad, a través de diversas instancias, luche por construir o consolidar medios que contribuyan al fortalecimiento de las competencias ciudadanas y al civismo; las radios comunitarias tienen todo este potencial.

Referencias

BORDENAVE, Juan D (2011). "A contribuição dos meios públicos e alternativos para a democracia participativa". En: Comunicação & Educação. Revista do Curso Gestão da Comunicação. Ano XVI, Nº 2-Jul/dez. ECA-Universidade de São Paulo.

BORRADOR PROYECTO DE LEY SIPAZ - 018 SENADO- 092 SENADO y OTRO CAMARA. Carta dirigida a Doris Patricia Reinales Mendoza Subdirectora de Radiodifusión Sonora. Ministerio Tecnologías de la Información y las Comunicaciones. Bogotá. D.C. Bogotá, Octubre 24 de 2014. Redactado por Marlon Darío Prieto Corte.

GALAN PACHON, Juan Manuel. Borrador del Proyecto de ley "Por el cual se modifica el servicio de radiodifusión sonora comunitario y se dictan otras disposiciones", dirigido a Juan Manuel Corzo Román, Presidente, Senado de la República de Colombia. Bogotá, D.C., julio 20 de 2012. (Correspondencia). 15 p.

GALAN PACHON, Juan Manuel, Documento: Proyecto de Ley: "Por el cual se faculta al Presidente de la Republica para que reglamente el servicio de radiodifusión sonora comunitaria y establezca el Estatuto de la Radio Comunitaria". Dirigido al SenadorJose David Name Cardozo, Presidente del Senado de la Republica de Colombia. Bogotá, octubre 19 de 2014. (Correspondencia). 9 p.

INFORME DE PONENCIA PARA PRIMER DEBATE AL PROYECTO DE LEY No. 18 DE 2014 SENADO DE LA REPULICA DE COLOMBIA. p.1 a 4. Bogotá, 2014. (mimeo).

MUÑOZ, José Luis & VILLEGAS, Esmeralda et al... Sostenibilidad Social y Cultural de la Radio Comunitaria. Colección Comunicación y Comunidad. Subdirección de Procesos de Apropiación de TIC. Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones- Colombia. Bucaramanga, 2010. 102 p.

MINISTERIO DE TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES. (2008). Decreto 2805. Bogotá. (mimeo).

OLIVEIRA, Ana Maria Rodríguez de. "Comunicação, Participação Política e Tensões da Democracia no governo local: o orçamento participativo digital Belo Horizonte, 2011". Belo Horizonte, 2014. (mimeo).

RODRÍGUEZ MUÑOZ, Carlos Eduardo. (2012). Lo Comunitario en la Radio Comunitaria: Análisis Crítico del Discurso en el Lenguaje Informativo utilizado por Emisoras Comunitarias Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, IECO, Bogotá, Colombia.

SANCHEZ, Gloria Cecilia. (2003). Legislación sobre radiodifusión sonora comunitaria. *Estudio comparativo de legislaciones de trece países*. División de la Libertad de Expresión, la Democracia y la Paz. Sector de la Comunicación y la Información. UNESCO. S.l.

SECRETARIA DE DESARROLLO ECONÓMICO. (2012). "Caracterización del sector de la comunicación comunitaria y alternativa de Bogotá D.C. con enfoque económico y de vocaciones productivas. Fundación Nexos Municipales. Bogotá. Abril.

VILLEGAS, URIBE. Esmeralda. A comunicação, dimensão gestora na construção e fortalecimento dos laços simbólicos na cultura e na integração regional. Anuário UNESCO/ Metodista de Comunicação Regional, Ano 18 n.18, p. 29-43 jan/dez. São Paulo.

ENLACES

ALVAREZ, Moreno Mauricio Andrés. El desafio de las radios comunitarias. Revista Anagrama, U. de Medellín. Anagramas, Volumen 6, Nº 12, pp. 61-77 • ISSN 1692-2522 • Enero/ junio de 2008/192 p. Medellín, Colombia. -file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-Mauricio Andrés Álvarez MorenoElDesafioDeLasRadiosComunitarias-4851606.pdf

MINISTERIO DE TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES. Listado de emisoras comerciales, interés público y comunitarias en Colombia. 2012. Disponible en: http://www.mintic.gov.co/images/documentos/radio_difusion_sonora/listado_misoras.xls

MINISTERIO DE TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES. http://www.mintic.gov.co/portal/604/w3-article-230 Subdivisión de radiodifusión sonora, promulgado en 2008. Recuperado el 05 de Agosto de 2015.

MINISTERIO DE TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES. http://www.mintic.gov.co/index.php/component/content/article/13-radio-difusion/40-radio-comunitaria . Disponible desde el 24 de agosto de 2011. Recuperado el 05 de Agosto de 2015.

MINISTERIO DE TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES. http://archivo.mintic.gov.co/mincom/faces/?id=2147

CONCORTV, Consejo Consultivo de Radio y TV, Perú. La radio comunitaria y su papel en la reconstrucción de tejidos sociales y comunicativos en Colombia... 21 de agosto de 2013. http://www.concortv.gob.pe/index.php/noticias/1174-la-radio-comunitaria-y-su-papel-en-la--reconstruccion-de-tejidos-sociales-y-comunicativos-en-colombia.html

Biografía

Esmeralda Villegas Uribe es comunicadora social de la Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia. Con Maestría en Comunicación, por la Universidad Metodista de São Paulo-UMESP, Brasil. Doctoranda em Ciências da Comunicação por la Universidade de São Paulo, Brasil. Leccionó disciplinas de comunicación en las Universidades Javeriana-PUJ, Jorge Tadeo Lozano, y Fundación Monserrate, en Bogotá y en las Universidades Autónoma de Bucaramanga y Universidad Pontificia Bolivariana, en Bucaramanga. Profesora invitada e universidades latino-americanas. Coordinó proyectos de Educación Continua y de Comunicación Comunitaria en la PUJ, y ha estado vinculada en esta línea de trabajo con organizacio-

nes no gubernamentales (CINEP-Colombia), diversas organizaciones sociales, y con Naciones Unidas. Dirigió la Emisora Cultural Luis Carlos Galán y la emisora universitaria virtual "Unab Radio", ambas en Bucaramanga, Colombia. Es coordinadora del GT "Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadanía" y directora de Comunicación de ALAIC.